

Humberto Fernandes Machado

PALAVRAS E BRADOS

JOSÉ DO PATROCÍNIO E A IMPRENSA ABOLICIONISTA DO RIO DE JANEIRO



LIVRO FINALISTA
CATEGORIA COMUNICAÇÃO

57 JABUTI



Editora da UFF
Nossos livros estão disponíveis em
www.editora.uff.br

Livraria Icaraí
Rua Miguel de Frias, 9, anexo, sobreloja, Icaraí,
Niterói, RJ, 24220-900, Brasil
Tel.: +55 21 2629-5293 ou 2629-5294
livraria@editora.uff.br

Dúvidas e sugestões
Tel./fax.: +55 21 2629-5287
secretaria@editora.uff.br

Palavras e brados.
**JOSÉ DO PATROCÍNIO E A
IMPrensa ABOLICIONISTA
DO RIO DE JANEIRO**

3

HUMBERTO FERNANDES MACHADO

© 2014 by Humberto Fernandes Machado

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense -
Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - CEP 24220-900 - Niterói, RJ - Brasil -
Tel.: (21) 2629-5287 - Fax: (21) 2629-5288 - www.editora.uff.br - E-mail: secretaria@editora.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Projeto gráfico e diagramação: FUTURA
Normalização: Marcia Alves de Azevedo

Proibida a reprodução, total ou parcial, por qualquer meio ou processo, seja reprográfico, fotográfico, gráfico, microfilmagem etc. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas e/ou editoriais. A violação dos direitos autorais é punível como crime (Código Penal, art. 184 e §§; Lei 6.895/80), com busca, apreensão e indenizações diversas (Lei 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais – arts. 122, 123, 124 e 126).

M149 Machado, Humberto Fernandes.

Palavras e brados : José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro / Humberto Fernandes Machado. – Niterói : Editora da UFF, 2014. – 18.159 Kb. : il. ; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-228-1058-1

BISAC BIO032000 BIOGRAPHY & AUTOBIOGRAPHY / Social Activists

1. Patrocínio, José do, 1853-1905. 2. Abolicionistas – Brasil - Biografia. 3. Imprensa – Brasil – História. I. Título.

CDD 923.2

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto de Souza Salles

Vice-Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Diretor da EdUFF: Mauro Romero Leal Passos

Editoração e Produção: Ricardo Borges

Distribuição: Luciene P. de Moraes

Comunicação e Eventos: Ana Paula Campos

Comissão Editorial

Presidente: Mauro Romero Leal Passos

Ana Maria Martensen Roland Kaleff

Eurídice Figueiredo

Gizlene Neder

Heraldo Silva da Costa Mattos

Humberto Fernandes Machado

Luiz Sérgio de Oliveira

Marco Antonio Sloboda Cortez

Maria Lais Pereira da Silva

Renato de Souza Bravo

Rita Leal Paixão

Simoni Lahud Guedes

Tania de Vasconcellos

Editora filiada à



À Francisca, meu passado
À Alê, Dani, Carol e Bel, meu futuro

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

INTRODUÇÃO 13

1. José do Patrocínio: da autobiografia à biografia 21
 - 1.1 O homem no espelho: a construção do mito 21
 - 1.2 O espelho do homem: os construtores do mito 58
 - 1.3 O reflexo do espelho: a moldura do mito 85
2. O campo de difusão: a imprensa 107
 - 2.1 Gazetas e notícias no Rio de Janeiro 107
 - 2.2 Justiça e ordem 140
 - 2.3 Desordem e injustiça 160
3. O mito e o poder da palavra 193
 - 3.1 Piedade sem desordem 193
 - 3.2 Ordem sem crueldade 232

Considerações finais 275

Fontes e bibliografia 277

1. Fontes 277
 - 1.1 Fontes manuscritas 277
 - 1.2 Jornais e revistas 278
 - 1.3 Fontes impressas 279
2. Bibliografia 285

PREFÁCIO

Um dos períodos cruciais da História do Brasil, a luta pela abolição da escravatura será sempre, penso eu, um belíssimo campo aberto às disputas e discussões acadêmicas. Daí o interesse e importância deste livro de Humberto Machado. O que você vai ler é um trabalho de pesquisa sobre esse tema privilegiado, obra de experiente professor universitário. “*Palavras e Brados. José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro*” foi defendido como tese doutoral em 1991, e, desde então, vem sendo laboriosamente revisto e atualizado como manda a boa prática universitária. Trata-se, portanto, de magnífica porta de entrada para o tema geral da abolição e guia seguro sobre o “estado atual da questão”. E estou certo que será fonte de utilíssimos *insights* para os que se aventuram por caminhos de estudo e pesquisa sobre o tema.

Humberto realiza com muita argúcia a função própria do professor universitário que acompanha de perto o que tem ocorrido na sua área nos últimos vinte anos ou mais, e nos apresenta o conhecimento consolidado e as discussões mais recentes sobre o tema.

O eixo analítico é, sem dúvida, dos mais interessantes. Humberto se aproxima do tema através da história de vida do famoso jornalista negro José do Patrocínio, a quem muitos contemporâneos consideravam o grande batalhador da causa. E quem fala José do Patrocínio, fala História da Imprensa no Brasil. Percorremos, sem dúvida, uma estrada real de pesquisa. Estudo do processo abolicionista na cidade do Rio de Janeiro, tendo como guia a figura histórica de José do Patrocínio, sua vida, seus escritos, seus jornais. O livro tem uma forte dose de estudo biográfico, centrado na trajetória de Patrocínio, sem dúvida um dos mais empenhados lutadores da causa abolicionista. Mas não se trata de uma biografia clássica, longe disso, trata-se de uma história pensada e apoiada em uma gama enorme de fontes. Temos assim, fundamentalmente, o homem José do Patrocínio e sua circunstância histórica. As disputas historiográficas – verdadeiro sal

de nosso ofício - abarcam tanto o personagem quanto seu tempo. Temos então a história de vida de um personagem tão central e tão humano que pode lançar luz sobre todo um período nebuloso da história. E sendo assim, lança luz também sobre a interessantíssima fauna de intelectuais que gravita em torno desse personagem e das ideias de abolicionismo radical.

Ao eleger Patrocínio como objeto de estudo – e perseverar no tema por mais de duas décadas -, Humberto Machado tece uma história necessariamente atenta ao humano, uma história atenta às “hesitações, incertezas e contradições” próprias da vida e, sobretudo, de um período de luta velada contra o mais opressivo dos sistemas. “Patrocínio foi o produto de um momento histórico”, resumiu muito bem o autor a certo momento. O que encontramos neste livro é um estudo exemplar sobre a vida, pensamento e contribuição social de um dos personagens mais fascinantes de toda nossa História.

O autor dá ênfase a dois referenciais que, sem dúvida, balizam a luta e o tempo de Patrocínio, “paternalismo e reformismo”. Mas encontramos também, misturado a essas referências analíticas fundamentais, uma boa dose de rebeldia e revolução. E o autor nos aponta essas possibilidades, aqui e ali, com bastante clareza. O comportamento reformista de Patrocínio não se opõe, ao contrário, insere-se em um movimento amplo de resistência que vem das bases e, nos anos finais do regime, adquire incontornável tonalidade radical e revolucionária.

Pesquisa histórica pacientemente realizada nos principais jornais da época e lastreada em farta documentação de arquivo. Estudo crítico da trajetória de vida de um personagem singular, um grande jornalista negro, figura-chave da luta antiescravista, um dos personagens mais complexos e reveladores da história do Brasil.

A *Gazeta da Tarde*, em 1887, homenageou o grande jornalista que deixava suas páginas para fundar o seu próprio jornal, o *Cidade do Rio*, onde poderia dedicar-se integralmente à defesa e propagação de suas ideias abolicionistas, ideias nada convencionais naquela época. “Quando a grande questão abolicionista, no Brasil, estiver definitivamente resolvida, e que o historiador futuro tratar desse assunto terá forçosamente de declarar que entre os que trabalharam por aquela causa, nenhum se dedicou a ela com mais entusiasmo, ardor, convicções sinceras, fazendo sacrifícios, do que José do Patrocínio”.

Pois foi exatamente esse homem que o historiador Humberto Machado resolveu tomar como eixo de análise e via de penetração em um período absolutamente fascinante. Mas que não se pense tratar-se de um estudo de tipo apologético sobre um dos grandes heróis da História do Brasil ou qualquer coisa no tom de ultrapassada hagiolatria. O tema é complexo, às vezes contraditório, mas o historiador trabalha com um instrumental tecnicamente adequado.

O livro parte da biografia de José do Patrocínio e, em seguida, verifica pacientemente a opinião dos contemporâneos, fossem eles amigos, adversários, ou até inimigos. Verifica a construção simultânea da fama, do mito, e da memória social do homem que foi o “Zé do Pato”, o “negro genial”, o “tigre da abolição”. E por intermédio desse eixo realiza pesquisa histórica sobre a variada e vibrante imprensa do Rio de Janeiro da virada do século XIX ao XX.

Além da opinião de Patrocínio e da opinião dos contemporâneos, temos também excelente revisão da literatura histórica, grande manancial de fontes e obras historiográficas imprescindíveis a quem quiser dedicar-se a estudo semelhante. Patrocínio algumas vezes aparece aos olhos do autor com um certo tipo de “oportunista” ao aproveitar a cooperação dos amigos influentes para seus objetivos. É claro que leitoras e leitores poderão julgar por si mesmos. Seja como for, por intermédio da imprensa em geral, e de José do Patrocínio em particular, Humberto analisa as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade brasileira, sobretudo a crise do sistema escravista. Trata-se de uma História que inclui Patrocínio não apenas pelo que ele escreveu, mas por suas posições concretas. Reformista? Revolucionário? Herói da Abolição? Herói do povo negro? As possibilidades são muitas e o futuro deve permanecer aberto. A pesquisa – sem nada perder de sua objetividade científica – abre um leque amplo de discussões sobre essas e muitas outras possibilidades. Não será de surpreender que sua leitura continue a inspirar novas pesquisas sobre essas e outras possibilidades.

“Palavras e Brados” examina o papel da imprensa e as estratégias editoriais contra o sistema escravista. O que sai nos jornais ganha as ruas, especialmente, naquela época, a do Ouvidor. Como sustenta muito bem o autor, as reuniões na calada da noite, as conferências abolicionistas nos teatros, os *meetings* em praça pública “foram conduzidos por discursos

incisivos e inflamados que influenciaram a população, cada vez mais engajada contra o cativo. Campanhas beneficentes, como a obtenção de esmolas e quermesses e livros de ouro, serviram de mecanismos para desacreditar o escravismo.”

Enfim, as *palavras* de uma “facção da intelectualidade”, Patrocínio à frente, somadas aos *brados* dos escravizados, ganharam finalmente ressonância social e capacidade de fazer história. Tem toda razão Humberto Machado quando lembra a “Era dos Impérios” de Hobsbawm, para afirmar a grande influência do tempo histórico estudado, particularmente da década de 1880, na formação de nosso mundo de hoje.

Trabalho bem pesquisado, escrito em linguagem clara e acadêmica. Não podemos dizer que tenha resolvido todos os problemas da área, mas faz uma revisão ampla das contribuições em jogo, aponta caminhos e abre um leque enorme de possibilidades de pesquisa. Tenho certeza que será lido com proveito e gosto por estudantes, curiosos e especialistas.

Eduardo Silva

Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Este livro foi produzido originalmente como Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 1991, sendo que partes dele já foram publicadas em anais de Congressos, capítulos de coletâneas ou artigos em revistas. No entanto, faltava uma visão de conjunto da obra, que não foi realizada em virtude do meu envolvimento com outras atividades acadêmicas e profissionais na Universidade. A ausência de tempo para esse empreendimento só foi resolvida nesses últimos dois anos, permitindo assim que eu fizesse uma atualização e revisão historiográfica, de acordo com trabalhos mais recentes sobre o tema. Portanto, embora as questões centrais tenham sido mantidas, este texto se diferencia muito daquele apresentado há mais de vinte anos à Banca de Doutorado, composta pelos Professores Nancy Leonzo, orientadora, José Carlos Sebe Bon Meihy, Margarida de Souza Neves, Richard Graham e Vera Ferlini. Foram incorporadas novas fontes e pesquisas, não utilizadas anteriormente. Mas apresenta as mesmas preocupações da época no que concerne ao processo abolicionista no Rio de Janeiro através dos escritos nos jornais, em especial aqueles vinculados a José do Patrocínio.

Ao analisarmos um determinado período histórico, procuramos, de uma forma ou de outra, assuntos que nos ajudem a entender mais claramente a nossa existência ou pelas quais tenhamos maior empatia, o que dinamiza a nossa pesquisa e a torna mais atraente. Essa tendência pode acarretar riscos para o historiador, pois ele estuda de acordo com seus valores o passado cujas repercussões se mantêm vivas. Com isso, pode haver uma visão utilitária da História, que permite entender melhor o presente ou, até justificar o nosso ofício, fornecendo conhecimentos, mas também distraindo e seduzindo os leitores, seguindo Marc Bloch¹.

¹ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p.13/14.

Da mesma forma, quando selecionamos os episódios que servirão de balizas para o nosso estudo, obedecemos a uma determinada postura teórico-metodológica. O tratamento que lhes dispensamos está de acordo com a orientação já previamente escolhida. Como Carr assinala, os fatos não falam por si, apenas quando o historiador os aborda, isto é, “é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto”.² Assim, direcionamos este trabalho em função das notícias sobre o cativo estampadas nos jornais de José do Patrocínio. Além dos parâmetros já citados, necessitávamos transformar relatos narrados pelo nosso “espectador”, naturalmente carregados de emoção, em textos que pusessem o leitor a par do que se passava na cidade do Rio de Janeiro, na última década da existência oficial do escravismo.

De uma maneira geral, os historiadores tinham certa prevenção às obras biográficas por causa de estudos tradicionais, que exaltam o biografado e não fazem qualquer análise crítica ou vínculo com o contexto social e o conjunto de ideias presentes naquele momento. No entanto, o panorama começou a mudar e as biografias passaram a ser mais valorizadas na medida em que permitem ao historiador desvelar como as iniciativas do homem interagem com as mudanças sociais e, em contrapartida, com sua própria trajetória. Entendemos que a ação dos indivíduos contribui para as mudanças e que não podemos desvinculá-lo da sociedade na qual ele está inserido. Logo, nos estudos biográficos deve-se observar o contexto, a época e as fontes, mecanismos relevantes para explicar a maneira de agir do biografado e de sua obra. A utilização da biografia de José do Patrocínio foi um instrumento para conhecer um período marcante da história do Brasil, o comportamento da imprensa e dos intelectuais que atuaram no processo abolicionista.

A escolha do biografado não é feita de forma completamente aleatória. Como salienta Orioux, ela é efetuada porque o personagem agradou, interessou, comoveu e divertiu o historiador pelas suas atitudes, pelos “seus triunfos, pelas suas misérias, pelas suas grandezas e, até, pelos seus defeitos e, por vezes, pelos seus vícios”. Como ele ressalta, há um verdadeiro casamento entre o biógrafo e seu herói, uma relação íntima que

² CARR, E. H. *Que é História?*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 14-5.

serve para revelar segredos nos quais, muitas vezes, os contemporâneos não conseguiram penetrar. O encantamento que o escritor sente deve ser passado para o leitor, a biografia deve abordar o universo particular mas ser sempre vinculada ao geral.

O estudioso, apesar do tempo que o separa do biografado, adquire um maior número de informações sobre o indivíduo pesquisado do que as pessoas que com ele conviveram, pois essas conheceram apenas, uma “determinada face”, concebida a partir de uma visão particular. Já o biógrafo é capaz de identificar as diversas “faces do seu modelo” ao reunir todos os testemunhos daqueles que o conheceram. Da mesma forma que Orieux destaca o interesse dos seus colegas pelo estudo que ele fazia sobre Talleyrand³, muitos amigos me interrogavam: “Como vai você com o seu Patrocínio? As respostas mais eloquentes e detalhadas sinalizam que o historiador está apto para fazer o seu personagem levantar e caminhar, bem vivo, entre os seus leitores⁴.

Quando nos propusemos a analisar a atuação dos periódicos abolicionistas da Corte, encontramos, inquestionavelmente, nesses jornais, a pena do “folhetinista”, como Patrocínio se intitulava porque muitos dos seus textos eram publicados na parte inferior da primeira página, em folhetins. Cabe frisar que isso não significa uma forma depreciativa porque muitos romancistas do século XIX, como Machado de Assis (1839-1908) e o próprio Patrocínio, divulgavam seus romances primeiro nos periódicos, na tentativa de alcançar um público maior. Acompanhamos a trajetória de Patrocínio através de uma autobiografia, matérias da imprensa, de seus textos literários, assim como de depoimentos de contemporâneos a respeito dele. Esses escritos forneceram-nos pistas sobre o pensamento, personalidade, indefinições e oscilações políticas do jornalista, ajudando

³ Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord (1754-1838), político e diplomata francês que participou dos acontecimentos vinculados à Revolução Francesa e ao período da Restauração.

⁴ ORIEUX, Jean. “A arte do biógrafo”, in: DUBY, Ladurie & GOFF, Jacques Le, et alli. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986, ps. 35/41. Sobre o assunto, ver também: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (org.) *Colônia Brazilianista: história oral da vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990. LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”, e BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão biográfica”, in: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

a compreender o comportamento da imprensa e de toda uma intelectualidade envolvida com o movimento abolicionista, mesmo guardando as devidas particularidades sobre o biografado.

Embora tenha se tornado uma figura expoente da campanha abolicionista na cidade do Rio de Janeiro, o abolicionista negro José Carlos do Patrocínio (1853-1905), Zeca para os familiares, Zé do Pato para os amigos e Proudhomme quando escrevia editoriais nos seus jornais nem sempre teve uma atuação uniforme: hesitações, incertezas e contradições permearam sua luta. Alguns episódios da sua existência comprovam este perfil. Para entender melhor suas ações e trajetória intelectual, é necessário conhecer a história da sua vida vinculando-a ao processo de desagregação da escravidão.

A sua existência convergiu para a destruição dos alicerces do escravismo, pois o seu discurso atacava, direta ou indiretamente, a instituição servil. Na sua infância, demonstrou uma revolta contra o pai devido à ausência de reconhecimento da paternidade, situação que o marcou intensamente. O convívio com amigos, possuidores de recursos financeiros, e o casamento foram fatores que lhe facilitaram a ascensão social. Mas, por outro lado, assimilou os valores ambíguos e contraditórios que permeavam uma parte da intelectualidade da Corte, decorrentes da sua proximidade do poder sem, entretanto, desfrutar de suas benesses. A forma de resolver este impasse era afastar a facção da elite que detinha o bastão de comando, isto é, os setores escravistas, os quais seriam, em teoria, atingidos pela abolição. Logo, a luta de Patrocínio e dos demais intelectuais abolicionistas dirigia-se, prioritariamente, contra os segmentos que representavam o “atraso” e o “conservadorismo”; enfim, todos aqueles que dificultavam o ingresso do país em uma fase de “modernização”, entendendo-se como tal a incorporação de práticas capitalistas.

O jornalista apresentou-se, para os contemporâneos e seus biógrafos, como o grande paladino do abolicionismo, ignorando-se todo um contexto no qual ele estava perfeitamente integrado. Patrocínio foi produto de um momento histórico, vivenciando-o, absorvendo e defendendo uma série de mudanças. Através do envolvimento nesta luta, Patrocínio desejava conseguir um lugar mais destacado nas instâncias do poder. Não somente ele, mas toda a intelectualidade que participou do processo abolicionista.

O que se constata é que, embora a historiografia mais recente considere a campanha abolicionista decorrente das mudanças que estavam

acontecendo na segunda metade do século XIX, fazendo ressalvas sobre o “radicalismo” dos militantes, não há um estudo profundo sobre o pensamento de José do Patrocínio. Os autores que analisaram a sua trajetória não se preocuparam, ou não tinham como meta vinculá-la ao conjunto de ideias disseminadas no período.

Patrocínio encarnava o típico liberal do século XIX, oscilando ente a defesa intransigente dos escravos, a ponto de situar Spartacus como exemplo para aqueles aprisionados pelos grilhões do cativeiro, e o reformista que buscava direcionar, muitas vezes, o seu discurso para sensibilizar os setores escravistas. Esta atitude o tornava semelhante, de certa maneira, ao conjunto da intelectualidade brasileira. Buscaremos, nos seus textos, as contradições e ambiguidades, através de dois referenciais analíticos: paternalismo e reformismo.

O paternalismo, altamente valorizado nos escritos de Patrocínio, tendia a camuflar, muitas vezes, o caráter contemporizador com os senhores. Identificaremos a vertente paternalista nas notícias sobre alforrias, festas beneficentes para a obtenção de fundos para a campanha contra o cativeiro, enfim todas as matérias dos jornais que demonstrem uma “dívida”, efetuada pelos abolicionistas aos cativos. Relacionamos, nesta linha de atuação, os textos de caráter sentimental, a respeito do escravo, construídos com o objetivo de obter apoio da população.

O comportamento reformista de Patrocínio vinculava-se ao receio de uma ruptura radical devido à intensificação da resistência dos escravos, na década de 1880. Averiguamos o caráter, muitas vezes, moderado dos jornais através das notícias sobre revoltas, fugas, enfim todos os meios que os cativos manifestavam para demonstrar a sua oposição a um regime coercitivo. Detectamos, nestes textos, a manipulação do discurso com o objetivo de conscientizar os senhores sobre a inconseqüência da preservação do cativeiro.

A seleção preliminar das fontes foi efetuada na Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional, com a consulta aos jornais da cidade na década de 1880. Priorizamos estas fontes porque iluminam o período, mostrando mais claramente as contradições internas do escravismo. Iniciamos a pesquisa com os periódicos vinculados a José do Patrocínio. Estes deram o tom da campanha antiescravista na capital do Império e

ocuparam lugar destacado neste estudo: *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*.

Também tiveram um tratamento cuidadoso os demais jornais; além do *O Abolicionista*, com duração efêmera, não esquecemos os de caráter republicano, como *O Paiz* e *A República*. Verificamos ainda pequenos órgãos da imprensa da Corte, tais como: *O Carbonário* e o *O Combate* e mais a *Revista Ilustrada*. Cabe acrescentar que outros periódicos examinados, independentes da sua atuação frente ao cativo, vinculavam-se à atuação de Patrocínio. Além dessas publicações, outras fontes foram consultadas para a complementação dos dados da pesquisa, como os Anais da Câmara Municipal da Corte, da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro e do Parlamento, e a Coleção das Leis do Império e relatos de viajantes e cronistas.

No primeiro capítulo, verificamos a trajetória de José do Patrocínio através de uma autobiografia que permitiu estabelecer os pontos marcantes de sua existência, assim como as suas contradições. Ela foi aproveitada pelos seus biógrafos que, de uma maneira geral, omitiram o momento histórico no qual se inseria a campanha abolicionista. Apresentamos o pensamento do jornalista a partir de seus escritos e dos que com ele conviveram, além dos seus textos literários que, direta ou indiretamente, tinham um elo com a estrutura escravista e com a campanha abolicionista.

No segundo, desvelamos, em linhas gerais, o cenário favorável ao desenvolvimento do abolicionismo – a cidade do Rio de Janeiro –, na segunda metade do século XIX, especialmente, na década de 1880, assim como a importância da imprensa na veiculação das ideias antiescravistas. Demonstramos ainda as suas dificuldades em função da existência de um aparato legal que cerceava a total liberdade de imprensa, mas, também, a ação dos setores que se beneficiavam da estrutura escravista e que buscavam impedir a livre manifestação dos jornais abolicionistas. Por outro lado, destacamos as vitórias desses periódicos na veiculação das mazelas do cativo e na mobilização na campanha abolicionista. Enfatizamos, ainda, os cuidados necessários que devem nortear os estudos dos que utilizam a imprensa como fonte básica para as suas pesquisas.

As opiniões sobre as vertentes teórico-metodológicas aqui utilizadas para o estudo do pensamento abolicionista – paternalismo e reformismo –,

externadas através da imprensa e, em especial nos jornais de Patrocínio, foram consolidadas no terceiro capítulo do livro. As suas vinculações com os ideais de progresso e civilização foram analisadas, destacando-se os mecanismos usados por toda uma corrente intelectual que rejeitava o cativeiro. As propostas reformistas, disseminadas pelos jornais, e as preocupações dos propagandistas, no caso José do Patrocínio, com a resistência dos cativos ocuparam esse espaço, obrigando-nos a fazer uma reflexão sobre as suas consequências na vida dos descendentes dos escravos.

Acompanhamos, pois, a trajetória e o pensamento de um intelectual através da imprensa abolicionista da cidade do Rio de Janeiro. Perseguimos, aparentemente, um alvo restrito limitado à figura de José do Patrocínio. Entretanto, a partir de suas relações com o mundo que o cercava, poderemos compreender as bases que forjaram e marcaram, de uma maneira profunda, a atual sociedade brasileira. Patrocínio atuou, em princípio, como “espectador”, mas, por outro lado, agiu como um “ator” na medida em que buscou influir nos acontecimentos relativos à campanha abolicionista da cidade do Rio de Janeiro. O seu testemunho serviu, portanto, para que pudéssemos penetrar em todo um ideário presente naquela parcela da população que tinha acesso às letras e que, de uma forma ou de outra, se engajou na luta pela emancipação dos cativos, mundo do qual ele fazia parte.

Foram muitos os que colaboraram na elaboração da tese e posteriormente do livro e seria impossível agradecer a todos. Entretanto, não posso deixar de citar alguns, mesmo correndo o risco de uma omissão ou de uma injustiça. Inicialmente, devo mencionar os que cooperaram para a viabilidade da Tese de Doutorado. A política do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, no final dos anos oitenta, que visava à capacitação de seus professores, permitiu-me a obtenção de uma Bolsa CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atenuando as dívidas materiais no deslocamento para a USP e dando-me condições para dedicação integral à pesquisa. Estendemos a nossa gratidão aos colegas daquele Departamento pelo apoio e incentivo.

Amplio os meus agradecimentos aos funcionários da seção de microfilmagem e da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional que facilitaram as minhas tarefas e das auxiliares de pesquisa Ana Cristina Sá

de Souza e Andréa Telo da Corte, na época alunas de graduação, que me ajudaram na árdua tarefa de transcrição dos escritos dos jornais. Cabe frisar que os jornais ainda não estavam disponibilizados online, como hoje. Não posso deixar de mencionar Pedro Tórtima, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que facilitou o acesso às gravuras e ao acervo daquela instituição.

Mais agradecimentos especiais a dois inseparáveis amigos, por suas críticas minuciosas aos originais: Ana Maria dos Santos, que os leu, pacientemente, fornecendo-me sugestões e transmitindo-me a sua experiência, e Guilherme Pereira das Neves, amizade sólida, que com extrema dedicação e acuidade enriqueceu este estudo com valiosas críticas. Do mesmo modo, à Lúcia Maria Pereira das Neves pelas palavras de estímulo. Devo destacar a orientação de Nanci Leonzo que, com dedicação e extrema seriedade profissional, ajudou-me a repensar as etapas que nortearam a confecção deste estudo, na época. Várias vezes, a sua palavra amiga injetava novo ânimo, superando as adversidades. Sem o seu apoio intelectual e amizade não teria ultrapassado as dificuldades que surgiram no decorrer do caminho.

Agradeço também à Lucia, que compartilhou os diversos momentos e as aflições que permeiam a confecção de uma tese, assim como as minhas filhas, Alessandra e Danielle, que souberam entender o meu isolamento, pesquisando, estudando ou redigindo para conseguir atingir o fim almejado. Da mesma forma, na transformação da tese em livro, Maria Elisa ajudou-me com várias sugestões para que esse objetivo fosse alcançado. Minha companheira nessa nova viagem, quando dividiu comigo as alegrias e as dificuldades da vida em comum, também se sacrificou assim como nossas filhas Carolina e Isabel. Enfim, novo livro, novos momentos, novos desafios que dão um sentido à nossa existência.

1 – JOSÉ DO PATROCÍNIO: DA AUTOBIOGRAFIA À BIOGRAFIA

Quando a grande questão abolicionista, no Brasil, estiver definitivamente resolvida, e que o historiador futuro tratar desse assunto terá forçosamente de declarar que entre os que trabalharam por aquela causa, nenhum dedicou-se a ela com mais entusiasmo, ardor, convicções sinceras, fazendo sacrifícios, do que José do Patrocínio.

Gazeta da Tarde. 28 de setembro de 1887

1.1 – O HOMEM NO ESPELHO: A CONSTRUÇÃO DO MITO

Em 1884, após retornar ao Brasil de uma viagem à Europa, Patrocínio foi acusado de desviar verbas da Confederação Abolicionista e de pecúlios para a libertação de escravos para, segundo seus “detratores”, financiar as despesas que teria efetuado no exterior. Por conta destas acusações, escreveu a autobiografia “Uma Explicação”, publicada na *Gazeta da Tarde*¹ descrevendo inúmeros episódios de sua vida para justificar sua ascensão social e sua luta contra a escravidão e, ao mesmo tempo, repudiar as acusações que lhe eram imputadas. Começa o texto, ressaltando que foi alvo de “calúnias” e “injúrias”, sem apresentar maiores detalhes sobre as acusações.

¹ 29 de maio de 1884. A autobiografia foi amplamente utilizada pelos biógrafos do jornalista, como por exemplo: MAGALHÃES JR., Raimundo. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969; MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879/1888)*. 2ª ed., Brasília: UNB, 1986; ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1953. A Confederação Abolicionista congregou diversas entidades na luta antiescravista, assunto que abordaremos posteriormente.

Há já muito tempo sou continuamente alvo das mais dolorosas calúnias e das mais cruciantes injúrias. Os meus adversários, em cuja vida privada nunca penetrei, muitas vezes só em respeito à compostura da imprensa, divertem-se em pintar-me como a chaga mais cancerosa da nossa sociedade.

Até certo ponto a guerra satisfaz a minha vaidade. À proporção que a calúnia se torna mais furiosa, sinto crescer em torno do meu humilde nome a estima pública e fortalecer-se a dedicação dos meus amigos.

Não quero, porém, deixar que por mais tempo o povo brasileiro acredite, sob palavra dos meus amigos, na minha honra e no desinteresse com que tenho servido à causa da abolição.²

Depois, justificou a origem do dinheiro que custeou a ida à Europa, afirmando que as suas posses foram obtidas com o “trabalho, escudado na cooperação dos amigos”. Finalizou o texto enfatizando que chamaria à “responsabilidade todos os artigos injuriosos e caluniosos”, exigindo retração perante os tribunais, sem explicitar, claramente, quem eram esses “detratores”.³ Os números subsequentes da *Gazeta da Tarde* não teceram mais nenhum comentário sobre o assunto. O texto, uma forma de se defender das acusações, deixa transparecer grande preocupação em explicar as suas ações. Portanto, devemos utilizá-lo com um cuidado ainda maior, em virtude da sua própria natureza, isto é, um discurso cujo objetivo era eliminar quaisquer sombras de dúvidas sobre a honestidade do autor.

Patrocínio, nesta pequena autobiografia, distinguiu três fases de sua vida. Na primeira, enfatizou a infância e adolescência, desde o seu nascimento (1853) até os primeiros contatos (1874) com os componentes do Clube Republicano e amigos que o influenciaram, não só em termos pessoais como também profissionais. Na segunda, salientou o início de sua carreira jornalística, período em que assimilou o pensamento abolicionista e republicano. Depois de seu ingresso na *Gazeta de Notícias* (1877), passou a ocupar um lugar de destaque na vida mundana da Corte. Na terceira, quando assumiu a propriedade da *Gazeta da Tarde* (1881), valorizou a sua atuação como um jornalista combativo contra a escravidão. Nesta ocasião, casou-se com a filha de um eminente líder do Clube Republicano. Consideramos que esta fase se estendeu até 1888, momento

² *Gazeta da Tarde*. 29 de maio de 1884.

³ *Idem, ibidem*.

da extinção legal do cativo, embora 1884, como já afirmamos, seja a data correspondente à publicação desta autobiografia.

Acrescentaríamos uma quarta, do estabelecimento da República, em 1889, até a sua morte, em 1905, correspondente à ausência de uma nova meta pela qual pudesse lutar - a sua trajetória de vida esteve basicamente vinculada ao abolicionismo. Com a extinção legal da escravidão, encerrou-se uma das razões de sua luta não significando, entretanto, que ficasse no “ostracismo”, já que manteve vínculos com a estrutura de poder, apesar da prisão e do exílio para o Amazonas, em 1892, por suas críticas à presidência de Floriano Peixoto (1891-1894).

José Carlos do Patrocínio nasceu em Campos dos Goitacazes, na Província do Rio de Janeiro, da união do pároco João Carlos Monteiro, grande fazendeiro local, e de uma jovem negra, provavelmente sua escrava, depois liberta, Justina Maria do Espírito Santo, que tinha doze ou treze anos. O jornalista, na sua infância, habitava a propriedade paterna, tendo uma educação sob critérios similares aos aplicados aos filhos dos grandes proprietários no Brasil, o que não o impediu de dizer: “sou filho de uma pobre quitandeira” e “do vigário de Campos que não me perfilhou, mas que toda a gente sabe que era meu pai”.⁴

Posteriormente, Patrocínio trouxe a mãe, já muito doente, para a Corte, em 1885, sendo que logo depois ela faleceu, nesse mesmo ano. O seu enterro revestiu-se de um caráter político de denúncia contra a atuação do pai e de sua condição de senhor que reescravizou africanos livres, libertos após a ação do Estado, porque tinham sido traficados posteriormente à Lei de 1831. Muitos desses africanos foram entregues à guarda de pessoas com vinculações políticas que, como o pai de Patrocínio, os reduziram à escravidão. A indignação do jornalista se reflete nas palavras: “bacharel João Carlos Monteiro. Este é o nome do meu pai! Pois bem, eu declaro [...] que estes africanos foram reduzidos à escravidão. [...] Deles proveio a escravatura de meu pai, que subiu a 92 pessoas. Estes desgraçados, por morte do senhor, foram vendidos para pagar as dívidas do homem que os havia escravizado!”⁵

⁴ *Ibidem*. Também, MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, ps. 163/164.

⁵ *Gazeta da Tarde*. 16 de março de 1885. MAGALHÃES JR. *Ob. cit.*, p.8. Situação similar

A infância de Patrocínio, segundo depoimento prestado posteriormente, transcorreu na casa da cidade ou na fazenda do Imbé, situadas em Campos, pertencentes ao pai. A instrução primária obteve nos colégios campistas. Quando menino, retornando de um passeio a cavalo, desferiu uma forte pancada, com o cabo do chicote, na cabeça de um velho escravo que demorou a abrir a porteira. O pai o repreendeu quando foi informado sobre o ocorrido. O jornalista considerou este episódio como o marco inicial de sua vida, pois lhe permitiu o aumento da capacidade de percepção sobre a exploração dos cativos. Em função da aquisição de uma maior consciência, ele começou a entrar em atrito com o pai, em virtude do tratamento dispensado aos escravos e à própria mãe, saindo da casa paterna aos 15 anos de idade por causa das dificuldades de convivência.⁶

Esses acontecimentos o influenciaram profundamente. Em diversos escritos, ele deixa transparecer os ressentimentos em relação ao pai. O vigário de Campos sempre era apresentado como uma pessoa desinteressada sobre o destino do filho. Esta situação não pode ser considerada, no Brasil, uma exceção. Ao contrário, era comum os prelados agirem da mesma forma que os demais senhores: utilizavam as escravas para saciar o seu apetite sexual e, depois, as abandonavam, sendo que algumas vezes conservavam os rebentos, produtos dessas relações, como mais uma cria do seu plantel. Gilberto Freyre assinalou que as práticas de “arregaçarem as batinas”, para desempenharem funções nada compatíveis com os votos de castidade, eram bastante disseminadas entre os clérigos brasileiros, que se esmeravam nos “excessos de libertinagem com negras e mulatas”.⁷

ocorreu com Luiz Gama (1830-1882), vendido pelo pai como escravo, aos dez anos de idade, para pagamento de dívidas e, da mesma forma que Patrocínio, filho de uma quitandeira livre. Ver: AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

⁶ SENA, Ernesto. *Rascunhos e Perfis*. 2ª ed., Brasília: Edit. UNB, 1983, ps. 300/301. O autor (1858-1913) participou da campanha abolicionista e era cunhado de Patrocínio. Nesse texto, publicado inicialmente em 1905, transcreveu parte da autobiografia que serviu também como fonte básica, aos diversos biógrafos, para a reconstituição da vida do jornalista.

⁷ *Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. 20ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, p. 423.

Apesar desse rancor em relação ao pai, Patrocínio, anos depois, já no final de sua vida, usou um pseudônimo – Justino Monteiro – para assinar uma crônica semanal humorística no jornal *A Notícia*.⁸ O prenome relaciona-se à sua mãe (Justina Maria do Espírito Santo) e o sobrenome é alusão ao seu pai (João Carlos Monteiro). Talvez a escolha tenha sido a maneira de homenagear a mãe e um desejo contido de ter sido reconhecido como filho legítimo. Através do pseudônimo, ele conseguiu adquirir a filiação tão desejada e, nas entrelinhas, destacar que o seu pai era um elemento proeminente da elite política imperial: pároco e vereador dos Campos dos Goytacazes, além de deputado provincial. O cerne da questão era demonstrar para a sociedade, que valorizava o branqueamento como uma das metas para alcançar o patamar dos “países civilizados”, que o vínculo sanguíneo com o pai facilitou a incorporação de atributos que lhe permitiram galgar a escala social.

Segundo as informações obtidas na autobiografia, ele se estabeleceu na Corte, em 1868, trabalhando “como quase servente” na farmácia da Santa Casa de Misericórdia. O Rio de Janeiro fervilhava com as novas ideias oriundas da Europa, exaltando a civilização e o “progresso”. Era um ambiente perfeito para um jovem ambicioso que tinha aspirações intelectuais. Com o auxílio de “amigos protetores” Patrocínio tentou ingressar sem êxito no curso de Medicina, mas acabou se diplomando em Farmácia, em 1874, embora nunca tenha exercido a profissão, sobrevivendo como professor de “primeiras letras” a alunos particulares. Essa função lhe proporcionava, além de recursos para a sobrevivência, contato com pessoas influentes da Corte que lhe abriram as portas para ingressar na “Cidade das Letras”.⁹ Ele mencionou, várias vezes, os que o ajudaram, tais como:

o Sr. Conselheiro Albino de Alvarenga, hoje vice-diretor da Faculdade de Medicina [...] o Sr. Dr. Batista dos Santos, hoje Barão de Ibituruna [...] o meu exemplar mestre e amigo o Dr. João Pedro de Aquino que, de graça, franqueou-me o seu externato, onde estudei naquele período, [...] recebia casa e comida de graça do meu amigo Sebastião Catão Callado.

⁸ Cf. SENA, *Ob. cit.*, p. 307.

⁹ Sobre o conceito e suas implicações, ver RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Após citar os nomes dos amigos para comprovar o seu comportamento, buscava ressaltar o seu empenho para ascender socialmente: “Fui sempre trabalhador, mas sempre ativo”.¹⁰ Esta era a forma de se justificar perante seu público leitor.

A segunda fase de sua vida, como assinalamos, iniciou-se com o envolvimento na propaganda republicana, momento em que começou a frequentar as reuniões do Clube Abolicionista e Republicano, no Largo da Cancela, bairro de São Cristóvão, próximo à Imperial Quinta da Boa Vista, residência do Imperador. Manteve também um relacionamento bastante estreito com um dos líderes republicanos, o Capitão Emiliano Rosa de Sena, seu futuro sogro, chegando a morar na sua residência durante algum tempo, em troca de aulas particulares para os seus filhos. Foi assim que Patrocínio ampliou o seu círculo de amizades e o espaço que lhe abriu, de uma forma definitiva, as portas do jornalismo da Corte, inicialmente, como conferente de revisão do jornal liberal *A Reforma*, sob a direção do abolicionista Joaquim Serra (1838- 1888).¹¹

Patrocínio aprofundou as denúncias contra a escravidão na *Gazeta de Notícias*, periódico onde atuou de 1877 até 1881, além de escrever versos amorosos, dedicados clandestinamente à filha do Capitão Sena, Maria Henriqueta, ou Bibi. Em 1877, com 15 anos de idade, ela tinha sido uma de suas alunas, mas havia naquele momento uma oposição dos pais ao relacionamento entre o jornalista, negro, iniciando a sua vida profissional, e a jovem, branca, pertencente a uma família importante da cidade do Rio de Janeiro.¹² No entanto, as adversidades sentimentais não o abateram, pois se dedicou com mais empenho ao jornalismo, intensificando as suas atividades na *Gazeta de Notícias*.

Ampliou o seu campo profissional nesse jornal com a coluna “Semana Política”, utilizando o pseudônimo de Proudhomme. A influência de Pierre-Joseph Proudhon em Patrocínio está presente no “slogan” usado ao final dos seus textos, semelhante ao popularizado pelo publicista francês: “A escravidão é um roubo. Todo dono de

¹⁰ *Gazeta da Tarde*. 29 de maio de 1884.

¹¹ Fundado em 1869, foi um dos primeiros jornais antiescravistas da Corte, sendo superado por outros periódicos mais atuantes em meados da década de 1870. MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, p. 28.

¹² MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, p. 63.

escravo é um ladrão”. (Proudhon afirmava que a propriedade é um roubo).¹³ Apesar de essa expressão adquirir uma conotação de radicalismo, Patrocínio, como Proudhon, considerava a manutenção da ordem como limite para a efetivação das mudanças preconizadas pelos abolicionistas. Começou em 1878 a escrever artigos e poesias no semanário ilustrado, humorístico e satírico *O Besouro*, do caricaturista português Raphael Bordallo Pinheiro (1846-1905), assinando como Zé do Pato. No final de 1877, assumiu a redação da *Gazeta de Notícias*, embarcando no ano seguinte para o Ceará, com a missão de fazer a cobertura da grande seca que assolou a região no período. O material colhido dessa viagem serviu para que ele escrevesse o romance *Os Retirantes*, publicado em 1879.

Após o retorno do Norte, tornou-se mais incisivo nas suas críticas. No início de 1880, Patrocínio atuou na *Revolta do Vintém*, reação popular no Rio de Janeiro contra a criação de uma taxa que incidia sobre o transporte urbano e era repassada ao usuário. O protesto que resultou na destruição de bondes no centro do Rio de Janeiro, terminou com mortos e feridos e marcou profundamente o início da década, pois favoreceu a participação de novos atores nos debates sobre as questões públicas na Corte e no próprio Império. Foi uma mudança qualitativa, que ensejou o desenvolvimento de uma nova cultura política, como observou Sandra Graham. As discussões políticas ganharam as ruas e praças, incentivando maior participação das camadas mais humildes da população urbana do Rio de Janeiro, e tiveram amplo destaque na imprensa da Corte.¹⁴ A *Revolta do Vintém* mostrou que as ruas poderiam se manifestar, apesar das normas excludentes que marginalizavam a maioria da população. Os mecanismos clientelísticos, de apadrinhamento e de vantagens eleitorais por

¹³ MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, p. 42. ORICO, *Ob. cit.*, p. 70. Sobre o pensador francês ver: RESENDE, Paulo-Edgar A. e PASSETTI, Edson (orgs.). *Pierre-Joseph Proudhon*. Col. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1986. PROUDHON, Pierre Joseph. *O que é propriedade?* (1840), São Paulo: Martins Fontes, 1988. Nesse texto o autor fez uma analogia entre a escravidão e a propriedade: “O que é a escravidão? [...] É o assassinato”, mais adiante, comparando-a com a propriedade: “O que é a propriedade? [...] É o roubo [...]”, p. 15.

¹⁴ GRAHAM, Sandra L. “O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro em 1880”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 10 (20): ps.211/232, mar/agosto 1991.

parte dessas elites agiam como formas sutis de controle social, evitando uma ação política mais efetiva por parte dos setores populares.¹⁵

A *Gazeta de Notícias* apoiou, através da pena de seu polêmico redator, a revolta. Patrocínio, um dos líderes, assim como Lopes Trovão, proprietário do jornal *O Combate*, e José Ferreira de Menezes, fundador da *Gazeta da Tarde*, foram ameaçados de prisão.¹⁶ A relevância da *Revolta do Vintém* se vincula à ação dos militantes antiescravistas do Rio de Janeiro, e de um engajamento maior da sociedade nas passeatas, palestras, conferências e comícios contra o cativo. O abolicionismo ganhou as ruas, tornando-se um reflexo, entre outras coisas, da insatisfação da população da Corte. Esse movimento popular, junto com a luta dos escravos, serviu para pressionar cada vez mais as elites políticas numa solução para a “questão servil”.¹⁷ A década iniciou-se de forma auspiciosa para o propagandista.

O jornalista, a partir daquele momento, participou mais assiduamente das reuniões do Clube Abolicionista e Republicano de São Cristóvão, estabelecendo uma relação mais próxima com o Capitão Emiliano Rosa de Sena. Evidentemente, desejava angariar as simpatias do futuro sogro que, até aquele período, era contra as suas pretensões em relação à filha. Entretanto, os tempos já eram outros: Patrocínio estava se destacando no jornalismo e no movimento abolicionista. No ano seguinte, em janeiro de 1881, após a aprovação da família Sena, casou-se. A *Gazeta da Tarde* noticiava as bodas, desejando-lhe muitas “venturas”, e que a “noiva boa e inteligente menina que se apaixonou por ele principalmente por seu talento, guie-o nos dias maus e acompanhe-o nas suas alegrias”.¹⁸

¹⁵ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1997.

¹⁶ *Gazeta de Notícias*. 10 de janeiro de 1880.

¹⁷ BERGSTRESSER, Rebecca B.. *The movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, 1880-1889*. Tese de Doutorado, mimeo, Stanford, 1973, ps. 35/48; 101/102; 189/92. MACHADO, Humberto Fernandes. “O Abolicionismo ‘ganha as ruas’ no Rio de Janeiro”, in *Revista da SBPH*, Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1998, ps. 71/76.

¹⁸ 14 de janeiro de 1881. CAVALCANTI, Emiliano Di. *Reminiscências Líricas de um Perfeito Carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. O autor era sobrinho de Patrocínio, escreveu apoiado em depoimentos orais da mãe e da sua tia Bibi, ps. 56/57.

Mas, como em qualquer romance, o de Patrocínio também teve o seu lado espinhoso. Uma campanha difamatória contra o seu casamento foi orquestrada por parte de alguns setores da imprensa, destacando-se Apulcro de Castro, jornalista negro, proprietário do *Corsário*. Ela se apoiava em visões preconceituosas em relação ao envolvimento do jornalista negro com uma mulher branca, de uma família tradicional da sociedade da Corte. Criticava o abolicionista, denominando-o “Preto Cínico” e “espertalhão”, que se utilizou de uma “menina branca” para alcançar “os seus mais atrevidos sonhos e com quem procriar uma ninhada diversa de sua grei”. Para Apulcro de Castro, Patrocínio cometeu uma verdadeira “deserção”, negando as suas origens africanas e sua cor.¹⁹ No entanto, as farpas lançadas pelo jornal não surtiram efeito e nem tiveram grandes repercussões.

Como destacado, a década de 1880 apresentava maiores perspectivas para a militância abolicionista e para o próprio Patrocínio. A propaganda contra a escravidão intensificou-se com a maior pressão das ruas e da imprensa, além do aumento da resistência dos escravos. O jornalista, por outro lado, ampliou o seu círculo de amizades, não só pelo casamento, mas também devido à sua atuação profissional. Era natural, portanto, que se tornasse mais ousado, explicitando mais claramente sua posição.

O maior envolvimento de Patrocínio com a campanha abolicionista provocou os primeiros atritos com a direção da *Gazeta de Notícias* devido à posição cautelosa do jornal e culminou com a sua demissão, em junho de 1881. Essa fase, que se encerrou com a sua saída do periódico e o seu casamento, tornou-se um verdadeiro aprendizado para Patrocínio em virtude da consolidação das suas ideias antiescravistas e da necessidade de intensificar o movimento abolicionista. O menino negro, que enfrentou inúmeras dificuldades, conseguiu projetar-se como um dos grandes jornalistas da Corte, convivendo com pessoas que facilitaram a sua ascensão

¹⁹ *Corsário*. 9 de fevereiro de 1881. Apulcro de Castro exercia um jornalismo de denúncias e agressões pessoais, desqualificando de forma pejorativa suas vítimas. Acabou sendo assassinado por militares, em 1883, quando direcionou seus ataques contra oficiais do Exército. MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, ps. 94/99. As acusações de Apulcro de Castro a Patrocínio sobre a negação de suas origens vinculam-se ao aumento do número de mulatos e negros livres que exerceram a prática do “silêncio da cor”. A respeito do assunto, ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, ps. 98/99.

profissional e social, permitindo-lhe engajar-se de uma forma mais arrojada na luta contra o cativo.

A partir de 15 de agosto de 1881, iniciou-se, o que ele denominou a “terceira fase de minha vida”. Com recursos colocados à sua disposição pelo sogro, Patrocínio adquiriu parte da sociedade e depois a propriedade da *Gazeta da Tarde*, que tinha acabado de perder um dos seus proprietários, Ferreira de Menezes, falecido subitamente. O jornal era o principal divulgador da campanha abolicionista na Corte, aumentando a sua contribuição na luta contra o cativo sob a direção de Patrocínio. Segundo o articulista, o jornal atravessava uma grave situação financeira, resolvida através de empréstimos: “pedindo crédito e obtendo-o, satisfiz os meus compromissos, de modo que se evidenciava o meu trabalho e o meu sacrifício”.²⁰

Retornou ao Ceará, em 1882, para apoiar a campanha dos jangadeiros contra o transporte de cativos no porto, pronunciando diversas conferências em Fortaleza. Acarape tornou-se o primeiro município cearense a terminar com a escravidão. Outros o seguiram. Patrocínio participou ativamente, ao lado dos abolicionistas cearenses, na luta pela emancipação dos escravos da Província. Durante o ano de 1883, a *Gazeta da Tarde* apresentou, em diversas edições, matérias referentes aos acontecimentos que redundaram, no ano seguinte, na eliminação definitiva do trabalho compulsório, naquela Província.

A abolição no Ceará é um milagre do patriotismo. [...] A Redenção de dois municípios riquíssimos (Baturité e São Francisco), [...], é um desmentido solene aos que dizem que o braço escravo é indispensável à agricultura. Baturité é um município agrícola; o café é sua riqueza. Não obstante, pode dispensar o escravo, do mesmo modo que São Francisco, o município algodoeiro, já o havia dispensado antes. A confusão dos nossos adversários é, pois, completa. Já não tem vigor a sombra do argumento para defendê-los. Ao Ceará ficará eternamente a glória de os haver desmascarado perante o mundo civilizado.²¹

²⁰ *Gazeta da Tarde*. 29 de maio de 1884.

²¹ 26 de março de 1883. Sobre o assunto ver: GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 3ª ed., Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1984. MOREL, Edmar. *Vendaval da Liberdade: a luta do povo pela abolição*. São Paulo: Global, 1988.

No final de 1883, Patrocínio embarcou para a Europa, alegando a necessidade de complementar, em Lisboa, as informações para concluir o romance *Pedro Espanhol*, descansar em virtude de problemas de saúde, por causa de “congestões no fígado”, e tomar medidas para a reforma da *Gazeta da Tarde*.²² Também queria estabelecer contato com movimentos abolicionistas de Portugal, Espanha e França. A *Gazeta da Tarde* transcreveu matérias do jornal português *O Século* sobre a recepção em homenagem ao propagandista, efetuada por intelectuais lusos e a festa de sua despedida. Obviamente, o texto estava repleto de elogios a Patrocínio, exaltando-o como “um dos mais denodados campeões pela abolição da escravatura”.²³

Em Paris, segundo a *Gazeta da Tarde*, ele teve uma boa receptividade para o seu trabalho e angariou apoios importantes na luta antiescravista, entre os quais o do Senador e historiador Victor Schoelcher (1804-1893), um dos líderes abolicionistas franceses, e do escritor Victor Hugo (1802-1885). Os dois se manifestaram publicamente contra a instituição.²⁴ Patrocínio escreveu uma carta, a este último, solicitando a sua interferência junto ao Imperador para que o mesmo “assentasse um golpe decisivo” no cativo. Comentou a abolição do Ceará, que foi realizada “graças aos esforços de associações abolicionistas”. Apelou para o escritor:

Basta uma palavra! Ela atravessará os mares e irá repercutir no espírito desse Imperador, desse D. Pedro II, que um dia veio sentar-se à sombra do vosso gênio. A vossa palavra ressoará como um incentivo supremo na alma daqueles que lutam pela liberdade integral dos seus semelhantes. [...] Uma palavra para a nossa nobre causa! Mestre, é a causa dos oprimidos. O último, porém, o mais fervoroso dos vossos admiradores.²⁵

Posteriormente, Victor Hugo respondeu-lhe, enaltecendo a figura do Imperador e a abolição do Ceará, um passo importante para eliminar

²² *Gazeta da Tarde*. 13 de novembro de 1883.

²³ 13 de fevereiro de 1884. MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, p. 141.

²⁴ Diversos números do jornal abordaram o assunto, entre os quais: 17/18/19/24 de abril de 1884. Os dois intelectuais franceses participaram de movimentos abolicionistas internacionais.

²⁵ Carta de José do Patrocínio a Victor Hugo. Paris, 22 de março de 1884. *Gazeta da Tarde*, 18 de abril de 1884.

a escravidão da “face da terra antes do fim do século”.²⁶ Durante um banquete comemorativo pela extinção do cativo naquela província, oferecido por Patrocínio em Paris aos intelectuais, membros da imprensa e políticos franceses que “trabalhavam pela extinção do cativo em todo mundo”, ele fez um histórico do movimento abolicionista através do artigo “L’affranchissement des esclaves de la province du Ceará au Brésil”. Segundo a *Gazeta da Tarde*, os presentes prestaram total solidariedade à ação de Patrocínio contra o escravismo no Brasil, exaltando-lhe o empenho para debelar o cativo.²⁷ No entanto, os gastos para a organização desse banquete serviram de argumentos para imputar a Patrocínio o epíteto de “papa pecúlios”, razão da sua autobiografia defensiva, como já mencionamos.

Após o seu retorno da Europa, ele se envolveu cada vez mais na arena política para combater o escravismo e aplicar na prática as ideias que defendia. A convocação das eleições, em 1884, ocasionou uma mobilização dos militantes para tentarem obter o maior número de vagas no Parlamento. Patrocínio acreditava que existiam também mecanismos políticos suficientes para minar os alicerces do cativo e que os abolicionistas deveriam ampliar o seu espaço buscando, através de leis, a reforma das instituições. Neste contexto, é compreensível, portanto, o lançamento da candidatura do jornalista à Câmara dos Deputados, apoiada pela Confederação Abolicionista.²⁸

Para Patrocínio, a Câmara situava-se como uma tribuna que possibilitava a difusão das ideias antiescravistas. Logo, era natural que sustentasse a participação dos abolicionistas na conquista de cadeiras no Parlamento, pois, conforme havia se manifestado anteriormente, eles teriam “mais direito que alguns que as ocupam pelo fato de serem parentes ou amigos deste ou daquele potentado”.²⁹ Um “tribuno a serviço dos cativos”. As-

²⁶ *Gazeta da Tarde*. 18 de abril de 1884. A carta escrita por Victor Hugo ao Imperador Pedro II, solicitando-lhe apoio à campanha contra o cativo, foi utilizada como veículo de propaganda pelos abolicionistas; cf. MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, ps. 152/153.

²⁷ *Gazeta da Tarde*. 17 e 19 de abril de 1884.

²⁸ *Gazeta da Tarde*. 25 de setembro de 1884. Sobre a participação de Patrocínio no processo eleitoral, no Império e na República, ver: VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira. *República sim, escravidão não: O Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República (1888-1905)*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 2012.

²⁹ *Gazeta de Notícias*. 14 de novembro de 1880.

sim, se julgava verdadeiro missionário, capaz de liquidar o atraso, evitando que o país se desmoronasse ao sabor da carcomida instituição, verdadeiro “cancro roedor do Império”.

Entretanto, as forças contrárias à sua candidatura utilizaram mecanismos que demonstravam o inconformismo em relação à possibilidade de sua vitória eleitoral. Segundo a *Gazeta da Tarde*, ele recebeu uma carta anônima, de caráter injurioso, com acusações preconceituosas por causa de sua cor. Patrocínio externou o seu repúdio, assinalando que, embora fosse preto, não era escravo. Relacionou as calúnias escritas pelo “digno anônimo” à opção da Confederação Abolicionista, que apresentou o seu nome “aos sufrágios do eleitorado do 3º. distrito desta capital”.³⁰ Podemos perceber que o jornalista, embora fosse considerado o abolicionista mais aguerrido do Rio de Janeiro, demonstrou uma visão preconceituosa na medida em que negou, com veemência, quaisquer laços com a escravidão. Não era um preto qualquer muito menos escravo.³¹

No manifesto aos eleitores, de 24 de novembro de 1884, prometeu combater o cativo porque a abolição ganhou a consciência pública a qual havia se tornado mais “intransigente que os propagandistas”. No entanto, mais adiante demonstrava o seu poder de conciliar, nem que fosse para a obtenção de votos: “se for eleito, [...] proporei, de acordo com minhas opiniões expendidas na imprensa, [...] medidas que, parece, prepararão a lavoura para uma transformação radical e pacífica dentro de 5 anos”, sem explicitar como esta seria efetuada. A retórica do candidato estava de acordo com a atuação do militante. Patrocínio finalizou o texto reafirmando as suas convicções abolicionistas, situando-se como um dos mentores intelectuais das reformas que visavam ao “progresso da nação”.

É para essa obra de patriotismo e de civilização que eu, em nome da Confederação Abolicionista, convido o eleitorado do 3º. Distrito do Município Neutro. Educado nos princípios do meu século e amando mais as minhas convicções do que as posições efêmeras, que só têm o valor moral dos indiví-

³⁰ *Gazeta da Tarde*. 27 de setembro de 1884. Esse distrito era composto por: São Cristóvão, Espírito Santo, Engenho Velho, Engenho Novo e Inhaúma.

³¹ Sobre a negação da cor, ver MATTOS, Hebe Maria, *Das cores do silêncio...*

duos que as ocupam, não me prometo a nenhum partido, mas à Pátria, que procurarei abrir à cooperação de todos os povos com iguais direitos e deveres.³²

Embora o sistema eleitoral censitário vigente, baseado no clientelismo que marca até hoje a vida política brasileira, dificultasse a sua possível eleição, ele a situava como transcendental, pois seria uma forma de obter apoio para a causa abolicionista, ou seja, a “esperança de respingar no eleitorado uma porção de simpatia popular, em que germinou, cresceu e avigorou-se a propaganda de igualdade humana”.³³ Mas, a nova legislação eleitoral, estabelecida pela Lei Saraiva, de 1881, reduzindo drasticamente a participação política, tornou-se outro obstáculo à sua vitória.³⁴ Assim, Patrocínio não conseguiu ser eleito. Os candidatos mais votados, Bezerra de Menezes e Bulhões de Carvalho, conseguiram, respectivamente, 486 e 370 votos, enquanto o jornalista foi escolhido por 160 eleitores. Contudo, ele considerou ter cumprido o seu dever na disseminação da propaganda abolicionista, sentindo-se honrado por aqueles que “ampararam” a sua candidatura: “Agradeço-lhes, penhorado, a alta prova de consideração que me deram, e, prometendo-lhes continuar no caminho encetado com inquebrantável esforço”.³⁵

Patrocínio, durante o ano de 1886, participou de mais duas eleições. A primeira foi realizada em janeiro para o preenchimento das vagas para a Câmara de Deputados, após sua dissolução efetuada no final do ano anterior durante o governo do Barão de Cotegipe (1885-1888). Concorreu novamente pelo Partido Republicano, apoiado pela Confederação Abolicionista. No seu manifesto, intitulando-se representante da “grande obra de reconstrução social”, reafirmou as suas convicções republicanas e antimonarquistas, embora enfatizando o seu caráter abolicionista.

Republicano desde os primeiros dias da lucidez do meu raciocínio, em toda parte a que pode chegar uma palavra minha, na imprensa como na tribuna popular, protestei sempre contra o sistema que nos enfraquece e desnatura os sentimentos e o caráter, que nos deforma e brutaliza os atos e as aspirações: a

³² *Gazeta da Tarde*. 25 de novembro de 1884.

³³ *Idem, ibidem*.

³⁴ Sobre a Lei Saraiva e o clientelismo no Império, ver: GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política...*

³⁵ *Gazeta da Tarde*. 5 de dezembro de 1884.

monarquia constitucional. [...] Pedindo os vossos sufrágios, Srs. eleitores, para aventurar-me à luta sem tréguas contra a monarquia e a escravidão.³⁶

As eleições constituíram-se em uma grande derrota para os abolicionistas, inclusive Patrocínio, pois o Gabinete Cotegipe utilizou todos os mecanismos da máquina governamental para preservar a maioria conservadora. O jornalista comentou, na *Gazeta da Tarde*, o resultado do escrutínio, que expressava, segundo suas palavras, a força de um governo baseado “na coerção política”.³⁷

Apesar de derrotado, tentou novamente a carreira política. Afinal, ele havia conseguido 160 votos na eleição de 1884, cacife que não podia ser desperdiçado. Patrocínio se candidatou, em 1886, a uma cadeira de vereador na Câmara Municipal da Corte. A sua campanha, que tinha como plataforma básica a eliminação do trabalho escravo, foi uma forma de intensificar a propaganda abolicionista. A Confederação Abolicionista lançou, em 21 de junho daquele ano, um Manifesto, assinado por João Clapp e André Rebouças, entre outros, de apoio ao seu nome “para desfaldar a bandeira da libertação no Município Neutro”.³⁸

A campanha eleitoral terminou com uma grande manifestação, realizada no Teatro Politeama, com a presença de Joaquim Nabuco (1849-1910) que exaltou a figura de Patrocínio, cuja candidatura, segundo ele, “devia ter todo apoio, quanto mais agora, que o povo se sente envergonhado com os últimos atos do governo”. Nabuco, no seu discurso, faz referência às ações do Gabinete liderado pelo Barão de Cotegipe restringindo a atuação dos abolicionistas, punindo aqueles que acoitassem escravos, além da aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe, ou dos Sexagenários. Segundo a *Gazeta da Tarde*, duas mil pessoas assistiram o comício que, ainda, contou com discursos de Quintino Bocaiúva (1836-1912), na época redator do jornal republicano *O País*, e de João Clapp.³⁹ Patrocínio foi eleito em quarto lugar, com 207 votos.

Em virtude de problemas financeiros, Patrocínio associou-se, em meados de 1886, a um comerciante, Luiz Ferreira de Moura Brito. Ao

³⁶ *Ibidem*. 5 de janeiro de 1886.

³⁷ 16 de janeiro de 1886.

³⁸ *Gazeta da Tarde*. 22 de junho de 1886.

³⁹ 30 de junho de 1886.

lado do título do jornal *Gazeta da Tarde*, observamos a referência à sociedade: Patrocínio & Brito, a qual se manteve até setembro de 1887, quando o abolicionista vendeu a sua parte. Assim, o principal órgão abolicionista da cidade noticiava o distrato, destacando a propriedade de Luiz Ferreira de Moura Brito e que continuaria a ser um “órgão democrático, sem ligação a nenhum dos nossos partidos políticos [...] na incandescente questão abolicionista, sustentaremos esta dentro da legalidade”.⁴⁰ Logo depois, no final de setembro de 1887, Patrocínio fundou o jornal o *Cidade do Rio*, no qual participou das celebrações pela vitória do movimento abolicionista.

João Marques, advogado e abolicionista, que desfrutou do convívio de Patrocínio, assistiu à solenidade que oficializou a eliminação do escravismo. Narrou a emoção do jornalista e dos demais abolicionistas: “nos abraçávamos, nos beijávamos, com os olhos luzindo de lágrimas e com a voz enrouquecida pelos gritos de entusiasmo e de alegria”. Ele informou que as festas duraram dias e que Patrocínio sempre era aclamado nos locais por onde passava.⁴¹ Cabe registrar um fato, descrito por João Marques, a respeito desses atos de reconhecimento da população pela atuação do abolicionista. Após a assinatura da “Lei Áurea” pela Princesa Isabel (1846-1921), ele, Patrocínio e outros propagandistas participaram de um banquete comemorativo. Depois do jantar, o narrador e o jornalista tomaram um bonde no Largo de São Francisco, centro da cidade, para São Cristóvão, bairro onde residiam. Durante todo o percurso, mesmo buscando esconder-se, Patrocínio era ovacionado por populares que lhe gritavam o nome.⁴² Enfim, era a identificação da população, em especial aquela mais humilde, com o jornalista negro que teve o mérito de galgar os degraus da fama através da luta antiescravista.

As edições do *Cidade do Rio*, nos dias que sucederam a abolição, publicaram diversas mensagens e telegramas saudando Patrocínio. Numa das cartas, uma menina sugeria que se fizesse uma subscrição pública para doar-lhe uma pena de ouro. Um dos números do jornal apresentou

⁴⁰ 1 de setembro de 1887.

⁴¹ Cf. SENA, Ernesto. *Rascunho e Perfis*, p. 586. Sobre as comemorações, ver: SILVA, Eduardo, “Integração, Globalização e Festa. A Abolição da escravatura como História Cultural”, in PAMPLONA, Marco Antonio (org.) *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Access, 2001, ps. 107/118.

⁴² SENA, *Ob.cit.*, p. 591.

uma matéria, sem assinatura do autor, tecendo elogios ao abolicionista em virtude dele constituir-se no:

principal motor da liberdade de nossa pátria [...] não recuou nunca, lutou com tudo e contra tudo e semelhante à formiga da fábula que, apesar de pequenina, fez sucumbir um elefante, ele o homem do povo, sem outro elemento mais que um talento raro secundado por uma força de vontade inquebrantável, conseguiu levar de vencida os poderosos do escravismo e arrastar a si as maiores glórias da pátria como sejam: Nabuco, Dantas, João Alfredo e afinal a sereníssima Princesa Imperial os quais com ele se immortalizaram.⁴³

A fase de euforia contaminou diversos setores da sociedade, incluindo grupos até então avessos à abolição imediata, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que praticamente ignorou a escravidão durante o seu período de existência. Patrocínio repudiou uma medalha concedida pela Instituição, em virtude de sua posição em relação ao cativo. Ele foi duro, não lhe reconhecendo “competência para aferir o valor dos abolicionistas”. Segundo as suas palavras, o Instituto se omitiu nos anos cruciais da luta abolicionista, contempORIZANDO com os setores escravistas.⁴⁴ Aceitou, entretanto, dos alunos da Escola Militar uma pena de ouro para escrever um “artigo sobre a pátria livre”.⁴⁵

O reconhecimento de seu empenho no processo de desagregação da escravidão, através destas homenagens, não serviu para atenuar as críticas que sofreu de republicanos e de aliados devido ao seu apoio à Princesa Isabel. Defensor da República e crítico contumaz do regime monárquico, Patrocínio durante os meses de novembro e dezembro de 1887, através do *Cidade do Rio*, fez críticas ácidas à Regente por se opor, principalmente, ao Gabinete chefiado pelo Barão de Cotegipe. A Princesa Isabel era acusada de omissa por permitir as arbitrariedades efetuadas pelo governo contra os

⁴³ *Cidade do Rio*. 30 de maio de 1888.

⁴⁴ *Cidade do Rio*. 2 de agosto de 1888. Ofício de José do Patrocínio ao Barão Homem de Mello, Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1889, Coleção IHGB – Lata 331/Doc. 17. Sobre a posição do IHGB em relação à escravidão e ao processo abolicionista, ver MORAES, Renata Figueiredo. *Os Maiores de 1888: História e Memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 2007, ps. 104/109.

⁴⁵ *O Paiz*. 14 de maio de 1888.

abolicionistas. O jornalista tornava patente a sua indignação aproveitando fatos rotineiros como prova do descaso da Regente. Por exemplo, quando ela assistia a uma peça de teatro era sinal de que se divertia sobre “as lágrimas dos escravizados e salpicada do sangue dos nossos compatriotas”.⁴⁶ Em outro artigo de fundo, atacava a Princesa ao afirmar que a mesma não possuía talento para exercer o governo, o qual exigia uma dedicação que não podia ser dada por uma “Senhora que se preocupa muito mais com as festas do carnaval do que com as angústias do país”.⁴⁷ Quando pressentiu a possibilidade de solução para a “questão servil”, através do governo, mudou o tom do discurso, aprovando os atos da Princesa Isabel.

Passou a tratar as festas carnavalescas de forma diferente, tecendo elogios à Regente. Narrou as batalhas de flores, embalada ao som das marchas, como parte do cenário para que se encaminhassem estratégias para a eliminação do cativeiro: “por entre as flores da batalha irrompia o pensamento em prol da abolição da escravatura. Presidindo ao flóreo tiroteio estava a Princesa Isabel, que de Nice nos trouxe essa inovação para as festas carnavalescas”. Comentou a atitude dos príncipes, filhos da Princesa Isabel, que, através de um jornal, em Petrópolis, posicionaram-se a favor da abolição. Ressaltou que esta atitude só ocorreu em virtude do beneplácito da mãe. Concluiu o texto cobrando uma definição por parte do Gabinete Cotegipe, o qual deveria optar entre “ser abolicionista ou retirar-se do poder”.⁴⁸

A demissão do Gabinete Cotegipe foi perseguida por Patrocínio através do seu jornal: “o ministério da escravidão não pode continuar sem ofensa ao país”; solicitava à regente que não conciliasse mais com aquele Gabinete, pois assim passaria à história como a “imagem viva da hipocrisia, quando aliás é sabido que o seu coração está limpo dessa culpa”.⁴⁹ A queda de Cotegipe e a formação do ministério, sob a liderança de João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1915), em 10 de março de 1888, foram saudadas efusivamente pelo *Cidade do Rio*, assinado por Patrocínio:

⁴⁶ 21 de novembro de 1887.

⁴⁷ 30 de janeiro de 1888.

⁴⁸ *Cidade do Rio*. 15 de fevereiro de 1888. Sobre a atuação da Princesa Isabel nos acontecimentos que culminaram com a demissão do Gabinete Cotegipe e a abolição, ver: BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Edit. UNESP, 2005, ps. 243 e segs..

⁴⁹ 26 de fevereiro de 1888.

Em nome da tranquilidade nacional, em nome da santidade e pureza das instituições, em nome da desgraçada raça que dele sempre recebeu tenaz perseguição, em nome de tudo que há de grande em nossa terra, seja festejado esse extraordinário momento em que foi despedido do poder esse homem que pôs seu talento ao serviço das senzalas.⁵⁰

Os elogios e a aproximação com a Princesa Isabel acentuaram-se. Em um artigo, logo depois da mudança do Gabinete, Patrocínio praticamente defendeu o estabelecimento de um reinado sob a égide da Regente: “Vossa Alteza está salva, pode reinar utilmente sobre este povo, digno de um governo honesto e patriótico”.⁵¹ Percebe-se, portanto, que ocorreu um processo de mitificação da figura da Princesa Isabel com o apoio dos abolicionistas, mesmo sendo de matizes, aparentemente, diferentes. Joaquim Nabuco, no discurso proferido na Câmara, na sessão em que se discutia a extinção legal do escravismo, louvou a Regente, contribuindo, desta forma, para a criação da “heroica Redentora”.

a Princesa Imperial merece a máxima gratidão do nosso povo. Nos meses em que o Imperador lhe confiou o Império ela achou tempo de fazer dele uma pátria, um país livre, com uma lágrima do seu coração de mãe ela cimentou em um dia essa união do trono com o povo que com toda a experiência dos homens e das coisas, seu pai não pode consolidar internamente em quarenta e sete anos de reinado.⁵²

Após a abolição, Patrocínio exprimiu, através de artigos no *Cidade do Rio*, uma atitude de gratidão em relação à Princesa Imperial. A “sereníssima carola”, que era, até então, criticada veementemente, passou a ocupar um lugar de destaque na imprensa do Rio de Janeiro. Assim, o abolicionista não fugiu à regra. Assumiu a defesa da “Redentora”, da “espartana coroa-da”, da “alma de diamante”, da “brasileira intemerata”, a qual se cercou de um governo responsável, segundo suas palavras, para estabelecer uma pátria reabilitada.⁵³ O abolicionista sofreu ataques violentos dos republicanos

⁵⁰ 8 de março de 1888.

⁵¹ 12 de março de 1888.

⁵² “Apresentação do Ministério João Alfredo”, em 7 de maio de 1888, in: *Discursos Parlamentares. (1879-1889)*, São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949, p. 327. Transcrito também no *Cidade do Rio*, 10 de maio de 1888.

⁵³ 1 de junho de 1888.

em virtude dessa atitude. Em um desses, respondeu às acusações de que teria se ajoelhado, por ocasião da assinatura da Lei Áurea.

Quando foi que pedi, de joelhos, a libertação? Seria pedir de joelhos o manter-me dez anos em guerra contra tudo e contra todos os que não eram abolicionistas? Por que caluniar miseravelmente aquele a quem aplaudiram na véspera? Onde está o ato meu, durante a propaganda abolicionista, que demonstre um simples pestanejar diante do perigo? Esses bandidos, em cuja cara eu sempre escarrei, nos tempos da propaganda abolicionista, acharam que era agora o momento de vingarem-se contra a minha altivez.

Disse-o sempre: o meu único fito em meu país é cooperar. Antes de tudo, para a extinção da escravidão. Nunca iludi ninguém. Apoiei o Sr. Dantas sendo, entretanto, republicano [...]

Declarada de direito a extinção da escravidão, entendi que devia ficar ao lado do governo, para vê-la realizada de fato, o que ainda não se deu, por culpa do Republicanismo [...] Disse que hei de honrar a Princesa e que lhe agradeço como ao governo, ter decretado a abolição[...]⁵⁴

Em outro texto, ele rechaçava as acusações dos republicanos que o taxavam de vendido ao governo. Ironicamente, afirmava que era “vendido” ao ministério “que salvou a sua raça”; um “vendido” à Princesa Isabel por suas atitudes: “mulher sagrada e meiga, boa e santa, que enquanto a república se agachava miseravelmente diante da lavoura para apanhar-lhe votos, ela expunha a sua coroa a tufões desconhecidos da falsa república”.⁵⁵ Mas, por trás desses ataques dos republicanos a Patrocínio e ao próprio governo havia a questão da indenização. O grupo paulista do Partido Republicano (PRP), ainda em 1873, no seu primeiro Congresso, aprovou um manifesto no qual assegurava que: “Em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio da liberdade, a reforma se fará tendo por base a indenização e o resgate”. Percebe-se, portanto, que a abolição não se apresentava como prioritária para muitos componentes do Partido Republicano, até para não ferir interesses dos fazendeiros de café, garantindo, assim, o direito de propriedade,

⁵⁴ 31 de julho de 1888. O jornalista se referiu ao Gabinete Dantas que tentou encaminhar um projeto gradual de eliminação do cativo, não conseguindo, entretanto, apoio do Parlamento.

⁵⁵ 28 de setembro de 1888.

apesar de algumas vozes contrárias entre as quais o abolicionista e jornalista Luiz Gama (1830-1882).⁵⁶

Logo era lógico atritar-se com os republicanos, especialmente com aqueles que ele denominava “republicanos escravocratas” ou “de 14 de maio”, alusão à mudança de atitude de alguns proprietários em relação à monarquia. Patrocínio os acusava de tentarem preservar os seus privilégios, abandonando os ideais republicanos e procurando aprovar projetos que concediam uma indenização aos antigos senhores em virtude do término do cativeiro, conforme suas palavras, eles desejavam estabelecer uma República de “agricultores e advogados”.⁵⁷

Durante a discussão da lei que extinguiu a escravidão, o Barão de Cotegipe (1815-1889) denunciava que ela violava os direitos de propriedade. Segundo ele, com sua aprovação, o Estado poderia mais tarde decretar a divisão das terras sem indenização, expropriando-a e não levando em consideração “o direito natural”.⁵⁸ Assim sendo, era presumível que projetos a respeito de indenização começassem a ser apresentados ao Parlamento. O próprio Cotegipe, por exemplo, submeteu à apreciação do Senado, em 19 de junho, um pedido de autorização para a emissão de títulos para reembolso dos antigos proprietários.⁵⁹ Apesar dessa proposta, entre outras, ter sido rechaçada pelo Governo de João Alfredo, o tema pautou várias sessões do Parlamento.

Essa situação encontrava eco principalmente entre os proprietários de café do Vale do Paraíba -o último baluarte da escravidão- completamente endividados em virtude da baixa produtividade de suas terras.⁶⁰ Cabe ressaltar que dos nove votos na Câmara dos Deputados contrários à

⁵⁶ “A Comissão permanente do Congresso Republicano à Província de São Paulo”. *Correio Paulistano*. 6 de julho de 1873, citado por: AZEVEDO, Elciene. *Ob. cit.*, p. 140.

⁵⁷ A indenização aos senhores foi amplamente debatida no Parlamento em 1888. O Barão de Cotegipe, por exemplo, introduziu um projeto que previa o reembolso dos antigos proprietários, sendo rejeitado pela maioria dos parlamentares. CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 334. Diversos números do *Cidade do Rio* criticaram, violentamente, esta e outras propostas, aventadas por setores escravistas, em especial aquelas apresentadas entre 11 e 20 de junho de 1888.

⁵⁸ *Anais do Senado*, Em diversas sessões o assunto foi debatido, por exemplo, em 12 de julho de 1888, ps. 113/117.

⁵⁹ *Ibidem*, 1888, ps. 109/111.

⁶⁰ MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café*. Niterói: Cromos, 1993.

Lei de 13 de maio, oito pertenciam a representantes da Província do Rio de Janeiro, o outro era de Pernambuco. A indenização foi também debatida na Assembleia Legislativa Provincial, no segundo semestre de 1888, utilizando-se como argumento que o direito de propriedade não tinha sido levado em conta por parte do Estado Imperial.

Foi apresentado um projeto por deputados ligados à lavoura cafeeira para ser encaminhado “à Assembleia Geral Legislativa reclamando a indenização devida aos ex-senhores de escravos, desapropriados em virtude da lei de 13 de maio do corrente ano”.⁶¹ Inúmeros debates ocorreram na Assembleia sendo que as propostas para atendimento aos senhores foram derrotadas, com alegações de que o estado não teria condições de arcar com “uma despesa tão grande para constituir a indenização da propriedade escrava” e que os recursos deveriam ser direcionados para atrair “milhões de imigrantes” porque o país “lucraria muito mais com essa introdução, do que com a indenização aos proprietários de escravos”.⁶² Essas tentativas de indenização foram combatidas enfaticamente pelos abolicionistas, em especial por José do Patrocínio, que responsabilizava o Barão de Cotegipe pelas iniciativas.

Pouco se importa o Sr. barão de Cotegipe com suas contradições. Ontem, S. Ex.^a dizia no Governo à regente: não ceder ao abolicionismo porque ele é revolução; hoje, quando o escravismo se revoluciona, francamente, audaciosamente, apesar da sua impotência, filha da sua impopularidade, o Sr. barão de Cotegipe empunhou a bandeira revolucionária da indenização e quer plantá-la no Senado.

S. Ex.^a diz que está convencido de que a propriedade escrava é tão sagrada como a que mais o seja; [...]

O nosso fim é outro: deixar demonstrado que o Sr. barão de Cotegipe tem apenas em vista, como demagogo, perturbar o início do terceiro reinado, em nome da escravidão.⁶³

Percebe-se, pelas palavras de Patrocínio, como ele vinculava a atuação de Cotegipe aos interesses dos proprietários que pleiteavam a indenização. Por outro lado o que estava em jogo também era a preservação

⁶¹ Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. 30/08/1888, p. 39.

⁶² *Ibidem*. 09/10/1888, p. 270.

⁶³ *Cidade do Rio*. 18 de junho de 1888.

do regime monárquico. Para o jornalista, a aprovação de indenização macularia o governo, dificultando o estabelecimento de um terceiro reinado, retirando-lhe a “auréola redentora, sua maior força”. Em número anterior do *Cidade do Rio*, acusava frontalmente os defensores da escravidão de desejarem “apoderar-se de novo do Governo”, chefiado por João Alfredo.

Para o Sr. barão de Cotegipe tudo serve. Se ele consegue arranjar maioria para a indenização, há de acontecer uma de duas: ou o Ministério retira-se, e neste caso a indenização atirará com os abolicionistas para o campo revolucionário; ou a Coroa dissolve a Câmara, e as novas eleições dão à nova assembleia a agitação revolucionária, que o escravagismo por todos os meios provoca para vingar-se da heroicidade da princesa, que fulminou a pirataria.⁶⁴

Além da defesa intransigente da Princesa Isabel, Patrocínio elogiava a atuação do Gabinete João Alfredo, “o glorioso brasileiro” que retirou da escravidão a “mamadeira da boca” terminando com os privilégios e vantagens dos senhores de escravos. Mais adiante, desferia comentários mordazes contra os “amigos do Barão de Cotegipe” que desejavam manter “o presente de casas, feito pelo Estado” e as “fazendas de saúva e samambaia”, benesses derivadas da escravidão. Segundo Patrocínio, a indenização ameaçava a consolidação da abolição porque os seus interessados queriam que ocorresse com “a lei de 13 de maio o mesmo que se deu com a de 7 de novembro de 1831”, ou seja, outra lei para inglês ver. E mais adiante alertava: “Que diabo! É preciso apanhar uma lambujem e a melhor é a república de tenentes-coronéis e barões, república que já nasce confiscada pelos indenizadores; república que é uma nova fazenda, cujo primeiro título é a dívida antes da fundação.”⁶⁵

Patrocínio estabelecia analogias entre as dificuldades que os abolicionistas enfrentaram com os Centros da Lavoura, associações criadas para preservar a estrutura escravista, e os Clubes Republicanos, compostos por proprietários ressentidos pela extinção da escravidão: “Os clubes neo-republicanos são os mesmos clubes de lavoura da escravidão. O tom, a ameaça são os mesmos. O povo que vê nas mãos da maioria desses republi-

⁶⁴ *Ibidem*. 11 de junho de 1888.

⁶⁵ *Ibidem*. 11 de junho de 1888.

canos das dúzias o calo do *chiqueirador* de oito [...] oligarquia que ontem era conservadora de fazer inveja e hoje ameaça eleger republicanos”.⁶⁶

Claro está que essa posição dos antigos proprietários de escravos se vinculava diretamente ao próprio encaminhamento da abolição, sem indenização, e pela forma como o processo foi acelerado no início de 1888, com o objetivo também de estancar os conflitos provocados pela resistência escrava que estavam ocorrendo em maior escala, especialmente nas áreas cafeeiras, tanto no Vale do Paraíba quanto no Oeste Paulista, e na região campista com incêndios de canaviais e fugas em massa de cativos.⁶⁷ Assim o pleito de indenização era reivindicado pelos senhores porque se sentiam traídos pelo Império, e argumentavam que o direito de propriedade fora violado. Embora as propostas de indenização tenham sido derrotadas, os proprietários tentaram a obtenção de empréstimos através de financiamento por parte do Estado, mas também sem êxito.

Portanto, nada mais natural que esses setores vissem na bandeira republicana a esperança de uma indenização pela perda de seus escravos, e o fim dos pleitos por uma reforma agrária com distribuição de terras para os libertos, assunto contemplado em diversos escritos dos abolicionistas que abordaremos posteriormente.⁶⁸ Essas questões cruciais acarretaram, portanto, uma verdadeira debandada dos proprietários para as hostes republicanas, os “neo-republicanos da indenização e aos seus patronos, que viram neles o melhor instrumento para os seus despeitos encanecidos”, conforme palavras de Patrocínio.⁶⁹

⁶⁶ *Cidade do Rio*. 18 de junho de 1888.

⁶⁷ Ver MACHADO, Humberto F. *Escravos, Senhores e Café...* LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio...*

⁶⁸ GRAHAM, Richard. “Escravocratas, latifundiários e o fim do Império”, in GRAHAM, Richard (org.). *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. ps. 183/184. URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. *Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889): uma análise de seu sentido político e social*. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

⁶⁹ *Cidade do Rio*. 31/07/1888. MACHADO, Humberto F. “Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos ‘Republicanos de 14 de Maio’”, in RIBEIRO, Gladys Sabina & FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz (orgs.). *Linguagens e Práticas da Cidadania no Século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

As dificuldades de relacionamento com os republicanos já existiam anteriormente em virtude das suas contradições e posições ambíguas quando abordavam o movimento abolicionista. Em uma conferência, realizada na cidade de Campinas, em 1886, Patrocínio definiu-se, em primeiro lugar como: “abolicionista que não recua, que assume a responsabilidade do que faz” e, em segundo, “como republicano, porque a monarquia era a “imprevidência, [...] fraude e corrupção [...] um abcesso no corpo humano, que é preciso rasgar para não danificar o organismo pela infecção purulenta”.⁷⁰

No mesmo texto, referindo-se ao Parlamento concluiu que este “outrora um ninho de águias, é hoje um ‘galinheiro’ onde os perus que saem das festas do paço vão comer o ‘milho’ do orçamento”.⁷¹ Terminou o discurso enfatizando que a “missão” dos republicanos “é esclarecer o povo do atraso e das necessidades do país, e deve entrar mais resolutamente em ação”, não esperando por uma solução por parte da monarquia. Podemos observar a preocupação do jornalista com a plateia, constituída de líderes republicanos da região, na medida em que ressaltava a responsabilidade da República no encaminhamento das reformas necessárias para o “bem-estar” do país.⁷²

Mas os seus escritos sempre acentuaram que a abolição da escravidão era prioridade e que não aceitava os argumentos dos líderes republicanos que buscavam imputar à monarquia a responsabilidade pela escravidão. Para ele, acabar com o escravismo deveria ser a meta de toda a sociedade, independente do regime político.

Se a república, que se quer fundar no Brasil, pretende se limitar a escrever um programa e a deixar perdurar todos os erros sociais, contra os quais ela se insurge, melhor é deixar-nos ficar como estamos, porque ao menos a monarquia vai procurando mascarar diante da América e do mundo a nossa vergonha.⁷³

⁷⁰ “Conferência em Campinas”, 17 de outubro de 1886, in: *Boletim da Academia Brasileira de Letras*, s/d, ps. 42/43.

⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 42.

⁷² *Idem, ibidem*, p. 44/45.

⁷³ *Gazeta da Tarde*. 27 de agosto de 1884.

Portanto, os conflitos com os republicanos antecederam a abolição. Com esta, as contradições se acentuaram, pois Patrocínio não alterou o seu comportamento em relação à Princesa Isabel e ao gabinete responsável pelo término do escravismo, liderado por João Alfredo. Por ocasião do primeiro aniversário da assinatura da “Lei Áurea”, o jornalista, através do *Cidade do Rio*, comentou o desenrolar do movimento abolicionista, rechaçando as acusações de ter se vendido à “Isabel, a Redentora, no dia 13 de maio; fui apenas reiterar o protesto abolicionista de fidelidade e solidariedade com a política atual da Coroa”.⁷⁴ Ele repudiou também a acusação, feita pelos republicanos, de que teria afirmado que o “sangue e a honra” abolicionistas estariam sempre ao lado do trono da Princesa. Ressalvou que a frase foi retirada, de forma isolada, de um texto, ignorando-se propositalmente o restante do seu discurso, pois, “lançada em circulação sem considerações, que a precederam, semelhante frase, concordo, seria a mais terrível ameaça à democracia, a justificação prévia de todos os abusos do poder”.⁷⁵

As várias polêmicas ocorridas entre o jornalista e os republicanos, em virtude das posições antagônicas relativas à condução do movimento abolicionista, caracterizaram o que denominamos de a “quarta fase” da vida de Patrocínio. Com a abolição e o apoio de Patrocínio à Princesa Isabel, os choques acentuaram-se, provocando ataques diversos: Quintino Bocaiúva, Ruy Barbosa (1849-1923) e Silva Jardim (1860-1891) entraram no rol dos seus desafetos e foram acusados de defensores dos “republicanos escravocratas”.⁷⁶ As divergências com o primeiro eram mais antigas; elas se originaram na Assembleia Geral do Partido Republicano, realizada em 1881, para a formalização da candidatura de Quintino Bocaiúva a deputado.

O debate entre os dois, naquela reunião, demonstrou as vacilações do líder republicano em relação à “questão servil”. Quintino praticamente repudiou a abolição imediata e qualquer medida que, segundo as suas palavras, apelasse para a “*revolução material*”. Ao mesmo tempo, censurou os abolicionistas, inclusive Patrocínio, por se situarem na fronteira da “agitação”. A réplica do jornalista estabeleceu um verdadeiro divisor de águas entre os dois grupos: “Se o Partido Republicano quer fazer aliança com os Senhores de escravos, nós outros havemos de fazê-la até com o Im-

⁷⁴ 8 e 13 de maio de 1889.

⁷⁵ *Cidade do Rio*. 18 de maio de 1889.

⁷⁶ Cf. MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, ps. 246/254; 272/273.

perador”. Mais adiante, de uma forma irônica, caracterizou as palavras de Quintino como um “sussurro de cafezal”.⁷⁷ O antagonismo aprofundou-se quando Quintino Bocaiúva foi derrotado na eleição para deputado, em 1888, por Ferreira Viana, candidato apoiado por Patrocínio, pela Confederação Abolicionista e, segundo expressão do *Cidade do Rio*, pelos “abolicionistas sinceros”. Posteriormente, Ferreira Viana foi empossado na pasta da Justiça do Gabinete João Alfredo.⁷⁸

Os desentendimentos entre os dois foram levados ao extremo devido aos conflitos de rua, ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, entre membros da “Guarda Negra da Redentora”⁷⁹ e os republicanos, além das várias conferências, feitas por Patrocínio, contra os “republicanos escravocratas”, em setembro de 1888. Quintino Bocaiúva acusava constantemente Patrocínio de ter se vendido ao Estado Imperial, em especial ao Ministério da Justiça, com a finalidade de obter recursos para cobrir os seus gastos exces-

⁷⁷ “Assembleia Geral do Partido Republicano”. 15 de agosto de 1881, in BOCAIÚVA, Quintino. *Ideias políticas de Quintino Bocaiúva*. Brasília: Senado Federal/ Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, ps. 564; 567/569. Também na *Gazeta da Tarde*, 9 de setembro de 1884.

⁷⁸ 13 de abril de 1888. Sobre as críticas de Quintino às eleições ver: “Carta a Rangel Pestana, Rio, 29 de maio de 1888”, in: BOCAIÚVA, Quintino, *Ob. cit.*, ps. 599/600.

⁷⁹ A respeito dessa associação, ver: MACHADO, Humberto Fernandes, “A Guarda Negra no Contexto Urbano do Rio de Janeiro”, in *Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Porto Alegre: SBPH, 1992, ps.171/175. “Abolição e Cidadania: a Guarda Negra da Redentora no Rio de Janeiro”, in *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: vol. 5, no. 3, setembro-dezembro, 2013, ps. 505/524. RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Guarda Negra: Perfil de uma Sociedade em Crise*. Campinas, M.L.S.R. Ricci, 1990, MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, ps. 249/250. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negrada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999, ps. 251/266. GOMES, Flávio dos Santos “No meio de águas turvas (Racismo e Cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte). (1888-1889)” in *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro (21): 75/96, dezembro de 1991. *Negros e política. (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 12 e segs.. SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de Doutorado em História, Campinas: Unicamp, 2006, ps. 152 e segs.. DAIBERT, Robert Júnior. *Isabel, a “Redentora” dos escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, ps. 152/155. MIRANDA, Clícia Maria Augusto. *Guarda Negra da Redentora: verso e reverso de uma combativa associação de libertos*, Dissertação de Mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2006. MATTOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redemptora no ocaso do Império (Rio de Janeiro 1888-1889)*. Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília, 2006.

sivos e fazer frente às despesas com a manutenção do *Cidade do Rio*, que atravessava uma situação financeira difícil.⁸⁰ Uma das formas de desqualificar os jornais era imputar aos periódicos concorrentes o recebimento de recursos do Estado, através de subvenções, com o objetivo de difundir imagens favoráveis às autoridades governamentais. Patrocínio repudiou essa conotação, mas, por outro lado, destacou que o governo tem o direito de escolher os órgãos para veicular a propaganda oficial: “se o governo despense com jornais que, de acordo com ele, podem explicar seus atos, não pratica uma imoralidade, nem comete um crime subvencionando-os [...] não é vergonhoso receber remuneração por essa obra maior”.⁸¹ Após o estabelecimento da República, as divergências atenuaram-se, provavelmente em virtude da ascensão de Quintino ao Ministério, quando assumiu a pasta das Relações Exteriores do governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), e, também, pelo próprio processo de isolamento político de Patrocínio, na fase inicial da República.

Antonio da Silva Jardim, ardoroso propagandista republicano, entrou também em rota de colisão com Patrocínio por ocasião de uma Conferência, realizada por aquele, na Sociedade Francesa de Ginástica, próximo ao Largo do Rocio, no centro do Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1888. Durante o evento, membros da Guarda Negra interromperam o discurso de Silva Jardim de forma violenta.⁸² O conflito generalizou-se, ocasionando uma “verdadeira batalha campal” entre libertos e republicanos, tendo como consequência inúmeros “feridos, e, talvez, mortos, dentre os da Guarda Negra”, conforme o *Cidade do Rio*.⁸³ De acordo com outro número do jornal, o confronto se desenvolveu em função de provocações, efetuadas pelos “republicanos escravocratas” contra os libertos.⁸⁴ Sobre os acontecimentos, Silva Jardim responsabilizou, além de João Alfredo, Presidente do Conselho de Ministros, o jornalista pelo apoio àquela associação, afirmando que tal obra só foi possível porque ao lado do governo se encontrava um homem – Patrocínio – que disseminava ódio e mentiras

⁸⁰ *Cidade do Rio*, 3 e 4 de janeiro de 1889.

⁸¹ *Cidade do Rio*. 7 de fevereiro de 1889.

⁸² MACHADO, Humberto Fernandes, “*Abolição e Cidadania: a Guarda Negra...*” O Largo do Rocio ficava na atual Praça Tiradentes, centro do Rio de Janeiro.

⁸³ 31 de dezembro de 1888.

⁸⁴ 3 de janeiro de 1889.

“muito estúpidas, mas capazes de produzir impressão em cérebros quase incultos” contra os republicanos.

[...] a isso se prestou, por ambição de lucros diretos ou indiretos, por vaidade de gozo do aulicismo, ou por servilismo [...]. Este homem de cor, mas até então tolerado por todos os brancos, que jamais lhe haviam feito questão de raça, muito amado mesmo pela mocidade e pelo público generoso, em vista de uma suposta dedicação à causa dos escravos – converteu-se em órgão da dinastia, principalmente da Princesa D. Isabel, e do ministério, que apenas presidira ao ato parlamentar da abolição; e daí começou de sustentá-los, traidor então de sua raça, que por proletária no Brasil carece claramente, para o seu desenvolvimento de um regime republicano, traidor do partido a que dissera pertencer.⁸⁵

Essas palavras de Silva Jardim servem para aquilatar como o jornalista havia se distanciado, pelo menos naquele momento, dos republicanos, além de demonstrar nitidamente um forte preconceito contra o negro Patrocínio, - o “homem de cor”, “tolerado por todos os brancos”. Oportunismo, ou não, na verdade o propagandista da abolição apresentava todo um discurso contrário aos membros do Partido Republicano, endossando a opinião de uma parcela marginalizada da sociedade, especialmente aquela que ocupava o espaço urbano da Corte. A oposição aos defensores da República não se limitava a Patrocínio. A população mais humilde, incluindo os libertos, mulatos e brancos pobres, identificava a Princesa Isabel como heroína e defensora dos oprimidos.

As ideias republicanas não tinham grande penetração nos “setores populares”, sendo que o próprio Imperador detinha grande prestígio entre esses segmentos.⁸⁶ Exemplo notável do ponto de vista desses setores em relação à monarquia é a atuação do alferes Cândido da Fonseca Galvão, D. Obá II d’África, ou Príncipe Obá, combatente na Guerra do Paraguai, frequentador assíduo do Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, recebido pelo Imperador Pedro II e verdadeiro rei das ruas da Corte. Como Edu-

⁸⁵ JARDIM, Antonio da Silva. *Propaganda Republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Conselho Federal de Cultura, 1978, ps. 321/324.

⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados, O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. da Letras, 1987, ps. 29/31.

ardo Silva observa, parte expressiva dessa população o reverenciava como um verdadeiro príncipe real, sendo que ele, como muitos libertos, via com “azedume” a atuação dos republicanos porque considerava a Coroa uma instituição sagrada.⁸⁷ A reação desses libertos pode ser atribuída também à possibilidade de uma eventual reescravização, vinculando-a aos projetos de indenização que estavam sendo defendidos por setores republicanos, como já assinalamos. Assim, nada mais natural que a defesa da monarquia e uma oposição aos republicanos.

A Guarda Negra, criada em meados de 1888 no Rio de Janeiro, constituída por negros e mulatos e que se propunha a defender a Princesa Isabel e a monarquia, no fundo, era um reflexo da insatisfação dos grupos marginalizados pela estrutura de poder contra a posição discriminadora das elites e do movimento republicano, incluindo os defensores de indenização aos antigos senhores. A ausência de perspectivas de melhores condições de vida dos segmentos mais pobres da população e as circunstâncias desfavoráveis, que não permitiam o exercício pleno da cidadania, favoreceram a proliferação de grupos, entre os quais os capoeiras, que utilizavam expedientes, notoriamente considerados escusos, para a obtenção de meios para a sua sobrevivência.

Concretamente, o *Cidade do Rio* dava-lhe cobertura nos seus noticiários.⁸⁸ Por exemplo, a primeira matéria a seu respeito apareceu naquele jornal, através de um convite da “Liga dos Homens de Cor”, convocando os homens negros a fazerem a sua inscrição. Ela se apresentava de uma maneira vaga como defensora dos interesses dos libertos.⁸⁹ Evidentemente, essa convocação adquiria uma abrangência maior na medida em que havia, por um lado, uma campanha pela indenização e, por outro, os pleitos dos abolicionistas em relação à distribuição de terras e educação básica para os ex-escravos. Posteriormente, o jornal publicou que na casa de Émile Rouéde (1848-1908), com a participação de libertos, foi criada a “associação que, com o título de *Guarda Negra da Redentora*, se dedicasse em corpo e alma e em todos os terrenos à defesa do reinado da excelsa

⁸⁷ SILVA, Eduardo. *Dom Obá d’África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p.138.

⁸⁸ MACHADO, Humberto F. “*Abolição e Cidadania: a Guarda Negra...*” DAIBERT, Robert Júnior. *Isabel, a “Redentora...*”, ps. 152/155.

⁸⁹ 6 de junho de 1888.

senhora que os fez cidadãos.” O periódico anunciou também as diretrizes e estatutos da instituição:

1º. - Criar uma associação com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o país.

2º. - Só poderão fazer parte, como seus sócios ativos, os libertos que se comprometerem a obedecer os mandatos de uma Diretoria eleita, por maioria absoluta, em votação que se efetuará em momento oportuno.

3º. - Poderão ser sócios efetivos unicamente os que considerem o ato memorável do dia 13 de maio, acontecimento digno de admiração geral e não motivo para declarar guerra à humanitária princesa que o realizou.

4º - Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio para que esta sociedade se ramifique por todo o império.

5º. - Pedir à imprensa que participe desse sentimento o seu valioso concurso.

6º. - E último. Aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o 3º Reinado.⁹⁰

O jornal de Patrocínio buscou estabelecer um grau de legitimidade para a Guarda Negra para evitar que ela fosse tachada simplesmente como um grupo de capoeiras e capangas que fazia arruaças, conforme acusações dos republicanos. Percebe-se que no seu estatuto, publicado pelo jornal, demonstrava que se tratava de uma agremiação política, com um programa definido, uma Diretoria eleita, sendo uma das suas metas a defesa da Princesa Isabel e da monarquia, além de aliança com a Confederação Abolicionista e ampliação de sua ação para as províncias.⁹¹ Em outro número, o jornal enfatizava o caráter de gratidão da associação à Princesa Isabel, repudiando as acusações de que tinha sido criada pelo governo visando a garantir o Terceiro Reinado. O artigo de fundo assinalava a participação de homens que

⁹⁰ Émile Rouéde nasceu em Avignon, fixando-se no Rio de Janeiro na década de 1880, atuando nas artes e letras e participando também da campanha abolicionista em órgãos da imprensa, como o jornal de Patrocínio. MIRANDA, Clícia Maria Augusto. *Guarda Negra da Redentora ...*, p. 48.

⁹¹ 10 de julho de 1888.

[...] juraram defender a princesa, [...], essa sociedade defensiva não foi, porém, criada pelo governo mas sim pelo coração. É composta exclusivamente por libertos – são os 13 de maio organizados em exército que tomando a gratidão por estandarte, prestaram o juramento sagrado de pagar a liberdade da raça com um ato de amor [...] ⁹²

O *Cidade do Rio* servia de espaço para respostas da associação às acusações dos órgãos republicanos, em especial de *O País*, cuja redação, sob o comando de Quintino Bocaiúva, chegou a ser atacada a pedradas por componentes da Guarda Negra. O jornal classificava a Guarda Negra como composta de marginais a serviço do governo e publicava textos a chamando de “refúgio de desordeiros” e que ela provocava “desassossego à população”. O chefe da associação, Clarindo de Almeida, retrucou que “o nosso fim não é levantar o homem de cor contra o branco, mas restituir ao homem de cor o direito que lhe foi roubado, de intervir nos negócios públicos. Não é por serem brancos os republicanos, mas por serem a vergonha da nação, que nós os combatemos”.⁹³ A reação desses libertos, conforme o seu ponto de vista, pode ser atribuída também à possibilidade de uma eventual reescravização, vinculando-a aos projetos de indenização que estavam sendo defendidos por setores republicanos, como já observamos. Assim, nada mais natural que a defesa da monarquia e uma oposição aos republicanos.

O *Cidade do Rio* enfatizava em diversos números que a abolição afastara do trono os possuidores de escravos e, portanto, era natural que os libertos se tornassem aliados da monarquia. Para o jornal, os “novos cidadãos” desejavam “ver sentada no trono do Brasil aquela que os libertou”, e não o “Sr. Dr. Silva Jardim que a não serem os seus discursos, ainda nada deu de útil e proveitoso à sua pátria”. Mais adiante, defendia a Guarda Negra:

É necessário que fique bem claro que essa congregação de homens agradecidos é a consequência lógica das bravatas publicadas nos manifestos dos seus ex-senhores, e que o fim a que se propuseram, reunindo-se era e é provar ao país que sabem com os seus corpos fazer uma muralha capaz

⁹² 31 de outubro de 1888.

⁹³ 3 de janeiro de 1889.

de receber as balas que os neo-republicanos dirijam à sua redentora. É preciso que se saiba bem, que a Guarda Negra se organizou para resistir e não atacar.⁹⁴

A atuação da Guarda Negra na capital do Império teve repercussões. Tentativas esparsas de organizações similares ocorreram em São Paulo e na Bahia. Em algumas regiões ocorreram manifestações contrárias, imediatamente aproveitadas pela propaganda republicana. Maria Lúcia Ricci, utilizando textos de jornais favoráveis à República, ressaltou os protestos de “negros das outras Províncias [...] indignados contra esta exploração realizada aos de sua raça”. Em seguida, a autora comentou que a atuação da Guarda Negra recebeu “a mais enérgica condenação do restante da população negra do país”, sem explicitar claramente os detalhes dessa condenação. Aliás, para a autora a associação era composta por libertos, cuja base era o movimento de capoeiras, inspirados por José do Patrocínio a serviço do trono.⁹⁵ Ora, na visão dos republicanos estas conclusões estavam bastante adequadas.

As acusações de vínculos com a capoeiragem aos membros da Guarda Negra era uma estratégia para desqualificar o movimento, visto que os capoeiras eram identificados como desordeiros que provocavam arruaças na cidade do Rio de Janeiro. Pode-se também atribuir esse aspecto aos antecedentes da sua trajetória e as suas relações ambíguas tanto com a campanha abolicionista quanto com a estrutura de poder. Como observa Carlos Eugênio Soares em relação ao assunto, “o tema da abolição cindia ao meio o posicionamento político dos capoeiras”, já que uma parcela era “parte integrante da estrutura policial” durante o Gabinete Conservador do Barão de Cotegipe, provocando inúmeros conflitos com os abolicionistas, em especial durante o ano de 1887, quando a campanha antiescravista na cidade chegou ao seu apogeu.⁹⁶ Portanto houve uma

⁹⁴ 5 de janeiro de 1889.

⁹⁵ *Ob.cit.* ps. 123/125. Sobre a atuação da Guarda Negra na Bahia, ver ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2009, ps. 142/172

⁹⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*, Rio de Janeiro: Access, 1999, ps. 248/249. DIAS, Luiz Sérgio. *Quem tem medo da Capoeira? Rio de Janeiro, 1890-1904*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

tentativa de cooptação dos capoeiras durante os Gabinetes Conservadores, incluindo o de João Alfredo.

Mas, por outro lado, a ação dos capoeiras e a sua arte no manejo de armas, em especial a navalha, nas correrias pelas ruas da cidade provocavam sobressaltos nos governantes e na população de uma maneira geral. As maltas de capoeiras traziam muita insegurança, agravada pelo próprio caráter da sociedade escravista e a especificidade de mobilidade do escravo urbano. A presença marcante de negros nas ruas do Rio de Janeiro reacendia o pavor entre os membros das elites dos fantasmas da Independência do Haiti ou das revoltas dos Malês na Bahia.⁹⁷ O “mundo da desordem” era uma ameaça ao “mundo da ordem” e do “trabalho”. No entanto, a capoeira só foi criminalizada com a criação do Código Penal republicano, de 1890, e seus membros perseguidos pelo Chefe de Polícia Sampaio Ferraz, o “Cavanhaque de Aço”, e exilados para Fernando de Noronha.⁹⁸ Logo, as críticas à Guarda Negra se vinculavam também à visão estereotipada em relação ao negro, seja escravo ou liberto, por parte das elites republicanas. Assim, para os simpatizantes de uma mudança de regime político, a Guarda Negra representava uma manipulação dos ex-escravos por um governo decadente.

Não há dúvida, também, que o *Cidade do Rio* aproveitava a oportunidade para fazer proselitismo pela monarquia. Em um dos números, na primeira página, bem destacado, publicou um documento cujo conteúdo era um pedido de libertos de Pati de Alferes, na Província do Rio de Janeiro, para a defesa da Princesa Isabel das calúnias dos “republicanos de 14 de maio”. No texto, os signatários agradeciam a “todos os abolicionistas que obtiveram a liberdade para nós e para os nossos filhos”. Logo depois, os autores reafirmavam a lealdade para com aquela a “quem compete ocupar a elevada posição de Imperatriz”. Finalizaram o documento tentando demonstrar que possuíam uma consciência do processo que levou à extinção do cativo.

Compreendemos bem que nossa libertação partiu do povo, representado por um punhado de audazes patriotas que quase no fim da sua gloriosa jor-

⁹⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites – séc. XIX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁹⁸ DIAS, Luiz Sérgio. *Ob. cit.*, ps. 80/81, 126/127.

nada tiveram o apoio eficaz da excelsa princesa e do Gabinete libertador e por isso não levantaremos armas contra os que nos fizeram cidadãos de uma pátria livre e grande.

O documento estava assinado por uma pseudo comissão de libertos, cuja constituição era formada pelas seguintes pessoas: o primeiro nome era de um branco, Quintiliano Avellar, seguido de dois “pretos”, Ambrósio Teixeira e José dos Santos Pereira; dois “pardos”, João Gomes Batista e Ricardo de Almeida; um “caboclo” F. de Salles Avellar e, por último, um “disfarçado” (talvez mulato) Sérgio dos Santos.⁹⁹ Em primeiro lugar, o texto possuía uma redação efetuada por pessoas com certo grau de instrução. Torna-se difícil acreditar que os libertos soubessem ler dentro do conjunto de uma população predominantemente analfabeta. Segundo, como um branco encabeçava um manifesto atribuído a libertos? Terceiro, como já enfatizamos, o jornal de Patrocínio assumiu o papel de defensor da monarquia e, em especial, da Princesa Isabel. Assim era natural que tivesse interesse em divulgar o manifesto dos libertos de Pati de Alferes, como os jornais republicanos o faziam com os pronunciamentos contrários.

A partir de meados de 1889, o *Cidade do Rio* reduziu o seu apoio à Guarda Negra. As intervenções violentas da associação, efetuadas nas comemorações do centenário da Revolução Francesa, provocaram reações, inclusive de Patrocínio. Em um artigo de fundo, lamentou o envolvimento da Guarda Negra com os tumultos ocorridos no centro da cidade do Rio de Janeiro durante as festividades. Afirmou que ela desviou-se de seus objetivos preliminares, isto é, opor-se “à onda revolucionária do escravismo” e apelou para que os negros “mais instruídos se consagrem à propaganda humanitária de esclarecer a seus irmãos, evitando agressões, pois a corporação não tinha por missão agredir, mas defender”. Mais adiante, isentou-se de quaisquer “culpas pelos abusos” cometidos pela associação, descartando o envolvimento da Guarda Negra com o Ministério da Justiça, para garantir a monarquia.¹⁰⁰

Com a República, acentuou-se a repressão aos integrantes da Guarda Negra e as notícias a respeito da associação começaram a desaparecer

⁹⁹ 25 de abril de 1889.

¹⁰⁰ 15 de julho de 1889.

do jornal de Patrocínio. Mesmo assim, o jornalista ainda buscava traçar um perfil do grupo, destacando que os seus propósitos iniciais de defesa da Princesa Isabel visavam a evitar um golpe dos setores escravistas. Comentou que a Guarda Negra desejava aprimorar o “coração da raça redimida, educando e preparando para a vida os nossos recentes concidadãos”. Repudiou as acusações de que a corporação era um “bando de capoeiras assalariados”, e defendeu que era um grupo de libertos “agradecidos à Princesa”.¹⁰¹ Expressou uma espécie de lamúria fúnebre sobre a tumba da Guarda Negra, enterrada ao som dos clarins da parada militar que derrubou a monarquia. Para Patrocínio, os seus componentes almejavam a implantação de reformas necessárias para a integração do negro no mundo dos brancos, tais como: distribuição de terras para o assentamento dos libertos no campo, e ampliação de instrução básica, evitando-se a marginalização dos ex-escravos. No entanto, a República, como foi estabelecida, tornou os setores marginalizados da sociedade mais marginalizados. Assim, nada mais natural do que a notícia sobre um grupo de capoeiras que no final de dezembro de 1889 dava “vivas à monarquia e morte aos republicanos”.¹⁰²

Outra polêmica que assumiu um caráter bastante agressivo foi aquela entabulada com Ruy Barbosa, que tinha opiniões preconceituosas a respeito da Guarda Negra e que a classificava como um grupo de desordeiros e “bando de capoeiras”. Além disso, o jurista aproveitava-se da conjuntura política para criticar o Gabinete João Alfredo, se opondo ao perdão de “crimes” cometidos pelos escravos contra os senhores e feitores antes da abolição. Patrocínio alegava que eles foram produtos da própria violência da instituição escravista e, sendo assim, não havia porque imputar penas aos cativos. O jornalista pressionava o Imperador para que houvesse uma revisão das sentenças, decorrentes da Lei de 10 de junho de 1835 que estabelecia a pena de morte ou prisão perpétua para aqueles que incorressem em tais crimes. Ruy Barbosa afirmava que esta posição era consequência do abolicionismo radical e inconsciente de Patrocínio.¹⁰³

Com a República, as polêmicas tornaram-se mais contundentes, contrariamente à afirmação de Patrocínio sobre os “desacordos” com Ruy

¹⁰¹ *Cidade do Rio*. 20 de novembro de 1889.

¹⁰² *Cidade do Rio*. 22 de novembro de 1889.

¹⁰³ *Cidade do Rio*. 15 de julho de 1889.

Barbosa que começaram, segundo ele, em 16 de novembro de 1889, por sua oposição “ao golpe militar e ao decreto que instaurou a República”. Afirmação inverídica, como teremos oportunidade de constatar. Ruy Barbosa, conforme o jornalista, “intrigante e mexeriqueiro, como uma beata, odioso como uma solteirona feia, e ingrato, como uma víbora, fazia o trabalho da desconfiança do Governo Provisório contra mim”.¹⁰⁴ A anistia aos ex-escravos só foi efetivada com a República.

Não causa estranheza, portanto, que Patrocínio tenha ocupado um espaço político secundário no início do novo regime. Apesar de buscar conciliar com os novos detentores do poder, conflitos antigos que se acirraram com a abolição, e o incompatibilizaram com os republicanos, apesar da mudança de comportamento a partir da ascensão do Gabinete Ouro Preto, em 7 de junho de 1889, quando o jornalista iniciou, paulatinamente, um armistício com os republicanos. Durante o segundo semestre do ano, os artigos de fundo do *Cidade do Rio* começaram a modificar os comentários a respeito da República. Em julho, assinou uma matéria na qual reafirmava, categoricamente, a sua posição em relação aos partidos: não estava filiado a nenhum, porém era “republicano só pela República”.¹⁰⁵ Às vésperas do término do Império, ele condenava as autoridades governamentais pelo tratamento dispensado ao exército.¹⁰⁶ No dia 15 de novembro de 1889, como fez no dia 13 de maio de 1888, Patrocínio saudou o governo engrossando as fileiras daqueles que diziam existir um grande entusiasmo pela vitória do exército. Ao lado de alguns intelectuais e republicanos, inclusive com antigos aliados e colaboradores do seu jornal, que romperam com ele em virtude da dubiedade de suas posições, como Pardal Mallet (1864-1894), Olavo Bilac (1865-1918), Paula Ney (1858-1897), Luiz Murat (1861-1929) e Coelho Netto (1864-1934), declarou que empunhou a bandeira do Clube Lopes Trovão e partindo,

¹⁰⁴ A respeito das posições antagônicas entre os dois intelectuais, ver o *Cidade do Rio* de 3 de janeiro, 29 de abril e 3 de maio de 1889, além daqueles referentes à primeira quinzena de fevereiro de 1901. Também: MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, ps. 257/268; 385/395; BARBOSA, Rui. *Emancipação dos escravos. O Projeto Dantas (dos sexagenários) e o parecer que o justifica*, (1884). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. *Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. *Obras Completas*, vol. XII, T. I, 1885.

¹⁰⁵ 27 de julho de 1889.

¹⁰⁶ 14 de novembro de 1889.

“da redação do *Cidade do Rio* e, acompanhados pelo Povo, invadimos a Câmara Municipal, onde proclamei a República e fiz hastear a bandeira, que simbolizava o faustoso acontecimento [...] Durante a noite de 15 e novembro estive sempre no meio do Povo, percorrendo as ruas para aclamar a República”.¹⁰⁷ A figura da República substituiu a da Redentora. O “Proclamador Civil da República”, como ele se autodenominou, após obter a moção de apoio da Câmara de Vereadores da Corte ao novo regime, deslocou o Proudhomme, abolicionista. Entretanto, estas mudanças de comportamento não conseguiram atenuar a desconfiança com que os novos governantes republicanos o tratariam até a sua morte em 1905.

1.2 – O ESPELHO DO HOMEM: OS CONSTRUTORES DO MITO

Na medida em que conseguimos analisar a trajetória multifacetada do nosso personagem, revelando as suas entranhas, sua forma de agir como um intelectual e jornalista inserido na campanha abolicionista, interrogando as suas particularidades, estaremos trazendo à tona o processo de luta contra a escravidão na Corte. Estabelecemos a trajetória de vida de Patrocínio, priorizando os relatos que nos forneceram condições para avaliarmos as nuances do seu discurso antiescravista; sabedores, de antemão, que os amigos o idealizaram como um herói. Não estamos, porém, assumindo uma posição preconcebida em relação ao nosso personagem, ao contrário, o que nos move é um desejo de retirar a moldura que encobre o seu retrato. Pretendemos conhecê-lo de uma forma mais nítida, apesar dele apresentar-se obscurecido pelas diversas justificativas para os seus atos, sempre contando com o respaldo dos contemporâneos. Verificaremos os depoimentos que se prestaram a materializar o símbolo da luta dos abolicionistas para as camadas urbanas, da cidade do Rio de Janeiro. Assim, iluminaremos as diversas faces de Patrocínio, realçando a moldura

¹⁰⁷ *Cidade do Rio*. 15 de novembro de 1889 e 14 de dezembro de 1889. A utilização da bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão ocorreu devido à precipitação dos acontecimentos e inexistência de um símbolo que representasse o novo regime. Essa bandeira ficou hasteada na Câmara Municipal até o dia 19 de novembro, quando saiu o decreto que adotou a bandeira positivista. Ver CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, ps. 110/113.

do espelho, talvez o próprio espelho, buscando desvelar o mito em toda a sua plenitude.

A existência de Patrocínio foi relativamente curta, mas intensa. Através da perseguição de um objetivo que pautou as suas ações - o fim do escravismo -, ele assumiu um papel de destaque no pequeno círculo das elites da Corte Imperial brasileira, no final do século XIX. Indiscutivelmente, aproveitou as oportunidades que surgiram. Lutou com dificuldades, sabendo vencê-las através do esforço pessoal ou, então, conforme as suas palavras, com o “auxílio dos amigos”, que foram sempre mencionados para justificar suas atitudes ou rebater acusações.

Muitos contemporâneos do abolicionista o exaltaram. Pardal Mallet, em um artigo do *Cidade do Rio*, após a assinatura da Lei Áurea, o elogiou fartamente. Em primeiro lugar, reportou às suas origens sociais e ao desprendimento por ter abandonado a casa paterna, “onde havia bem-estar e a riqueza”. Ressaltou o talento e a energia de Patrocínio, qualidades colocadas a serviço do abolicionismo. O seu sentimentalismo foi uma herança materna, derivada da “tendência afetiva do africano”. Para o autor, Patrocínio sacrificou todas as aspirações, de poeta e de romancista, inclusive “a fortuna pessoal que lhe trouxera a sua esposa”. O seu dia de triunfo, conforme Pardal Mallet, ocorreu quando “a população delirante desta cidade aclamou-o como o grande herói de 13 de maio.” O escritor destacou também a oposição do *Cidade do Rio* aos republicanos que defenderam os interesses dos ex-proprietários de escravos que tentaram obter uma indenização em virtude da abolição.¹⁰⁸

Olavo Bilac, convivendo durante muito tempo com Patrocínio no *Cidade do Rio*, regozijou-se pela oportunidade de trabalhar naquele periódico ao lado do abolicionista “seu glorioso chefe, a cujas ordens é bom servir, porque há sempre a certeza de uma luta [...] contra a tirania”. Neste mesmo artigo, Bilac fez um poema em homenagem ao jornalista, tecendo considerações sobre o seu isolamento no início da campanha antiescravis-

¹⁰⁸ *Cidade do Rio*. 8 de outubro de 1888. João Carlos de Medeiros Pardal Mallet, bacharel em Direito, escritor e jornalista, militou no movimento abolicionista e republicano, exerceu o cargo de redator do *Cidade do Rio*, durante o ano de 1888 até março de 1889, quando rompeu com José do Patrocínio devido ao apoio deste à Princesa Isabel. Entre os seus livros destacamos *Hóspede*, publicado em 1887. A cadeira nº 30 da Academia Brasileira de Letras foi criada em sua homenagem, sendo o seu patrono.

ta e rechaçando os “insultos e ironias” que os invejosos tentavam lançar contra ele. Bilac fazia referência aos republicanos que criticavam intensamente o apoio de Patrocínio à Princesa Isabel.¹⁰⁹

Posteriormente, logo após a morte de Patrocínio, Bilac descreveu, em outro artigo, a apoteose do cortejo fúnebre que conduziu o “corpo do Libertador”. Comentou o comportamento da população, ansiosa para tocar no caixão daquele que recebeu, “depois de morto, a mais bela consagração de um homem”. Destacou que Patrocínio o tratava como filho, pois era detentor de um grande coração, cheio de “nobreza e pureza”. Recordou a vitória do abolicionismo e repudiou as “calúnias e infâmias”, imputadas ao jornalista, que “lhe amarguraram a existência”.¹¹⁰

Como membro fundador da Academia Brasileira de Letras Patrocínio ocupou a cadeira de número 21, cujo patrono é Joaquim Serra (1838-1888), jornalista e fundador do jornal *A Reforma*, onde ele foi conferente de redação no início da carreira. Joaquim Serra também dirigiu *O Abolicionista*, órgão da Sociedade Brasileira contra a Escravidão.¹¹¹ Após o falecimento do abolicionista, a cadeira foi preenchida por Mário de Alencar, filho de José de Alencar, que louvou a sua eloquência na imprensa e na tribuna popular. Depois de comentar a autobiografia de Patrocínio, Mário de Alencar registrou que o caráter do jornalista primava por duas qualidades: sinceridade e imaginação, as quais influenciaram a sua obra literária e as “incoerências da sua vida pública”. O acadêmico fez um resumo da trajetória de vida de Patrocínio e do seu envolvimento com a luta antiescravista, destacando os obstáculos enfrentados pelo jornalista em função de sua ascendência familiar: filho de uma quitandeira e de um padre, que não o reconheceu, e vivendo num ambiente completamente desfavorável às atividades intelectuais.

¹⁰⁹ *Cidade do Rio*. 28 de setembro de 1888. Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, poeta e jornalista, colaborou no *Cidade do Rio*, em 1888 e 1889. Bilac foi considerado um dos maiores representantes do Parnasianismo. Participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, consultar: VERÍSSIMO, José. *Teoria, crítica e história literária*, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos /São Paulo: EDUSP, 1977, ps. 214/217.

¹¹⁰ “Chrônica” in *Revista Kosmos*, Rio de Janeiro, nº 2, fev. 1905.

¹¹¹ Ver SERRA, Joaquim de Almeida Serra. *O Abolicionista Joaquim Serra*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

Cometeu exageros ao consignar que a “abolição foi feita por obra de José do Patrocínio”. A obra-prima de Patrocínio, como ele denominou a abolição, foi conseguida, segundo Alencar, através dos artigos de imprensa diária, sátiras, conferências e discursos de improviso que “transformavam um auditório sob o efeito daquela palavra magnífica”. Mário de Alencar encerrou o seu discurso enfatizando que se sentia honrado por ocupar a cadeira cujo titular fora José do Patrocínio.¹¹² Nada mais natural do que o caráter apologético desenvolvido pelo orador em relação ao seu antecessor.

A saudação efetuada por Coelho Netto a Mário de Alencar apresentou as mesmas características. Inicialmente, ressaltou que Patrocínio teve a responsabilidade de guiá-lo nos “primeiros passos” no caminho das letras, pois participara ativamente da campanha abolicionista ao seu lado nos jornais *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Os elogios buscavam caracterizar o jornalista, apresentando as facetas de sua personalidade que, apesar de contraditórias, se complementavam. Assim, acompanhemos o discurso de Coelho Netto: Patrocínio “era o contemplativo e revolucionário, o melancólico e o violento, o carinhoso e o indômito [...] foi a força que se insurgiu contra a opressão”. O orador considerava Patrocínio como o “treinador” de sua geração, da qual fazia parte, entre outros, Olavo Bilac, Pardal Mallet, Luiz Murat, Paula Nei, Arthur Azevedo (1855-1908), Aluísio de Azevedo (1857-1913), Guimarães Passos (1867-1909), que se

¹¹² Efetuado em 14 de agosto de 1906. *Discursos Acadêmicos*, vol. I – (1897-1919), Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1965, ps. 175/188. A fundação da Academia Brasileira de Letras foi feita por diversos intelectuais que se reuniam nas livrarias e cafés do Rio de Janeiro e depois na redação da *Revista Brasileira*, dirigida por José Veríssimo. Neste local frequentemente se encontravam todas as tardes e tomavam chá, tradição mantida até hoje pela instituição. Em um desses encontros surgiu a ideia de fundação da Academia constituída em 15 de dezembro de 1896, com a participação de vários membros dessa intelectualidade, entre os quais podemos citar: Machado de Assis, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Coelho Neto, Olavo Bilac, José do Patrocínio, entre outros. Foram trinta os sócios fundadores, depois ampliados para quarenta. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, ps. 442/444. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, ps. 112/113. CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda e NEVES, Margarida de Souza. *História em Cousas Miúdas – capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

destacaram na literatura e no jornalismo. Para Coelho Netto, esse grupo, que mantinha uma relação bastante estreita com Patrocínio, utilizou a literatura como uma das armas na luta contra a escravidão. Nas suas conclusões, aludiu às condições precárias vividas por Patrocínio nos últimos anos e o abandono daqueles que lhe deviam gratidão e reconhecimento pela sua atuação no movimento abolicionista.¹¹³ Ele não mencionou que parte desse grupo, formado por ele, Bilac, Paula Nei, Luiz Murat e Pardal Mallet, rompeu com Patrocínio, saindo do *Cidade do Rio*, em virtude dos conflitos cada vez mais acentuados entre o abolicionista e os republicanos, especialmente após o confronto com a Guarda Negra no início de 1889, embora, como mencionamos, tenham se reconciliado por ocasião do estabelecimento da República.

João Marques, advogado da Confederação Abolicionista, salientou que Patrocínio foi a “figura de mais destaque da propaganda abolicionista”. Os comentários dos contemporâneos realçavam os discursos do jornalista, que conseguiam eletrizar a plateia, especialmente quando descreviam as cenas violentas do cativo. O próprio João Marques, devido à forma como o jornalista se expressava e o seu engajamento na luta antiescravista da Corte, afirmava que ele “era um fanático, e o fanatismo é uma forma de loucura”. Talvez, o seu modo de agir, para alguns, era sinal de loucura. O advogado comentou que, em função deste fanatismo, Patrocínio sofreu calúnias, vindo a morrer na miséria.¹¹⁴

Ernesto Sena (1858-1913), cunhado do abolicionista, escreveu, em 1909, *Rascunhos e Perfis*, com um capítulo dedicado a Patrocínio, sobre sua conduta e ações; destacou que a generosidade era a marca principal do seu temperamento, mas, ao mesmo tempo, possuía a “violência da linguagem que ridiculariza, que acabrunha e que desorienta o inimigo”. No entanto, da mesma maneira que entabulava polêmicas para defender os seus pontos de vista, obtendo, como consequência, diversos desafetos,

¹¹³ *Discursos Acadêmicos*, vol. I, ps. 189/208. Henrique Maximiano Coelho Netto, escritor e jornalista, participou do movimento abolicionista e republicano, mantendo um intenso convívio com Patrocínio. Os seus romances, *A Capital Federal* (1893), *A Conquista* (1899), entre outros, retratam a boemia carioca do final do século XIX. SODRÉ, *História da Literatura*, ps. 493/513. Ver também: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Literatura em Movimento. Coelho Netto e o Público das Ruas”, in CHALHOUB, Sidney., PEREIRA, Leonardo. e NEVES, Margarida. *História em Causas Miúdas...*, ps. 199/235.

¹¹⁴ “Carta de João Marques a Ernesto Sena”, in SENA, *Rascunhos e Perfis...*, ps. 584/585.

restabelecia, de uma maneira fácil, as amizades rompidas. Conforme Sena, ele “não tinha ódios, não tinha rancores, a vingança era uma palavra fantasiosa e um sentimento que no seu coração jamais conseguiu penetrar”.¹¹⁵ A obra desse autor serviu de principal fonte para os biógrafos do abolicionista, publicada em fevereiro de 1905 na Revista Kosmos como homenagem a Patrocínio, após a sua morte ocorrida naquele ano. Cabe ressaltar que Ernesto Sena utilizou em larga escala a autobiografia, escrita, em 1884, pelo próprio Patrocínio.

Outro autor que conviveu com Patrocínio foi Felix Pacheco (1879-1935). A partir de uma perspectiva apologética, fez referência às origens do abolicionista e a sua importância para a imprensa, transformada em uma arena onde se desenvolviam os grandes embates de ideias da época. Para o escritor, o jornalista possuía um “perfil contraditório”, detentor de um temperamento que oscilava da “virulência” ao “sentimentalismo”, “espírito a um tempo demoníaco e angélico, cheio de cóleras tremendas e de carinhos suavíssimos”. Embora a “incoerência” marcasse a trajetória do abolicionista, sinuosa e oscilante, Félix Pacheco registrou que a abolição da escravidão serviu de ponto de referência do qual ele não se afastou. Destacou que Patrocínio não se preocupava com a economia, caracterizando-se pelo desperdício e pelo espírito perdulário a ponto de morrer na miséria. Félix Pacheco ressaltou também a forma panfletária de alguns escritos de Patrocínio, que resultaram em grandes injustiças cometidas contra “eminentemente contemporâneos, que lhe incorriam nas iras, ou se animavam a terçar com ele as armas”. Contudo, encerrou o artigo justificando as atitudes incoerentes do jornalista.

Patrocínio foi a incontidência, foi a desordem, foi o arremesso brutal e cego. Mas foi tudo isso de uma maneira muito alta e muito soberana, como um sol, como um clarão, como um rio, que as cheias, em noites de lua, quando o céu é mais belo e o ar mais puro, fizessem extravasar, fecundando as sementeiras por toda a extensão das margens.¹¹⁶

¹¹⁵ *Ibidem*, ps. 303/305.

¹¹⁶ *Robles e Cogumelos. José do Patrocínio e os pigmeus da Imprensa*. Rio de Janeiro, [s.ed.], 1932, ps. 11/13/17/20/50/51. José Félix Alves Pacheco atuou no jornalismo do Rio de Janeiro, assumindo, inclusive a direção do *Jornal do Comércio*. Eleito deputado federal e senador pelo Piauí, exerceu a pasta das Relações Exteriores durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926). Fundou e dirigiu o Gabinete de Identificação e Estatística, atual

Joaquim Nabuco, embora não considerasse Patrocínio como uma pessoa que fizesse parte de sua pequena igreja, ou seja, do grupo com quem tinha mais afinidade, no qual incluía, por exemplo, André Rebouças, o situou como o grande mentor da campanha abolicionista no Rio de Janeiro: “representante do espírito revolucionário”. Nabuco creditou a vitória do abolicionismo, entre outras causas, à atuação de elementos do quilate do jornalista, que não se deixaram abater pelos obstáculos naturais inerentes à luta antiescravista. Ele concluiu o texto, analisando a atuação de Patrocínio: “O que Patrocínio, porém, representa é o “*fatum*”, é o irresistível do movimento [...] Ele é uma mistura de Espártaco e de Camille Desmoulins [...] Patrocínio é a própria revolução [...] Patrocínio foi a expressão da sua época; em certo sentido, a figura representativa dela.”¹¹⁷ Estas palavras de Nabuco não significam o endosso de uma opção radical. Ao contrário, ele assinalou que o triunfo de uma revolução é possível quando indivíduos, como Patrocínio, são “empregados para lhes abrirem a primeira brecha”.¹¹⁸

Os depoimentos da época sobre Patrocínio, transcritos nos seus jornais, obviamente, sempre o exaltavam. Uma matéria de *O Dia*, citado pelo *Cidade do Rio*, sobre a sua data natalícia, o situou como um dos esteios da luta, dedicado à causa da abolição, “combatendo à luz do sol, pela pena e pela palavra, sem o insulto e com a súplica, com a ameaça e com a lágrima, noite e dia, com todas as armas e todos os meios, com a lei e contra ela”. Mais adiante, continuou elogiando o seu “desprendimento, heroísmo, talento, força e firmeza”. Ele era a “síntese da alma sofredora da raça escrava”. Finalizando o texto, o jor-

Instituto Félix Pacheco. Escreveu diversos livros, entre os quais o citado acima resultado do contato com Patrocínio já no período republicano. Ocupou, em 1912, a cadeira de nº 16 da ABL. www.academia.org.br

¹¹⁷ *Minha Formação*. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949, ps. 194 /205.

¹¹⁸ *Ibidem*, p.205. Nabuco se referiu à importância dos “exaltados” para o estabelecimento de uma “Revolução”, conforme *Um Estadista do Império. Nabuco de Araujo*, (1896/1897). 4 vols.. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1948/1949, vol. I, p. 29. Para Nabuco “revolução” significava “reformas sociais” nos “hábitos, na educação, nos sentimentos do país”, cf. “6ª Conferência no Teatro Sta. Isabel”, Recife, 18 de janeiro de 1885, in: *O Abolicionismo. Conferências e Discursos Abolicionistas*. (1883-1884/1885). São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949, p. 411.

nal lamentou a falta de reconhecimento da sociedade e ingratidão em relação a Patrocínio.

Aos mais ilustres e ao mais denodado deles, entretanto, ao mais sacrificado e ao mais terrível, do chefe intemerato desta cruzada tremenda não coube até hoje a mínima recompensa [...] Toda a sua vida e toda a sua fortuna, o patrimônio dos filhos é produto do seu trabalho, amizades, lucros, negócios, tudo ele sacrificou pela causa dos oprimidos da escravidão.¹¹⁹

Outros órgãos da imprensa tornaram públicas a sua admiração pelo jornalista. O *Carbonário*, da cidade do Rio de Janeiro, exaltava o seu empenho na luta pela liberdade dos escravos. Registrou a trajetória de Patrocínio no Norte como uma jornada que serviu para acelerar o movimento abolicionista no Ceará.¹²⁰ Logo após a assinatura da extinção legal do cativo, o mesmo jornal, com um artigo de fundo “José do Patrocínio, Après le Combat”, afirmou que fazia questão de irmanar-se aos diversos setores populares para homenagear aqueles que se empenharam pela emancipação e, neste caso, o jornal ressaltou “José do Patrocínio, o [...] enorme aluvião da imprensa que derrocou a murada do escravagismo”.¹²¹

Podemos aquilatar o prestígio de Patrocínio por uma enquete, realizada pela *Gazeta de Notícias*, ainda no final do ano de 1881, sobre a atuação dos profissionais da imprensa do Rio de Janeiro, num período no qual o jornalista não mais pertencia aos seus quadros. O abolicionista ficou em segundo lugar, perdendo para Ferreira de Araujo (1846-1900), redator daquele periódico, por uma diferença pequena de votos. Enquanto este ficou com 1157 votos, Patrocínio conseguiu 1033 e em terceiro lugar ficaram empatados Quintino Bocaiúva e Joaquim Serra com 962 votos.¹²²

Cabe registrar o artigo de fundo escrito na primeira página da *Gazeta da Tarde*, caracterizado pela demonstração de apreço pela figura de Patrocínio, após a sua saída daquele órgão e fundação de um novo jornal,

¹¹⁹ 8 de outubro de 1889.

¹²⁰ 26 de fevereiro de 1883.

¹²¹ 18 de maio de 1888.

¹²² *Gazeta de Notícias*. 11 de dezembro de 1881.

o *Cidade do Rio*. A matéria fez referência à atuação do propagandista, desejando-lhe sucesso em sua nova empreitada.

Apóstolo convencido e dedicado do abolicionismo e da democracia radical, José do Patrocínio continua, na nova folha, a ser o mais denodado atleta da grande causa abolicionista e da República.

Talento brilhante e flexível, o nosso colega ocupa sempre o primeiro lugar onde se achar. Tendo conquistado sua posição unicamente pelo seu talento e esforço não recuando diante de sacrifício algum, e tendo objetivo determinado como jornalista, José do Patrocínio, sempre coerente e ardente, tem prestado os mais relevantes serviços à causa a que se dedicou.

[...]

Quando a grande questão abolicionista, no Brasil, estiver definitivamente resolvida, e que o historiador futuro tratar desse assunto terá forçosamente de declarar que entre os que trabalharam por aquela causa, nenhum dedicou-se a ela com mais entusiasmo, ardor, convicções sinceras, fazendo sacrifícios, do que José do Patrocínio.¹²³

Observa-se, portanto, como o mito foi sendo construído a partir de inúmeros textos que exaltavam a figura de Patrocínio. Logo, era natural que nas comemorações pela assinatura da Lei Áurea, o abolicionista fosse homenageado pelos próprios colegas de profissão. Além daquelas manifestações populares a que fizemos referência, podemos acrescentar a da *A Imprensa Fluminense*, um jornal, com um único exemplar, editado no dia 21 de maio de 1888, que comemorava a extinção legal do cativo. Nenhum periódico circulou naquele dia, exceto aquele com matérias escritas pelos redatores dos principais órgãos da imprensa da Corte. Neles salienta-se o artigo de Dermeval da Fonseca, da *Gazeta de Notícias*, iniciando com a seguinte frase: “A semana foi apenas isto: José do Patrocínio”. Depois comentou as homenagens que “glorificaram”, em vida, o jornalista: “o povo aclamou-o em todos os lugares, a todas as horas, a um viva uníssimo que tem durado oito dias.” Após discorrer sobre a atuação de Patrocínio, terminou o artigo destacando que ele se arruinou pela sua dedicação à luta antiescravista. Contudo, de acordo com as suas palavras,

¹²³ 28 de setembro de 1887.

as gerações futuras não poderão esquecê-lo quando se escrever a história do abolicionismo.¹²⁴

Posteriormente, em 1915, por ocasião das comemorações da assinatura da “Lei Áurea”, foi editado, no Rio de Janeiro, um “Número especial dedicado aos campeões da escravatura no Brasil” do jornal *13 de Maio*, organizado por João Ferreira Serpa Junior, um dos diretores da Confederação Abolicionista, narrando a campanha antiescravista. O articulista, após salientar que a eliminação do trabalho escravo estava nas aspirações de toda a sociedade, pois “envergonhava o Brasil perante o mundo”, atentando contra a civilização, descreveu o empenho dos “campeões da campanha abolicionista”, entre os quais destacou “a figura superior do imortal José do Patrocínio, o evangelizador mor da liberdade dos escravos”.¹²⁵ Cabe assinalar que o autor era considerado amigo de Patrocínio, como pode ser comprovado por uma carta a ele dirigida pelo jornalista, “para a história da abolição do cativo no Brasil”, na qual comentou o empenho da Confederação Abolicionista para que os escravos se tornassem homens livres. Patrocínio encerrou a carta com um tratamento afetuosamente chamando o seu interlocutor de “irmão”.¹²⁶

Tobias Monteiro (1866-1952) também contribuiu, com os seus escritos, para a derrocada da escravidão na *Gazeta da Tarde*, convivendo nesse período com Patrocínio. Escrevendo em 1913, o incluiu como um dos expoentes da luta para a erradicação do cativo. Todavia, deixou transparecer uma posição preconceituosa ao caracterizá-lo como mame-luco, omitindo, propositalmente, que ele era mulato e acrescentando, às suas observações, que o jornalista, “possuía, entretanto, em alto grau grandes qualidades da inteligência humana”. Tobias Monteiro, provavelmente, evitou destacar a mestiçagem negra de Patrocínio e, conseqüentemente, a sua origem “ilícita” -descendente de uma liberta com um padre- em função do debate intelectual, desse início de século XX, sobre o branqueamento da sociedade brasileira e a ação das autoridades governamentais em relação à imigração europeia. Mas, para Tobias Monteiro, Patrocínio conseguiu superar o estigma racial, através de uma “inteligência humana”

¹²⁴ Patrocínio escreveu, também, um artigo tecendo considerações gerais sobre a campanha abolicionista.

¹²⁵ Coleção IHGB- Lata 867. PB.

¹²⁶ Rio de Janeiro, 13 de maio de 1888. Coleção IHGB- Lata 867. PB.

em alto grau, seguramente “herdada de seu pai”. Mais adiante, assinalou o seu desempenho na imprensa, minando as bases do escravismo através das denúncias, das imprecações e das mais “angustiosas lamentações”. Terminou os seus comentários, vinculando a abolição do Ceará à atuação de Patrocínio naquela província.¹²⁷

Osório Duque Estrada (1870-1927), ao escrever sobre a abolição, em 1913, destacou o papel de Patrocínio nas diversas conferências contra a escravidão, sua atuação na fundação da Confederação Abolicionista e os mecanismos utilizados para libertar os escravos dos seus senhores como, por exemplo, a falsificação de documentos que declaravam que o cativo era alforriado. Enfim, um verdadeiro roubo de escravos para a liberdade. Nos apêndices do seu livro, Duque Estrada utilizou-se da saudação de Ferreira de Araujo, da *Gazeta de Notícias*, a José do Patrocínio, cujo nome, para o autor “está hoje inscrito para sempre no vasto coração do Brasil”.¹²⁸ Percebe-se, portanto, como o seu estudo sobre a abolição pautou-se também pela exaltação aos heróis abolicionistas, entre os quais Patrocínio, com quem o autor convivera, embora jovem, no *Cidade do Rio*.¹²⁹

No seu livro *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*, escrito em 1924, Evaristo de Moraes (1871-1939), enfatizava que Patrocínio foi a figura de maior destaque do movimento abolicionista apresentando características de um fanático, obsessivo, inquisidor dos senhores e que “só enxergava amigos ou inimigos, conforme fosse pela ou contra a Abolição”. Relacionou o dom da oratória de Patrocínio às “regras da hereditariedade psicológica”, herdadas do pai, o vigário de Campos, que “não era um padre vulgar, encantonado na igreja e intelectualmente limitado pelo breviário” e, mais adiante, que era “um dos melhores oradores sagrados de sua época”. Após estabelecer estes traços da sua personalidade, apoiou-se na informação autobiográfica do próprio José do Patrocínio, aqui mencionada, com a seguinte ressalva: “Sincero e orgulhoso em demasia, não é de supor tenha enganado os seus biógrafos com invenções e mentiras”. Para Evaristo de Moraes, os testemunhos de Coelho Netto e Luiz Murat, pessoas que mantiveram uma relação de amizade e gratidão com o jorna-

¹²⁷ *Pesquisas e Depoimentos para a História*, (1913). Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1982, ps. 36/37.

¹²⁸ *A Abolição*. Brasília: Senado Federal, 2005, ps. 215/216. Primeira edição de 1918.

¹²⁹ Sobre o autor, ver: MORAES, Renata Figueiredo. *Os Maiores de 1888...*

lista, avalizaram as exaltações. Não encontramos, na obra, uma análise do pensamento e da ação abolicionista, pois o autor se eximiu quanto a este aspecto, assinalando que não era este o seu propósito. Assim, Patrocínio se apresenta como um demolidor das barreiras da escravidão.¹³⁰

O próprio título do livro de Osvaldo Orico (1900-1981), *O Tigre da Abolição*, já insinua o propósito heroico que norteou a visão sobre Patrocínio. Apesar do esclarecimento inicial sobre as dificuldades encontradas, em relação às fontes, podemos afirmar que ele pouco se distanciou de Evaristo de Moraes, exceto no que tange aos depoimentos orais da “esquecida viúva do tribuno” e da sua cunhada. Embora o autor tenha afirmado que o “sentido de romancear ficou, pois excluído do rol das influências que geraram este livro, bem como o culto ornamental de ‘heroworship’”,¹³¹ observamos que a sua imaginação permeia toda a obra, inclusive através das citações de diálogos ocorridos com Patrocínio.

Osvaldo Orico, entretanto, mencionou de uma forma mais ampla as atividades jornalísticas e abolicionistas de Patrocínio. Além do fanatismo foram acrescentadas outras qualidades tais como: emotivo, radical sem concessões e intransigente para caracterizar a personalidade do militante antiescravista. Segundo Orico, o seu oportunismo vinculava-se à sua oposição ferrenha ao cativo. Para o autor, ele era um líder popular que, junto com outros abolicionistas, inclusive o sogro, incentivava a fuga de escravos, dando-lhes guarida e burlando os capitães-do-mato.¹³² Será que as presas do “Tigre” não foram afiadas mais um pouco, para torná-lo mais agressivo? Talvez, uma justificativa para caracterizar a abolição como resultado de um “movimento humano do povo”, com a participação efetiva de negros, como o próprio Patrocínio, um maestro que impunha a nota revolucionária em seus discursos, sugestionando “o espírito da multidão”. Orico recorreu, para fazer esta afirmação, a citações de Coelho Netto, Olavo Bilac, Félix Pacheco, escritores que tinham, como já assinalado, uma grande admiração pelo abolicionista.¹³³

A visão épica da abolição caracteriza toda a obra de Orico, como a exaltação feita à Princesa Isabel no capítulo sobre “A Redentora”, sen-

¹³⁰ *Ob. cit.*, p 284 e segs.

¹³¹ *Ob. cit.*, introdução.

¹³² *Ibidem*, ps. 82/83.

¹³³ *Ibidem*, p.137 e segs.

do que o movimento abolicionista é situado como produto do desejo do poder governamental, atendendo às aspirações do povo. As fontes utilizadas, quais sejam, obras literárias ou discursos comemorativos, conduzem o leitor incauto a uma visão romanceada da luta contra o cativo e da atuação de Patrocínio. Orico ressalta, em síntese, que a reconstituição da vida do abolicionista foi possível em função dos depoimentos daqueles que o ouviram, e com ele conviveram, sem nenhuma visão crítica sobre essas fontes.¹³⁴

Magalhães Jr. desenvolveu um trabalho mais apurado sobre o propagandista. Sob o título de *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, além de transmitir-nos aspectos pitorescos do cotidiano do jornalista e da sua atuação no movimento abolicionista e republicano, relacionou-os com as condições gerais da luta contra o cativo no Rio de Janeiro. Sem dúvida, houve um avanço em relação aos estudos anteriores, pois o autor não se limitou às fontes utilizadas por Orico. As matérias dos jornais de Patrocínio foram incorporadas à pesquisa com o objetivo de estabelecer a trajetória de vida do propagandista. Foi destacado o papel político da imprensa, como fórum privilegiado para a atuação dessas elites intelectuais engajadas no processo abolicionista.

Patrocínio é apresentado como um radical que não transigia com a escravidão. A grande lacuna existente, embora não estejamos retirando o seu mérito, vincula-se à ausência de um estudo crítico sobre os diversos artigos e matérias dos jornais de Patrocínio. Talvez a própria formação de Magalhães Júnior, jornalista, dramaturgo e romancista, assim como os objetivos traçados para a elaboração do livro, tenham dificultado um maior aprofundamento sobre as nuances do pensamento abolicionista de Patrocínio e seu relacionamento com um ideário modernizador da sociedade brasileira no final do século passado. A vida turbulenta do jornalista foi priorizada nesse estudo.

Nilo Bruzzi abordou a trajetória de Patrocínio através de seus romances, publicando diversos ensaios no *Jornal do Comércio*, em 1953, transformados em livro posteriormente. Priorizou os romances do abolicionista utilizando uma linguagem apaixonada e, da mesma forma que os outros biógrafos, teceu inúmeros elogios à sua atuação na campanha abo-

¹³⁴ *Ibidem*, p.133 e segs.:

licionista.¹³⁵ Ciro Vieira da Cunha também escreveu uma biografia sobre Patrocínio, mas de forma romancçada, apresentando-o de maneira semelhante aos demais autores. No entanto, apoiou o jornalista nas polêmicas que ele travou com os republicanos em virtude da sua defesa da Princesa Isabel. Para Cunha, Patrocínio conseguiu com o seu “verbo vulcânico e sua pena estelar”, transformar-se no “ídolo de um povo e o redentor de uma raça”.¹³⁶ Percebe-se, claramente, como Bruzzi e os outros biógrafos do jornalista buscaram vincular Patrocínio aos setores populares. O seu discurso inflamado e suas origens contribuíram, em muito, para a criação do herói popular que se expunha para libertar os escravos.

Outros autores mais recentes, ao discorrerem sobre o abolicionismo, situaram-no como decorrência das mudanças que estavam acontecendo na segunda metade do século XIX, sem, entretanto, desenvolverem um estudo específico sobre Patrocínio. Este é o caso de Emília Viotti da Costa, que o enquadrou como líder de um “grupo mais avançado”.¹³⁷ Robert Conrad o classificou como reformista radical e dramático, que conseguia, com os seus discursos, obter o apoio da plateia para a sua causa.¹³⁸ Nelson Werneck Sodré, em um trabalho sobre a imprensa brasileira, denominou Patrocínio como “um dos mais apaixonados lutadores pela causa dos escravos”.¹³⁹ Marco Aurélio Nogueira, analisando as ideias de Joaquim Nabuco, demonstrou a posição conciliadora dos militantes entre os quais o jornalista, apesar dele, segundo o autor, pertencer às vertentes radicais do abolicionismo.¹⁴⁰ Rebecca Bergstresser observou que o movimento abolicionista no Rio de Janeiro derivou da atuação do inconformismo urbano vinculado à atuação de militantes radicais, inclusive do propagandista.¹⁴¹

¹³⁵ *José do Patrocínio, romancista*. Rio de Janeiro: Edit. Aurora, 1959.

¹³⁶ CUNHA, Ciro Vieira da. *No tempo de Patrocínio*. 2 vols.. São Paulo: Edições Saraiva, 1960, vol. 2, p. 162. Pode-se acrescentar outras biografias sobre Patrocínio, tais como: GUIMARÃES, João. *Patrocínio, o abolicionista*. São Paulo: Melhoramentos, 1956 e GUI-LHON, Orlando. *José do Patrocínio*. São Paulo: Ed. Três, 1974. Estas obras apenas se apoiaram nos estudos anteriores, basicamente de exaltação ao abolicionista, destituídas de quaisquer originalidades.

¹³⁷ *Da Senzala à Colônia*. 2ª. ed., São Paulo: Ciências Humanas, 1982, p. 396.

¹³⁸ *Os Últimos Anos ...* p. 193.

¹³⁹ *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 272.

¹⁴⁰ *As Desventuras do Liberalismo. Joaquim Nabuco, a monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.98.

¹⁴¹ *Ob. cit.* ps.11/14.

Na obra clássica de Florestan Fernandes, Patrocínio nos é apresentado como parte dos setores radicais do movimento abolicionista.¹⁴²

Consideramos, enfim, que estes autores se deixaram envolver pelos depoimentos nos quais se apoiaram os biógrafos de Patrocínio, apesar de inseri-lo no conjunto de ideias vigentes que permeava a sociedade brasileira na época. Porém, estudos sobre o abolicionismo, utilizando vertentes teórico-metodológicas distintas, ampliaram o campo de debates, buscando demonstrar a sua postura paternalista, articulada a um projeto de modernização para o país sem, entretanto, verificar, especificamente, o pensamento do jornalista.¹⁴³

José Murilo de Carvalho, prefaciando uma coletânea de artigos publicados nos jornais por Patrocínio, o situou como um personagem que vivia na “fronteira de mundos distintos”, começando pela “fronteira étnica: pai branco, mãe negra, um mulato, como se dizia na época, cor de tijolo queimado, em sua própria definição. Depois a fronteira civil: mãe escrava, pai senhor de escravos e escravas”. O estigma social como exposto o acompanhou durante a sua vida, tendo apenas o reconhecimento da mãe porque o pai não o perfilhou como já citado na sua autobiografia. Menino do “mundo interiorano em que se criou e viveu até os 15 anos” vivenciou outro mundo: a Corte na qual exerceu sua “atividade profissional e política”. Outro conflito na vida do abolicionista foi o convívio com “bacharéis em direito, medicina e engenharia”, enquanto ele obteve o diploma de Farmácia, “de baixo prestígio”. Enfim, como o autor destaca, Patrocínio transitou entre a fronteira “do reformismo e o radicalismo

¹⁴² *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 vols., São Paulo: Ática, 1978, vol. I, p.258.

¹⁴³ CARDOSO, Ciro Flamarion S. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites – séc. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. Em um campo oposto, encontramos a obra polêmica de GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. Comentou os diversos estudos efetuados sobre a luta antiescravista relacionando-a com o contexto histórico do final do século XIX. Entretanto, incluiu, também, José do Patrocínio, como membro do “abolicionismo radical” pela forma “de-sabusada” de seus discursos, p. 174. Esta perspectiva do autor vincula-se a sua visão do movimento abolicionista como sendo “o resultado revolucionário da luta autônoma dos escravos conjugada à militância urbano-popular radical”, p. 182.

políticos”. Justamente, essa vivência fronteiriça pode explicar as ambiguidades e contradições que marcaram a sua vida.¹⁴⁴

A historiografia brasileira contemporânea detectou propostas reformistas, sem jamais tê-las tomado como referencial de análise básica para o estudo do discurso jornalístico pertinente à abolição. Lília Moritz Scwarcz abordou como a imprensa paulista, inclusive os jornais mais atuantes na luta antiescravista, aceitava soluções que, em última instância, atendiam aos interesses dos senhores, pois davam margem que se estabelecesse, por exemplo, um período de transição para que o escravo se tornasse plenamente livre. A inexistência de uma postura coerente, entre os periódicos paulistas, era derivada das próprias contradições e limites da época.¹⁴⁵

Célia Maria Marinho de Azevedo ressaltou, do mesmo modo, toda uma “estratégia da conciliação” entre os abolicionistas, destacando a posição ambígua dos militantes mesmo quando o movimento ampliou os seus espaços nas ruas dos centros urbanos, pois a “sua intenção não era revolucionária, mas somente reformista”. Nesta linha de atuação, a autora incluiu José do Patrocínio, citando fragmentos de artigos que foram publicados nos seus jornais, que defendiam um período de transição para que o escravo se transformasse em trabalhador livre.¹⁴⁶ Consideramos precipitação caracterizar o jornalista como reformista sem uma análise do conjunto da sua obra. Incurreríamos nos equívocos semelhantes cometidos por seus biógrafos que o consideraram herói e radical na luta contra o cativo.

Ana Carolina Feracin da Silva, em trabalho recente, produto de sua Tese de Doutorado: *De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*, se propôs a analisar a trajetória de Patrocínio, do seu nascimento até a sua morte em 1905, estabelecendo como um dos objetivos de sua pesquisa a recuperação e a compreensão dos caminhos percorridos pelo jornalista, tanto no seu envolvimento com a campanha abolicionista como com a republicana.

¹⁴⁴ “Com o coração nos lábios”, in: *José do Patrocínio. Campanha Abolicionista: coletânea de artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Depto Nacional do Livro, 1996, p.9. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Edit da UFMG, 1998, p. 423.

¹⁴⁵ *Ob. cit.*, p.184.

¹⁴⁶ *Ob. cit.*, ps. 89/94.

Utilizou também fontes semelhantes a este trabalho e de outros autores que estudaram a vida do jornalista, mas ampliou a sua análise abordando a atuação de Patrocínio no início da República e seus embates com o governo Floriano, ou seja no que denominamos a “quarta fase” da vida de Patrocínio. Cabe também ressaltar o seu estudo sobre os processos jurídicos que envolveram o abolicionista como diretor do *Cidade do Rio*. Ela destacou que não pretendia “descobrir o ‘verdadeiro’ José do Patrocínio por trás das memórias, mas de tentar compreender seus movimentos como inicialmente indefinidos, pontuados somente pelas incertezas e indeterminações de um sujeito que não sabia o final da própria história”.¹⁴⁷

Assim, parece-nos que, de uma maneira geral, a retórica utilizada pelos propagandistas, no caso de Patrocínio, e as dificuldades encontradas para a atuação da imprensa abolicionista repercutiram bastante nos diversos estudos efetuados. Inquestionavelmente, a linguagem mais incisiva do jornalista, quando denunciava os males da escravidão, assumia uma conotação de radicalismo para os setores escravistas, os quais procuraram obstar, de todas as formas, uma solução definitiva para a chamada “questão servil”, apesar de o próprio Patrocínio repudiar esta conotação de radical. Enfim, as garras do “Tigre da Abolição” não eram tão afiadas como a historiografia tradicional salientou.

A rejeição a uma posição radical estava de acordo com as contradições e ambiguidades desta intelectualidade na qual se inseria Patrocínio. Devemos assinalar que, ao utilizarmos os termos elite intelectual, intelectuais ou intelectualidade, nos referimos a um grupo heterogêneo, cujas posições divergiam em relação às ideias abolicionistas. Essas elites possuíam um “status” elevado na sociedade e se distinguiam, através do monopólio do saber, dos demais segmentos da população. Seriam, na expressão de Bottomore, “indivíduos que contribuem diretamente para a criação, transmissão e crítica de ideias”, tais como “escritores, artistas, cientistas, filósofos, pensadores religiosos, teóricos sociais, comentaristas políticos”, assim como jornalistas e professores. Torna-se difícil, portanto, “determinar com precisão as linhas divisórias desse grupo”. A sua auto-

¹⁴⁷ Campinas: Unicamp, 2006. p. 56. O estudo de VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. *República sim, escravidão não: o Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República...* tem como foco o período republicano vivenciado pelo jornalista e sua relação com a estrutura de poder.

nomia é limitada, com diversidade de opiniões, mas se caracterizam, basicamente, por uma preocupação em relação à sociedade.¹⁴⁸ Podemos, talvez, considerá-los, em virtude da inexistência de uma unidade, em termos de pensamento, de atividade profissional ou, mesmo, de ação frente aos dilemas da sociedade, como “camadas ilustradas”. Essa heterogeneidade e a incorporação das ideias de valorização do progresso e civilização imprimem a esse grupo uma ação política paralelamente à atuação intelectual.

Uma das características dessa intelectualidade do século XIX, segundo Foucault, era a sua “universalidade”, com um discurso que valorizava a justiça e a lei, que deveriam ser, pelo menos aparentemente, para todos, opondo-se à arrogância do despotismo e dos abusos da estrutura do Estado. Em virtude destas características o pensador francês os denominou de “intelectuais universais”. Em geral, originavam-se do “jurista-notável e tem sua expressão mais completa no escritor, portador de significações e de valores em que todos podem se reconhecer”.¹⁴⁹ No Brasil, embora as suas raízes estivessem no campo, defendiam uma modernização gradual da sociedade, dentro dos moldes liberais sem, entretanto, desprezar a realidade existente, apoiada na escravidão. Protótipo deste grupo, no Brasil, foi, sem dúvida, Joaquim Nabuco.¹⁵⁰

O aprendizado político dessas elites intelectuais vinculava-se, em grande parte, às Academias de Direito e à militância nos jornais acadêmicos, veículos de divulgação de suas ideias e de iniciação no jornalismo, um campo por onde muitos enveredaram posteriormente.¹⁵¹ A sua atuação re-

¹⁴⁸ BOTTOMORE, T.B.. *As Elites e a Sociedade*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1974, ps. 64/65. Ver também: SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”, in RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, ps. 241/242. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 5ª. ed., 2 vols., Brasília: Editora da UNB, 1993, vol. 1, ps. 637/641.

¹⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, ps. 10/11.

¹⁵⁰ Sobre Nabuco como o intelectual que reflete a realidade brasileira no período, ver: SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império*. Topbooks: Rio de Janeiro, 2002.

¹⁵¹ ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, ps. 164/165. A respeito da atuação dos “bacharéis”, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, pref. de Antonio Cândido, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977, ps. 116/118. ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.30.

fletia as próprias contradições inerentes à sociedade brasileira, no final do século XIX, ou seja, o receio de uma maior participação do “povo”, entendendo-se como tal: a grande massa de escravos, libertos e brancos pobres. Patrocínio denominava de uma forma genérica, “povo”, ou “Zé povinho”, as pessoas marginalizadas pela estrutura social vigente - os despossuídos.

Essa elite intelectual, com um verniz liberal, não possuía, de acordo com Raimundo Faoro, um “compromisso com o povo, com a democracia”. Ela se propunha a “educar, corrigir, tutelar” os setores marginalizados, porém atenta a quaisquer sinais de rebeldia, “prezando uma qualidade que se supõe o próprio liberalismo – a tolerância”. Assim, haveria permissão para a divulgação de opiniões contrárias à estrutura de poder, na medida em que se poderia proibir de acordo com os desígnios do árbitro.¹⁵² Logo, essa intelectualidade estava direta, ou indiretamente, ligada à esfera de poder, oscilando de acordo com os seus interesses. Este é o caso, por exemplo, do próprio Patrocínio, o qual, seguindo a terminologia de Faoro para designar Joaquim Nabuco,¹⁵³ se enquadraria como mais um “liberal utilitário”, na medida em que transitava, livremente, nos círculos burgueses da Corte e, de uma forma oportunista, aproveitava a cooperação dos amigos influentes para conseguir os seus objetivos.

Patrocínio estava sujeito às influências derivadas do ambiente em que vivia, incorporando a visão elitista daquela sociedade, na medida em que cada vez mais se imiscuía nos círculos decisórios. Nada mais natural, portanto, que apesar do tom aparentemente radical do seu discurso, ele assumisse posturas semelhantes a dos demais membros dessa camada ilustrada. A visão missionária e a descrença na participação do “povo” para minorar os problemas derivados da estrutura escravista, tais como: o atraso, a ignorância, a ausência de instrução, a apatia e acomodação, estavam presentes nos seus escritos. Ele se julgava como um dos interlocutores que possuía pré-requisitos para levar adiante as reformas, segundo o seu ponto de vista, pretendidas pela nação. A impotência da sociedade, para o jornalista, era notória na medida em que ela não se sentia estimulada

¹⁵² “A Ponte Suspensa”, in *Documentação e Atualidade Política*. Brasília: UNB, nº 1, out-dez/1976, p. 9. Também, VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polémicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. O autor assinala que esta intelectualidade desejava substituir o senhor na tutela dos escravos, ps. 131/136.

¹⁵³ *Ibidem*, p.11.

a participar dos destinos políticos do país. Desde as primeiras crônicas, Patrocínio insistia nesta linha de atuação.

Falemos agora de ti somente para defender-te. Dizem que és mau, que és ocioso, que és um matuto na civilização. É falso, tu és um Zé povinho coerente. Deram-te uma Constituição em nome da Santíssima Trindade, entregas-te por isso mesmo à providência. Não lutas, subordinas-te, não protestas, aceitas.¹⁵⁴

Em outros momentos, Patrocínio se identificava com o “Zé povinho”, destacando que ambos eram enganados pelo poder; sendo que a palavra “povinho” sempre era escrita com letra minúscula, talvez visando a demonstrar a sua impotência. Já como jornalista famoso, escreveu uma crônica, “Semana Política”, na qual se intitulava um “folhetinista” que exercia a “função de repórter” porque era pobre: “um proletariado do jornalismo” que tinha como missão informar adequadamente à “pátria” sobre a atuação do governo.¹⁵⁵ Mais tarde, já na *Gazeta da Tarde*, o abolicionista criticava as eleições devido à corrupção existente no país, “confiscado pelos interesses de algumas classes”, as quais eliminaram o “patriotismo” existente no “povo”.¹⁵⁶

A crença de que suas ações atendiam aos interesses do “Zé povinho”, abandonado pelas autoridades governamentais, aparecia constantemente no seu discurso. Patrocínio deixava transparecer a existência de certo desalento e solidão, pois tinha, segundo suas palavras, necessidade de conversar com ele, seu “único amigo”. Em outro artigo, o jornalista considerava que uma mobilização popular era possível para retirar a nação da inércia, restaurando-a, fazendo uma emancipação real. Para isto, ele desejava que o “caro Zé” participasse “não só para tirá-la do cativeiro como homem, mas também para arrancá-la da escravidão como povo”.¹⁵⁷ Ele assumia um discurso dúbio para angariar apoios por ocasião da sua candidatura à Câmara dos Deputados. A descrença na atuação do “povo” foi substituída pela denúncia do confisco que ele sofria em função da ausência de pa-

¹⁵⁴ *Gazeta de Notícias*. 9 de dezembro de 1878.

¹⁵⁵ *Ibidem*. 1 de novembro de 1880.

¹⁵⁶ 14 de agosto de 1882.

¹⁵⁷ *Gazeta da Tarde*. 20 de setembro de 1884.

triotismo das elites dirigentes. Para acabar com esta situação, Patrocínio propunha uma maior participação política do “caro Zé”. O distanciamento entre o jornalista e o “Zé povinho” diminuiu devido à necessidade de aproximação entre o candidato e os seus eleitores.

Apesar destas posições contraditórias, não podemos deixar de reconhecer que havia uma dose de idealismo em suas palavras quando se referia às possibilidades de construir uma “pátria livre”, oposta à “pátria escrava”, na qual não teria lugar, segundo o abolicionista, para um governo venal ligado à “cobiça dos senhores dos escravizados”. Nas suas advertências ao Imperador, Patrocínio enfatizava que o governo somente se sustentava “na apatia do povo desfibrado, povo de proletários apáticos, nação de mendigos envergonhados e de herdeiros audazes de piratas e moedeiros falsos”.¹⁵⁸

Em outro texto, destacou a ausência de escrúpulos das autoridades governamentais que “protegem assassinos” e se “hipotecaram ao interesse de uma instituição que é a nossa vergonha perante o mundo”. Depositava uma grande confiança na fé dos abolicionistas que lutavam por uma causa justa, estando, inclusive, “prontos a dar a vida”. Lamentava, apenas, a desigualdade das forças, pois os propagandistas não deveriam aguardar grandes ajudas em virtude da “covardia” de uma “raça”, consequência de “longos séculos de sofrimento”. Mais uma vez, enfatizava que não se podia contar muito com o “povo”, aterrorizado, privado de seus direitos elementares que eram sempre tripudiados pelo “despotismo jubiloso e impune”.¹⁵⁹

Esta visão idealista, e ao mesmo tempo pessimista, em relação ao que Patrocínio denominava, genericamente, de “povo”, relacionava-se ao seu diagnóstico a respeito da sociedade na qual estava inserido. Ele constatava que a pátria, tão exaltada em seus discursos, ainda estava longe de ser construída, pois era reflexo de um passado, ainda presente, marcado pela escravidão. Para Patrocínio, a participação do “povo”, sob a liderança dos abolicionistas, era fundamental para respaldar-lhes as ações e, ao mesmo tempo, como forma de preservação da ordem, sem grandes abalos. A construção da nação deveria ser feita dentro dos parâmetros do liberalismo através da ordem estabelecida e dos quadros legais.

¹⁵⁸ *Ibidem.* 19 de setembro de 1885.

¹⁵⁹ *Ibidem.* 5 de fevereiro de 1887.

Em outro artigo, realçava a importância de se eliminar o escravismo porque este era incompatível com a liberdade política. Para o propagandista, a abolição tornava-se o meio de alcançar uma “sociedade homogênea, onde todos os homens pelo trabalho, pelo saber, pela independência e pela lei influiriam nos destinos do país”. Patrocínio vinculava a escravidão aos vícios que aniquilavam as energias públicas, ao despotismo e à onipotência do poder executivo. Concluiu o texto ressaltando que somente com o término do cativo, assim como da grande propriedade, seria possível expandir a democracia.¹⁶⁰

A sociedade ideal, para o jornalista, deveria ser homogênea, composta por pessoas que pudessem viver em harmonia, em termos raciais e sociais; seu próprio casamento é exemplo desse ideal. Durante a sua vida, sempre se utilizou de argumentos que respaldavam a miscigenação como uma forma de aprimoramento do negro. O seu ideal era a Europa, portanto, nada mais lógico que começasse o processo de branqueamento em casa. Em diversas oportunidades, manifestou esta opinião, criticando aqueles que consideravam a mestiçagem entre os brancos e os negros como um retrocesso da civilização. Para Patrocínio, “as raças humanas modificam-se radicalmente, conforme o lugar, em que habitam, e adquirem por hereditariedade as qualidades daqueles com que estão em contato” e mais adiante afirmou que “não teme que da mestiçagem resulte a retroação da humanidade.”¹⁶¹

Por outro lado, Patrocínio rejeitava as ideias que imputavam ao negro uma série de vícios decorrentes dos anos de cativo, especialmente em relação ao trabalho. Para o abolicionista, isto era mais do que natural, pois, “o trabalho não o nobilitou, aviltou-o, roubou-lhe a pátria, a família, o coração”. Continuando nos seus comentários, opunha-se aos críticos da mestiçagem que buscavam comprovar os seus argumentos utilizando como parâmetro o negro que teve a sua “natureza humana amputada, [...] embrutecido desde o berço, o negro que em vez do alfabeto teve o eito, em vez da escola teve a senzala, é o negro animalizado que os ilustres caucasianos tomam para ponto de partida da sua argumentação.”¹⁶²

¹⁶⁰ *Ibidem*. 26 de março de 1887.

¹⁶¹ *Gazeta de Notícias*. 15 de setembro de 1879.

¹⁶² *Idem, ibidem*.

O jornalista diferenciava este negro daqueles que tiveram contato com o branco: o “negro crioulo” e o “mestiço” que podiam desempenhar um papel importante na “comunhão social”, desde que existissem condições decorrentes da liberdade e instrução. Considerava que estes já tinham dado diversos exemplos de convivência social, contribuindo para o progresso do país.¹⁶³ No fundo, este discurso era uma forma de defender a sua trajetória de vida, os parâmetros de harmonia estabelecidos pelos abolicionistas e reafirmar que a integração do negro não significava ameaça para a sociedade, ao contrário, tornava-se imprescindível para a preservação da ordem.

Neste mesmo texto, Patrocínio se opunha à utilização de chineses como força de trabalho, na agricultura, em virtude de sua “difícil assimilação”. Ele fez uma analogia entre a incorporação dos bárbaros germânicos, pela cultura romana, com a situação de africanos e indígenas, na América, absorvidos pela civilização europeia, situação que seria inviável tratando-se dos povos “semibárbaros da Ásia”.¹⁶⁴ Alguns anos depois, condenava novamente as tentativas de introdução de chineses como mão de obra. Os mesmos argumentos racistas, talvez de uma forma inconsciente, eram utilizados para rejeitar a imigração chinesa, segundo o jornalista, por ela atentar “contra os caracteres de uma nacionalidade, procurando dissolvê-la em uma raça, que não quer ou não pode evoluir”.¹⁶⁵

A sua posição não se modificou; mesmo após a abolição, em um discurso na Sociedade Central de Imigração, Patrocínio era enfático em relação à questão:

O chim é mole de corpo e de caráter [...] tem todas as fraquezas e todas as covardias [...] o Brasil é um capital acumulado pelo trabalho europeu e que não deve, não pode, não há de ser mongolizado. O chim não há de entrar no Brasil. Todos os brasileiros ficarão sendo aqueles que não têm em conta o progresso, a honra, o futuro da pátria e a dignidade dos seus filhos [...].¹⁶⁶

¹⁶³ *Idem, ibidem*. Sobre a questão racial e cidadania, ver MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p.60.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁶⁵ *Gazeta da Tarde*. 9 de abril de 1883.

¹⁶⁶ *Cidade do Rio*. 29 de outubro de 1888.

Essa argumentação discriminatória se inseria dentro das concepções dessa intelectualidade. Não há dúvida que ela se fundamentava também no receio da restauração de um novo tráfico de escravos, agora asiático, que seria responsável pela introdução de uma mão de obra que, inegavelmente, seria violentamente explorada, e concorreria com o trabalho europeu, idealizado como vetor dinâmico para se alcançar o progresso.

A imigração europeia, ao contrário, era defendida pelo jornalista e pelos demais abolicionistas, pois se inseria no projeto de modernização da sociedade brasileira, com a eliminação da escravidão e, conseqüentemente, a emergência do trabalho livre. Como Joaquim Nabuco assinalava, ela teria o mérito de conduzir o país ao “crescimento orgânico” e, portanto, homogêneo, “eliminando o antagonismo latente das raças”.¹⁶⁷ Patrocínio, por outro lado, achava que o governo deveria incentivar a vinda de imigrantes, como forma de evitar prejuízos para a lavoura. Assim, endossava as reclamações dos fazendeiros sobre o problema da “falta de mão de obra”.¹⁶⁸ No entanto, repudiava quaisquer atitudes protecionistas por parte do Estado. Afirmava de forma categórica que as despesas para a vinda dos imigrantes deveriam correr por conta dos proprietários.¹⁶⁹

O jornalista demonstrava o seu antagonismo aos privilégios concedidos pelo governo ao trabalhador europeu. Segundo o autor, esta posição afetava a lavoura, “prejudicando a produção agrícola”, em virtude das “exigências caprichosas dos trabalhadores”.

Achamos que é dever do governo zelar pelo bem estar dos imigrantes e providenciar para que sejam respeitados todos os seus direitos, mas isto é muito diferente de fazer-lhes todas as vontades mesmo as mais extravagantes, tornando-os até mais privilegiados do que os próprios nacionais. Os fazendeiros, quando os mandam buscar, fazem despesas que não são pequenas e que não devem ficar assim perdidas só porque os imigrantes querem e contam com o apoio dos poderes públicos.¹⁷⁰

¹⁶⁷ *O Abolicionismo...* p. 201. Ver também: MACHADO, Humberto F. “Joaquim Nabuco: paternalismo e reformismo na campanha abolicionista”, in *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro. n.º. 406, jan/mar, 2000, p.50.

¹⁶⁸ CONGRESSO AGRÍCOLA. *Coleção de Documentos*, Rio de Janeiro: Tipografia. Nacional, 1878. MACHADO, Humberto F. *Escravos, Senhores e Café...*, ps. 119./125.

¹⁶⁹ *Cidade do Rio*. 10 de dezembro de 1887.

¹⁷⁰ *Gazeta da Tarde*. 1.º. de fevereiro de 1887.

Estas observações de Patrocínio demonstram uma preocupação com a sorte do futuro liberto, sendo que essas ideias se inseriam dentro de uma perspectiva elitista, no fundo, articulada aos interesses dos próprios senhores. Não podemos descartar que estas apreensões, também, se relacionavam às questões sobre harmonia racial e, evidentemente, o receio de uma convulsão social. O estigma da raça e das origens africanas deveriam ser eliminados pelo processo de integração do negro no mundo dos brancos. O imigrante poderia, assim, desempenhar um papel fundamental nesta “sociedade harmônica”, idealizada por estas camadas ilustradas na qual se encontrava Patrocínio.¹⁷¹

A tese do branqueamento, que implicava em um processo de socialização da população negra e branca dentro de um clima de harmonia racial, identificava-se com a eliminação de quaisquer áreas de conflito que, porventura, viessem a ocorrer. O jornalista, em uma crônica, comparando a situação do Brasil com a dos Estados Unidos, exaltava a colonização portuguesa pela forma de assimilação das “raças selvagens”, impedindo a “invasão assoladora do preconceito das raças”.¹⁷² Para isto, acenava com as possibilidades de ascensão social através da mestiçagem, valorizando os seus méritos como cidadão e militante abolicionista. Seria a forma de solução para o “problema negro” das elites brasileiras.

O grau de brancura, como afirma Carl Degler, ofereceria mais oportunidades de ascensão social e reduziria o descontentamento entre os negros. Assim, um negro no Brasil podia esperar que seus filhos fossem capazes de romper as barreiras que o mantiveram numa situação de inferioridade, se pudessem simplesmente casar com alguém mais claro.

¹⁷¹ Essa posição da intelectualidade brasileira, do final do século XIX e início do XX, foi abordada por diversos autores, entre os quais podemos citar: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; IANNI, Otávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987, *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978; FERNANDES, Florestan, *A Integração do Negro...* SCHWARCZ, Lilia Moritz.. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial do Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Numa nova abordagem, ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio...* GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros. Escravidão, cidadania e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

¹⁷² *Gazeta da Tarde*. 5 de maio de 1887.

Tal realidade atua como válvula de escape para o descontentamento e frustração entre os negros e mulatos.¹⁷³ Daí, a ênfase obsessiva, explicitada nos discursos abolicionistas, inclusive os de Patrocínio, na harmonia racial como forma de evitar conflitos entre brancos e negros. Nada mais lógico, conseqüentemente, que as recomendações feitas pelo jornalista aos demais militantes antiescravistas para que fossem cautelosos na divulgação de seu ideário.

Esta perspectiva pautou a trajetória de vida de Patrocínio, dentro de um espírito de confraternização que tinha, segundo o seu ponto de vista, o objetivo de “engrandecer a pátria”, através dos dois sustentáculos da ordem e do progresso. Diversas crônicas, ainda no início de sua carreira, na *Gazeta de Notícias*, utilizaram argumentos semelhantes. Alimentava esperanças de uma solução mais imediata da “questão servil”, porém alertava sobre os perigos de uma ruptura violenta que poderia abalar, inclusive, a sua posição como elemento privilegiado dentro daquela sociedade que estava se aburguesando. Portanto, era natural a cautela, porém sem abdicar do ideário antiescravista para

livrar o meu país da escravidão e dos seus efeitos perniciosos; para libertar o solo, por assim dizer. A sorte dos negros inspira-me a mais viva simpatia mas o que principalmente me preocupa é a sorte do país esterilizado pela escravidão, despovoado por ela. Com uma população de 10 milhões de livres que dependem do trabalho forçado de 1 milhão de escravos, porque a escravidão tornou o trabalho uma conscrição repugnante, em vez de um voluntariado em que todos tomassem parte. É por todos esses motivos que estou empenhado na luta.¹⁷⁴

Este ponto de vista de Patrocínio decorria da influência do liberalismo, o qual atuava como suporte do abolicionismo, confundindo-se, algumas vezes, com o positivismo, aliado a uma perspectiva evolucionista

¹⁷³ DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976. P.118 e segs.; SALLEs, Ricardo. “O Abolicionismo e a nação que não foi”, in *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n. 406. jan./mar. 2000, p. 54/55.

¹⁷⁴ 2 de fevereiro de 1881. Também: 21 de julho de 1879, 15 de dezembro de 1879 e 19 de abril de 1880.

e spenceriana.¹⁷⁵ Justamente, a penetração destes estudos na intelectualidade brasileira acentuava a dicotomia existente entre as duas realidades. Assim, não podemos considerar imprópria a posição dos abolicionistas, no caso de Patrocínio, quando declaravam que as suas preocupações básicas se dirigiam para a pátria e não para os escravos. Ora, a condição fundamental para alcançar a sociedade idealizada por estas camadas ilustradas era a eliminação do trabalho compulsório.

A visão evolucionista dos militantes antiescravistas, inclusive Patrocínio, relacionava-se à crença na “renovação fundamental do futuro” o qual, de uma maneira irreversível, seria forjado através de “leis precisas” que estabeleceriam o progresso. Desta forma, o jornalista aproveitava todas as oportunidades para demonstrar que a escravidão representava o atraso, impedindo que o país alcançasse a civilização.¹⁷⁶ A relação com os positivistas, no início da década de 1880, foi estreita em virtude dos vínculos mantidos, durante a sua atuação na *Gazeta da Tarde*, com os elementos do Clube Republicano. Entretanto, isto não implicava em subordinação, pois os seus textos possuíam, em linhas gerais, maior identificação com o liberalismo.

Patrocínio buscava enfatizar, nos últimos meses da existência da escravidão, o patriotismo dos negros e a igualdade que eles teriam pelo trabalho.¹⁷⁷ No *Cidade do Rio*, apesar de atacar impiedosamente o Gabinete do Barão de Cotegipe, reafirmava as diretrizes básicas que norteavam a sua conduta, inspirada “unicamente no santo amor da pátria”, comprometendo-se a “não empregar meios violentos, apesar das atitudes do governo que insiste na humilhação de um povo”.¹⁷⁸

Percebe-se que a dubiedade do discurso acompanhou Patrocínio em diversos momentos. Na sua autobiografia, por exemplo, utilizou mecanismos que encobriam facetas de sua personalidade, destacando aspectos para demonstrar que trilhou uma trajetória de vida exemplar, tentando transmitir para os futuros biógrafos uma imagem ideal. Isto não é uma

¹⁷⁵ SPENCER, Herbert. *Lei e Causa do Progresso. A Utilidade do Anthropomorphismo*. (1857). Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1889. Sobre a influência do autor na intelectualidade brasileira, ver: GRAHAM, Richard. “Spencer e o Progresso”, in *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

¹⁷⁶ *Gazeta de Notícias*. 30 de agosto de 1878.

¹⁷⁷ *Gazeta da Tarde*. 10 de fevereiro de 1887.

¹⁷⁸ 7 de janeiro de 1888.

particularidade do nosso personagem. Ora, se o estudioso estabelece, muitas vezes, toda uma relação de empatia com seu biografado, chegando ao ponto de apaixonar-se por ele, imaginemos, o indivíduo que escreve uma autobiografia. Como Peter Gay ressalta, apoiado em Freud, ele é suspeito e raramente está “isento dessa paixão”, ou seja, os seus escritos se caracterizam por uma autoestima buscando preservar-se perante o tribunal da História.¹⁷⁹ Darnton alerta sobre isto quando analisa os escritos dos subliteratos no “submundo das letras no Antigo Regime”.¹⁸⁰ Patrocínio, da mesma forma, teve uma trajetória que, sem dúvida, marcou o período e, através dos seus escritos e dos seus discursos, buscou justificar-se para os contemporâneos, influenciando os seus biógrafos. Talvez receasse os bisbilhoteiros que poderiam afastar o tapete que encobria parte de sua vida, desvelando o mito.

1.3– O REFLEXO DO ESPELHO: A MOLDURA DO MITO

José do Patrocínio enveredou também pelos caminhos da literatura, em prosa ou versos, mas sem se desviar do seu objetivo principal, que era a luta contra a escravidão. Como enfatizamos, a trajetória jornalística caracterizou profundamente a sua ação, buscando congrega ao seu lado, nos jornais dos quais foi proprietário, intelectuais que se destacaram profundamente na arena política da Corte no final do século XIX e início do XX. Para Patrocínio, a literatura apresentava-se também como uma oportunidade de mostrar as mazelas da sociedade escravista, isto é, a atividade literária revestia-se de uma função de intervenção social, contribuindo para o sucesso da campanha abolicionista. Como Patrocínio, muitos desses literatos se consideravam os redentores da sociedade; numa perspectiva tutelar apresentavam-se como missionários que retirariam o “povo” da ignorância e do analfabetismo, redimindo-o, ordenando-o e guiando-o, enfim colocando-o no patamar dos povos civilizados.

¹⁷⁹ *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.15.

¹⁸⁰ DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução. O Submundo das Letras no Antigo Regime*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 50 e segs..

No início de sua trajetória profissional, colaborou em jornais acadêmicos escrevendo versos de caráter abolicionista e republicano, mas o seu primeiro escrito, num órgão de divulgação importante do Rio de Janeiro, foi publicado no *A República*, em 1871: o poema “À memória de Tiradentes” glorificava a figura do “mártir da Inconfidência”. Percebemos no texto uma identificação com o abolicionismo e com a República e críticas à monarquia. Faz alusão à inauguração, em 1862, de uma estátua equestre de Pedro I, no Largo do Rocio, hoje Praça Tiradentes que, à época, provocou conflitos políticos com os liberais. Como José Murilo de Carvalho assinala: “No lugar onde fora enforcado Tiradentes, o governo erguia uma estátua ao neto da rainha que o condenara à morte infame”.¹⁸¹

Ai! Vê, ó gênio dos livres!
 O nefando aviltamento
 De um despotismo cruento
 Neste solo americano:
 Nas abas de régio bronze,
 Ou seja escárnio, ao revés,
 Os índios curvos aos pés,
 Aos pés dum rei..... dum tirano!

[...]

Esmaga esta hidra insana
 Que na deusa americana
 Ousou seus lábios pousar.
 Americanos são grandes,
 Devem a afronta vingar.
 Insufla, gênio dos Andes,
 No peito de cada bravo
 Ódio às algemas de escravo.

[...]

E eu, que sou brasileiro,
 Direi ao mundo, altaneiro,
 Que se te mancharam a história
 Uma cruzada a lavara,
 No sangue da raça inglória.

¹⁸¹ *A Formação das Almas...* p. 60. O autor aborda como Tiradentes foi transformado em herói pelos republicanos. Também MAGALHÃES JR.. *Ob. cit.* ps. 20/21.

E que esta nódoa gravara
No peito de cada bravo
Ódio às algemas de escravo.¹⁸²

Para Patrocínio, a atuação de Tiradentes e sua morte extrapolavam a emancipação política em relação à metrópole portuguesa, representando também o ideal republicano e a luta pela liberdade, atendendo, portanto, aos propósitos dos opositores da escravidão. A morte de Tiradentes se transformava na força inspiradora para romper os grilhões e “algemas dos escravos”. Patrocínio, como um “bravo brasileiro”, seria um dos que resgatariam a memória de Tiradentes, agora como mais um combatente que desejava lavar a nódoa que representava a escravidão. A única publicação de Patrocínio no *A República* contribuiria também para alçar o inconfidente ao patamar de herói republicano, além de demonstrar uma preocupação com o desenvolvimento de uma consciência popular contra a escravidão, a “hidra insana” que deveria ser extirpada pelos “vagalhões de progresso e liberdade”. Podemos também detectar a influência de Castro Alves (1847-1871) através do tom épico e grandiloquente, além dos apelos ao “povo”, características do poeta baiano.

O ambiente estudantil favorecia os debates e as atividades políticas, sendo que o processo de divulgação era realizado, como já acentuamos, através dos jornais acadêmicos. Eles serviam de espaço alternativo para a formação dos jovens que enveredavam pela carreira jornalística, literária ou política. Patrocínio, já como estudante de Farmácia, colaborou na folha estudantil *O Lábaro Acadêmico*, publicação quinzenal, cuja circulação ficou restrita a doze números, entre 15 de abril e 30 de setembro de 1874, escrevendo versos caracterizados pelo sentimentalismo, nos quais buscava apoio para as ideias abolicionistas. A miséria, a ausência de liberdade e o sofrimento dos cativos foram retratados pelo jornalista no poema denominado “Uma esmola”.

Quanto maiores seremos
No dia em que se tornar
Um cidadão – cada escravo
E cada senzala – um lar!

¹⁸² *A República*. 22 de abril de 1871, in MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, ps. 20/21.

Brilharão mais fulgurantes
 Os astros das nossas zonas,
 E o Mississipi e Amazonas
 Hão de alegres se abraçar
 Oh! Não guardemos a esmola
 Que temos em nossas mãos,
 Quebrems essas algemas
 Que oprimem nossos irmãos,
 E quebrando do passado
 Os feros ídolos sangrentos
 Brademos aos quatro ventos:
 “Escravos sois cidadãos!”.¹⁸³

Percebe-se também como a questão da cidadania, base da propaganda republicana, estava presente nos seus versos, vinculando-a à abolição do trabalho escravo, apesar da posição ambígua do movimento republicano sobre o assunto. Por outro lado, ao solicitar que não se “guardasse a esmola” para ajudar a “quebrar as algemas” do escravo, ele talvez estivesse fazendo referência à possibilidade de compra de alforria, imprimindo um viés paternalista: a libertação do cativo seria viabilizada através da ação dos propagandistas, como a do próprio Patrocínio, subestimando a ação dos escravos.

O nosso personagem desenvolveu a sua verve irônica através dos panfletos intitulados *Os Ferrões*, escrevendo sob o pseudônimo de Notus Ferrão, em parceria com Dermeval da Fonseca que assinava Eurus Ferrão. Juntos parodiavam “As Farpas”, de Eça de Queiroz (1845-1900) e Ramalho Ortigão (1836-1915) que gerou, no Brasil, inúmeras publicações similares.¹⁸⁴ Os dois nomes eram apresentados na capa, não havendo condições de identificar a autoria dos artigos, cujo objetivo era alvejar com as suas “ferroadas” todos aqueles que, segundo os autores, as mere-

¹⁸³ 31 de agosto de 1874. MAGALHÃES JR. *Ob. cit.*, p. 27.

¹⁸⁴ As “Farpas” se constituíram em publicações mensais criticando, de uma forma irônica, a sociedade lusitana da segunda metade do século XIX. Ver a propósito, por exemplo: Carta de Eça de Queiroz a Joaquim de Araújo. Newcastle, 25 de fevereiro de 1878, in: *Obras de Eça de Queiroz*. Vol. II, Porto: Lello & Irmão, [s.d.], ps. 1380/1392, cf. LEONZO, Nanci & MACHADO, Humberto F. “O pensamento abolicionista: encontros e desencontros”, XIV Congresso da ANPUH, Brasília, 1987, p. 17. Ver também MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, ps, 29/35.

ciam por suas ações. Afirmavam que não tinham nenhuma orientação partidária, mas, claramente, havia uma identificação nos textos com os ideais republicanos.

Os *Ferrões* era uma publicação quinzenal que circulou de 1º de junho a 15 de outubro de 1875, totalizando quinze números, cuja característica era a crítica contundente à sociedade imperial. Utilizando uma linguagem sarcástica e demolidora em relação às elites governamentais, aproveitava acontecimentos do cotidiano que eram veiculados nos jornais da Corte. Além das questões políticas, envolveram-se em várias polêmicas, como por exemplo, apoiando José de Alencar (1829-1877) no embate com Joaquim Nabuco, que se estendeu de setembro a novembro de 1875. O futuro abolicionista, que havia retornado recentemente de Paris, questionava o valor literário e a brasilidade do autor de *O Guarani* e *Iracema* que, segundo ele, estava superado devido às mudanças que estavam ocorrendo na Europa. Nabuco afirmava: “Sou antes um espectador do meu século do que do meu país”,¹⁸⁵ demarcando as diferenças em relação a Alencar, a quem acusava de ignorar os debates que estavam ocorrendo fora do país, no campo da literatura e insistir na representação mítica do indígena nos seus romances.

Os *Ferrões* carregavam nas tintas quando suas penas se direcionavam à monarquia e a todos aqueles que lucravam com o cativeiro. Em um dos artigos, os autores criticavam o tráfico interprovincial e os horrores do mercado de escravos, local em que “esses desgraçados” eram vendidos como “porcos ou perus”.¹⁸⁶ E, mais adiante, serviam-se da ironia e do sarcasmo para denunciar as autoridades que compactuavam com esse comércio ignóbil: “sobrenatural é que a Secretaria de Polícia seja a casa de comissão em que os míseros esperam os compradores”. Presos, no entanto, às suas convicções, vez por outra abandonavam o tom irônico privilegiando a denúncia, numa linguagem plena de dor e solidariedade: “Faz vir lágrimas aos olhos ver estes infelizes acabrunhados pela desgraça [...] com os braços cruzados e os olhos baixos. [...] Parecem estátuas de dor que têm por pedestal trevas e cadeias, trevas que se lhes alongam até as faces”.¹⁸⁷ Esses mercados eram depósitos que alojavam os escravos antes de serem

¹⁸⁵ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*, p.29. MAGALHÃES JR... *Ob. cit.*, p.32

¹⁸⁶ Cf. MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, ps. 29/35.

¹⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 33.

vendidos. Apesar de o objetivo ser apresentá-los aos futuros donos com uma boa aparência para possibilitar melhores preços, não significava que existissem cuidados de higiene nesses locais, objetos de ironia e denúncias dos nossos observadores, que criticavam os beneficiários, incluindo as autoridades governamentais.

A sátira era a principal arma utilizada por Patrocínio e Dermeval da Fonseca quando faziam suas críticas. Usando o humor como estratégia política, despertavam o interesse e a simpatia do seu público leitor e, ao mesmo tempo, aumentavam a possibilidade de melhorar as vendas da publicação, tornando, inclusive os seus autores mais conhecidos, em especial Patrocínio. A atuação de Patrocínio no *Os Ferrões* assinalou a sua mudança de estilo literário: os poemas épicos e românticos foram sendo substituídos pelas crônicas políticas e sociais. Apesar da veia literária de Patrocínio ter sido mais direcionada para a prosa, seja através dos escritos jornalísticos ou dos seus romances, exercitou o seu lado poético.

Convidado por Dermeval da Fonseca para atuar na *Gazeta de Notícias*, no início de 1877, estreou com um poema cujo título era *Eulália*, talvez dedicado à Maria Henriqueta de Sena, Bibi, ainda menina, sua futura esposa. Nesses versos ele destaca a fragilidade da “tímida menina” que, com os seus quinze anos, ainda era “pálida e franzina”, mas já uma “flor” que começava a desabrochar provocando uma exclamação de arrebatamento no poeta apaixonado, embora a sua musa ignorasse, naquela época, as pretensões do jovem Patrocínio, ainda com vinte e três anos.

Voz doce e peregrina,
De flauta harmoniosa;
Qual tímida menina
Assim ela é medrosa.
[...]
Meu Deus! que formosura!
—Da flor fizeste um beijo,
Dum beijo esta mulher!
[...]
Fizeste-a sedutora,
A criação mais bela
Que é dado imaginar.

E lhe disseste: agora
Como o luar, a estrela
Brilha – mas sem amar!¹⁸⁸

Ainda no início de sua trajetória no novo jornal, tornou-se responsável por uma coluna em versos, denominada *Gazeta Métrica*, na qual registrava cenas do cotidiano da cidade como, por exemplo, a descrição de uma luta corporal, ocorrida no centro do Rio de Janeiro, envolvendo capoeiras.

Devoto da gentil capoeiragem,
O preto Fabiano,
Fez ontem, piedoso, uma romagem
Ao ventre do parceiro Caetano.
Houve grande algazarra
Do povo que gritava: agarra! Agarra!
Mas não se viu a sombra de um urbano!¹⁸⁹

A *Gazeta Métrica* teve pouca duração, mas Patrocínio ficou encarregado, em 1877, duma coluna denominada *Ocorrências de Rua*, que retratava em versos cenas do cotidiano urbano do Rio de Janeiro, inclusive acontecimentos policiais. Sua veia poética, porém, não lhe garantia a sobrevivência. Enquanto os seus textos, em prosa, esbanjavam talento, estes poemas possuíam uma qualidade duvidosa, apesar da identificação com manifestações populares, como podemos observar abaixo:

Eram três da madrugada
Quando os bonecos do engonço
Zé Maria e João Afonso
Queriam rolo, talvez,
Com todos os transeuntes
Da Rua da Carioca.
Vem a guarda e os dois reboca
Para o meio do xadrez.¹⁹⁰

¹⁸⁸ *Gazeta de Notícias*. 13 de janeiro de 1877.

¹⁸⁹ 29 de janeiro de 1877.

¹⁹⁰ Apud MAGALHÃES JR., *Ob.cit.*, p. 41.

Ainda na *Gazeta de Notícias* redigiu uma crônica semanal, intitulada “Conversemos”, sob o pseudônimo de “Nemo”, personagem da obra de ficção “Vinte Mil Léguas Submarinas” do escritor francês Jules Verne (1828-1905). Provavelmente, a utilização do pseudônimo nesse momento da vida de Patrocínio relaciona-se às agruras decorrentes de sua ascendência e também à desilusão amorosa. Nemo significa “ninguém”, em latim. No romance de Jules Verne, o Capitão Nemo é apresentado como um defensor dos oprimidos e construtor do submarino “Nautilus”. Vivia no fundo do mar para demonstrar a sua insatisfação com as desigualdades da sociedade europeia do século XIX, decorrente da expansão do capitalismo. Percebe-se como o personagem se encaixa no perfil de Patrocínio. Como já assinalado, ainda no início de 1877, ele ampliou as suas críticas contrárias ao cativo com a coluna “Semana Política”, utilizando o pseudônimo de “Proudhomme”. Mas, também não abandonou totalmente a poesia, publicando poemas na revista semanal *O Besouro*, principalmente de caráter humorístico, como *Ai!Ai*, em 28 de setembro, e *Margarida*, em 12 de outubro de 1878, assinando como “Zé do Pato”.¹⁹¹

Patrocínio, além da sua oratória e seus escritos nos jornais, projetou-se também pelos seus romances, utilizados para denunciar as desigualdades sociais e as injustiças cometidas pelas elites, beneficiárias do trabalho escravo. Não apenas ele, mas outros da sua geração entendiam a literatura como um mecanismo de intervenção na própria sociedade na qual o autor está inserido e como uma forma de contribuir para a melhor compreensão da História. A indissociabilidade entre o texto e contexto agiria como a mola propulsora que permitiria a transformação dos seus escritos numa força para pôr fim à escravidão. Como exemplo, dessa ilação, podemos destacar o estudo de Sidney Chalhoub sobre a obra de Machado de Assis, ressaltando como a ficção machadiana também serviu para desvelar as nuances existentes na sociedade brasileira do oitocentos e como o “bruxo do Cosme Velho” estabeleceu um verdadeiro painel social e histórico do país naquele período.¹⁹²

Em 1878, Patrocínio publicou o romance *Motta Coqueiro ou a Pena de Morte*, onde reproduziu o perfil de uma fazenda escravista a partir de

¹⁹¹ *Idem, ibidem*, ps. 72/73.

¹⁹² A expressão deriva do bairro do Cosme Velho, no Rio de Janeiro, residência do escritor. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

um acontecimento policial ocorrido, no ano de 1855, em Conceição de Macabu, à época uma freguesia do município de Macaé, Província do Rio de Janeiro. Ele narrou o crime contra um agregado Francisco Benedito da Silva e sua família, constituída da mulher, um filho de dezoito para dezoito e nove anos, duas filhas maiores de quatorze, duas maiores de sete e uma de dois para três anos, todos barbaramente trucidados, supostamente, a mando do dono das terras, Manuel da Motta Coqueiro, que ficou conhecido como a “A Fera de Macabu”, rico fazendeiro da região. O caso teve grande repercussão em virtude da condenação de um homem branco e rico à pena de morte na forca, além de existirem dúvidas sobre a sua culpabilidade. No próprio título perpassa uma crítica à pena capital, na medida em que o autor identifica o personagem principal – Motta Coqueiro – com a pena de morte. As nuances do romance deixam transparecer que toda uma trama foi conduzida para levar o fazendeiro à forca.¹⁹³

A motivação para Patrocínio escrever esse romance surgiu em função de uma notícia do jornal *Aurora Macaense*, reproduzida pela *Gazeta de Notícias*, em 10 de dezembro de 1877, sobre o depoimento de um moribundo a um padre, ambos não identificados. À beira da morte, o homem assumiu a responsabilidade pelo assassinato da família e, conseqüentemente, inocentou Motta Coqueiro, vinte e dois anos depois. Patrocínio fez um levantamento nos autos do processo e jornais da época, constatando que existia material suficiente para desenvolver um libelo contra a pena de morte. O romance foi publicado inicialmente de forma anônima através de folhetins na *Gazeta de Notícias*, mas no ano seguinte, 1878, o próprio jornal editou a obra completa.¹⁹⁴

Patrocínio buscou demonstrar os erros judiciários cometidos contra o fazendeiro. Desde as primeiras linhas, preocupou-se em estabelecer, de maneira inequívoca, como foi armado todo um clima emocional para que a população de Macaé condenasse, “a priori”, o pseudo-assassino. A partir dos argumentos utilizados por Patrocínio, percebemos que o livro reflete a posição do autor contrário à pena de morte porque denuncia a manipulação do processo e o envolvimento emocional dos membros do júri.¹⁹⁵

¹⁹³ *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Inst. Estadual do Livro, 1977.

¹⁹⁴ MAGALHÃES JR.. *Ob. cit.*, ps. 48/55.

¹⁹⁵ MAGALHÃES JR.. *Ob. cit.*, ps. 48/52. Ver também: BRUZZI, Nilo, *Ob. cit.*, p. 60.

Ele descreveu minuciosamente o ambiente de uma fazenda do Rio de Janeiro: a casa-grande, a senzala e o trabalho efetuado pelos cativos no eito. A experiência de Patrocínio durante a sua infância, vivenciada na propriedade paterna, permitiu-lhe a transposição para o texto do “modus vivendi” dos cativos, assim como as relações de poder existentes entre os diversos personagens: fazendeiro, agregados, brancos pobres, o feitor mulato e os escravos. Podemos observar alguns estereótipos que permeavam o pensamento do autor e dos componentes da sociedade. O feitor mulato Manuel João, que “pertencia à raça mista”, se sentia humilhado em virtude do amor por uma moça branca: “é bonita demais para um homem de cor, dizia ele”.¹⁹⁶ Talvez o autor desejasse externar as suas dificuldades amorosas. Ele, mulato, pobre, almejava o amor da filha do Capitão Sena, branca e “bonita demais”. A partir desta perspectiva, as aspirações do feitor não se relacionariam, apenas, aos sentimentos de Patrocínio, mas, também, aos seus desejos de uma ascensão social, que poderia ser conseguida através do casamento.

A figura que demonstra os preconceitos dessa sociedade e do próprio jornalista era a “feiticeira”, “tia Balbina”, cabinda, “corpulenta, de olhos maus, injetados de sangue, nariz grosso e beiços tímidos”. Mas, ao mesmo tempo, representava a resistência sutil e mística dos negros a toda uma estrutura coercitiva. Ela desempenhava uma liderança entre os escravos da fazenda, que a respeitavam e temiam em virtude do seu conhecimento sobre “as ervas eficazes no curativo de todas as moléstias e ainda mais aquelas que tinham certas virtudes especiais, tais como amansar os senhores, apatetar os brancos, e assentar o juízo dos amantes volúveis”. Em um diálogo, mantido com outra cativa, a “tia Balbina” evoca “Zambi” como elemento protetor dos negros contra os brancos.¹⁹⁷

A trama envolve Motta Coqueiro, que permitiu o estabelecimento de Francisco Benedito da Silva e sua numerosa família nas suas terras, da fazenda Bananal, como meeiro. Uma das filhas ficou grávida, em função

TINOCO, Godofredo Nascentes. *Motta Coqueiro. A grande incógnita*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1966.

¹⁹⁶ MAGALHÃES JR. *Ob. cit.*, p. 61.

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*. ps. 67/69. Zambi ou Zumbi, personagem considerado pelos escravos como o grande herói durante a existência do Quilombo de Palmares. Sobre o assunto ver: FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 123 e segs.

de um pseudo relacionamento amoroso com o fazendeiro que, além de ser muito mais velho, era casado e tinha filhos. Mesmo sem provas, o pai, ao saber do caso, passou a pressionar Motta Coqueiro, exigindo vantagens econômicas como compensação pela gravidez da filha, situação que provocou diversos atritos com o fazendeiro. O enfrentamento entre ambos culminou, inclusive, com uma emboscada contra Motta Coqueiro, feita pelo agregado auxiliado por um comparsa. Embora espancado, os ferimentos não apresentaram gravidade, sendo que o fazendeiro denunciou à justiça o acontecimento para punir o colono e acelerar o processo de expulsão das terras da fazenda.

Como Motta Coqueiro tinha inúmeros inimigos políticos na localidade, além de uma maior dedicação às suas fazendas de Campos dos Goytacases, ficava pouco tempo na fazenda Bananal. Deve-se destacar, ainda, que as autoridades policiais encarregadas do inquérito não se empenharam por uma solução e punição ao agregado pela cilada feita contra o fazendeiro. A impunidade que estava sendo articulada pela Delegacia de Polícia local causava indignação, tanto em Motta Coqueiro, como nas pessoas próximas ao fazendeiro, inclusive entre os seus escravos. O ponto central da trama ocorreu com a chacina feita com requintes de crueldade por um personagem sem identificação. Patrocínio carregou nas tintas ao descrever o acontecimento, mas deixando pistas que punham em dúvida a acusação feita a Motta Coqueiro pelo bárbaro crime.

A imprensa destacou o acontecimento e todas as investigações com estardalhaço, referindo-se a Motta Coqueiro como a Fera de Macabu, de maneira a incriminá-lo antecipadamente. A “tia Balbina” tornou-se a principal testemunha contra o fazendeiro, sob cujo catre foram encontradas as roupas ensanguentadas dos mortos. Vítima de uma conspiração armada por seus adversários, Coqueiro é julgado duas vezes de forma parcial e condenado à morte, condenação essa ratificada pelos tribunais superiores e pelo Imperador Pedro II, que lhe negou a graça imperial.

Mário de Alencar, no discurso de posse da Academia Brasileira de Letras, em 1906, na cadeira que havia pertencido a Patrocínio, considerou que na “tia Balbina” havia “toda a poesia da raça negra e da sua escravidão pela raça branca”.¹⁹⁸ Patrocínio, através da “tia Balbina”, desejava salien-

¹⁹⁸ *Discursos Acadêmicos*, vol. I, p. 181.

tar as dificuldades para a manutenção do escravismo e mostrar como o negro podia rebelar-se, segundo as suas concepções, de uma forma irracional contra a violência dos senhores. No romance, o jornalista a situou como a personagem que utilizou todos os meios para culpar o fazendeiro do assassinato da família do agregado, pois era a forma de vingar-se contra um sistema opressivo, expresso na figura do senhor. As ideias abolicionistas estavam na “feiticeira”.

Nesse romance, Patrocínio utilizou o processo existente no Arquivo Nacional, sendo fiel ao texto, sendo que apenas na parte final introduziu um personagem, Herculano, correspondente ao moribundo mencionado pela *Aurora Macaense*, além do filho, Marcolino, no lugar do padre, que ouviu a confissão no leito de morte de seu pai, se declarando culpado do assassinato de Francisco Benedito da Silva, de sua mulher e filhas porque este havia “desonrado sua família”. Esse desfecho do livro foi considerado por Magalhães Jr como o seu “ponto mais fraco”, sendo “forçado e pouco lógico”.¹⁹⁹ Como já mencionado, o livro, publicado inicialmente em forma de folhetins pela *Gazeta de Notícias*, foi divulgado também pela *Revista Ilustrada*:

Pobre do Mota Coqueiro
 Pobre do triste, coitado;
 Depois de preso e julgado
 E à morte condenado...
 Ser vendido – e a bom dinheiro!
 Ai, pobre dele, coitado,
 Pobre do Mota Coqueiro!

Triste foi o tirocínio
 Da vida do desgraçado...
 Mas, depois de sepultado,
 Vir às mãos do Patrocínio,
 É ser mal predestinado!
 Então, escrito e escarrado,
 Impresso, morto enforcado,
 Sofre o golpe derradeiro:

¹⁹⁹ *Ob. cit.*, ps. 54/55.

Vai pr'as lojas ser vendido,
E vendido a bom dinheiro!...
Pobre do Mota Coqueiro,
Coitado dele, coitado!
Depois da forca – vendido!
Depois de morto – comprado!²⁰⁰

Outro romance escrito por Patrocínio foi *Os Retirantes*, publicado inicialmente, em 1878, na forma de folhetins na *Gazeta de Notícias*, apoiado nas reportagens feitas em função da sua viagem ao Ceará para falar sobre as secas que assolaram aquela província. As notícias ocuparam um lugar de destaque nas primeiras páginas dos jornais da Corte e do Ceará desde as primeiras informações da calamidade no início de 1877. Os periódicos destacavam os problemas decorrentes da tragédia e os dramas vividos pelos retirantes em busca de melhores condições nos centros urbanos, em Fortaleza, capital da província, ou mesmo em outras regiões.

Essas reportagens de Patrocínio se transformaram na maior cobertura, feita no século XIX, sobre as secas do Norte do Brasil. Paralelamente às matérias, Patrocínio também enviou fotografias para Raphael Bordallo Pinheiro, responsável pela revista semanal ilustrada, *O Besouro*. Imagens impactantes que retratavam toda a crueldade que se abateu sobre os retirantes, em especial a desagregação das suas famílias e a fome. Portanto, havia material suficiente para desvelar a crueza de um drama que abalava o Império, ceifando inúmeras vidas e se constituindo também num perigo iminente para a ordem, com as vítimas da seca famintas perambulando pelas estradas com poucas oportunidades de sobrevivência.

O livro reproduz a vida de um povoado no Ceará – “B.V.” –, castigado pelas secas, no qual Patrocínio desenvolveu toda uma trama, denunciando a degradação dos costumes e o aviltamento dos valores morais, tendo como figuras centrais um padre, Paula, que possuía um “coração frio” e insensível, e Eulália, “uma rapariga de vinte anos”, pertencente a uma das famílias mais importantes do lugar, filha do professor Francisco de Queiroz. Na medida em que esta se transformava em adolescente, aumentava a “paixão proibitiva” que o pároco sentia pela moça.

²⁰⁰ Apud MAGALHÃES JR. *Ob.cit.*, p. 55.

O coração frio de Paula fora aquecido aos poucos, insensivelmente, como num banho-maria, à luz dos olhos vivos de Eulália. Íntimo de Francisco de Queiroz, acompanhara todas as fases do desenvolvimento daquela formosura lapidar de estátua grega. Quando voltou dos estudos no seminário tinha 22 anos e Eulália apenas cinco. Era então muito dada com todos, muito afável, e gostava de sentar-se no colo dos hóspedes para correr-lhe a mão macia pela barba. Foi crescendo, crescendo, e, sempre a dobrar de beleza e de afabilidade, ainda aos 11 anos vinha intrometer-se entre os olhos de Paula, então coadjutor da paróquia. Ele, acariciando-a, corria-lhe a mão pelos cabelos, pela face e pelo colo, onde a demorava, sentindo-o intumescido pela primeira efusão da puberdade. Ela pagava-lhe os afagos, encostando-lhe a face morena sobre o ombro, e perguntando-lhe com um olhar de cordeiro e um tom muito suave, por que é que ele não tinha uma filha para brincar comigo; gostaria mais dela do que das bonecas que lhe davam e que suas irmãs pequenas quebravam. Depois vira-a, à medida que seus vestidos iam aumentando, diminuir as suas carícias, tomá-la um retraimento delicado, limitar-se a um beijo na sua mão grande de atleta e às perguntas pela sua saúde e pela concorrência às missas.²⁰¹

Ao afastamento de Eulália, o Padre Paula respondeu com uma série de artifícios visando enlamear-lhe a existência, até que alcançou seus objetivos, provocando a desagregação da família que ocorreu, paralelamente, à destruição do povoado e de sua população pela seca. À Eulália não restou alternativa, como a outros retirantes, senão migrar para a capital Fortaleza onde, vivendo em extrema penúria e abalada pela tragédia da fome que se abateu diretamente sobre seus entes queridos, entregou-se à prostituição para sobreviver.

Neste livro, o jornalista externou a sua posição anticlerical e, no fundo, a mágoa em relação ao pai, ao utilizar a figura de um padre como vilão da história. As críticas ocasionais dos abolicionistas, entre os quais o jornalista, à Igreja, se vinculavam, também, ao comportamento dos clérigos, de uma maneira geral, e das ordens religiosas para com o cativo. Muitos possuíam escravos, evitando assumir, portanto, uma posição mais nítida que condenasse o escravismo. Logo, era natural que Patrocínio re-

²⁰¹ *Os Retirantes*. 2 vols., São Paulo: Ed. Três, 1973, ps. 11/12. A 1ª edição foi publicada, em 1879, pela *Gazeta de Notícias*.

tratasse um prelado como uma pessoa ignóbil, despossuída de caráter, que urdia toda uma trama para a obtenção de seus desejos amorosos.

Assim, aparece o sacerdote, Padre Paula, fazendo uma série de maquinações para preservar o domínio sobre a população local, incluindo Eulália, moça “virtuosa” manipulada pelas “artes malignas” do clérigo. A personagem apresentava traços semelhantes à Maria Henriqueta, “Bibi”, filha do Capitão Sena, paixão do autor. Talvez, Patrocínio tenha de uma forma inconsciente manifestado, através de sua pena, os seus sentimentos: a distância que separava o Padre Paula de Eulália era, para ele, naquele momento, idêntica a que o mantinha afastado ainda de “Bibi”.²⁰²

A desolação descrita no livro inspirava-se nas reportagens publicadas pela *Gazeta de Notícias*, de forma a sensibilizar as autoridades governamentais. Os locais onde os flagelados se abrigavam caracterizavam-se pela penúria, doenças e toda a sorte de dificuldades. Amontoados em casebres, a “população retirante espera que soe a hora em que pertencerá aos coveiros e ao esquecimento”. Patrocínio, indignado pelas cenas vistas e considerando-se impotente para minorar os sofrimentos das pessoas, criticava a atuação do governo e da Igreja: “Não há um único sacerdote da impostura católica e apostólica que se tenha lembrado de cumprir com os deveres do seu ministério indo levar a palavra da resignação aos fervorosos crentes que não podem pagar imposto de fé.”²⁰³

A degradação das condições humanas e de trabalho está presente em todo o texto, na medida em que o autor salientava as humilhações impostas aos retirantes que “cirandavam lamentosos, pedindo piedade para as crianças e para as mulheres esfaimadas. Havia nas suas fisionomias o abatimento da desesperança, e esse não sei quê que transuda no semblante o temor do desconhecido.”²⁰⁴ Esse quadro de desolação e de aviltamento das condições sociais chega ao ápice no final do romance, quando Patrocínio retrata as condições que cercaram a morte de Eulália, doente, moribunda e abandonada, vindo a falecer “no largo a alguns passos do palácio do governo e aos sons da música que todas as quintas e domingos ia acompanhar a digestão da presidência”.²⁰⁵ A inexistência de

²⁰² MAGALHÃES JR., *Ob. cit.*, ps. 78/80.

²⁰³ *Gazeta de Notícias*. 3 de agosto de 1878.

²⁰⁴ *Os Retirantes*. p. 86.

²⁰⁵ *Idem, ibidem*. p. 239.

ações concretas por parte das autoridades governamentais e a omissão da própria sociedade eram enfatizadas por Patrocínio, demonstrando toda a sua indignação que desejava também transmitir aos seus leitores através das denúncias dos seus escritos.

Concordamos com Mário de Alencar que considerou *Os Retirantes* o melhor livro de Patrocínio porque foi onde ele exerceu o seu poder de observação, pois constatou as agruras produzidas pela seca; assim, “as cenas formam páginas admiráveis, algumas de emoção da mais profunda tragédia”.²⁰⁶ Para Magalhães Júnior, o romance foi o primeiro trabalho jornalístico importante sobre as adversidades climáticas do Nordeste.²⁰⁷ Como considera Frederico Castro Neves, Patrocínio narrou através de uma estratégia de “grande impacto” a “tragédia da vergonha nacional”, caracterizada pelos irrisórios salários para humildes trabalhadores, além da “multiplicação da prostituição e pela desagregação da família”.²⁰⁸ Segundo Nilo Bruzzi, o livro possui uma alta dose de dramaticidade descrevendo toda a crueza da tragédia humana que envolvia as secas nordestinas, e é um livro “que se lê chorando desde a primeira página”. Para o autor, esse romance de Patrocínio, “talvez seja o livro mais emocionante que se escreveu no Brasil até hoje”.²⁰⁹

Como nos demais livros de Patrocínio, *Pedro Hespanhol* foi também publicado como folhetim diário, mas na *Gazeta da Tarde*. O primeiro texto saiu em 5 de abril e o último em 14 de outubro de 1884, e nesse mesmo ano, um volume com 194 páginas foi editado pelo próprio jornal, mas, diferentemente das obras anteriores, não obteve grande repercussão entre a intelectualidade do Rio de Janeiro.²¹⁰ Aborda, na primeira parte, com o título de *Escola do Crime*, a ação de uma quadrilha de criminosos, composta por Adamastor, Manoel Jacintho - o Mestre de Cerimônia, João

²⁰⁶ *Discursos Acadêmicos*, vol. 1, p. 181.

²⁰⁷ *Ob. cit.*, p. 66.

²⁰⁸ “A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará”, in *Tempo*, vol. 11, no. 22, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2007. Ver também: MOTTA, Felipe Ronner Imlau. *Literatura, Fatalidade e História: o jornalismo engajado de José do Patrocínio (1877-1905)*. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica. PUC: São Paulo, 2008, ps. 96/102.

²⁰⁹ *Ob. cit.*, ps. 23/60.

²¹⁰ Ver *Gazeta da Tarde*. abr./out. de 1884. *Pedro Hespanhol*. Rio de Janeiro: TFP. da *Gazeta da Tarde*, 1884.

Couceiro e Vicente Eloyo - o Príncipe, que se evadiu, em 1º. de novembro de 1755, da Casa de Suplicação e Cadeia do Civil, por ocasião do terremoto que praticamente destruiu Lisboa. O livro descreve, inicialmente, as condições dos presos, depois as cenas trágicas decorrentes do desastre que se abateu sobre a capital portuguesa, a fuga e atuação da quadrilha saqueando o que restou dos destroços da cidade.

Faz parte também do grupo uma mulher, Catarina, que desejava vingar-se de uma família responsável por sua prisão. Patrocínio descreve as maquinações de Catarina, utilizando Vicente como aliado, e sua traição à quadrilha, refugiando-se posteriormente na Espanha e gastando desordenadamente as riquezas roubadas. O casal sem recursos e na miséria retornou a Portugal, trinta anos depois, com um garoto de nome Pedro, que, ainda criança, assassinou Vicente em virtude dos maus tratos recebidos, sendo que Catarina acabou suicidando-se para evitar a prisão.²¹¹ A morte de Catarina e Vicente encerra a primeira parte do livro e Pedro, garoto espanhol criado por eles, será o personagem principal da segunda parte do livro, que se passa no Brasil.

Essa outra parte, *Os Ladrões de Estrada*, é narrada a vinda do personagem para o Rio de Janeiro e sua atuação à frente de uma quadrilha de assaltantes, conforme suas próprias palavras, respondendo a um interrogatório: “eu cheguei aqui a esta terra em companhia de El-rey D. João Sexto; era eu então criado de um dos maiores homens da Corte”. O bando de Pedro Hespanhol “espalhou o terror” na Corte e nas estradas próximas de 1814 a 1834.²¹² O romance faz referência à escravidão através dos comentários sobre a vida de uma mãe-preta, Luiza, que, após perder os dez filhos, mortos, ou vendidos, cuidava da menina branca, Elisa. O romance destaca a paixão de Pedro Hespanhol por Elisa, “aquele rosto sereno, aquele olhar sem nuvens, aquele conjunto de beleza e virgindade, que viera se colocar em seu caminho.”²¹³ No entanto, esse amor despertava um rancor profundo em Batatinha, amante de Pedro Hespanhol, “mestiça de raça, filha do cruzamento do africano e do europeu, havia na sua natureza o desprendimento sincero do negro e a perspicácia do branco”. Patrocínio acentua uma visão estereotipada sobre a sexualidade e luxú-

²¹¹ *Gazeta da Tarde*. 11 de julho de 1884.

²¹² *Gazeta da Tarde*. 11 de setembro e 17 de julho de 1884.

²¹³ *Gazeta da Tarde*. 7 de agosto de 1884.

ria da mulata, representada por Batatinha: “beleza de mulata que poreja voluptuosidade, que em lascívia como o champagne; a amante de Pedro apropriara-se pelas suas formas redondas, pelo dourado de sua pele, a alcunha pela qual era conhecida”.²¹⁴

Apesar da tentativa de Elisa de retirar Pedro do caminho do crime, não teve sucesso em função de sua vida pregressa e perseguições advindas de setores vinculados à estrutura de poder. Assim, a quadrilha continuou atuando na região próxima a Campo Grande e Sepetiba, arredores da cidade do Rio de Janeiro, atacando as tropas originárias da região mineira. Mas, conforme Patrocínio, o início da década de 1830 apresentava um quadro conturbado: “Os despeitos dissimulados sob o manto do patriotismo, os interesses oligárquicos de todo o gênero fermentavam ruidosamente, e azedavam o espírito nacional [...] e por isso mesmo o governo se resolvera a tomar enérgicas providências para tornar efetiva a captura do célebre facínora”. Pedro Hespanhol foi emboscado nas imediações da estrada real nas proximidades de Inhaúma e, embora tentasse resistir, acabou sendo morto num tiroteio com as tropas policiais.²¹⁵

Sobre *Pedro Hespanhol*, Nilo Bruzzi destaca que Patrocínio desvela o caráter “novelesco dos criminosos da baixa classe, dessa hedionda escória que se aproxima das feras”. Talvez, referência às passagens do texto que retratam a atuação do bando de Pedro Espanhol nas suas ações criminosas. Mais adiante, ressalta as características do livro que empolga os setores populares na “tragédia e brutalidade, sem grandeza, nem beleza, mas profundamente animalesco”.²¹⁶

Patrocínio ainda escreveu um conto - “A Ponte do Catete” - que tem como cenário o roubo de joias da Coroa, ocorrido no Palácio de São Cristóvão, em 18 de março de 1882, envolvendo Manuel de Paiva, companheiro de aventuras amorosas do Imperador: um verdadeiro alcoviteiro que dava guarida às saídas noturnas de Pedro II, além de mais dois criados da Casa Imperial, presos quatro dias depois. O mais estranho na apuração policial foi a descoberta das joias, logo depois no dia 27 daquele mês, “enterradas no quintal da casa de Manuel Paiva”, após a atuação direta do Chefe de Polícia, Trigo de Loureiro, e de seu auxiliar, o Tenente Lyrio.

²¹⁴ *Pedro Hespanhol...* ps. 140/158. *Gazeta da Tarde*. 17 de julho de 1884.

²¹⁵ *Gazeta da Tarde*. 8 e 14 de outubro de 1884.

²¹⁶ *Ob.cit.*, p.62.

O Chefe de Polícia, depois de comunicar ao Ministro da Justiça e, logo no dia seguinte, devolver pessoalmente as joias ao próprio Imperador, que estava em Petrópolis, mandou soltar Manuel de Paiva e os demais presos, considerados inocentes do roubo, já que as joias foram devolvidas. O caso foi abafado, apesar dos jornais, no início, terem dado grande destaque ao ocorrido em função da suspeição da história e do papel exercido por Manuel de Paiva junto ao Imperador.²¹⁷

Além do texto de Patrocínio, publicado na forma de folhetins pela *Gazeta da Tarde*, de 30 de março a 12 de outubro de 1882, também foram publicados mais dois contos: “As joias da Coroa”, na *Gazeta de Notícias*, de Raul Pompéia (1863-1895), de 30 de março a 1º de maio, e “Um roubo no Olimpo”, de Artur Azevedo (1855-1902), na *Gazetinha*, de 31 de março a 5 de abril.²¹⁸ Patrocínio faz referência explícita aos romances do Imperador, retratado como “Leocádio de Bourbon”. Ele e o “imperador se pareciam como irmãos gêmeos”. Para Marieta, personagem feminina principal e objeto de paixão de Bourbon, eram pessoas idênticas: caso ele “se vestisse com a púrpura e com a coroa coruscante, seria o imperador; se o imperador aparecesse familiarmente a pé, com umas roupas comuns, segurando-a no colo, beijando-lhe os olhos e a boca, seria o seu Bourbon”.²¹⁹

No conto, Marieta também demonstra ciúmes de uma “mulher sedutora” que “já não tinha o frescor dos vinte anos”, mas que “contavam histórias entre ela e Bourbon”.²²⁰ Patrocínio retrata a Condessa de Baral, Luísa Margarida Portugal de Barros (1816-1891), que foi tutora das princesas Isabel e Leopoldina, e por quem o monarca “caiu de amores”, ofuscando a “Imperatriz, mulher de cultura modesta e destituída de atrativos físicos”. José Murilo de Carvalho analisou as cartas trocadas entre os dois amantes, sendo que muitas “eram verdadeiros diários”. Quando a Condessa, que estava na Europa, tomou conhecimento do roubo, demonstrou toda a sua indignação, especialmente com o “feuilleton do Catete”, que fez “abomináveis calúnias” e cobrou de Pedro II punição

²¹⁷ PAULA, Sérgio Goes. “As joias roubadas”, in PAULA, Sérgio G. (org.). *Um Monarca da Fuzarca: três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993, ps. 9/27.

²¹⁸ *Idem, ibidem*, p.31.

²¹⁹ “A Ponte do Catete”, in PAULA, Sérgio G. (org.) *Um Monarca da Fuzarca...*, p. 134.

²²⁰ *Ibidem*, p. 134.

para o “libelista” que não “respeita a ninguém”.²²¹ Patrocínio conseguiu, através desse texto, revelar os bastidores da estrutura de poder, sujeita, inclusive, a roubos e falcatruas, abalando a própria figura, considerada íntegra, do Imperador. Um mito levantou o véu que encobria a figura do monarca que, amparado pela fama de austeridade e integridade, exercia uma grande influência sobre uma parcela expressiva da população. Um mito desvelando a face oculta de outro mito!

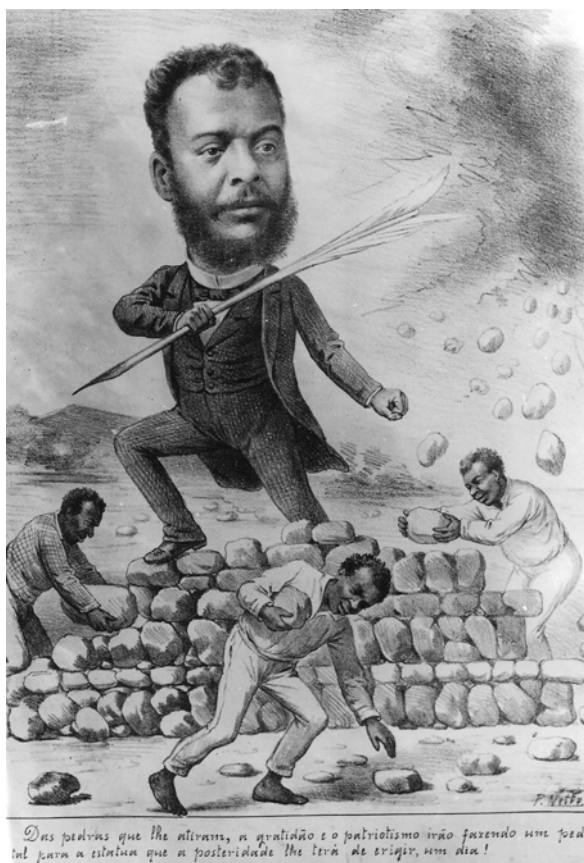
Percebe-se, portanto, que essa mitificação foi sendo construída a partir dos próprios textos de Patrocínio, já que a sua autobiografia serviu de ponto de partida para que os seus biógrafos apresentassem sua trajetória de vida. Reconhecido como um verdadeiro líder popular, por ocasião da aprovação da lei que extinguiu legalmente a escravidão no Brasil, foi execrado no início da República, sendo, inclusive, perseguido durante o governo de Floriano Peixoto. Caracterizou-se também pela ambiguidade, resultado das contradições que marcaram a sua vida, era um “homem de fronteira” como destacou José Murilo de Carvalho. Estudiosos de sua trajetória e dos seus textos edificaram o mito através dessa autobiografia, algumas destituídas de qualquer contextualização. Da mesma forma, Patrocínio registrou o seu pensamento, idiossincrasias, frustrações, desilusões através dos seus escritos: nos jornais, nos romances em prosa ou em versos. O seu comportamento reflete as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade brasileira vinculadas à crise do escravismo, com a possibilidade de abertura de novos rumos, traçados pelos próprios escravos que lutavam para se libertarem dos grilhões do cativo. Nesse aspecto, a sua atuação adquire um papel capital, na medida em que veicula, através dos seus jornais, a resistência dos cativos, abalando os sustentáculos do próprio direito de propriedade, além da modificação do regime de trabalho. Em todos os seus textos, a questão da escravidão estava presente, sendo a sua marca indelével, até pela sua cor, que o fez ser incluído no panteão da Abolição, não só pelo que escreveu e pela eloquência, mas como negro, propagandista e folhetinista atuante, dando voz aos escravos que combatiam de uma forma mais sistemática uma estrutura secular que impedia o Império do Brasil de ingressar no patamar das denominadas nações civilizadas.

²²¹ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, ps. 62/69, 71/72.

A ambiguidade de seu discurso relacionava-se à própria posição social. Reformista e revolucionário, radical e conciliador, herói e mártir foram adjetivos empregados pelas pessoas que com ele conviveram ou, então, que o biografaram. Entretanto, a sua forma de agir estava perfeitamente integrada às ideias de sua época, atuando no projeto de modernização da “pátria livre” em oposição ao que ele denominava a “pátria escrava”. Os periódicos mais representativos da imprensa abolicionista do Rio de Janeiro eram, indiscutivelmente, aqueles onde o famoso “Zé do Pato”, apelido carinhoso dado pelos seus amigos, exerceu a sua militância. Portanto, eles refletiam de uma forma inequívoca as nuances do pensamento de Patrocínio: as dificuldades e contradições na divulgação do seu ideário, mas, acima de tudo, coerente com as ideias de sua época.



Gravura de José do Patrocínio como representante da Imprensa Abolicionista. *Revista Ilustrada*. 13 de maio de 1888.



Gravura representando o apoio dos ex-escravos a Patrocínio, defendendo-se das acusações efetuadas pelos Republicanos. *Revista Ilustrada*. 29 de setembro de 1888.

2- O CAMPO DE DIFUSÃO: A IMPRENSA

Só compreendo a imprensa com ideias e com intensa liberdade. A imprensa que olha para os lados para não pisar nos calos dos poderosos e não encontrar com os preconceitos dos que empalmaram a opinião, pode servir para afagar os sonhos vespasianos dos aspirantes ao milhão, mas não se coaduna com os sentimentos de quem entende que os compromissos com os princípios exigem uma probidade tão perfeita como as que reclamam as relações comerciais. (José do Patrocínio. *Gazeta da Tarde*. 13 de novembro de 1881)

2.1 GAZETAS E NOTÍCIAS NO RIO DE JANEIRO

O nosso espectador e ator deve ter efetuado inúmeros malabarismos para poder acompanhar as mudanças aceleradas que estavam ocorrendo no século XIX. Ele não podia permanecer estático, aguardando de forma paciente o desenrolar dos acontecimentos. Tinha que imprimir um novo ritmo ao seu modo de agir, com maior dinamismo, como exigiam os novos tempos, derivados do desenvolvimento do capitalismo em diversas regiões, especificamente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. As transformações estruturais, que estavam ocorrendo na sociedade, atingiram as formas de pensar do homem. As novas ideias, vinculadas ao liberalismo, influenciaram-no na medida em que acenavam com a melhoria das condições de vida. A perseguição tenaz ao bem-estar material passou a orientar as diretrizes do ser humano, exaltando-se os benefícios do progresso e da civilização.¹

O final do século XIX teve um papel relevante na história do mundo ocidental. As suas influências ainda se fazem sentir no presente, seja através das injunções políticas, econômicas e sociais, como também

¹ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, ps. 67/86.

no campo do pensamento. Claro que o nosso comportamento não está moldado pelas mesmas regras existentes há mais de cem anos, porém os padrões foram, principalmente, forjados neste período que Hobsbawm denominou “A Era dos Impérios”. O autor, de forma magistral, assinalou que “O mundo em que vivemos é ainda, em grande medida, um mundo feito por homens e mulheres que cresceram no período de que trata este livro, ou imediatamente antes”. Eles nos legaram uma série de princípios que normatizam o nosso procedimento.²

As últimas décadas do século XIX, de uma maneira peculiar a de 1880, marcaram também a sociedade brasileira. As críticas mais contundentes ao cativo acentuaram-se devido às transformações derivadas da propagação das práticas capitalistas. Em primeiro lugar, ocorria a superação da cafeicultura do Vale do Paraíba pela do Oeste Paulista, paralelamente às dificuldades preliminares para a obtenção de mão de obra escrava em virtude da proibição, em 1850, do tráfico africano. Assim, o trabalho livre do imigrante encontrou condições mais propícias nas novas áreas cafeeiras, apesar de muitos senhores utilizarem os cativos em suas fazendas até as vésperas da extinção legal da escravidão. Como já destacamos, o aumento da resistência dos escravos, especialmente nas áreas cafeeiras, foi fundamental para abalar os alicerces do cativo.³ Acrescentaríamos também as técnicas mais aperfeiçoadas e os novos meios de transporte, como as ferrovias, que proporcionaram maior dinamismo à região do oeste paulista, acentuando o descompasso entre as duas formas de trabalho.⁴

Em segundo lugar, a transição para o trabalho livre se desenvolveu de uma forma mais rápida nas cidades que incorporavam novas camadas sociais vinculadas às atividades manufatureiras e comerciais. A adesão

² *Idem*. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 16. Ver também do mesmo autor: *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

³ MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860/1888*. Niterói: Cromos, 1993.

⁴ Sobre a utilização de escravos pelos fazendeiros do Oeste Paulista até o término legal do cativo, ver: DEAN, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. A respeito do desenvolvimento dos transportes: GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, ps. 59/79.

desses grupos urbanos, no caso do Rio de Janeiro, à luta antiescravista pode ser avaliada pela sua participação em eventos, como conferências e comícios abolicionistas. Alguns autores ilustram esta afirmação: Emília Viotti da Costa e Robert Conrad observaram que a abolição ganhou força em virtude do apoio não só das “camadas populares”, como também de “importantes setores das camadas médias”, se constituindo, na capital do Império, em um movimento popular, cujos reflexos eram as manifestações de rua que contribuíram para abalar o cativeiro.⁵ A década de 1880 começou de forma bastante auspiciosa para o movimento abolicionista do Rio de Janeiro com a Revolta do Vintém, ensejando o desenvolvimento de uma nova cultura política, como enfatizamos anteriormente.

A campanha pelo término do escravismo, no Rio de Janeiro, assumiu uma característica particular em função do alto grau de cosmopolitismo da cidade que como sede da Corte, identificava-se com os problemas nacionais. Em 1884, por ocasião da abolição do Ceará, ocorreu “um verdadeiro carnaval” nas ruas centrais, com destaque para a Uruguaiana, onde se encontrava a redação da *Gazeta da Tarde*, palco das manifestações repletas de “alegria e entusiasmo”.⁶ Rebecca Bergstresser enfatizou que esta participação atuante do abolicionismo local era derivada do radicalismo urbano, presente na década de 1880, assumindo um maior grau de contestação do que o seu congêneres nacional. As agitações populares marcaram o período e extrapolaram a luta antiescravista.⁷

O Rio de Janeiro era o principal centro comercial e manufatureiro do Império. As atividades econômicas tiveram um grande impulso a partir do fim do tráfico africano, quando capitais ligados àquele setor foram alocados na formação de estabelecimentos fabris e mercantis, assim como a expansão de uma infraestrutura de serviços. Embora utilizando a mão de obra escrava, a tendência era absorver, cada vez mais, a assalariada.⁸ A

⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 2ª ed., São Paulo: Livr. Ed. Ciências Humanas, 1982, ps. 404/423. Também da autora, *A Abolição*. São Paulo: Global, 1982. CONRAD, Robert E. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 236.

⁶ *Gazeta da Tarde*. 26 e 28 de março de 1884.

⁷ *The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, 1880 – 1889*. Tese de Doutorado, mimeo, Stanford, 1973, ps. 9/12/18 e segs..

⁸ Sobre as mudanças urbanas ocorridas na cidade e sua influência na sociedade verificar:

ampliação da força de trabalho livre forneceu mais subsídios para aqueles que se opunham ao cativo. A década de 1880 encontrou, pois, um palco adequado para os grandes debates a respeito da abolição e o Rio de Janeiro se constituiu em um verdadeiro polo formador de opinião, distinguindo-se dos demais centros urbanos por incorporar, com maior facilidade, as inovações oriundas da Europa.

A cidade refletia esse momento de transição: a prosperidade derivada das transações comerciais e o uso mais acentuado da mão de obra assalariada, nas manufaturas emergentes, conviviam com os traços inerentes às estruturas arcaicas da velha sociedade colonial apoiada no braço do cativo. O alemão Carl Von Koseritz (1830-1890) retratou muito bem este aspecto, destacando as novidades abundantes nas casas comerciais: “vitrinas brilhantes mostram os produtos da indústria europeia e inúmeros artigos de luxo são nelas expostos”. Ao mesmo tempo, criticou a existência de escravos que perambulavam pelas “ruas estreitas e sombrias”.⁹ Assim, os hábitos europeizados das elites da cidade contrastavam com a maciça presença dos escravos.

A capital do Império, palco de um forte movimento abolicionista, apresentava facetas peculiares. Na medida em que se caminhava do Centro para os arredores, as casas se tornavam mais raras, predominando o ambiente rural, marcado pela existência de uma pequena produção de subsistência que abastecia a cidade. As distâncias começaram a se tornar mais curtas com o desenvolvimento dos meios de transporte. A abertura de ferrovias, em direção à zona norte e aos subúrbios, permitiu que espaços, até bem pouco tempo precariamente povoados, fossem incorporados ao núcleo urbano. As linhas de bonde facilitaram a ligação com a parte sul da cidade, como Copacabana que, na década de 1880, era um areal

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e Obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*. 2 vols., Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, vol. I, ps. 230/231. SOARES, Luis Carlos. *O povo de Cam na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 Letras, 2007.

⁹ *Imagens do Brasil*, (1883). São Paulo: EDUSP/Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 31. Sobre aspectos desse momento de transição e seus reflexos na cidade, consultar EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. 2ª ed., 5 vols., Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

quase deserto.¹⁰ Koseritz estranhou, em 1883, o burburinho causado pela “trepidação das grandes carroças de cargas” e o “rolar dos bondes” que cruzavam as ruas.¹¹

O centro da cidade tornou-se o local privilegiado pelos “flâneurs”¹², em especial a Rua do Ouvidor que exercia um fascínio emblemático para as elites que incorporavam novos hábitos. Lá se encontravam as lojas que exibiam as últimas novidades da moda europeia. Os trajes masculinos acompanhavam o rigor da moda inglesa, enquanto as mulheres se deliciavam com os ornamentos encontrados nas lojas de comerciantes franceses. Chapéus e bengalas eram acessórios obrigatórios para os homens elegantes, que vestiam casacas de casimira inglesa, mesmo no calor escaldante do Rio de Janeiro, não dispensando a cartola e as luvas. Koseritz ironizava as mulheres que usavam “luvas de couro dinamarquês, que têm 25 botões, e que sobem até as axilas [...] que tem [...] a vantagem não desprezível de fornecer um emprego ao tempo das damas, porque cerca de uma hora e meia são necessárias, (e com a maior prática), para abotoar estas luvas.” Vestidas dessa forma as damas ou os cavalheiros frequentavam as lojas que exibiam em suas “enormes vitrinas os frutos mais elegantes” da moda parisiense que, segundo o alemão, serviam para a “ruína dos esposos e pais de famílias”.¹³

As lojas da Rua do Ouvidor expunham, além da “última moda parisiense”, os perfumes que deveriam torná-la a mais cheirosa da cidade. Porém, as essências acondicionadas em belos frascos não conseguiam eliminar os odores fétidos, principalmente à noite, decorrentes dos barris não tampados que continham as matérias fecais levadas pelos escravos -os tigres- para serem jogados ao mar. Leithold, um prussiano que esteve no Rio de Janeiro na década de 1820, criticava as condições sanitárias das casas: “Não existem privadas em casa alguma; vasos noturnos fazem o serviço, os quais são removidos pelas ruas menos construídas ou esvaziadas

¹⁰ BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.102.

¹¹ *Ob. cit.*, p. 57.

¹² Ver BENJAMIN, Walter. “A Paris no segundo Império em Baudelaire”; “Paris, capital do século XIX”, in KOTHE, Flávio. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.

¹³ *Ob. Cit.*, p.55.

em quintais e jardins pelos escravos”.¹⁴ Anos depois, as condições sanitárias continuavam as mesmas. Thomas Ewbank (1792-1870), ao percorrer a cidade na década de 1840, assinalava que “não há aqui esgotos nem fossas – e nem latrinas – ainda quando haja amplos pátios e quintais anexos às construções. Em toda parte usam-se cabungos fechados [...]. Levados à cabeça dos escravos, são esvaziados em certos lugares da baía, todas as noites.” Mais adiante ironizava e, ao mesmo tempo, alertava para o perigo de andar pelas ruas do Rio de Janeiro, após as vinte e duas horas, “não é seguro nem agradável”.¹⁵ O sistema de esgotos do Rio de Janeiro só foi feito em 1862, por uma firma inglesa, Rio de Janeiro City Improvements Company Ltd..¹⁶

Por outro lado, na zona portuária, em quarteirões insalubres, compreendendo os atuais bairros da Gamboa e da Saúde, erguiam-se armazéns e trapiches onde se guardavam os produtos destinados à exportação, principalmente o café, ou ao abastecimento da cidade.¹⁷ Em direção à zona norte e aos subúrbios, além das linhas de bonde, os trilhos da ferrovia permitiam que espaços até então precariamente povoados fossem incorporados à cidade. Incorporação formal que não eliminava a miséria, junto com as doenças disseminadas, principalmente, entre a população mais pobre.

A introdução do telégrafo, já em 1852, e a interligação do Império com a Europa através do cabo submarino, em 1874, permitiram que as informações chegassem às redações dos jornais de forma mais rápida, facilitando a divulgação dos acontecimentos diários. Enfim, uma verdadeira revolução estava sendo gestada através das novas descobertas da ciência. No entanto, essa sociedade que começava a valorizar o progresso e a civilização convivía com a “mancha do atraso” representada pela escravidão. A “questão servil” passou a ocupar os espaços dos jornais, abalando os alicerces do escravismo, na medida em que suas mazelas eram divulgadas.

¹⁴ LEITHOLD, T. Von. “Minha Excursão ao Brasil, ou viagem de Berlim ao Rio de Janeiro e volta”, in *O Rio de Janeiro visto por dois Prussianos em 1819*. São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1966, p.29.

¹⁵ *A Vida no Brasil*. (1.^a ed. 1846), Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo/EDUSP, 1976, ps. 75/76.

¹⁶ GRAHAM, Richard, *Ob. cit.*, p. 121.

¹⁷ BENCHIMOL, *Ob. cit.*, p. 50.

Claro que nem todos os periódicos aderiram imediatamente à luta antiescravista, mas os que o fizeram buscavam demonstrar para os seus leitores como o cativo prejudicava o Império. Enfatizava-se sistematicamente o dever da imprensa em auxiliar o desenvolvimento do progresso e aprimorar culturalmente o país.

As adversidades para o desenvolvimento da imprensa na primeira metade do oitocentos eram imensas, em especial publicações antiescravistas. Apesar da circulação de diversos pasquins criticando a escravidão e o tráfico negro, o seu alcance era limitado, pois possuíam uma tiragem muito pequena de 400 ou 500 exemplares. Basicamente atingiam grupos urbanos insatisfeitos com o governo, principalmente durante o período regencial, mas não havia ainda um movimento organizado antiescravista.¹⁸

Somente a partir do final da década de 1870 formou-se uma imprensa atuante nos principais núcleos urbanos, em especial no Rio de Janeiro. A cidade congregava uma elite intelectualizada que mantinha estreito contato com as “novidades do século”, originárias da Europa, incompatíveis com a estrutura escravista. Progresso, civilização e ciência, palavras até então desconhecidas, começaram não só a penetrar no círculo restrito das elites intelectuais brasileiras, como também a frequentar as páginas dos jornais. Com os olhos e ouvidos voltados para a Europa, essas camadas ilustradas podiam deliciar-se no manancial das novas ideias, algumas aparentemente desconectadas da realidade do país.

Evidentemente, a capacidade dos jornais em contribuir na formação da opinião pública deve ser vista com cautela, em razão do alto grau de analfabetismo da população. Assim, não devemos superestimar a imprensa como instrumento de propaganda, pois ela atingia um público pequeno, especialmente no interior. O censo de 1872 revelou que, em um universo de 9.930.478 habitantes, no Brasil, havia 1.510.806 escravos e 8.419.672 livres. Na Corte, eram 226.033 livres e 48.939 escravos, num total de 274.972 habitantes. Entre a população livre brasileira ape-

¹⁸ VIANNA, Hélio. “A pequena imprensa da Regência Trina Permanente (1831-1835)”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 179, abr-jun/1943, p. 17. Sobre as dificuldades para a difusão das ideias antiescravistas na primeira metade do século XIX, consultar: COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*, ps. 323/356.

nas 1.563.078 eram alfabetizados, isto é 18,5%, mas devemos frisar que na Corte este número girava em torno de 50%. Para as condições adversas da época a quantidade de eventuais leitores na cidade era bastante expressiva.¹⁹

Apesar desses obstáculos, devemos levar em consideração que os habitantes das cidades eram menos dependentes do trabalho compulsório e o encaravam como obstáculo a todo um processo de modernização da própria sociedade, entendendo-se como moderno, na segunda metade do século XIX, o crescimento econômico através da industrialização, a utilização da mão de obra assalariada e a idealização da cultura europeia.²⁰ Portanto, foi se tornando consensual que o escravismo representava o atraso.²¹

Além das novas condições internacionais, também foram fatores favoráveis para o desenvolvimento do abolicionismo: o término da escravidão nos Estados Unidos, as manifestações externas contrárias à instituição, como, por exemplo, o apelo da Junta Francesa de Emancipação, em 1866, ao Imperador, e o fim da Guerra do Paraguai, com a participação de cativos, reforçando a atuação dos opositores ao escravismo.²² Logo, podemos perceber como os vínculos dos fatores externos com a nova dinâmica interna convergiram para desmoralizar todo um regime secular coercitivo.

Dentro desse quadro geral, que anunciava a proximidade do fim da escravidão, era natural o apoio, por um maior número de pessoas, às ideias abolicionistas. A campanha, através da imprensa, recrudescera com a atuação de alguns deputados como Jerônimo Sodré (1831-1901), Joaquim Nabuco e outros defensores da abolição, pois ensejava a publicação, nos jornais, dos debates parlamentares sobre o assunto. Podemos acrescentar, também, como já enfatizado, as violências cometidas pelos senhores e

¹⁹ BRASIL, Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872*, Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, (1873-1876), ps. 1/33.

²⁰ Cf. GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização...*, ps. 31/58.

²¹ COSTA, E. Viotti da. *Da Senzala...*, p. 396. GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização...*, p. 241 e segs.

²² CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 167. GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, ps. 59/78. TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Athaenum, 1972. CONRAD, R. *ob. cit.*, p. 166 e segs.

as formas de resistência dos cativos, que se intensificaram na década de 1880, assuntos que começaram a ter, portanto, maior ressonância, com a divulgação em maior escala pelos periódicos.²³

Claro que o espectro de revoltas pairava sobre a cabeça dos senhores. O “barril de pólvora” prestes a explodir, como assinalava um próspero fazendeiro do Vale do Paraíba fluminense,²⁴ preocupava também os militantes abolicionistas. O século XIX, embora se caracterizasse, sob a ótica europeia, como um século de progresso, apresentava contradições e turbulências,²⁵ acentuadas, no caso do Brasil, pelo processo de desagregação das instituições monárquicas e de um dos seus sustentáculos, a escravidão.

Não há dúvida de que a preocupação com o dismantelamento do aparelho produtivo e uma convulsão social perpassava nos escritos dos jornais em função do eterno fantasma das revoltas do Haiti. Estas estavam bem presentes no pensamento dos intelectuais atuantes na imprensa, e também, das próprias elites dirigentes do país. A rebelião das senzalas apressou uma solução para a “questão servil” para evitar, segundo os escritos abolicionistas, um mal maior provocado pela “desordem”.²⁶

A intensificação do abolicionismo não podia ser omitida pela imprensa. Esta se integra a toda uma escala de valores culturais de sua época, na medida em que tem como uma de suas finalidades a difusão e expressão dos acontecimentos, tornando-os públicos. Portanto, ela engaja-se nas mudanças ocorridas na sociedade.²⁷ Quando o tema sensibiliza a opinião

²³ COSTA, E. Viotti da. *Da Senzala...*, p. 373 e segs. CONRAD, R. *Ob. cit.*, p. 166 e segs.

²⁴ WERNECK, Luiz Peixoto de Lacerda. *Idéias sobre Colonização, Precedidas de uma succinta Exposição nos Princípios Geraes que regem a População*. Rio de Janeiro: Tip. E. & Laemmert, 1855, p. 43.

²⁵ GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. A Educação dos Sentidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, ps. 42/43.

²⁶ COSTA, E. Viotti da. *Da Senzala...*, p. 295 e segs. CARVALHO, José Murilo. “Escravidão e razão nacional”, in: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, nº 3, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, ps. 303/307. Esse texto foi publicado também em: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*: Belo Horizonte: Edit. UFMG, 1998, ps. 35/64. Do mesmo autor, *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, ps. 76/79.

²⁷ DAUMARD, Adeline, et al. *História Social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Universidade. Federal do Paraná, 1984, p. 18.

pública, o periódico se vê compelido a dar-lhe maior divulgação, mesmo quando contrário à sua orientação política ou ideológica. Os jornais noticiam assuntos que refletem, de uma forma ou de outra, os interesses dos leitores. Assim, nada mais natural que no período a “questão servil” ocupasse os vários espaços dos jornais.

Pode-se avaliar a contribuição da imprensa pelas denúncias constantes, encontradas nas páginas dos diversos periódicos, sobre a violência existente no cativeiro. Joaquim Nabuco os considerava como os documentos mais importantes para que o historiador, futuramente, pudesse estudar a escravidão. Para ele, os jornais a “fotografavam” de uma forma “mais verdadeira do que qualquer pintura”.

Se o Brasil fosse destruído por um cataclisma, um só número, ao acaso, de qualquer dos grandes órgãos da imprensa, bastaria para conservar sempre as feições e os caracteres da escravidão, tal qual existe em nosso tempo. Não seriam precisos outros documentos para o historiador restaurá-la em toda a sua estrutura e segui-la em todas as suas influências.²⁸

Exageros à parte, inquestionavelmente os jornais tiveram um papel importante na veiculação de matérias que retratavam a sociedade escravista, como se pode atestar pelos vários estudos que usaram a imprensa como fonte principal para a análise do cativeiro. Eles tiveram o mérito de revelar, através de vertentes teórico-metodológicas diferenciadas, alguns aspectos da sua realidade. Gilberto Freyre foi o pioneiro, propondo-se a estabelecer, conforme o subtítulo do livro, “Uma tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado”.²⁹ O lado humano é ressaltado, sobremaneira a questão da miscigenação como testemunha da “benignidade” dos senhores de escravos. Contudo, trata-se de uma pesquisa de fôlego, que indicou o caminho para

²⁸ *Abolicionismo*. São Paulo: Instituto Progresso Edit., 1949, p. 104.

²⁹ *O Escravo nos Anúncios dos Jornais Brasileiros do século XIX*. 2ª ed., São Paulo: Cia. Edit. Nacional/Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

que muitos historiadores priorizassem esta fonte, até então relegada a um plano secundário. Outros o seguiram, sob perspectivas distintas.

Diversos estudiosos do escravismo adotaram a imprensa para respaldar as suas pesquisas. Delso Renault utilizou os anúncios dos jornais sobre os cativos para descrever os detalhes da vida urbana da Corte. Ele comentou não só os aspectos “benignos”, enfatizados por Freyre, como também forneceu-nos a realidade crua de um passado ignominioso.³⁰ Márcia Graf avançou de uma forma qualitativa no aproveitamento dos periódicos para analisar a escravidão no Paraná. A autora explorou matérias que lhe permitiram destacar a importância desta fonte para o conhecimento do cativo e do abolicionismo naquela região.³¹ Lília Moritz Swarcz abordou as diversas tendências da imprensa paulistana no período e identificou como ela se portava frente ao negro. Apreendendo nas entrelinhas ou em simples pistas o universo escravista, ela conseguiu trazer à tona o imaginário coletivo que perpassava pelas linhas dos diversos órgãos pesquisados.³² Estes trabalhos demonstraram, de forma inequívoca, como os escritos dos jornais podem contribuir para entendermos a escravidão e o seu processo de desagregação.

A imprensa, portanto, já vem sendo utilizada como fonte para estudos a respeito do Império do Brasil e da escravidão há algum tempo, como objeto de pesquisa mais recentemente. Ela auxilia o historiador na identificação e análise do cotidiano, o familiariza com as ideias que marcaram o período e também fornece subsídios para desvelar como os contemporâneos observavam aquela sociedade. Embora os jornais devam ser vistos através dos seus vínculos com as transformações que estão ocorrendo e sua interação com o contexto histórico pesquisado³³, não devemos esquecer que eles também sofrem influências de seu público leitor, ou seja, atuam numa via de mão dupla, já que necessitam preservar sua credibilidade

³⁰ *Indústria, Escravidão e Sociedade. Uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

³¹ *Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná.* Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura e Esporte, 1981.

³² *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.* São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

³³ MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003, ps.8/9.

quando divulgam os fatos.³⁴ Portanto, a imprensa não está isenta em relação aos acontecimentos. Inserida como um agente político, pode produzir estratégias que agem com alto grau de mobilização e, através de suas matérias, criar mecanismos que podem contribuir para o estabelecimento de novas realidades.

Os jornais podem transformar simples ocorrências em notícias que alcançam repercussão junto aos seus leitores ou, então, omiti-las, levando-as ao esquecimento. Essa facilidade em dar visibilidade aos episódios confere à imprensa um poder extraordinário, como observa Pierre Nora. Para ele, os veículos de comunicação, na história contemporânea, produzem o acontecimento e, ao ser destacado, em função da publicidade, o torna conhecido em detrimento de outros.³⁵ Os debates das matérias se ampliam na medida em que extrapolam as redações. Na cidade do Rio de Janeiro, nesse final de século XIX, com o aumento do processo de urbanização e das redes de sociabilidade, através do contato de intelectuais com setores populares nas próprias ruas, as ideias começaram a possuir um alcance maior.

De uma maneira geral, as notícias, editoriais e anúncios retratam o cotidiano, apesar das várias limitações de natureza política, econômica, social e, principalmente, pessoal dos responsáveis pelos periódicos. Torna-se, conseqüentemente, imprescindível ao historiador cercar-se de uma série de precauções para não superestimar ou subestimar essa fonte, transformando-a em verdade absoluta. Claro que os escritos dos jornalistas buscam influenciar seus leitores, utilizando argumentos que, no primeiro momento, parecem irrefutáveis. Izabel Marson, utilizando a imprensa, como fonte básica, para o estudo do Movimento Praieiro, alerta-nos sobre o engajamento de jornalistas nas facções em luta e como eles tentavam passar uma imagem distorcida da realidade.³⁶ Se olharmos ao nosso redor, encontraremos diversos exemplos de tentativas de manipulação da opi-

³⁴ MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*. 2 ed. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2003, p. 33.

³⁵ “O retorno do fato”, in LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: Novos Problemas*. 3^a ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 181.

³⁶ MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro. Imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Moderna, 1980, ps. 104/105.

nião pública pelos meios de comunicação, não significando que essa seja uma regra geral.

Uma das características da imprensa, portanto, é seu poder de persuasão pela propaganda de ideias e programas, através do qual exerce verdadeira ascendência sobre a opinião pública. Por outro lado, a imprensa busca também estimular a função crítica de seus leitores.³⁷ A divulgação sugestiva e interessada, algumas vezes sutil, exerce uma pressão psicológica sobre as atitudes e comportamentos das pessoas, na medida em que utiliza, muitas vezes, “slogans” direcionados para um determinado fim. Quando José do Patrocínio, por exemplo, terminava os seus textos afirmando que: “A escravidão é um roubo e todo dono de escravo é um ladrão”, tinha o objetivo de angariar a simpatia de um maior número de adeptos para a causa abolicionista.

A imprensa, portanto, pode agir como um agente de mudança social, interpretando, inclusive, as tendências do leitor. Esse último deve ter, por outro lado, predisposição para a recepção das ideias transmitidas pelos jornais, ou seja, deve existir um ambiente favorável à interlocução entre o transmissor e o receptor. O autor do texto pode desejar que seja feita apenas uma leitura formal ou, então, tentar transmitir, através de algumas expressões, uma mensagem subliminar de acordo com os seus interesses. A partir de um artigo, pode-se, portanto, detectar toda uma corrente de ideias que permeia o pensamento do articulista, como também da sociedade onde ele se insere pois, conforme Régine Robin, todo texto é “portador de uma ordem do mundo que lhe é específica”.³⁸

O historiador, utilizando os jornais como fonte, tem, portanto, a responsabilidade de exercer uma reflexão constante sobre os escritos veiculados para esclarecer, inclusive, os silêncios e os aspectos ocultos nas entrelinhas. A preocupação com a linguagem das fontes, que deve nortear o seu trabalho, adquire, neste caso, um sabor especial, ou seja, torna-se

³⁷ Sobre opinião pública, ver: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

³⁸ *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 78.

um verdadeiro desafio, na medida em que ele vai desvelando o seu objeto de pesquisa.

Darnton, a respeito da utilização da imprensa pelos historiadores, alerta que a notícia é o “relato de alguém sobre o que aconteceu”, e não o que ocorreu no “passado imediato”, sendo que os jornais não são “repositórios de fatos em si”, mas “coletânea de relatos”. Assim, eles não se restringem a noticiar os acontecimentos pura e simplesmente, uma vez que são capazes de criar opiniões e gerar expectativas. Esses objetivos só serão alcançados a partir de um circuito de comunicação que tem início com o autor do texto, percorrendo o impressor, o distribuidor e o vendedor, terminando com o leitor. Ele destaca o poder da imprensa durante a Revolução Francesa “quando o jornalismo surgiu pela primeira vez como força nos negócios de Estado”.³⁹

Os textos dos periódicos não transmitem, simplesmente, as notícias daquele determinado dia, mas a narrativa do autor, segundo a sua perspectiva. Portanto, um dos desafios do historiador é a busca de vínculos entre os pequenos fatos revelados pela imprensa que, isolados, aparentemente, não têm valor. Seguindo as palavras de François Furet: “É como uma pedra que apanho na praia: privada de significação. Para que a adquira, tenho de integrá-la numa rede de acontecimentos, em relação aos quais vai ganhar sentido”, vinculando-os com “outros níveis da realidade histórica”.⁴⁰

O poder da imprensa foi percebido desde seu desenvolvimento, acelerado pelo liberalismo, a partir do século XVIII, especialmente na França e Inglaterra. Os jornais tornaram-se um veículo divulgador de opiniões contrárias aos detentores do poder, mas também foram utilizados pelo Estado para exaltar suas obras. Independente da sua linha de atuação, conseguiam transmitir ideias a um grupo maior de pessoas, permitindo, conseqüentemente, a ampliação da convivência social e política e a ampliação do saber, mesmo diante dos obstáculos, como o reduzido número de leitores e as limitações impostas pelo Estado. Darnton des-

³⁹ DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*, São Paulo: Cia. das Letras, 1990, ps. 16/18-109/131.

⁴⁰ “Da história-narrativa à história-problema”, in *A Oficina da História*, Lisboa: Gradiva, s/d., ps. 82-97/98.

tacou as dificuldades enfrentadas pelas publicações que não tinham o beneplácito do Estado absolutista francês e como o público se “deliciava” com os panfletos clandestinos que ridicularizavam a vida mundana da Corte dos Bourbons.⁴¹

Os empecilhos à atuação da imprensa em Portugal eram maiores do que os existentes nos demais países da Europa Ocidental. O Estado português sempre buscou estabelecer uma série de restrições às publicações, sujeitas aos olhos atentos da censura exercida pelos membros do Tribunal do Santo Ofício. Essa situação decorria do grande poder exercido pela mentalidade religiosa que estava diretamente ligada à estrutura governamental. O receio da transmissão de “novidades” emperrava o desenvolvimento das letras nas terras lusas. O aparelho de Estado buscava manter a sociedade afastada das idéias liberais.⁴² Dentro deste quadro, nada mais natural do que as proibições que impediam a livre manifestação e circulação dos escritos. Nenhuma obra poderia ser editada sem o exame prévio dos desembargadores do Paço, após a aprovação dos oficiais do Santo Ofício.⁴³

A situação na colônia não poderia ser diferente. O surgimento tardio da imprensa no Brasil tem suas origens nas dificuldades impostas pela metrópole portuguesa e nos obstáculos inerentes à organização da sociedade, de estrutura escravista. As mensagens necessitam da compreensão do público, ou seja, o essencial é a sintonia entre o transmissor de conhecimentos e o receptor. Somente assim a informação alcança o seu fim desejado, reduzindo a ignorância ou as incertezas dos leitores.⁴⁴ Carlos

⁴¹ DARNTON, Robert. *Boemia, Literária e Revolução. O submundo das Letras no Antigo Regime*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, ps. 187/189; 197; 201/207.

⁴² FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1982, ps. 149/154; 196/197.

⁴³ RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1822. Com um breve estudo sobre a informação*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946, ps. 229/233; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.12.

⁴⁴ RILEY JR., John W. & RILEY, Matilde W. “A comunicação de massa e o sistema social”, in COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e Indústria Cultural: leituras de análise dos meios de comunicação da sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade*. 4ª ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978, p. 123.

Rizzini assinalou vários fatores que concorreram para a escassez de publicações na Colônia, além da censura portuguesa: “a ignorância do povo; a sujeição da diminuta gente letrada à cultura dos jesuítas; o medo das excomunhões e a Inquisição; [...]. Agravado no caso dos periódicos pela inexistência de tipografias”.⁴⁵

Sérgio Buarque de Holanda destacou o contraste entre as Américas Espanhola e Portuguesa. Enquanto na primeira já se imprimiam livros no primeiro século de colonização e, no século XVII, funcionavam gráficas nas principais cidades; a primeira tipografia no Rio de Janeiro foi criada em 1747, sendo logo depois fechada por ordem real. Seu proprietário, Antonio Isidoro da Fonseca, foi preso e as “letras de imprensa” sequestradas e devolvidas ao Reino.⁴⁶ A Coroa Portuguesa dificultava a circulação de escritos que pudessem hipoteticamente disseminar ideias de contestação ao seu domínio na Colônia.

A imprensa surgiu, efetivamente, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, quando foi criada a “Impressão Régia”, para imprimir “exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço”. Nada podia ser veiculado que atentasse “contra a religião, o governo e os bons costumes”.⁴⁷ Dentro destas normas foi publicado, a 10 de setembro de 1808, o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, um jornal oficial que informava, segundo John Armitage (1807-1856), “do estado de saúde de todos os Príncipes da Europa e de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícia dos dias natalícios, odes, e panegíricos a respeito da família reinante; não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos.”⁴⁸

Apesar das críticas exageradas de Armitage, o jornal cumpriu um papel importante na divulgação dos costumes do Rio de Janeiro durante

⁴⁵ *O livro, o jornal e a tipografia...* p. 223.

⁴⁶ *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antonio Cândido, Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p.86.

⁴⁷ “Decreto de criação da Impressão Régia”, 13 de maio de 1808, cf. RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia...* p. 315.

⁴⁸ *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1981, p. 35. A primeira edição do livro de Armitage, em língua inglesa, foi em 1836.

o período joanino. Deve-se ressaltar, conforme Maria Beatriz Nizza da Silva, que o objetivo principal de uma “Gazeta” era veicular as “notícias públicas”, sendo que a *Gazeta do Rio de Janeiro* divulgava, além dos negócios de Estado, as entradas e saídas dos navios e as diversas atividades mercantis. Os primeiros números destacavam a invasão napoleônica e a resistência de portugueses e espanhóis: o “perigo francês” e a “guerra europeia” ocuparam inúmeras páginas da *Gazeta*.⁴⁹ Inicialmente, tratava-se de um jornal semanal, publicado aos sábados, e depois terças, quintas e sábados, com vários números extraordinários, circulando até 31 de dezembro de 1821 “quando aparece o *Diário do Governo*”, já vinculado à Imprensa Nacional, que substituiu a Imprensa Régia.⁵⁰

Inúmeras eram as dificuldades para a atuação de uma imprensa livre da tutela oficial, no início do século XIX. Estas foram as razões apresentadas por Hipólito José da Costa (1774-1823) para justificar a publicação em Londres do *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário* a partir de junho de 1808: “resolvi lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos.”⁵¹ Ele circulou, mensalmente, até dezembro de 1822.

Hipólito José da Costa, brasileiro, nasceu, em 1774, na Colônia do Sacramento, à época parte do Império Português. Após a devolução de Sacramento à Espanha, em 1777, sua família se estabeleceu no Rio Grande do Sul, sendo que os primeiros estudos foram feitos em Porto Alegre. Ele concluiu sua formação na Universidade de Coimbra, obtendo o título de bacharel em leis e doutorou-se em Filosofia. Participou de missões oficiais, delegadas pelo Ministro do Reino, D. Rodrigo de Souza Coutinho, nos Estados Unidos e depois em Londres. Ao retornar dessa cidade, em 1802, foi preso, acusado de pertencer aos quadros da maçonaria, ficando à disposição do Santo Ofício até a sua fuga, em 1805, para a capital

⁴⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, ps. 7/10; 237/238.

⁵⁰ BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica. História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Ática, 1990, p.14.

⁵¹ Apud SODRÉ, Nelson. *Ob.cit.*, p. 24.

britânica, protegido por amigos maçons. Adquiriu a cidadania inglesa, obtendo, também, maior autonomia para fazer críticas contundentes ao governo português, através do *Correio*, que, como Isabel Lustosa observa, transformou-se numa “pedra no sapato dos portugueses interessados na recondução do Brasil ao estado colonial”.⁵²

O *Correio Brasiliense* foi o primeiro jornal publicado por brasileiro livre da censura da metrópole portuguesa. Além das críticas ao Estado Português, divulgava informações a respeito do comércio internacional e dos acontecimentos do Brasil e de Portugal. A política inglesa só era destacada quando se vinculava a questões envolvendo interesses brasileiros ou portugueses. O governo português, estabelecido no Brasil, determinou medidas para a apreensão desta “obra cheia de veneno político, e falsidade, e que pode iludir gente superficial e ignorante, além de ser um verdadeiro libelo”.⁵³ Apesar do parecer contrário à sua divulgação, o jornal teve uma influência relativa nos principais centros urbanos, sendo pioneiro na veiculação de ideias favoráveis à abolição gradual da escravidão, além de fundamental no processo de emancipação política do Brasil.⁵⁴

O número de jornais cresceu após a separação da metrópole portuguesa. Já no início da década de 1820 “as tipografias começaram a abrir-se e as folhas a aparecer”, conforme expressão utilizada por Oliveira Lima para demonstrar o surgimento de diversos pasquins em virtude da efervescência política que caracterizou o período.⁵⁵ Com o término da censura prévia, através do decreto de 2 de março de 1821, inúmeros jornais foram criados, estimulando os debates, muitas vezes com um tom bastante agressivo, a respeito dos novos acontecimentos derivados da Revolução do Porto, de 1820. Os dispositivos normativos de controle da imprensa, através do decreto de 28 de agosto de 1821, que previa responsabilidades e penas para autores, editores e impressores, não im-

⁵² *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, ps. 73 e segs.

⁵³ Citado por SODRÉ, Nelson. *Ob. cit.*, p.29.

⁵⁴ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. Coleção Brasileira, São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1957, ps. 195, 202/205.

⁵⁵ LIMA, Manuel de Oliveira. *O Movimento da Independência. O Império Brasileiro. (1821-1889)*. 4ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1962, ps. 38/39.

pediram a proliferação desses periódicos que se engajaram no processo de independência política.

Segundo Isabel Lustosa, esses jornais adquiriram um papel que extrapolava as suas páginas, produzindo acontecimentos e ampliando o debate democrático, embora de uma forma descontrolada e sem uma definição de regras claras de comportamento. Foram responsáveis pelos insultos e agressões que marcaram o período e os antagonismos, refletidos nas variadas polêmicas.⁵⁶ Uma verdadeira “praga periodiqueira” em função do surgimento de diversos órgãos da imprensa no Rio de Janeiro, aproximadamente vinte, entre 1821 e 1822, como assinala Lúcia Neves. Alguns se caracterizaram pela sua efemeridade, enquanto outros, como o *Revérbero Constitucional Fluminense*, escrito por Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) e Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847), *A Malagueta*, do português Luiz Augusto May, o *Correio do Rio de Janeiro*, do português João Soares Lisboa, tiveram grande influência nos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro e na condução da independência política.⁵⁷

A campanha desses jornais, junto com a atuação do *Correio Brasileiro*, contra “as medidas das Cortes foi a primeira grande ação da imprensa brasileira”, unindo as diversas correntes políticas, e intensificando-se entre o período que abrangia o final de 1821 e todo ano de 1822. O *Revérbero Constitucional*, por exemplo, durou de 15 de setembro de 1821 até 8 de outubro de 1822. Publicação, inicialmente quinzenal e depois semanal, participou de todos os momentos decisivos que marcaram a ruptura com Lisboa. Como Isabel Lustosa destaca, foi o “primeiro jornal politicamente independente que se publicava no Rio. [...] os redatores do *Revérbero* não estavam comprometidos de forma alguma com o governo”.⁵⁸ Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo, vinculados à Maçonaria, representavam a facção mais atuante na defesa da instauração de uma Assembleia Constituinte. Ainda em agosto de 1822, Ledo elaborou o Manifesto aos povos do Brasil, pregando a separação do Brasil

⁵⁶ *Ob. cit.*, p. 16.

⁵⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Corcundas constitucionais: cultura política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revam/Faperj, 2003, p. 43 e segs.. Sobre o assunto, ver também: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

⁵⁸ *Ob. cit.*, ps. 122/134.

e conclamando o Príncipe Regente, dom Pedro (1798-1834), a assumir uma Monarquia Constitucional, rompendo com Portugal. A atuação da imprensa, apesar das limitações da época, serviu para acelerar a constituição do Império do Brasil.

Percebe-se, portanto, que a partir de 1820, com o surgimento de um número maior de periódicos, os debates políticos alcançaram um público mais amplo no Rio de Janeiro. Esse ambiente de efervescência política foi interrompido, em outubro de 1822, com as perseguições realizadas por José Bonifácio de Andrada (1763-1838) e seus aliados contra Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, entre outros, acusados de republicanismo, que culminaram em uma devassa que ficou conhecida por “Bonifácia”. Gonçalves Ledo refugiou-se em Buenos Aires e Januário da Cunha Barbosa, junto com outros acusados, foi deportado para a França.⁵⁹

A abertura da sessão da Assembleia Geral Constituinte, em maio de 1823, já prenunciava as dificuldades que os deputados teriam com o Imperador, quando este afirmou que juraria a Constituição se fosse digna do Brasil e dele, “defensor perpétuo” do novo Estado. Os debates acalorados na Assembleia repercutiram na imprensa. Os Andradas, através do jornal *O Tamoio*, fizeram oposição veemente aos portugueses, *pés-de-chumbo*, aliados do Imperador, mas ressalvaram a figura do monarca. Outro jornal que carregava nas tintas contra os portugueses, em especial os oficiais lusos incorporados ao exército brasileiro, foi *A Sentinela da Liberdade a Beira-Mar da Praia Grande*, do italiano Giuseppe Stephano Grandona. Ambos circularam de agosto a novembro de 1823, quando a Assembleia foi dissolvida por Pedro I.

A gota d’água que provocou a dissolução da Constituinte decorreu dos artigos de Francisco Antonio Soares, que usava o pseudônimo “Brasileiro Resoluto”. Veiculados pela *Sentinela da Liberdade da Praia Grande*, atacavam os militares portugueses e provocaram reações, como o espancamento do boticário Davi Pamplona, acusado, por engano, de ser o autor das crônicas, por oficiais lusos. Enquanto a vítima buscou apoio na Assembleia, provocando manifestações de solidariedade e críticas inflamadas,

⁵⁹ LUSTOSA, Isabel. *Ob. cit.*, ps. 258/260.

em especial de Antonio Carlos (1773-1845) e Martim Francisco (1776-1844), irmãos de José Bonifácio, os militares, junto com os companheiros de armas, se dirigiram ao Palácio de São Cristóvão, apresentando uma representação ao Imperador contra os “insultos dos jornais incendiários” e dos deputados oposicionistas.⁶⁰ Além da dissolução da Assembleia, os jornais foram fechados, acentuando-se a repressão aos periódicos de oposição ao Imperador.

Com a abertura da Assembleia, em 1826, foram criadas condições para que a imprensa atuasse de maneira plena, divulgando ideias de liberdade e respeito às leis e aumentando as críticas a Pedro I, tachado de tirano e absolutista. Alguns jornais tiveram destaque nos episódios que culminariam, posteriormente, na abdicação do Imperador, em 1831: a *Astreia*, fundado em junho de 1826, a *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga (1799-1837), que circulou de dezembro de 1827 a dezembro de 1835, sendo um dos periódicos de maior influência no início da década de 1830, e a *Malagueta*, que passou a ser publicado novamente em 1828.

Esses jornais representavam grupos liberais moderados que defendiam, acima de tudo, o acatamento às normas estabelecidas na Constituição.⁶¹ A *Aurora Fluminense*, em dezembro de 1829, definia claramente a sua posição: “Nada de jacobinismo de qualquer cor que ele seja. Nada de excessos. A linha está traçada - é a da Constituição. Tornar prática a Constituição que existe sobre o papel deve ser o esforço dos liberais”. E mais adiante, concluía: “Queremos a Constituição, não queremos a Revolução”.⁶² Por outro lado, essa imprensa refletia, de maneira cada vez mais acentuada, as divergências e contradições das elites que participaram do processo de emancipação política, desaguando, muitas vezes, numa linguagem inflamada, com ataques pessoais.

⁶⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 92.

⁶¹ RIBEIRO, Gladys. “Causa Nacional e Cidadania: a participação popular e a autonomia na Imprensa Carioca do início dos anos 1830”, in NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de Poder*. Rio de Janeiro: DPA/FAPERJ, 2006, p. 117.

⁶² SODRÉ, *Ob.cit.*, ps. 124/125, RIBEIRO, Gladys S.. *A liberdade em construção...*, ps. 121/122, BAHIA, Juarez, *Ob.cit.*, ps. 43/49.

A ampla divulgação da revolução de julho de 1830, na França, com a derrubada do rei Carlos X, que queria limitar o poder da Câmara e da imprensa, e o estabelecimento do governo de Luís Filipe, teve grande repercussão no Brasil. Os vários periódicos estabeleceram analogias com a situação do Império, na medida em que Pedro I demitiu o Gabinete do Marquês de Barbacena, tentando limitar o poder dos jornais. As críticas ferinas eram direcionadas também aos auxiliares diretos do monarca, como Francisco Gomes da Silva (1791-1852), o *Chalaça*, assim como ao envolvimento amoroso do Imperador com Domitila de Castro (1797-1867), a *Marquesa de Santos*. O assassinato, em 20 de novembro de 1830, do jornalista italiano, radicado em São Paulo, Giovanni Batista Líbero Badaró (1798-1830), responsável pelo *Observador Constitucional*, gerou inúmeros protestos em todo o país, responsabilizando-se simpatizantes do Imperador.

D. Pedro I resolveu então visitar algumas províncias para tentar recuperar seu prestígio, começando a viagem por Minas Gerais em dezembro de 1830. A iniciativa, no entanto, não alcançou o objetivo. Em Ouro Preto, foi recebido com protestos, faixas de luto e com os sinos das igrejas tocando o dobre de finados pela morte de Líbero Badaró. O Imperador e sua comitiva retornaram ao Rio de Janeiro, chegando ao Paço Imperial de São Cristóvão em 11 de março. Como forma de desagravo, os portugueses do Rio de Janeiro prepararam uma recepção com toda a pompa e festas luxuosas, que provocaram manifestações contrárias de brasileiros e tumultos que se estenderam do dia 11 a 15 de março de 1831. Os conflitos ficaram conhecidos como a *Noite das Garrafadas*, em função da utilização de garrafas vazias pelos comerciantes lusos, ao se defenderem dos ataques dos brasileiros, na noite de 13 de março. Os jornais, incluindo a *Aurora Fluminense*, pregaram a resistência às medidas tomadas pelo Imperador, como a mudança do Ministério favorável aos portugueses, estimulando, inclusive, a participação de grupos populares e militares, reunidos no Campo de Santana. A abdicação ao trono de Pedro I, no dia 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, então com cinco anos de idade, encerrou definitivamente um período conturbado em que a imprensa, ainda na sua fase panfletária, teve um papel fundamental.⁶³

⁶³ NEVES, Lúcia & MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*, ps. 116/118.

Paralelamente a esses jornais panfletários que tiveram uma influência fundamental nesses acontecimentos do primeiro reinado, e se caracterizaram por sua duração efêmera, existiram outros que possuíam um perfil que lhes conferia certa estabilidade, devido a uma aparente neutralidade e independência frente aos acontecimentos políticos. O *Diário do Rio de Janeiro*, fundado em junho de 1821 por Zeferino Vito de Meireles, era um jornal basicamente informativo, ocupando-se “quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação”. Foi o precursor do jornalismo de informação, segundo os modelos atuais que regem a imprensa, circulando até 1878. Na sua fase final, nas décadas de 1860 e 1870, o jornal alterou seu perfil, passando de governista a republicano. Na sua redação trabalharam nomes como: Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e José de Alencar.⁶⁴

O *Jornal do Commercio*, que se mantém até os dias atuais, foi fundado em outubro de 1827, pelo francês Pierre Plancher, que introduziu novas técnicas em função de sua experiência jornalística e de tipografia na França, e padrões de qualidade que serviram de modelo para outros órgãos da imprensa. O jornal veiculava informações relativas ao comércio, às chegadas e saídas de navios, compras e vendas de escravos, além de notícias do país e do exterior. Na medida em que foi se afirmando, começou a destacar também questões políticas, tornando-se o principal veículo de consulta das elites econômicas, vinculadas ao comércio e à lavoura cafeeira, e dos membros da administração pública. Plancher vendeu o jornal, em 1834, para Reol de Mongenot e Julius Villeneuve (1804-1863), sendo que este último adquiriu a outra parte tornando-se o único proprietário e dando grande impulso ao periódico no século XIX. O *Jornal do Commercio* notabilizou-se pela linguagem moderada e conservadora que lhe granjeou grande prestígio entre as elites do Império, confundindo a sua história com a própria história do Segundo Reinado.⁶⁵

Apesar das condições desfavoráveis, como já foi destacado, houve um crescimento da quantidade de leitores e de grupos intelectualizados nas cidades, especialmente no Rio de Janeiro, a partir da década de

⁶⁴ SODRÉ, *Ob.cit.*, ps.58/59; BAHIA, *Ob.cit.*, p. 81.

⁶⁵ SODRÉ, *Ob.cit.*, ps. 126/127, 217/218.

1880.⁶⁶ Os jornais conseguiam propagar as novidades da época e as ideias contrárias ao cativo entre a população alfabetizada. A influência dos periódicos pode ser aquilatada pelas várias manifestações de rua envolvendo jornalistas e pela transformação das próprias redações em locais divulgadores das posições antiescravistas. Portanto, a imprensa ajudava a ampliar a opinião pública, que não se restringia mais às elites intelectuais, embora a linguagem dos jornais se dirigisse a esse setor. O seu maior envolvimento na campanha abolicionista, “ganhando as ruas”, favoreceu um maior engajamento de setores populares, como já assinalamos.⁶⁷

Podemos aplicar, da mesma forma, a expressão “ganhou as ruas” aos jornais da cidade do Rio de Janeiro no final da década de 1870. Além dos vendedores ambulantes, constituídos por “rapazinhos italianos, negros e mulatos, que nos deixam quase surdos com a sua gritaria” oferecendo os diversos periódicos,⁶⁸ surgiram também pontos de venda, como quiosques, que os distribuía juntamente com livros, impressos, flores, doces, charutos, cigarros, pequenas miudezas, café e refrescos. Nesses locais, por onde circulavam as notícias e as últimas novidades, era comum a leitura dos textos em voz alta. Numa sociedade marcada pelo analfabetismo, os periódicos eram mais ouvidos e vistos do que lidos. A “leitura de ouvido” fazia com que as ideias abolicionistas fossem difundidas mesmo a analfabetos. As pessoas começavam a tomar maior contato com as notícias através da publicidade efetuada pelos próprios jornaleiros, interessados nas vendas.⁶⁹ As novas condições permitiram aos órgãos da imprensa adquirir maior independência, mesmo limitada, em relação aos anunciantes, tornando mais fácil a divulgação das ideias abolicionistas e como já enfatizamos “a

⁶⁶ CONRAD, Robert E.. *Ob. cit.*, p.182. Sobre o analfabetismo e a relação entre o autor e o público leitor, consultar: DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette...*, ps. 210/212.

⁶⁷ MACHADO, Humberto F. “O Abolicionismo ‘ganha as ruas’ no Rio de Janeiro”, in *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 1998, p.74. Também MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: EDUFRJ/São Paulo: EDUSP, 1994, ps 162/166.

⁶⁸ KOSERITZ, *Ob. cit.*, ps. 52/53.

⁶⁹ GOULART, Paulo Cezar Alves. “A venda de jornais no século XIX”, in: *Leitura*, 5(57), São Paulo, fevereiro/1987; MACHADO, Humberto F.. “O Abolicionismo ‘ganha as ruas’...” p. 74. BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 200.

questão do elemento servil” tornou-se o assunto principal da pauta dos periódicos.

Entre os jornais pioneiros, que se destacaram na luta contra a escravidão, sobressaiu-se a *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, fundada em 1876, cujo discurso buscava comover os leitores sobre a sorte dos cativos “infelizes e desprotegidos”. O periódico se constituiu no órgão que abriu espaços para as primeiras matérias em prol da emancipação, transformando-se, em pouco tempo, em um verdadeiro estuário onde se abrigava a corrente abolicionista moderada. A admissão de José do Patrocínio como redator, em 1877, e após 1880, quando o movimento antiescravista se acentuou, tornou o jornal mais contundente nas suas críticas.

Os números da *Gazeta de Notícias* eram compostos, normalmente, de oito páginas. O cabeçalho, no alto da primeira, se destacava. Além da razão social, constava o endereço da Redação - Rua do Ouvidor n.º 70 - e da Tipografia - Rua 7 de setembro n.º 73 -, o preço do exemplar - 40 réis, no início de 1880 -, a tiragem 20.000 exemplares, em 1880 - e a data da publicação. A disposição em colunas estreitas, com notícias diversas, muitas do exterior, dificultava a leitura. Os artigos de fundo ficavam no final da primeira página. Na segunda, existiam várias matérias: das atividades parlamentares até as saídas dos navios do porto do Rio de Janeiro. Nas demais, muitos anúncios, alguns em francês, tais como: chapéus ingleses, remédios apresentados como as “últimas descobertas da ciência”, aluguéis e venda de casa, sítios, animais e escravos. Observamos, ainda, uma coluna especial a respeito de escravos fugidos.

Segundo Conrad, a *Gazeta de Notícias* foi o primeiro dos grandes jornais a franquear as suas páginas para a propaganda abolicionista no Rio de Janeiro.⁷⁰ Apesar deste desempenho distinguia-se pela cautela no tratamento da abolição. Embora tendo uma posição antiescravista, estampava, em diversos números, anúncios de aluguel e venda de escravos ou então sobre fugas, estipulando os prêmios que os senhores se comprometiam a pagar pela captura. Os periódicos dependiam (e ainda dependem) para a sua sobrevivência dos anunciantes, o que tornava difícil a rejeição a tais tipos de anúncios.

⁷⁰ *Ob. cit.*, p.169.

Encontramos, portanto, nas páginas da *Gazeta de Notícias*, as mesmas características dos demais órgãos da imprensa. Na década de 1880, ele foi superado por outros jornais mais agressivos com o regime escravista, assumindo uma posição mais conciliadora com o escravismo após a saída de Patrocínio, em 1881. Por exemplo: ainda em 1881, a *Gazeta da Tarde* se opôs à defesa que o seu concorrente fez sobre a isenção de impostos para o tráfico de escravos, da Corte para a Província do Rio de Janeiro. Segundo a matéria, o seu objetivo era alertar a “folha de maior circulação do Império” (*Gazeta de Notícias*) sobre a sua postura que favorecia os senhores.⁷¹ Estes pleiteavam transferir os escravos dos centros urbanos para as fazendas de café do Vale do Paraíba, alegando a carência de mão de obra. O favorecimento aos proprietários serve para aquilatar como a *Gazeta de Notícias* assemelhou-se, por suas atitudes ambíguas, à maioria dos jornais.

O *Abolicionista* ocupou, no início da década, um lugar de destaque na campanha antiescravista. Criado, em 1880, pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão, instituição presidida por Joaquim Nabuco, criticava os senhores pela manutenção de um regime repudiado pelos povos civilizados, situando os propagandistas como responsáveis pela “redenção dos escravos”. A sua preocupação primordial relacionava-se com a imagem do Brasil no exterior devido ao cativo. As suas matérias priorizavam cartas e moções de apoio de sociedades internacionais abolicionistas que ocupavam, quase sempre, um lugar de destaque na primeira página. Os “missionários” abolicionistas não se distanciavam dos demais órgãos da imprensa. Como Nabuco assinalava, a sua preocupação era “principalmente com o país” e não com os negros.⁷²

Os demais jornais abolicionistas da cidade do Rio de Janeiro não atingiam a penetração dos citados acima. A sua atuação, entretanto, refletia a falta de sustentação do escravismo na década de 1880. O *Carbonário*, na edição inicial, afirmava que o seu objetivo era “lutar pela democracia, comunhão dos povos, lutar pelas classes menos favorecidas e pela grandeza da pátria”. Apesar do nome e de uma retórica agressiva, o periódico se preocupava com uma solução que evitasse confrontos com os senhores.

⁷¹ 25 de agosto de 1881.

⁷² 2 de janeiro de 1881.

Após a extinção legal da escravidão, manteve a coerência anterior: valorizava a alma popular que não tripudiava sobre os vencidos, sendo que estes, segundo o artigo de fundo, não se curvavam “humilhados aos pés dos vencedores. Todos se irmanavam e inimigos de ontem se confundem para a grande fraternidade de que resultará a grandeza e a glória desta nação”.⁷³ Nem uma palavra sobre os escravos.

O *Combate*, outro pequeno jornal do Rio de Janeiro, que circulava duas vezes por semana, dirigido por Lopes Trovão, também se apresentava como paladino da luta pela libertação dos escravos, na década de 1880. A sua linguagem espelhava a postura de um militante mais atuante que responsabilizava a monarquia pela preservação da escravidão. No entanto, possuía um comportamento idêntico aos outros periódicos: ao mesmo tempo em que criticava as violências contra os escravos, defendia uma solução razoável e proveitosa para a “questão servil” que impedisse a “queda da lavoura e poupando a efusão de sangue”.⁷⁴

O tom satírico, através de charges, serviu também como uma das armas para os propagandistas. As gravuras de Angelo Agostini (1843-1910), um imigrante italiano radicado no Rio de Janeiro, desmoralizavam os defensores da escravidão. Desde 1881, Agostini, utilizando como veículo a *Revista Ilustrada*, aproveitava as diversas notícias sobre o cativo para, através de sua pena e de uma forma irônica, transformá-las em imagens que serviam para aumentar a divulgação do abolicionismo.⁷⁵

Os jornais de José do Patrocínio merecem uma atenção especial, pelo seu papel destacado no processo abolicionista da Corte: além da *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Tarde*, durante a década de 1880, e o *Cidade do Rio*, nos meses finais que antecederam a extinção legal da escravidão, foram os sustentáculos da luta contra o cativo. Publicavam tudo o que pudesse contribuir para o avanço das ideias contrárias ao escravismo: resumos de

⁷³ 16 de julho de 1881, 18 de maio de 1888.

⁷⁴ 8 de janeiro de 1881.

⁷⁵ Sobre a atuação desse órgão ver: RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. *Revista Ilustrada (1876-1898). Síntese de uma época*, Dissertação de Mestrado, mimeo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. BALABAN, Marcelo. *O poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

conferências, datas e locais de eventos destinados à obtenção de fundos para a campanha, alforrias e violências cometidas contra os escravos.

A *Gazeta da Tarde* possuía maior identificação com os abolicionistas atuantes na imprensa e na esfera política. Além das denúncias sobre violências, o jornal não aceitava anúncios sobre venda ou aluguel de cativos. Evaristo de Moraes o situou como um verdadeiro baluarte onde se reuniam os militantes mais agressivos.⁷⁶

No entanto, a *Gazeta da Tarde*, depois do desligamento de Patrocínio, em 1887, alterou também o seu comportamento em relação ao abolicionismo. Percebemos que houve uma mudança na sua linha de atuação: cautelosa, embora sem abdicar dos princípios antiescravistas. Em um artigo, no final de 1887, solicitava ao governo reformas urgentes para resolver o grave problema da mão de obra, pois “a questão da abolição está entrando em fase realmente aguda, e cujas consequências pesarão duramente sobre o país”. Mais adiante, destacava que a “questão servil” deveria ser resolvida “sem abalo algum”, mesmo com a ação dos, segundo o autor, “abolicionistas intransigentes” que estavam incentivando os escravos a desrespeitarem a lei.⁷⁷ Podemos constatar pelo tom usado a preocupação do jornal com uma revolta de escravos, que poderia desencadear uma mudança brusca na sociedade. Embora reconheçamos que, no fundo, estas palavras se identificavam com o discurso dos abolicionistas, a crítica à intransigência aproximava o periódico dos senhores.

O formato dos jornais era semelhante. A *Gazeta da Tarde* apresentava as mesmas características da *Gazeta de Notícias*, possuindo imensas folhas. Na primeira página encontrava-se o cabeçalho do periódico: o título, em letras grandes e logo abaixo, com tipos menores, o preço das assinaturas. Por exemplo, em 1884, o seu valor anual na Corte era de 12\$000 e nas províncias 15\$000. Constava também o nome do proprietário e redator, no caso José do Patrocínio; ao lado, o endereço do Escritório, Tipografia e Redação – Rua da Uruguaiana n. 43; na outra linha: o número do ano correspondente à fundação do jornal e o nome do seu fundador, Ferreira de Menezes, a data e o preço do exemplar – 40 réis.

⁷⁶ *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*. 2ª ed., Brasília: Edit. da UNB, 1986, ps. 41/48.

⁷⁷ 13 de outubro de 1887.

Os artigos eram dispostos em colunas estreitas abaixo do cabeçalho, indo até o final da página. Se, por acaso, o assunto não se esgotasse em uma coluna, continuava na seguinte. Na primeira, eram noticiados os principais assuntos, destacando-se o artigo de fundo, normalmente escrito por Patrocínio, e com críticas ao escravismo, além de folhetins apresentados normalmente no fim da página. Também eram incluídos os debates parlamentares, cenas do cotidiano, com destaque para aqueles envolvendo escravos (fugas, alforrias, violências, etc.), além da saída de navios do porto. Nas demais páginas, além de matérias semelhantes, havia notícias do exterior, um grande número de anúncios demonstrando a dependência da imprensa a este meio de obtenção de recursos, como também transcrições de jornais de outras províncias.

A *Gazeta da Tarde*, por exemplo, dava imenso destaque por ocasião da criação de jornais abolicionistas em outras regiões, como procedeu para o *Vinte e Cinco de Março*, em Campos dos Goitacazes, “dedicado à causa abolicionista”, sendo o seu “redator principal” Luiz Carlos de Lacerda (1853-1897). O nome do periódico era uma homenagem ao dia do término legal da escravidão no Ceará, em 25 de março de 1884. Após inúmeros elogios ao jornal, mencionando a luta do seu fundador contra a escravidão e a importância do seu surgimento numa região que se caracterizava pela existência de inúmeros conflitos incluindo incêndio a canaviais, terminou o texto com uma convocação: “Que venha”, conclamando o novo órgão para o engajamento na luta antiescravista.⁷⁸

O *Cidade do Rio*, fundado por Patrocínio em 1887, possuía um tamanho menor, com apenas quatro páginas, mas a disposição dos assuntos era análoga aos outros jornais. Logo abaixo da razão social, na primeira página, constava a data da publicação, o endereço da Redação e Tipografia – Rua do Ouvidor n. 74 –, o nome do proprietário, José do Patrocínio, e o preço, 40 réis. Ela era ocupada pelas matérias mais importantes, especialmente aquelas vinculadas à abolição e às fugas de escravos. A última página ficava repleta de anúncios variados, desde remédios até aluguéis de casas. Publicidade envolvendo vendas e o aluguel de cativos não tinha espaço nos jornais de Patrocínio.

⁷⁸ 7 de abril de 1884.

O jornal, após a retirada de Patrocínio da trincheira abolicionista, representada pela *Gazeta da Tarde*, liderou a luta no período final do escravismo. Um texto, após a abolição, assinado pelo propagandista, creditava os louros da vitória à “atitude da imprensa e o calor da palavra para limar e fundir os grilhões de três séculos de cativo”.⁷⁹ As denúncias sobre violências, os depoimentos de escravos, as notícias sobre fugas foram alguns dos mecanismos utilizados para minar as bases da escravidão. Os jornais de Patrocínio foram os mais incisivos, no Rio de Janeiro, a responsabilizarem, de uma forma mais nítida, as autoridades governamentais pela manutenção do cativo.

Os jornais republicanos, *A República*, fundado em 1870, e *O Paiz*, em 1884, tinham como plataforma fundamental atacar a instituição monárquica. Por outro lado, responsabilizavam sempre o governo imperial pela manutenção do cativo, aproveitando todas as oportunidades para estabelecerem vínculos entre o Império e a escravidão. No Rio de Janeiro, apesar de divergências relativas às formas de encaminhamento da abolição, existia uma ligação estreita entre opositores da escravidão e os defensores da República. Como destacamos, o próprio Patrocínio mantinha, no início, uma relação afetiva com clubes republicanos.⁸⁰

O jornal *A República*, vinculado ao Partido Republicano e dirigido por Quintino Bocaiúva, estampou na primeira página do seu número inicial o Manifesto Republicano, tecendo considerações desabonadoras contra a monarquia e a centralização do poder político. A primeira manifestação sobre a “questão do elemento servil” ocorreu quase seis meses após a sua fundação. O texto opunha-se ao projeto dos nascituros, considerando-o como fator de provocação que poderia ocasionar uma “revolta dos cidadãos e insurreição dos escravos”, ocasionando um “ônus imposto aos senhores” pela monarquia. Após previsões sombrias sobre o destino do país e acusações ao governo, responsabilizado pela eclosão de uma eventual crise, pois ele “acendeu a fogueira”, o periódico propunha um

⁷⁹ *Cidade do Rio*. 24 de maio de 1888.

⁸⁰ MACHADO, Humberto Fernandes. “Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos ‘Republicanos de 14 de maio’”, in RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. (Org.). *Linguagens e Práticas da Cidadania no Século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, ps. 295/319.

projeto de emancipação dos escravos em “bases razoáveis e equitativas”, no qual deveria constar um prazo para a abolição e cláusulas de indenização aos senhores.

O jornal encerrava com uma afirmação que demonstrava, de uma forma inequívoca, o comportamento ambíguo dos republicanos: “Somos republicanos, e tanto basta para que se saiba que somos abolicionistas”.⁸¹ Essa linha de atuação caracterizou o jornal durante a sua existência. A defesa do direito de propriedade era o pretexto utilizado para sua oposição à intervenção do governo “diretamente na emancipação”. Os elogios à criação de Clubes da Lavoura, fundados por proprietários de terras para fazer frente à ação dos abolicionistas, apareceram nas suas páginas. Destacava a importância do trabalho livre para dignificar o homem, no entanto, considerava necessário “implantar hábitos de trabalho no livre” para evitar o “ócio e a preguiça”.⁸²

O *Paiz*, sob a direção de Quintino Bocaiúva, diferia na superfície de seu antecessor. Constata-se a sua adesão ao abolicionismo, mas sempre enfatizando a necessidade de obtenção de uma forma conciliatória - que implicava no pagamento de indenização aos senhores- para que houvesse uma “revolução, sem explosão de ódios, sem luta e sem derramamento de sangue”. O jornal, como a maioria dos órgãos da imprensa da cidade do Rio de Janeiro às vésperas da abolição, assumia um papel de abolicionista, apesar de situar o estabelecimento da República como sua meta prioritária.⁸³

Todavia, não podemos superestimar o papel da imprensa no processo abolicionista. Além das dificuldades iniciais, que já citamos, em relação às pressões dos setores escravistas, também a sua penetração perante o público era limitada, como pode ser aquilatada pela tiragem dos principais jornais da Corte. Em 1881, era a seguinte: *Jornal do Comércio* – 12.000; *Gazeta de Notícias* – 22.000; *O Cruzeiro* – 7.000; *Gazeta da Tarde* – 5.000.⁸⁴ Os três primeiros, dentro de uma linha conservadora, possuíam uma tiragem maior, enquanto a *Gazeta da Tarde*, francamen-

⁸¹ 3 de dezembro de 1870.

⁸² 18 de maio/15 de junho de 1871.

⁸³ 9 de maio de 1888.

⁸⁴ *Gazeta da Tarde*. 4 de junho de 1881.

te abolicionista, ainda não ocupava o lugar de destaque que conseguiu posteriormente nessa década. Em 1884, por exemplo, ela já tinha uma tiragem de 12.000 exemplares, sendo um dos periódicos de maior projeção na Corte, rivalizando com a própria *Gazeta de Notícias*.⁸⁵

Os intelectuais que militaram na imprensa durante o Império, em especial na campanha abolicionista, acreditavam que estavam dando sua contribuição para mudar os destinos do país. Por outro lado, a sua atuação nas redações dos jornais facilitava o início ou o fortalecimento de carreiras políticas e intelectuais: muitos homens públicos foram beneficiados pelo seu desempenho nos órgãos da imprensa, como o próprio Patrocínio e os seus colaboradores no *Cidade do Rio*, entre os quais, Olavo Bilac, Pardal Mallet, Coelho Netto, como já mencionamos. Interessante notar que essa militância permitiu o desenvolvimento de uma rede de sociabilidade, transferindo, inclusive, as discussões para as ruas e cafés. Luiz Edmundo observou, nas suas memórias, no capítulo específico sobre o *Cidade do Rio*, denominado por ele de “gazeta de boêmios”, que o “bando alegre de Patrocínio” escrevia o jornal entre “copos de cerveja e cálices de conhaque”, nas mesas da “Pascoal e da Cailteau”.⁸⁶ Esses locais tornaram-se tornaram pontos de encontro de uma intelectualidade que pensava um novo Brasil, livre da mancha da escravidão.

Uma espécie de consciência de que as suas ações poderiam ajudar a alterar as relações sociais da sociedade brasileira, mesmo diante do universo restrito de leitores, embora, como já destacamos, existisse um público que tomava conhecimento das notícias, através de uma verdadeira “leitura de ouvido”. Por outro lado, vale a pena lembrar as ponderações de Darn-ton sobre o público leitor dos jornalistas: os “leitores mais vorazes” são os nossos próprios colegas de profissão, os quais necessitam “conquistar seu ‘status’ diariamente”.⁸⁷

Posteriormente, por ocasião das comemorações pelo aniversário de fundação do *Cidade do Rio*, após a extinção legal do cativo, Pa-

⁸⁵ *Gazeta da Tarde*. 29 de maio de 1884.

⁸⁶ *Ob. cit.*, v. 5, p.983. Ver também: VELOSO, Mônica Pimenta. Os Cafés Como Espaço da Moderna Sociabilidade, in: LOPES, Antônio Herculano (org). *Entre Europa e África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: FCRB/Topbooks, 2000

⁸⁷ *O Beijo de Lamourette...*, p. 72.

trocínio destacou o papel que o periódico desempenhou na propaganda abolicionista. Ressaltou a sua independência em relação aos partidos e à estrutura política; e, claro, fez uma alusão à sua própria pessoa. Finalizou o texto ressaltando que o jornal viverá “na memória das gerações livres do Brasil, e os historiadores hão de fazê-lo depor no processo histórico de nossa pátria, na primeira fila das testemunhas honestas e altivas do nosso tempo”.⁸⁸ Patrocínio e os demais militantes da campanha abolicionista tinham uma percepção que não atuavam, simplesmente, para o homem comum, o “Zé povinho” das ruas e praças. Constantemente mencionava que os seus escritos teriam valor perante o “tribunal da História”.

Percebe-se, portanto, a importância da imprensa da Corte, influenciando os diversos movimentos ocorridos durante o Império. Apesar das inúmeras dificuldades, os jornais conseguiram abalar a estrutura de poder, disseminando ideias, com destaque na campanha abolicionista, seja através dos seus leitores ou pelas manifestações públicas que atraíam pessoas que não tinham acesso às suas matérias, incluindo-se, neste caso, os analfabetos. Essa imprensa, que se iniciou com a presença da Corte portuguesa, caracterizou-se por ser opinativa e panfletária e refletia as discussões ocorridas no Parlamento e nos partidos políticos. A atuação dos redatores e dos principais colaboradores avalizava a credibilidade dos jornais e sua circulação estava atrelada aos interesses pessoais e políticos. Como vimos, os antagonismos das facções políticas que disputavam o poder, especialmente durante a regência, se refletiram nas folhas devido ao seu envolvimento nas lutas partidárias. Essa imprensa caracterizou-se por sua efemeridade, sendo que poucos órgãos conseguiram se consolidar, sendo o seu apogeu a luta contra a escravidão. Surgiram e desapareceram ao sabor dos acontecimentos políticos, exceto aqueles que buscaram, como já assinalado, preservar uma aparente neutralidade política, situação decorrente também de uma legislação que, aparentemente, garantia a liberdade de expressão, estabelecida na Constituição de 1824.

Assim, com todas as limitações, os escritos dos periódicos extrapolavam as suas páginas, atuando como fontes de pressão, contribuindo para

⁸⁸ 28 de setembro de 1889.

as mudanças ocorridas durante o oitocentos no Império do Brasil e ingressando no “tribunal da História”, como queria José do Patrocínio.

2.2- JUSTIÇA E ORDEM

Apesar das críticas contundentes à estrutura de poder e a existência de mecanismos de controle com um aparato legal para cercear as vozes opositoras, a censura não agia com extremo rigor em relação à imprensa. Mas, a legislação acentuava a necessidade de reprimir “os abusos da liberdade de exprimir os pensamentos por impressos, por palavras, e manuscritos”. A lei de 20 de setembro de 1830, absorvida pelo Código Criminal de 16 de dezembro desse mesmo ano, embora garantisse formalmente, em seu preâmbulo, a livre manifestação de opinião, estabelecia também medidas punitivas contra os infratores, fossem eles impressores, editores, autores ou, até mesmo, vendedores. As salvaguardas para a preservação das instituições monárquicas eram privilegiadas na lei: os autores de “ataques dirigidos a destruir o Sistema Monárquico Representativo” ou “responsáveis por provocações dirigidas contra a pessoa do imperador” incorriam “na pena de prisão de três a nove anos”. Punição semelhante para aqueles que cometessem “imputações ofensivas e injúrias expressas, ou por alegorias” aos membros da família imperial, podendo a pena de prisão variar de um a três anos. Paralelamente à reclusão, a lei estabelecia ainda penas pecuniárias dependendo o valor do delito cometido pelo infrator.⁸⁹

Observando o corpo da lei encontramos expressões as quais nos podem informar sobre a preocupação do legislador com a manutenção do *status quo*, pois penalizava: “aqueles que abusam do direito de comunicar”, que veiculassem “provocações dirigidas a se desobedecer as leis e as autoridades constituídas”, além daquelas, já citadas, contra os membros

⁸⁹ COLEÇÃO *das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, ps. 33/39; MACHADO, Humberto F., “A Imprensa Abolicionista e a censura no Império do Brasil”, in LESSA, Mônica L. e FONSECA, Silvia Carla P. B. (orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

da família imperial, assim como aos membros da Assembleia Geral Legislativa. Em contrapartida, não eram considerados crimes as “análises razoáveis” da Constituição e das “Leis existentes”, desde que não ficasse configurada a “desobediência a elas”.⁹⁰

Os artigos, que eram considerados crimes cometidos por meio da imprensa, foram enquadrados no Código Criminal na seção sobre *calúnias* e *injúrias*, que previa penas em dobro se fossem efetuadas através de “papéis impressos, litografados ou gravados, que se distribuïrem por mais de quinze pessoas”. O Código apresentava uma linguagem mais detalhada, discriminando as diversas punições para as pessoas envolvidas direta ou indiretamente nos “delitos de abuso da liberdade”. A definição dos delitos apresentava uma linguagem bastante subjetiva. O artigo 236 incluía como crime de injúria: “imputação de vícios ou defeitos que possam expor ao ódio ou desprezo público” ou, então, “tudo quanto pode prejudicar a reputação de alguém”. A gradação das punições variava de acordo com a situação social do “caluniado” ou “injuriado”, oscilando de dois meses, no grau mínimo, quando era uma “pessoa particular”, até “quatro anos de prisão”, no grau máximo, quando se referisse à propagação de ideias que “ofendessem” o Imperador.⁹¹

O Código Criminal regulamentava o “uso indevido da imprensa”. Ele deixava explícita a preocupação do Estado em controlar as diversas publicações, pois exigia obediência aos trâmites para a instalação de “oficinas de impressão, litografia ou gravura”. Em primeiro lugar, o pretendente tinha de registrar na “Câmara da Cidade ou Vila, o seu nome, lugar, rua e casa, em que pretenda estabelecer, para ser escrito em livro próprio, que para esse efeito terão as Câmaras”. Em segundo, o impressor era obrigado a declarar, sempre, nos impressos, seu nome, a “terra em que está a oficina” e o ano da publicação. Este artigo do Código, complementado por mais dois, os de números 305 e 306, visava a evitar as falsidades ou utilização de textos de outros autores, delito considerado mais grave em virtude da incidência da multa de maior valor: “No grau máximo – multa de quatrocentos mil réis, e perda dos exemplares”. Em terceiro lugar, ha-

⁹⁰ *Ibidem*, ps. 36/39.

⁹¹ CORDEIRO, Dr. Carlos Antonio. *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. de Quirino & Irmão, 1861, ps. 169/178.

via a obrigatoriedade de enviar ao “promotor um exemplar do escrito ou obra impressa, no dia de sua publicação e distribuição”.⁹²

Alguns juristas se manifestaram sobre essas normas que regulamentavam a liberdade de imprensa. Manoel Mendes da Cunha Azevedo, por exemplo, justificava o controle do Estado sobre os jornais para combater a “falange de libelistas” que atacava com os “recursos do prelo todas as virtudes, e todos os princípios, que se opõem aos interesses da anarquia, e à depravação dos costumes”.⁹³ Liberato Barroso, opinando sobre a questão, afirmava que a Constituição assegurava a “liberdade de comunicar os pensamentos”, exceto nos casos que se caracterizassem pelo “abuso”, pois, segundo ele, “a liberdade de pensamento é um direito, porém o seu exercício deve ficar contido nos limites racionais do justo, e não atacar outros direitos”. Ele considerava os periódicos, em especial os mais críticos ao governo, veículos transmissores de informações “torpes” e “difamatórias”, estando “nas mãos de libelistas e difamadores”, os quais “atacam com cínica audácia todas as reputações e todos os caracteres”.⁹⁴

Nas expressões acima, pode-se detectar o objetivo de impedir a livre atuação da imprensa; mas, por outro lado, observa-se que na prática diária havia liberdade de expressão, pois os pareceres dos juristas indicam claramente que muitos jornalistas se exprimiam, diversas vezes, de forma vigorosa contra as autoridades governamentais, apesar da existência de toda uma legislação que regulava os chamados “delitos de opinião”. A legislação, portanto, não impedia os ataques dos articulistas contra a estrutura de poder.

O francês Charles Ribeyrolles, arguto observador e defensor da livre expressão de pensamento através da imprensa, a ponto de afirmar que ela não é apenas uma “salvaguarda dos direitos”, sendo também “uma função vital e suprema”, constatou, em 1859, que os jornais brasileiros, especialmente os da Corte, podiam exprimir-se livremente, sem entraves “fiscais”, “rigores administrativos” e “repressões judiciárias”. Entretanto,

⁹² *Idem, ibidem*, ps. 216/218.

⁹³ *O Código Penal do Império do Brasil, com observações sobre alguns de seus artigos*. Recife: Tip. Comercial de Meira Henriques, 1851, p. 88.

⁹⁴ BARROSO, Dr. J. Liberato. *Questões Práticas de Direito Criminal*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Edit., 1866, p.53.

ele lamentava a total omissão dos periódicos em relação aos graves problemas que assolavam o país, criticando-os pela ausência de estudos sérios e predomínio de escândalos e ofensas nas matérias pagas, denominadas de “a pedidos”.⁹⁵ Nessas matérias, os interessados podiam escrever, mediante pagamento, sobre diversos assuntos. Era comum o aproveitamento desses espaços para ataques pessoais aos desafetos, inclusive de caráter calunioso. Além da questão financeira, ressaltamos que essa seção atendia, no fundo, às conveniências do jornal, pois não seria de bom alvitre disseminar, nas suas próprias páginas, opiniões contrárias à linha editorial e aos interesses dos seus proprietários.

As observações de Ribeyrolles sobre a liberdade de imprensa creditam aos jornais um papel fundamental na mudança de comportamentos da sociedade, apesar da ressalva sobre a sua atuação qualificando-a de miserável. Finalizou as suas reflexões, com uma convocação àquele veículo de divulgação:

Entre, pois a imprensa brasileira na senda dos estudos sérios, mostre ao país adormecido as rudes necessidades da época, e abra, perante o velho mundo, um inquérito permanente sobre os valores de toda a espécie que devem ser postos em evidência. [...] encaminhar o povo, esclarecendo-o sobre as verdadeiras condições que exigem o trabalho e o direito nas sociedades modernas.⁹⁶

Quando Ribeyrolles escreveu não havia, ainda, um debate profundo sobre o problema mais premente, isto é, a chamada “questão servil”. Antes da década de 1870, as ideias antiescravistas não tinham repercussão, em virtude das próprias condições socioeconômicas existentes no país. Anteriormente, elas ficavam restritas a algumas publicações sem atingir a população. O discurso abolicionista começou a ter uma maior penetração nas zonas urbanas, como já destacado, através da atuação da imprensa, que divulgava os debates do Parlamento e as notícias sobre a resistência es-

⁹⁵ *Brasil Pitoresco*. 2 vols., Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1980, vol. 2, ps. 125/136.

⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 136.

crava. Na medida em que a propaganda se desenvolvia “a questão entrava definitivamente para a ordem do dia”, mobilizando a opinião pública.⁹⁷

No início do movimento, as dificuldades eram inúmeras. Não havia espaço na imprensa para que os propagandistas divulgassem as suas ideias. A propósito do assunto, Conrad observa que muitos jornais estavam ligados, “direta ou indiretamente”, aos interesses agrícolas e comerciais. Assim, os abolicionistas não obtiveram um apoio intenso de periódicos sólidos e responsáveis durante a “primeira fase da luta”.⁹⁸

Segundo um artigo de fundo da *Gazeta de Notícias*, em 1877, a imprensa compactuava com as tentativas de encobrir os “horrores da escravidão” por não separar os “interesses do balcão com os da humanidade”, pois se preocupava, basicamente, com a lucrativa tiragem e com os anúncios. O autor, porém, terminou o texto de uma forma esperançosa em virtude do surgimento de novos órgãos que, naquele momento, começavam a abrir espaços para as denúncias das mazelas do escravismo.⁹⁹

Lopes Trovão, no seu jornal *O Combate*, escreveu sobre o papel da imprensa em relação às estruturas vigentes e ao poder. Assinalou que ela estava destituída de princípios, caracterizando-se pelas “polêmicas pessoais e intrigas políticas”. Destacou que as publicações “a pedidos” não permitiam o desenvolvimento de um espírito crítico dos jornais, que deveriam ser, segundo o editorialista, “paladinos da defesa coletiva dos direitos e dos interesses sociais”. Para o autor, o apoio que a imprensa dava à monarquia a tornava conivente com um “regime de lama”.¹⁰⁰

Apesar dessas observações depreciativas de Lopes Trovão, alguns periódicos criticavam asperamente o governo, desmistificando as dificuldades para o exercício de sua atividade. Em plena monarquia, como já mencionado, temos a fundação de um jornal, *A República*, que na primeira página estampava, logo abaixo do título, pertencer ao Clube Republicano e que exaltava o regime republicano como o único que poderia, conforme os autores, solucionar os graves problemas existentes no Brasil.¹⁰¹ O

⁹⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Ob.cit.*, ps 396/397. CONRAD, *Ob. cit.*, p. 104.

⁹⁸ *Ob. cit.*, p.180.

⁹⁹ 17 de abril de 1877.

¹⁰⁰ 10 de maio de 1881.

¹⁰¹ 3 de dezembro de 1870.

jornal em várias edições, batia na mesma tecla: ataques à monarquia e valorização da República. Responsabilizava o Império pela manutenção do “cancro da escravidão”, e o Imperador de ser “mais pernicioso à humanidade do que jamais foram os tiranos das repúblicas do Sul”. Uma alusão aos governos de Rosas, da Argentina, e de Solano López, do Paraguai. Não obstante, encerrava o texto afirmando que o país não tinha liberdade de imprensa, pois esta dependia da “jurisdição de funcionários do governo” e de seu beneplácito.¹⁰²

A figura do Imperador não era poupada, apesar de, segundo Sérgio Buarque de Holanda, ele pautar-se por uma atuação discreta, utilizando como anteparo o Gabinete. O monarca não estava submetido totalmente ao Ministério e nem aos partidos políticos: ao contrário, ele detinha o bastão de comando impondo, a sua vontade, preservando a sua autoridade sagrada e imaculada. A despeito desta preeminência e da declaração de que o chefe supremo da nação tinha sido declarado Imperador “pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos”, o seu poder começou a sofrer contestações na última década do Império. A auréola sagrada do monarca tinha sido dissipada, pois as suas decisões eram tratadas como atos “caprichosos e nefastos ao bom funcionamento das instituições”.¹⁰³

Como a Constituição de 1824 estabelecia que o Imperador era a autoridade suprema do país,¹⁰⁴ tornando-o um verdadeiro árbitro das decisões governamentais, cabe observar o teor das críticas efetuadas pelos artigos de fundo, ou matérias, dos jornais abolicionistas que visavam a abalar a ordem monárquica, que consideravam mantenedora da escravidão. A partir desta premissa, verificamos como se relacionavam estes propagandistas, entre os quais José do Patrocínio, com a estrutura de poder. Sendo um dos proprietários de um dos principais jornais da capital do Império, tornava-se difícil afastá-lo de forma violenta, ou legal, do cenário político.

¹⁰² 8 e 13 de dezembro de 1870 e 18 de dezembro de 1871.

¹⁰³ “O Brasil Monárquico. Do Império à República”. *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed., Tomo II, vol. 5, São Paulo: Difel, 1977, p. 59.

¹⁰⁴ *Idem, ibidem*, p.58. A supremacia do monarca vinculava-se à institucionalização do Poder Moderador. Consultar, também, CARVALHO, José Murilo de. *O Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Edit. Revista dos Tribunais/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

Esses predicados respaldavam a sua atuação, dando-lhe condições de conviver com as contradições da própria legislação.

Apesar desta situação favorável, Patrocínio utilizou um pseudônimo, como já vimos, desde o início de sua carreira: Proudhomme. Diversos autores adotaram nomes fictícios como forma de enganar a censura. Prática usual nos regimes que cerceiam a imprensa para evitar, talvez, um processo por calúnia e difamação por parte do Estado. Este artifício foi empregado em diversas épocas e locais, dependendo do grau de liberdade de expressão. Antonil, por exemplo, serviu para ocultar durante muitos anos, dos rigores da censura portuguesa, o jesuíta João Antonio Andreoni, autor de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, texto escrito no início do século XVIII.¹⁰⁵

Entretanto, este não era o caso dos abolicionistas do século XIX, no Brasil. A censura, como já assinalado, não agia com extremo rigor. Além disto, não podemos esquecer o prestígio e as vinculações dos propagandistas, embora Patrocínio, no início de sua carreira jornalística, não conhecesse muitos dos amigos que o ajudaram posteriormente. Talvez, este fosse um motivo plausível para usar um pseudônimo como forma de evitar problemas com a lei. A escolha do nome - Proudhomme, em homenagem ao publicista francês, Pierre Joseph Proudhon que condenava a propriedade privada, lhe dava respaldo para os escritos agressivos contra a escravidão.

Durante a campanha abolicionista, o nome *Proudhomme* era por demais conhecido para ser uma tentativa de Patrocínio de burlar a censura; assim como *Garrison*, nome que Joaquim Nabuco utilizava em seus escritos na imprensa. Além deles, outros propagandistas utilizaram pseudônimos nas páginas dos jornais, tais como: Gusmão Lobo, Rui Barbosa, Rodolfo Dantas. Segundo Carolina Nabuco, os textos diários dos “ingleses”, com o seu “talento e vigor”, deram-lhes “celebridade e forçaram a atenção dos adversários”. Suas palavras mordazes serviam para abalar cada vez mais os alicerces do escravismo.¹⁰⁶ Assim, não podemos vincular a adoção desses nomes a um artifício para escamotear os “rigores da censura”.

¹⁰⁵ ANDREONI, João Antonio (André João Antonil). *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. 2ª ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1966.

¹⁰⁶ *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1928, p. 156. William Lloyd

Concretamente, as críticas contundentes ao escravismo e à monarquia sempre obtiveram espaço privilegiado nos jornais ligados a José do Patrocínio. Todas as brechas que permitiam abalar a “negregada” instituição eram aproveitadas pelo abolicionista. Ataques virulentos que, muitas vezes, partiam para o campo pessoal, tecendo considerações desabonadoras sobre as autoridades governamentais. Em uma coluna “Semana Política”, da *Gazeta de Notícias*, responsabilizava o Estado pela proteção dada aos senhores que adquiriram africanos introduzidos após a Lei de 1831, que proibia o tráfico negreiro intercontinental. Como aquele dispositivo legal não era cumprido, Patrocínio criticava o governo pela sua omissão criminosa, que consentia na “escravização de homens livres”. Esta era a sua justificativa para denominá-los de “escravizados”, termo utilizado em todos os seus escritos. Terminou o texto exaltando o papel da imprensa em relação ao pensamento abolicionista a qual reivindicava, segundo suas palavras, o cumprimento da lei e da justiça.¹⁰⁷

As pressões contra a imprensa, por parte dos setores escravistas, inquietavam Patrocínio. Em 1881, escrevia sobre a ausência de independência dos jornais devido à subordinação aos interesses econômicos. Segundo o abolicionista, eles deveriam pautar-se pelas ideias, agindo com inteira liberdade, sem preocupar-se em “pisar nos calos dos poderosos”. Os seus compromissos deveriam ser com a “probidade” e com as “aspirações da sociedade”, entre as quais a principal, naquele momento, era o término da escravidão.¹⁰⁸

Sob este aspecto, a *Gazeta da Tarde* não tergiversava com os defensores do cativo, especialmente tratando-se de outros órgãos da imprensa. O *Cruzeiro*, do Centro de Lavoura e do Comércio, do Rio de Janeiro, foi alvo das setas atiradas pelo jornal abolicionista, que o atacou duramente em virtude de suas posições favoráveis aos fazendeiros. As notícias sobre anúncios de venda de escravos mereciam comentários cáusticos da *Gazeta da Tarde*, tais como: “Quem depois destes e outros anúncios, não dirá

Garrison (1805-1879), jornalista e abolicionista, foi um dos pioneiros da luta contra a escravidão nos Estados Unidos.

¹⁰⁷ 6 de setembro de 1880.

¹⁰⁸ *Gazeta da Tarde*. 13 de novembro de 1881.

que *O Cruzeiro* faz jus ao milho do fazendeiro, e que é uma folha essencialmente crucificadora”.¹⁰⁹

A polêmica acirrou-se a tal ponto que o redator de *O Cruzeiro* tentou invadir a redação da *Gazeta da Tarde* para agredir Patrocínio. Só não alcançou os seus objetivos devido à reação dos companheiros do jornalista. Claro que a *Gazeta da Tarde* procurou explorar ao máximo a questão, era importante mostrar para os seus leitores os métodos usados pelos defensores da escravidão. O assunto foi descrito de forma hilariante e sensacionalista: enfatizou-se que o agressor buscou de todas as maneiras entrar nas dependências do jornal, soltando improperios contra o abolicionista, sendo impedido e expulso pelos amigos de Patrocínio.¹¹⁰

O Abolicionista noticiou esta tentativa de agressão de uma forma discreta, sem grandes comentários. Apenas destacou o fato da necessidade de se encontrar uma solução rápida para a “questão servil”, visando a evitar a repetição de tais acontecimentos.¹¹¹ A pressão de *O Cruzeiro* contra a imprensa abolicionista chegou a um ponto extremo quando aquele periódico solicitou ao governo que tomasse providências contra os difamadores dos proprietários.¹¹² Os áulicos que pedem a supressão da liberdade de imprensa buscam sempre beneficiar-se em virtude de suas relações íntimas com os setores dominantes.

Outro jornal que mereceu críticas violentas dos abolicionistas foi o *Jornal do Comércio*, por sua tradicional posição na defesa do Império e da própria escravidão. Em um artigo de fundo, a *Gazeta da Tarde* destacava que aquele órgão da imprensa não tinha o “mínimo de respeito” aos escravos porque incluía anúncios de venda de cativos à comercialização de animais, conforme o exemplo abaixo referente a um leilão realizado em Resende.

Um boi velho de nome Castelo, por 50\$; um garrote filho da vaca Estrela, por 30\$; um macho de sela de nome Lopes, por 100\$; a escrava Rosa, con-

¹⁰⁹ Cf. os números de: 15 de novembro, 10 de dezembro de 1880; 23 de fevereiro, 5 de julho de 1881.

¹¹⁰ 21 de novembro de 1881.

¹¹¹ 1 de dezembro de 1881.

¹¹² *Gazeta da Tarde*. 21 de novembro de 1881.

go, de 54 anos de idade, por 400\$; Georgina, com um ingênuo por 1.200\$; Euzébio, Moçambique, 44 anos, por 1:000\$000.¹¹³

Patrocínio aproveitou-se da notícia para cobrar das autoridades a aplicação da lei devido à venda de um escravo africano de 44 anos, pois, possivelmente, fora trazido para o Brasil após 1831, o que o tornaria, teoricamente, um homem livre. De uma forma enfática indagou: “Em que país vivemos, Sr. Juiz de órfãos de Resende, Sr. Chefe de Polícia do Rio de Janeiro e Sr. Ministro da Justiça do Imperador?”¹¹⁴ Como se os órgãos policiais e do Judiciário estivessem preocupados com a sorte dos cativos! Ingenuidade ou questionamento do sistema dentro da ordem? Parece-nos que o seu objetivo era buscar sensibilizar o aparelho de Estado, demonstrando que a justiça ignorava a lei quando se tratava de garantir algum direito do escravo, mesmo que as medidas implementadas fossem paliativas.

Os anúncios sobre cativos na *Gazeta da Tarde* serviam, de forma irônica, para fazer denúncias contra os senhores e ridicularizar a instituição escravista, assim como as autoridades governamentais. Essas matérias caracterizavam-se pela utilização de expressões semelhantes às que apareciam nos órgãos da imprensa sobre escravos fugidos. Nestes anúncios, do jornal de Patrocínio, os cativos apareciam como credores dos seus senhores exigindo um ressarcimento pelos anos de cativo, como se pode atestar pelo seguinte exemplo:

O cidadão Gonçalo que desde o seu nascimento, se acha privado da sua liberdade, gratifica generosamente a quem lhe der notícias certas ou apreender o negreiro Antonio de Souza Moreno, [...], sem barba alguma, por ser indigno delas, além de tudo surdo, e que se acha fugido desde março de 1882. Participa-lhe, ao mesmo tempo, que se acha com os demais companheiros na Quinta de S. Cristovão, acobertado por uma coroa abolicionista e protegido pelo Sr. D. Pedro II.¹¹⁵

¹¹³ Transcrito do *Jornal do Comércio*, sem mencionar a data da publicação. *Gazeta da Tarde*. 27 de junho de 1881.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ 24 de fevereiro de 1883.

Logo, a inversão de papéis, isto é, o escravo procurando o senhor, alcançava os objetivos estabelecidos pelo jornal de Patrocínio. Este artifício era um meio de chamar a atenção da opinião pública sobre os métodos grosseiros usados pelos proprietários em relação aos escravos. Sensibilizar a população e, ao mesmo tempo, denunciar a violência que permeava a sociedade escravista tornavam-se mecanismos eficazes, pois mostrava a crua realidade que se escondia atrás de um frio anúncio de jornal sobre um cativo fugido.

O cidadão brasileiro, Rafael, de 22 anos de idade, e seus companheiros os menores José de 18 anos e Domingos de 19, tendo lido hoje em um jornal, uma declaração firmada por um tal Dr. Augusto Cesar de Vasconcelos que se diz proprietário de uma fazenda e na qual são tratados como escravos fugidos para a prisão se dá 150\$ réis, declara por si e seus irmãos que são livres, que nunca foram escravos e que protestam com todo o rigor da lei contra quem quer que seja que lhes queira roubar a liberdade e para esse fim os persiga. Bem assim oferece a mesma quantia acima à pessoa a quem lhe entregar no palácio Izabel, onde com seus companheiros, se acha hospedado, o negreiro doutor Augusto Cesar de Vasconcelos.¹¹⁶

A crença no poder de persuasão da imprensa norteou a ação de Patrocínio. Observa-se, em diversos artigos de fundo, como seu discurso valorizava este aspecto. Ele criticava a desatenção dos políticos em relação à opinião contida nos jornais, pelo menos nos que ele atuou, pois os considerava a “encarnação do pensamento público, ou pelo menos de uma das suas frações”. Para o abolicionista, os periódicos interpretavam as aspirações da sociedade. Em um artigo, no início de sua carreira, já questionava o Parlamento por não levar em conta esta relação, pois “por detrás das colunas do jornal bate muitas vezes o coração de um povo inteiro ou pelo menos reflete a sensatez nacional”.¹¹⁷

As posições favoráveis aos senhores, por parte do governo, eram constantemente criticadas nos jornais do abolicionista. Sem distinção, atingia os membros do Parlamento, os Ministros, os componentes da famí-

¹¹⁶ *Gazeta da Tarde*. 24 de fevereiro de 1883.

¹¹⁷ *Gazeta de Notícias*. 7 de maio de 1877.

lia imperial, o Imperador Pedro II e a Regente Princesa Isabel, inclusive antigos companheiros, como vimos, que discordavam dos seus pontos de vista. Os ataques tinham um objetivo básico: sensibilizar os oponentes eventuais e acidentais para a justeza de suas propostas sobre o fim do cativeiro. Ele investia sistematicamente contra as instituições que somente se mantinham, segundo o autor, em virtude do controle exercido pelo “quartel, escola e tesouro”.

Do quartel e do tesouro saem as mordanças e algemas para o voto; da escola sai a covardia dos espíritos e a perversão das consciências, [...]. Um povo de soldados e empregados públicos pode ser tudo menos um grande povo heroicamente dedicado às sãs ideias políticas.¹¹⁸

Patrocínio não poupava acusações para aqueles que, segundo as suas palavras, se enriqueceram sobre “as lágrimas e o sangue dos seus antepassados”, através da especulação do governo e dos “contratos escandalosos”, com o beneplácito do Parlamento, uma “agência de enriquecimento”, e um Ministério que “aproveita do governo para favorecer empresas de colegas e de parentes”.¹¹⁹ Em outro artigo, questionava a relação, disseminada na época, entre a crise que se abateria sobre o país e a abolição - a identificação da fortuna da nação com os interesses dos senhores: “não é a produção do país que os prende no regime fatal da escravidão; o que os prende é a consideração de que as suas fortunas e as dos seus parentes estão cosidas com a pele do africano”. De uma maneira sarcástica, apresentou uma solução para que os parlamentares não fizessem oposição ao fim do cativeiro: a fundação de uma “associação forte, que obtenha o concurso de sociedades estrangeiras, e assim possa comprar todos os escravos dos Srs. Deputados e dos seus parentes mais próximos”.¹²⁰

A ironia que perpassava seus escritos cedia lugar às críticas contundentes de cunho emocional. Comédias ou tragédias, todos tinham vez na arena do jornalista quando se tratava de combater a nefanda instituição da escravidão. A luta, porém, era realizada, muitas vezes, utilizando as

¹¹⁸ *Idem, ibidem.* 10 de fevereiro de 1879.

¹¹⁹ *Idem, ibidem.* 19 de junho de 1880.

¹²⁰ *Idem, ibidem.* 13 de setembro de 1880.

próprias armas do inimigo, apelando para a justiça e a ordem. Os seus comentários, em um artigo da *Gazeta da Tarde*, sobre a “Lei dos Nascituros”, demonstram como o propagandista adotava posições conciliatórias. Reafirmava as suas convicções sobre a lei, considerando-a como um primeiro passo na eliminação do cativo. Entretanto, repudiava a interpretação, defendida pelos setores escravistas, como a “solução única de transformação do trabalho”. As suas justificativas evocavam a necessidade de manter a tranquilidade do país: “somos dos que queremos a ordem” ameaçada, de acordo com as suas palavras, pela “coexistência do ingênuo e do escravo”. Mais adiante alertava: “se não tomarmos uma providência eficaz, veremos como os braços dos filhos se hão de armar em nome da natureza, para vingar os pais insultados”.¹²¹

A censura à atuação do Presidente do Conselho de Ministros, Martinho de Campos, ocupou boa parte dos editoriais da *Gazeta da Tarde* em 1882. O “escravocrata da gema”, conforme o jornal, caracterizava-se pela sua intransigência e inabilidade política. Patrocínio responsabilizava o Imperador pela sua sustentação à frente do Gabinete: o artigo assinalava que corria um boato de que o monarca havia dito que o “Martinho é o meu homem”. O propagandista, de uma forma irônica, atacava a inércia de Pedro II: “Senhor é tempo de deliberar e agir. Deixai de olhar para o vosso homem, encare reflexivamente o vosso país”.¹²²

A *Gazeta da Tarde* não dispensava nenhuma oportunidade para abalar a imagem do Imperador. Nas comemorações pelo centenário da morte do Marquês de Pombal, em 1882, o monarca foi criticado por Patrocínio por ter ficado em Petrópolis, ausentando-se da Corte:

O inviolável bisneto de Maria maluca preferiu ficar em Petrópolis, aspirando o incenso e ouvindo as cantilenas devotas do mês de Maria encenado e orquestrado à custa da lista civil da sereníssima princesa imperial.

A memória do Marquês causa ao espírito de sua Majestade terror beato das lendas dos demônios medievos, que se metiam pelos organismos como uma injeção hipodérmica de labaredas infernais [...]

¹²¹ 28 de setembro de 1881.

¹²² 1 de maio de 1882.

Em síntese: o Marquês de Pombal, cruel embora, tentou construir; sua Majestade, manso e pachorrento, tenta destruir. Eis a diferença entre o cantador do mês de Maria e o ilustre estadista português.¹²³

A cidade de Petrópolis, próxima à Corte, com seu clima ameno, servia de refúgio para a família imperial durante o verão abrasador do Rio de Janeiro. O Imperador Pedro II e a Princesa Isabel, descendentes de D. Maria I, considerada louca e responsável pelo afastamento do ministro de D. José I, frequentavam de forma assídua as cerimônias religiosas realizadas naquela cidade serrana. Patrocínio, declaradamente anticlerical, aproveitava o episódio para vinculá-lo à omissão do governo em relação às comemorações do centenário da morte do Marquês de Pombal que representava para uma corrente da intelectualidade brasileira, principalmente aquela envolvida com o abolicionismo e a propaganda republicana, um precursor do liberalismo, em Portugal.¹²⁴

A figura do Marquês de Pombal adquiriu para Patrocínio um aspecto emblemático na história de Portugal, destacado no romance *Pedro Hespagnol* por sua atuação por ocasião do terremoto que destruiu Lisboa. De maneira similar e irônica, depreciava a erudição, para ele supérflua, do Imperador, utilizando a imagem de Pedro I para conclamá-lo a acabar com a escravidão

Independência ou Morte! foi o grito que o seu augusto pai soltou nos campos do Ipiranga. Não exijo que S. M. faça outro tanto, e para isso lhe dou aqui o meu conselho: Senhor—V. M. sabe muita coisa, conhece todas as línguas mortas e vivas, conhece esgrima, sabe jogar a espada, porém não sabe jogar capoeira. Mande chamar o José Bocca Queimada que em menos de um mês o põe pronto e habilitado a dar uma rasteira na política... [...] Fazei alguma coisa em prol dos infelizes e os brasileiros escreverão com o seu sangue, se preciso for, no livro da história, a página mais gloriosa do vosso reinado.

Os vindouros não encontrarão, por certo, escrito –D. PEDRO II—O SÁBIO, porém, a pátria dirá em voz alta aos povos civilizados:

D. Pedro d’Alcântara – o Libertador.¹²⁵

¹²³ 8 de maio de 1882.

¹²⁴ Ver FALCON, *Ob.cit.*, ps. 218/220.

¹²⁵ *Gazeta da Tarde*. 10 de abril de 1884.

A nau de estabilidade do reinado de Pedro II era abalada, entre outros motivos, pela atuação da imprensa abolicionista, principalmente pelos torpedos disparados pelos periódicos de Patrocínio. A calma era apenas aparente, sendo garantida pelos escravos na medida em que empunhavam os remos sustentando aqueles que, no convés, se recusavam a ver o fim próximo do cativo. O jornalista solicitava para que “humanitariamente o governo pudesse fazer algo pela miséria, pela escravidão”. Terminou este artigo pedindo para que “todos esqueçam sua Majestade, mas antes amaldiçoem-no”.¹²⁶

As palavras fortes, cheias de amargura contra o Imperador, demonstram a sua insatisfação pelas medidas protelatórias sobre a abolição do trabalho escravo. Enfatizava que o monarca era o único capaz de extinguir a escravidão: “neste desgraçado país, é somente Vossa Majestade quem tudo pode e quem tudo faz”. Assim, buscava comovê-lo, sem, entretanto, deixar de questioná-lo fortemente: “Senhor, acabai o vosso reinado com um grande ato. Sede brasileiro um dia só, fazendo a única política possível atualmente: a da emancipação”.¹²⁷

Os privilégios concedidos pelo Estado, de uma maneira geral, beneficiam aqueles diretamente ligados à estrutura de poder. A história das concorrências, com cartas marcadas, sempre serviram de manchetes para os jornais, pelo menos aqueles que não possuem vinculações com o governo. A *Gazeta da Tarde*, em uma matéria escrita por Patrocínio, se opôs às concessões dadas para a construção de “Carris de Ferro” (bondes) nos atuais bairros de Copacabana e Lagoa, na cidade do Rio de Janeiro, a membros da família imperial. O propagandista, mais uma vez, ironizou o Imperador, “dando-lhe razão”, pois, “Não é justo que tratando todos os seus ministros da comodidade da sua família, sua Majestade não trate da comodidade da sua”. Sarcasmo, revolta e certa descrença no “povo” permeiam este artigo.

O dinheiro público é para isso mesmo, e não para as tolices em que pensam uns indivíduos que por aí andam gritando para ver se o governo lhes atira um osso, como por exemplo se dá com quem escreve estas linhas.

¹²⁶ *Gazeta da Tarde*. 22 de maio de 1882.

¹²⁷ *Gazeta da Tarde*. 3 de julho 1882.

Ao menos o dinheiro fica no país, e o povo, o miserável sabujo, que vive de lamber as mãos do Imperador e seus cortesãos, poderá trincar alguma pobre migalha.¹²⁸

O tom violento de suas palavras cedia lugar à conciliação quando vislumbrava uma oportunidade de colocar seus planos em execução. Na Fala do Trono, que abriu a Seção da Assembleia Geral, em 1885, D. Pedro II apelou para a Câmara no sentido de que a “questão servil” fosse encaminhada de acordo com os interesses da sociedade. Patrocínio elogiou a atitude do monarca que

compreendeu que lutar contra a propaganda abolicionista seria o mesmo que proclamar a guerra civil, sacrificar essa paz longânime que tem sido o melhor título do seu reinado. Folgamos em declarar que estamos de perfeito acordo com Sua Majestade.¹²⁹

Relacionamos a mudança da sua atitude em relação ao Imperador com os debates sobre o Projeto Souza Dantas, que estabelecia a liberdade para escravos com mais de sessenta anos, atingindo também cativos que tiveram a sua idade falsificada pelos senhores, como forma de burlar a lei de 1831. Por outro lado, também libertava os escravos que fossem transferidos de províncias, afetando, conseqüentemente o tráfico interprovincial. A enorme oposição por parte dos senhores, especialmente da área cafeeira, provocou reações por parte da imprensa abolicionista. Patrocínio, em novos editoriais, alertava o Imperador para que fosse “patriota, como sempre tem sido”, vestindo-se com a “bandeira da abolição”, repelindo os “abutres” que se nutriam “do fígado do Prometeu secular – o escravo”.¹³⁰ Logo, os ataques do jornalista não visavam à figura do monarca, mas o que ele sustentava, a instituição escravista. O seu oportunismo fica claro nos escritos, pois, quando considerava que havia possibilidade de um avanço na solução da “questão servil”, mesmo partindo do supremo mandatário, mudava o tom dos seus textos. Da agressividade passava para os elogios ou vice-versa.

¹²⁸ 12 de março de 1883.

¹²⁹ *Gazeta da Tarde*. 8 de março de 1885.

¹³⁰ *Gazeta da Tarde*. 18 de março de 1885.

Com a derrota do Projeto Souza Dantas, Patrocínio assumiu, como já mencionamos, uma postura questionadora em relação ao Gabinete Saraiva e, depois, ao Barão de Cotegipe, devido às mudanças ocorridas no encaminhamento da “questão servil”, com a aprovação da chamada “Lei dos Sexagenários”, verdadeiro arremedo que deturpou o projeto original. O Imperador não foi poupado. A oposição dos propagandistas à lei se deveu, basicamente, à manutenção da estrutura escravista, sem previsão efetiva para a sua eliminação, como, também, ao objetivo implícito de esfriar a mobilização abolicionista. Ela instituía a libertação de cativos com mais de 60 anos, após trabalhar mais cinco para o senhor a título de indenização, além da inclusão de um artigo que punia com multa ou prisão, de até dois anos, as pessoas que dessem abrigo a escravos fugidos.

Foi, hoje, publicado o decreto 3270, de 28 de setembro de 1885, pelo qual Sua Majestade manda cumprir, como lei, o projeto Saraiva-Cotegipe, que prolonga até o fim do século a escravidão, punindo com as penas do crime de roubo àqueles que tenham a ousadia de protestar contra mais esse triunfo revoltante da pirataria.¹³¹

A *Gazeta da Tarde* destacou que o “infame” decreto serviu para “perturbar a paz das famílias brasileiras, atacar a liberdade de opinião dos cidadãos”, transformando o Tesouro Público em um lugar que beneficiava apenas os proprietários. O Imperador foi responsabilizado pelas lágrimas e pelo sangue dos escravos e dos abolicionistas. As suas palavras assumiam um tom dramático.

[...] a única esperança dos que sofrem, que na hora extrema a última visão de Sua Majestade seja um escravo com as costas retalhadas, as chagas escorrendo sangue apodrecido, e que expirando também, o acompanhe para servir de testemunha do seu julgamento perante o tribunal, que não se corrompe com o dinheiro de fazendeiros, nem com empenhos de cortesãos.¹³²

¹³¹ *Gazeta da Tarde*. 2 de outubro de 1885.

¹³² *Idem, ibidem*.

Por todos os flancos, a instituição escravista era atacada pelos jornais de Patrocínio. Os suicídios, fugas e assassinatos de escravos tinham, para o propagandista, a cumplicidade do monarca. Somente os senhores de escravos, para ele, garantiam o trono, ameaçado pela crise dinástica. As idas do Imperador para Petrópolis eram relacionadas com fugas para não ouvir as imprecações a sua pessoa. Maldosamente, o jornalista concluía: “Petrópolis é um bem público [...] O que eu sinto é que essa abençoada terra não queira se honrar guardando para sempre em seu seio o grande rei”.¹³³

As investidas verbais dos abolicionistas, no caso específico de Patrocínio, encontraram reações dos setores escravistas, que não desejavam aceitar alterações que viessem abalar a ordem vigente. Em nome da preservação desta ordem, tida como necessária, ainda que não ideal, serviram-se de garantias legais para dificultar a difusão, por meio da imprensa, de ideias consideradas como perigosas e que, de alguma maneira, poderiam diminuir a solidez dos alicerces do cativeiro. A Justiça foi, apenas, um dos agentes repressivos utilizados para criar obstáculos à propaganda das ideias antiescravistas, veiculadas, muitas vezes, como observamos, por meio de uma linguagem extremamente agressiva. Os jornais de Patrocínio, inegavelmente, destacaram-se, neste aspecto, no afã de granjear apoio popular para a campanha abolicionista. O depoimento do jornalista alemão Carl Von Koseritz retrata a posição dos segmentos conservadores. Suas impressões, registradas durante a sua passagem pelo Rio de Janeiro, sobre Patrocínio, não podem ser omitidas, pois considerava que ele “trabalhava em denegrir a tudo e a todos”, defendendo o seu encarceramento “atrás das grades de ferro de uma boa cadeia”.¹³⁴

Este depoimento serve para aquilatar como o antagonismo entre os abolicionistas e os setores escravistas aumentava em função do crescimento da campanha contra o cativeiro. Patrocínio, como os demais propagandistas, considerava que as palavras possuíam o poder de demover os senhores dos planos que visavam a prorrogar a escravidão. Não se concebiam como “perturbadores da ordem pública”, como salientava um artigo da *Gazeta da Tarde*.¹³⁵ Em outro número do jornal, Patrocínio repudiava aqueles

¹³³ *Gazeta da Tarde*. 20/ 21 de novembro e 12 de dezembro de 1885.

¹³⁴ *Ob. cit.*, p. 87.

¹³⁵ 9 de maio de 1884.

que consideravam os abolicionistas criminosos, querendo puni-los “com deportação e degredo; ousam pedir Fernando de Noronha para os chefes de um movimento, que só tem por fim terminar com a maior vergonha da pátria”. Ele finalizou o texto denunciando as manobras que estavam sendo articuladas para a aprovação de um projeto visando ao estabelecimento do “estado de sítio” para “todos os abolicionistas”.¹³⁶

As calúnias e difamações contra os abolicionistas eram usuais. Os defensores do cativo os consideravam elementos que semeavam, através da imprensa, a “desordem” e a rebelião. Joaquim Nabuco, por exemplo, refutava estes argumentos:

Chamam-nos de Comunistas, a nós que proclamamos o princípio de inviolabilidade da propriedade humana. Chamam-nos de Niilistas – a nós que queremos destruir o pior dos niilismos – o niilismo da nossa personalidade, a escravidão! Dizem que somos os que não têm o que perder. Pois bem, senhores, essa qualificação não nos ofende [...] somos a ideia nova, a redenção da pátria!¹³⁷

Podemos observar como a preocupação dos senhores com a manutenção de suas propriedades - os escravos - provocava acusações despropositadas: Nabuco ou mesmo Patrocínio serem classificados, de forma pejorativa, como anarquistas, socialistas ou comunistas. Em contrapartida, a reação, muitas vezes indignada, dos “defensores dos cativos”, fornece-nos sinais para identificar a postura dos militantes que atuavam na imprensa. Estes termos, para os propagandistas, significavam radicalização e, de forma nenhuma, eles desejavam ser considerados como tal. Na primeira página da *Gazeta da Tarde*, no artigo “Quais são os anarquistas”, Patrocínio repudiava de forma enfática, usando os mesmos argumentos dos seus agressores. Assinalou que o objetivo desses ataques é imputar aos abolicionistas a pecha de “partido revolucionário, que desejavam disseminar o “ódio”

¹³⁶ 11 de junho de 1884.

¹³⁷ “Segunda Conferência, realizada no Teatro Santa Isabel, 1 de novembro de 1884”, in *O Abolicionismo, Conferências e Discursos Abolicionistas*. São Paulo: Instituto Progresso Edit., 1949, p. 280; CONRAD, *Ob. cit.*, p.200; MACHADO, Maria Helena, *O Plano e o Pânico...* p. 164, também abordaram o assunto

Criaram uma sinonímia entre abolicionista, socialista, nilista e feniano e julgam, com isto, ter desonrado a bandeira que desfraldamos, há cinco anos, e que hoje começa a tremular nas próprias ameias do poder [...]. A ignorância tem destas ingenuidades: querendo acusar defende, querendo infamar dá prestígio [...].

Não se satisfazem já com a posse de um milhão de brasileiros; querem escravizar tudo: a imprensa, a tribuna popular, o parlamento, os ministros e o Imperador.

Quais são, pois, os anarquistas?¹³⁸

Patrocínio aproveitava essas intimidações para demonstrar, de uma forma irônica, o seu repúdio e indignação ao escravismo e àqueles que o sustentavam politicamente. Às ameaças de processo contra a sua pessoa pelo acoitamento de escravos, isto é, a proteção dada a cativos fugidos, respondia com desafios verbais ao próprio Imperador.

Sei que na polícia da Corte se estão forjando processos contra todos os abolicionistas. Sou um deles. [...] A lei manda punir o acoitador de escravos, mas não é a este que os processos se dirigem: é a honra dos audazes que se afrontaram a perturbar o sono e tranquilidade dos piratas e seus herdeiros, vossos protegidos, comensais e sustentadores.

Vossa Majestade ordene à polícia que no meu processo, ao inquérito siga-se imediatamente à prisão preventiva, e ordem de execução clandestinamente na Casa de Detenção [...]

Sei que só vivo, porque Vossa Majestade não tem consentido no meu assassinato [...]

No mais desejo que Vossa Majestade viva feliz e que nunca [...] sofra as torturas infligidas à raça, de que Vossa Majestade bebe o sangue e as lágrimas.¹³⁹

Evidente que ocorreram tentativas de calar as palavras da imprensa abolicionista do Rio de Janeiro através de meios legais ou violentos. Apesar da existência, como já frisamos, de dispositivos que permitiam ações judiciais contra os jornalistas “libelistas”, com destaque para Patrocínio,

¹³⁸ *Gazeta da Tarde*. 3 de julho de 1884.

¹³⁹ *Gazeta da Tarde*. 13 de fevereiro de 1886.

faltam pistas concretas sobre processos por calúnia ou difamação contra os propagandistas. Claro que os mecanismos atemorizadores eram constantemente aventados, sendo sempre denunciados pelos periódicos. Porém, não era necessária a sua execução, em função das próprias limitações inerentes ao exercício da atividade jornalística na época: as dificuldades de divulgação e o seu relacionamento com o poder.

Constatamos, portanto, que a apregoada ausência de liberdade de imprensa no período deve ser vista com certo cuidado. Não há dúvida de que os obstáculos para a atuação dos jornais eram enormes, especialmente no interior. No entanto, apesar dos empecilhos para a transmissão dos escritos contra o cativo por diversos motivos, entre os quais as próprias limitações do público leitor, os periódicos abolicionistas da cidade do Rio de Janeiro questionavam, de uma forma sistemática, a instituição escravista e os responsáveis por sua manutenção. Principalmente aqueles pertencentes a José do Patrocínio que, através de sua pena, contribuía para demolir, algumas vezes com estardalhaço, usando verdadeiras catapultas verbais, outras com pequenos aríetes, as muralhas do cativo. Ousado, porém, sem perder a perspectiva da necessidade de encaminhar o processo dentro da ordem e da justiça. A censura, talvez refletindo o tão apregoado espírito bonachão e conciliador do Imperador Pedro II, fazia vista grossa para os arroubos literários dos abolicionistas.

2.3- DESORDEM E INJUSTIÇA

A linguagem agressiva dos abolicionistas, de uma maneira especial de Patrocínio, provocava reações por parte dos segmentos que desejavam preservar o cativo. Os meios violentos para fazer calar as suas vozes acentuaram-se na década de 1880. Acusações recíprocas apareciam constantemente nas páginas dos jornais. Algumas destituídas de qualquer sentido. A polarização trazia, como consequência, a truculência e os atentados cometidos pelos senhores. Objetivando preservar a ordem escravista apelava-se, para a desordem. A inoperância da justiça facilitava os ataques aos jornais, as ameaças aos abolicionistas e os crimes cometidos contra

os escravos. A imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, principalmente os periódicos de Patrocínio, utilizava a única arma de que dispunha para tentar acabar com as arbitrariedades: a denúncia, através de suas páginas, das “injustiças”.

O que é, pois, a lei neste país? Onde se escondem a justiça, o direito, a razão pública e a moralidade social? Onde está a proclamada severidade deste governo, que só é forte contra os fracos, e grande nas coisas pequenas?¹⁴⁰

Era natural que Patrocínio, assim como o seu jornal, fosse o alvo preferencial das ações dos proprietários. Muitos fazendeiros desejavam vê-lo deitado em um túmulo ao invés de sentado atrás da escrivaninha da redação de um órgão da imprensa. Em uma das colunas “Semana Política”, além dos ataques costumeiros ao governo do Barão de Cotegipe, escrevia que estava sendo ameaçado de morte, “única forma de calar a sua voz”, enfatizando que a ideia básica dos senhores, em relação aos abolicionistas, era: “cala ou morre; humilha-te ou faz o testamento”. Após reafirmar que não se deixaria abater em virtude da luta antiescravista se revestir de dignidade, concluía que não era indivíduo que “abandona o campo de batalha”.¹⁴¹

Uma batalha na qual os personagens não se enfrentavam diretamente. De um lado, aqueles, entre os quais José do Patrocínio, que dispunham como armas apenas suas palavras na imprensa e na tribuna; de outro, os senhores que, amparados pela estrutura de poder, usavam diversos recursos, como ataques pessoais e empastelamentos de jornais para eliminar os arautos do abolicionismo. Enquanto os primeiros sofriam toda sorte de pressões, os segundos se entrincheiravam nas colinas do escravismo para tentar calar as vozes daqueles que desejavam acabar com o cativo.

Os obstáculos para que a opinião pública tomasse ciência dos acontecimentos, como já mencionamos, eram imensos. Podemos acrescentar, também, os mecanismos à margem da lei para cercear a divulgação das ideias abolicionistas. Os próprios senhores buscavam, de todas as formas,

¹⁴⁰ *Gazeta da Tarde*. 27 de maio de 1881.

¹⁴¹ *Gazeta da Tarde*. 15 de maio de 1886.

impedir a distribuição dos periódicos mais combativos. A *Gazeta da Tarde*, em 1881, noticiava que as vendas do jornal estavam sendo dificultadas pela ação de proprietários de escravos, residentes no atual bairro do Catumbi, na cidade do Rio de Janeiro, que chegaram, inclusive, a agredir um vendedor que anunciava os “crimes dos senhores”. Na mesma matéria, o articulista lamentava a ausência de providências por parte da polícia.¹⁴²

Os crimes, anunciados pelos distribuidores dos jornais em altas vozes, serviam para desmoralizar a instituição servil. Na medida em que as pessoas escutavam as denúncias, tomavam conhecimento das violências cometidas contra os cativos. Assim, esta propaganda atingia, além do público leitor do periódico, outros indivíduos, inclusive os próprios escravos, que, indiretamente, entravam em contato com as críticas aos senhores. Estes, evidentemente, criavam todos os obstáculos possíveis para impedir a livre manifestação das ideias contrárias aos seus interesses. A *Gazeta da Tarde* apresentava constantemente matérias sobre os empecilhos que os seus repórteres encontravam para fazerem a cobertura dos trabalhos legislativos, além de reclamações do interior sobre atrasos “inexplicáveis” na entrega do periódico. O jornal, por exemplo, apresentou em um dos seus números, na primeira página, uma solicitação “aos nossos amigos do interior, defensores da santa causa dos escravizados, o obséquio de nos enviarem todas as queixas contra os arbítrios de que sejam vítimas”.¹⁴³

Os senhores, visando à preservação do seu poder, criaram, como já mencionamos, os “Centros da Lavoura”, associações com o objetivo de combater a propaganda abolicionista e postergar uma solução definitiva para a questão servil. Duas diretrizes orientavam a sua ação: primeiramente, era um grupo de pressão, agindo no Legislativo, para impedir que medidas em favor da emancipação dos escravos fossem aprovadas. Em segundo lugar, atuava de forma violenta, até de “revolver em punho” para afastar os incentivadores de fugas. As perseguições e os ataques contra os militantes e jornais mais ativos na luta contra o escravismo se intensificaram quando a resistência dos cativos se tornou mais sistemática.¹⁴⁴

¹⁴² 8 de janeiro de 1881.

¹⁴³ 11 de junho de 1884.

¹⁴⁴ CONRAD, *Ob. cit.*, ps. 202/203. COSTA, Emília Viotti da, *Ob. cit.*, p. 407. MORAES, Evaristo de, *Ob. cit.*, ps. 61/62.

Este clima de confronto não era desejado pela intelectualidade atuante na imprensa, inclusive por Patrocínio. A *Gazeta da Tarde*, embora sendo um periódico ostensivamente abolicionista, agia, algumas vezes, com cautela em relação às manifestações contrárias dos setores escravistas. Após a extinção legal do cativo no Ceará, em 1884, centrou os seus artigos no avanço do abolicionismo e na oposição dos proprietários. No entanto, o seu discurso refletia os receios de uma revolta de escravos, assim como das reações dos senhores. Encontramos lamentações sobre as críticas que imputavam ao jornal a responsabilidade pela perturbação da paz pública.¹⁴⁵

No fundo, existia um temor de ser estigmatizado como um jornal radical, refletindo o pensamento de seu proprietário. Em contrapartida, destacava o papel “perigoso” desempenhado pelos Centros da Lavoura, os quais desejavam ter “polícia e milícia próprias para a sua defesa pessoal e para os ataques contra os abolicionistas”. Por outro lado, caracterizava os fazendeiros como elementos que se opunham à dignidade nacional, representada pelos propagandistas, tentando calar “o grito da consciência”, pondo em “estado de suspeição todos os que não pactuam com a instituição negra”.

Sempre que esta nação empreende avançar no mundo moral, eles aí vêm, cheios de cólera e de raiva, na estulta intenção de fazer parar a locomotiva do progresso.

As pretensões escravocratas, neste momento, excedem todos os limites possíveis. Elas pretendem fazer do abolicionismo um crime, querem puni-lo com deportação e degredo; ousam pedir Fernando de Noronha para os chefes de um movimento, que só tem por fim terminar com a maior vergonha da pátria.¹⁴⁶

Na perspectiva dos senhores, uma verdadeira conspiração estava em marcha para se apossar de suas propriedades: terras e escravos. Uma insurreição geral dos escravos, liderada pelos abolicionistas, que objetivava subverter a ordem, perpassava por suas mentes. Como assinalamos,

¹⁴⁵ 8 de maio de 1884.

¹⁴⁶ 11 de junho de 1884.

os fantasmas do Haiti e das revoltas da Bahia rondavam os casarões das fazendas, assustando aqueles que, até então, se sentiam intocáveis. Essas preocupações se avolumaram na década de 1880, em função do aumento da resistência negra, através das inúmeras fugas, assassinatos de senhores e de feitores nas regiões de maior concentração de escravos, com ampla divulgação pelos jornais. Enfim, um aumento da “onda negra e medo branco”.¹⁴⁷

Como exemplo dessas apreensões, podemos mencionar a denúncia efetuada por um fazendeiro do Vale do Paraíba fluminense ao Ministro da Justiça, sobre uma associação – “Incognitus Sociedade Secreta Abolicionista” – organizada na Corte com o beneplácito de “Dantas (Senador), Joaquim Nabuco e muitos outros que não ficaram de memória. Dizem que são apoiados pelo Conde D’Eu”. Na sua carta, o missivista comenta que a Sociedade visava a “revolucionar a arraia miúda e com ela apoiar a insurreição geral dos escravos”. Com esta finalidade, conforme as palavras do proprietário, a “Sociedade” enviou “cinquenta agentes escolhidos, inteligentes para bem persuadir e de confiança para executar”, às províncias do sul do Império. O titular da pasta da Justiça remeteu a cópia da acusação ao Presidente da Província do Rio de Janeiro para que fizesse averiguações, apesar de que, segundo ele, “pareça ter pouco fundamento tal denúncia”.¹⁴⁸

Os próprios senhores tinham interesse em criar um clima de intranquilidade para justificar um maior controle sobre a escravaria, assim como medidas repressivas contra os propagandistas que, no seu modo de entender, incentivavam a indisciplina dos cativos. O teor da carta acima já demonstra o equívoco, ou má fé – o que achamos o mais provável – do denunciante, na medida em que objetivava incriminar elementos relacio-

¹⁴⁷ Ver AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Sobre a resistência escrava, ver: LIMA, Lana Lage da Gama, *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café...* MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁴⁸ Ofício do Ministro da Justiça, Joaquim Delfino Ribeiro da Cruz, ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1885. Caixa P.P. 2/2.2 – Coleção 5 – Arquivo Estadual do Rio de Janeiro.

nados à esfera de poder e comprometidos com uma solução parlamentar para a questão servil. Os planos de “subversão da ordem pública” foram utilizados como estratégias para eliminar os adversários. As injúrias e difamações rondavam os abolicionistas. Os jornais que defendiam os interesses escravistas se esmeravam na divulgação de matérias que pudessem abalar o prestígio dos propagandistas.

Patrocínio, como já citamos, foi acusado de malversação de fundos da Confederação Abolicionista. Criada em 1883, na redação da *Gazeta da Tarde*, ela congregou diversas associações antiescravistas do Rio de Janeiro e de Niterói.¹⁴⁹ Entre os seus fundadores, destacava-se, além de Patrocínio, André Rebouças e o comerciante João Clapp, seu presidente, que, junto a outros militantes, imprimiram uma nova dinâmica à campanha contra o cativo, sistematizando as diversas atividades abolicionistas. Participou ativamente no estímulo a fugas de escravos e auxiliando, inclusive, na manutenção do quilombo abolicionista do Leblon.

O quilombo do Leblon tinha o apoio direto do comerciante português e procurador da Confederação Abolicionista, Seixas Magalhães, além de João Clapp e do próprio Patrocínio, entre outros. Formou-se, portanto, uma rede empenhada na extinção da escravidão, incluindo a ação política através da assistência a candidaturas de líderes abolicionistas, como a de Patrocínio, como já mencionamos. Eduardo Silva, além de destacar a articulação entre a *Gazeta da Tarde*, a Confederação Abolicionista e o quilombo do Leblon, descreve como os abolicionistas se deslocavam até a região, utilizando bondes puxados a burro. Naquela época, o Leblon, como Ipanema e Copacabana, bairros da zona sul da cidade, eram lugares ermos, verdadeiros areais distantes do centro do Rio de Janeiro.¹⁵⁰

O Manifesto da Confederação Abolicionista, redigido por Patrocínio e André Rebouças, foi impresso na tipografia da *Gazeta da Tarde* e publicado em agosto de 1883, com as assinaturas de representantes de inúmeras associações antiescravistas. Além de José do Patrocínio, André Rebouças, pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão e João Clapp, do Clube de Libertos de Niterói, também assinaram o Manifesto membros

¹⁴⁹ *Gazeta da Tarde*. 18 de maio de 1883.

¹⁵⁰ *As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

de entidades antiescravistas da Escola Militar, da Faculdade de Medicina, do Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, além de associações do Espírito Santo, Pernambuco, Ceará e do Rio Grande do Sul. O documento critica a escravidão - através de um histórico sobre o seu estabelecimento na Colônia e as primeiras medidas para extingui-la - assim como a grande propriedade, responsabilizando-as pela ausência de “estímulo ao trabalho” e a ruína do país em virtude do Império assentar-se numa “economia fictícia, que o vai arruinando constitucionalmente, como incombatível moléstia hereditária”. A Confederação, com o apoio integral da *Gazeta da Tarde*, desenvolvia toda uma série de ações, tais como: acoitemento de escravos, promoção de eventos visando à obtenção de recursos para a alforria de cativos, até o convencimento gradual dos senhores.¹⁵¹

Patrocínio, em uma crônica saudando o aniversário da Confederação Abolicionista, além de elogiá-la por sua luta sem tréguas contra os interesses escravistas e o incentivo para aqueles tímidos que engrossavam as fileiras dos abolicionistas, enfatizava a sua contribuição para a História.

Um dia quando se escrever a história desse movimento, que matou em alguns anos uma instituição secular, enraizada nos costumes e dispo de grandes recursos, há de causar espanto, que com tão frágeis elementos tivesse feito tanto, [...] fazendo desabrochar o sentimento da liberdade em todos os corações [...] ligando todos os que querem pertencer a uma pátria livre, [...] e permitindo já entrever a aurora da libertação do Brasil. Avante! e o futuro resgatará com louros todos os dissabores de uma luta infernal.¹⁵²

João Clapp, outro membro daquela associação, foi alvo de calúnias, através da coluna “a pedidos” do *Jornal de Commercio*. Foi situado como explorador de escravos, vivendo do aluguel e da utilização indevida dos pecúlios dos cativos.¹⁵³ Evidentemente, os interesses afetados pela propaganda antiescravista eram imensos. Das acusações verbais para o desforço físico era apenas um passo.

¹⁵¹ PATROCÍNIO, José do e REBOUÇAS, André. *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipographia da Gazeta da Tarde, 1883, p. 19. CONRAD, R., *Ob. cit.*, ps. 181/183.

¹⁵² *Gazeta da Tarde*. 12 de maio de 1887.

¹⁵³ Cf. *Gazeta da Tarde*. 11 de fevereiro de 1886.

Assim, perseguições e ameaças de morte aos articulistas mais ousados eram habituais, especialmente no interior. As oficinas tipográficas também não estavam livres de danos. O empastelamento era um recurso não descartável. Os jornais de Patrocínio denunciavam estes episódios, assim como a cobertura dada pelas autoridades aos autores dos atentados. Estas notícias mereciam uma divulgação destacada com o objetivo de chamar a atenção dos governantes para o clima insustentável que se estava formando em virtude da preservação da escravidão.

A tipografia da *Gazeta da Tarde* sofreu uma tentativa de empastelamento, efetuada por “capoeiras armados de navalha, punhais, canivetes e revólveres a serviço dos escravocratas” os quais invadiram as dependências do jornal visando à destruição da maquinaria e ameaçando os seus empregados. A reação das pessoas que se encontravam no recinto impediu que o “ato indigno” se consumasse, perpetrado contra a “imprensa livre”. O órgão abolicionista, em sua descrição, destacou que os “inimigos da liberdade”, além de utilizarem a calúnia chegavam ao assassinato e

à invasão da propriedade alheia, para fazer, vingando as suas idéias escravistas, esmagar a consciência de um povo [...] mas que se vêm obrigados a recuar diante da altivez do punhado de abolicionistas que lhes fez frente.

O jornal, em letras garrafais, abriu a matéria, com o título “AGRESSÃO. INVASÃO DA NOSSA TIPOGRAFIA. TIROS DE REVOLVER. NAVALHADAS”. Cobra das autoridades policiais providências enérgicas visando a esclarecer os acontecimentos e para “dar um golpe decisivo nessas maltas de desordeiros que por aí andam impunemente, aterrorizando a população e pondo em risco a vida de cidadãos [...] e a liberdade de imprensa [...] desta cidade que não pode continuar a ser antro de assassinos perversos”.¹⁵⁴

A *Gazeta da Tarde* aproveitou o fato para acusar os setores escravistas de tentarem impedir as manifestações da imprensa contra o cativo. Quanto maior ressonância conseguisse com o acontecimento, melhor para a estratégia desenvolvida por Patrocínio, - buscar sempre sensibilizar os seus leitores. Mas, mesmo dando um desconto aos exageros

¹⁵⁴ 5 de janeiro de 1885.

retóricos, a tentativa de invasão do jornal teve repercussão em outros órgãos da imprensa da Corte, como na *Gazeta de Notícias*, que repudiou enfaticamente o ocorrido, criticando os setores escravistas e as autoridades governamentais por não garantirem a segurança dos cidadãos que apenas desejavam expressar livremente suas ideias. Assim, externava a sua “solidariedade aos companheiros da *Gazeta da Tarde*” e a José do Patrocínio.¹⁵⁵

As matérias sobre perseguições aos abolicionistas de Campos dos Goytacazes, Província do Rio de Janeiro, transmitidas pela *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*, servem também para demonstrar a violência dos senhores contra a imprensa mais combativa. A redação do jornal *Vinte e Cinco de Março* foi destruída e seus empregados agredidos durante uma invasão patrocinada pelos proprietários de terras e de escravos. Carlos de Lacerda, ameaçado de morte, refugiou-se fora do Município. Nessa cidade, o confronto entre os opositores do cativo e os senhores foi violento. A *Gazeta da Tarde* e o *Cidade do Rio*, especialmente o último, após outubro de 1887, divulgaram uma série de reportagens e telegramas sobre os conflitos. Os artigos de José do Patrocínio relacionados ao assunto sempre alertavam a respeito do “barril de pólvora” prestes a explodir em virtude da intransigência dos fazendeiros e a omissão do governo.¹⁵⁶

A *Gazeta da Tarde* já noticiava, em janeiro de 1887, uma tentativa de assassinato de Carlos de Lacerda, quando ele fazia uma conferência em Campos. Na cidade, principal centro da lavoura açucareira da Província do Rio de Janeiro, o movimento antiescravista contava com uma sólida organização e com muitos adeptos. Uma das reuniões abolicionistas, na qual tomavam parte mais de “mil pessoas e que se efetuava no teatro da cidade”, foi interrompida bruscamente por um

grupo de capangas que invadiu o teatro e, disparando tiros de revólveres e garruchas, pôs tudo em desordem e confusão. Alguns cidadãos foram gravemente feridos pelas balas dos sicários. As famílias estão arrasadas, a

¹⁵⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁵⁶ Sobre o desenrolar dos acontecimentos em Campos, ver LIMA, Lana Lage da Gama. *Ob.cit.*

cidade sobressaltada, sem polícia e sem autoridade [...] Esta façanha tinha por objetivo assassinar Carlos de Lacerda.¹⁵⁷

O jornal, de forma indignada, acusou o governo provincial pela proteção dada aos responsáveis pelo atentado, e um chamamento “AO IMPERADOR” para que tomasse providências sobre o atentado ao “nosso denodado amigo Carlos de Lacerda”. Ressaltando a via pacífica para conseguir os seus propósitos, a *Gazeta da Tarde* clamou por justiça, afirmando que, apesar da moderação dos propagandistas, os senhores persistiam na selvageria, e sendo assim os opositores da escravidão agirão da mesma forma: “O governo quer a selvageria, respeitemo-lo e sejamos selvagens”.¹⁵⁸ O tom da conciliação vai aos poucos sendo substituído pela agressividade. Às vésperas da abolição, os jornais de Patrocínio empenharam-se em demonstrar as contradições do escravismo e as violências cometidas pelos senhores.

O aproveitamento destes fatos marcou diversas matérias da *Gazeta da Tarde*. No dia posterior, na primeira página, sob o título de “O Império da Pirataria”, o jornal enfatizava que os acontecimentos de Campos se transformaram em um “São Bartolomeu do Abolicionismo”, alusão à Noite de São Bartolomeu ocorrida na França, no século XVI. A indignação e a pitada de exagero permeiam os comentários sobre os conflitos, destacando que houve um “espingardeamento de mais de mil pessoas inermes pelos capangas de fazendeiros assassinos”. A descrição da tragédia, elevada aos píncaros, objetivava demonstrar para a opinião pública o apoio do governo do Barão de Cotegipe aos senhores ao enviar uma ordem para que o Ministério da Justiça apurasse os responsáveis pelos incêndios dos canaviais, não se preocupando com aqueles que atiraram contra os abolicionistas.

Caíram vários abolicionistas feridos. Depois de algumas horas de dor morre um, outros ficam agonizando. Tanto melhor para o Gabinete que desempenha a sua função hipotecada às cadeiras senatoriais dos estadistas

¹⁵⁷ 31 de janeiro de 1887.

¹⁵⁸ *Idem, ibidem.*

de coudelaria. [...] Os abolicionistas esperam tranquilamente pela reação. Nunca sonharam encontrar corações humanitários em peitos de piratas.¹⁵⁹

O movimento ganhou um ímpeto nos últimos meses que antecederam a extinção legal do cativeiro, provocando conflitos que estavam abalando a ordem vigente. No segundo semestre de 1887, os periódicos aproveitavam as perseguições aos abolicionistas de Campos para minar cada vez mais a escravidão. Tanto a *Gazeta da Tarde*, mesmo após a saída de Patrocínio dos seus quadros, e o *Cidade do Rio* enfatizavam, nos seus artigos de fundo, os “graves fatos” ocorridos naquela cidade. Outros periódicos os seguiram. O primeiro, agora mais cauteloso, solicitava às autoridades governamentais uma solução para a manutenção da ordem. As suas matérias destacavam que as “desordens de Campos” e as “fugas de escravos” só serviam para “convulsionar a sociedade”.

Não há dúvida que em tudo aquilo tem havido a maior imprudência de parte a parte; porém a maior soma de responsabilidade cabe a provocadores de tão dolorosas cenas. Os ‘meetings’ convocados só dariam como resultado excitação ainda mais das paixões incandescentes e atirar novas centelhas que poderiam provocar enormes explosões.¹⁶⁰

Enquanto a *Gazeta da Tarde* adotava uma postura menos agressiva, o *Cidade do Rio*, sob a direção de Patrocínio, responsabilizava, diretamente, os senhores, pelos conflitos em Campos. A nova cidadela da luta abolicionista, desde os seus primeiros números, não dava trégua aos defensores do cativeiro. A transmissão dos acontecimentos de Campos tornou-se um dos assuntos que marcaram o jornal durante os meses de outubro e novembro de 1887. Comentando uma fuga de escravos e a repressão policial, o periódico enfatizava a violência das autoridades buscando comover o público leitor a respeito das injustiças cometidas contra os cativos. Salientando a atuação de um Capitão Fernando, chefe do destacamento policial local, o *Cidade do Rio* descreveu a cena.

¹⁵⁹ 1 de fevereiro de 1887.

¹⁶⁰ 23 de novembro de 1887. Também: 18/24/27 de outubro; 8/10/19 de novembro de 1887.

O Capitão Fernando, empregando a força contra alguns dos escravizados [...] que foram capturados, tem cometido atrocidades e horrores. Mandamos meter no tronco [...], infligindo-lhes castigos bárbaros, sem atender a idades, nem a sexos.¹⁶¹

Em outro número o *Cidade do Rio*, através de um artigo assinado por Patrocínio denominado “Vândalos de Campos”, criticava o comportamento da “soldadesca desenfreada e sanguinária que está cometendo as maiores tropelias naquela cidade”. Para o propagandista, eles eram os “agressores” e “perturbadores da ordem pública” que contavam com o respaldo oficial, não permitindo a pacífica manifestação das reuniões abolicionistas e promovendo ataques ao *Vinte e Cinco de Março*, principal órgão antiescravista daquela cidade”.¹⁶² Os comentários sobre o empastelamento do jornal, em vários números, servem para avaliarmos a atuação de vanguarda do periódico de Patrocínio nesse período em que o escravismo se encontrava na fase de agonia. Em outra edição, com o mesmo título – “Vândalos de Campos” – descreveu o “dia do assalto” ao jornal campista.

Hoje, cerca das duas horas da madrugada, a população da cidade foi rudemente sobressaltada por muitos tiros que partiam da Praça do Mercado, onde se acha o edifício das oficinas tipográficas do Vinte e Cinco de Março. [...] Ao romper do dia, a população que já suspeitava que os tiros eram dirigidos contra a tipografia do Vinte e Cinco de Março, ainda mais horrorizada ficou, presenciando o mais revoltante dos espetáculos. Os utensílios tipográficos, tipos, caixas e móveis achavam-se sobre o lajeado da rua, completamente inutilizados. Este ato de vandalismo foi coroado com a prisão de [...] cidadãos que faziam fogo contra os assaltantes [...]

O jornal continuou na sua descrição: os “assaltantes” eram “praças do corpo policial auxiliados por capangas de alguns poderosos da terra” e que os defensores da tipografia foram “bastante espancados pela polícia”. Ressaltou que no dia posterior “novas violências foram cometidas pela polícia” como, por exemplo, “uma criança de cor preta” que foi

¹⁶¹ 11 de outubro de 1887.

¹⁶² 7 de outubro de 1887.

perseguida “a chicote por um praça de cavalaria”. Terminou o artigo, afirmando que isto foi um verdadeiro “atentado ao abolicionismo” e ao “eminente brasileiro Carlos de Lacerda que conseguiu refugiar-se”, evitando a sua morte.¹⁶³

Por estes comentários, pode-se observar a diferença de tratamento dispensado aos mesmos acontecimentos pelos dois jornais. Enquanto a *Gazeta da Tarde* refugiou-se na ambiguidade e no temor, responsabilizando a atuação dos abolicionistas como um incitamento à agitação, o *Cidade do Rio* atacava de forma impiedosa aqueles que provocavam “desordens e injustiças”. Em outro artigo o jornal alertava o governo pela contemporização com os senhores e pelo procedimento em relação aos abolicionistas.

O governo manda atacar moral e fisicamente os propagandistas, abre devassas, emlameia-lhes a vida privada, as aflições mais caras, ainda mesmo que sobre elas só esteja colocada uma lápide mortuária, [...] pela difamação, pela ameaça ou pelo ataque a mão armada, provoca-os até o desespero.¹⁶⁴

A publicação destes artigos visava a demonstrar que os próprios senhores tinham plena consciência da proximidade da abolição. Em contrapartida, o jornal desejava evidenciar que a repressão contra os escravos, fugidos das fazendas, os ataques aos militantes antiescravistas e aos jornais abolicionistas do interior somente serviam aos setores escravistas mais atrasados. O *Cidade do Rio*, abrindo a matéria, na primeira página com letras garrafais com o título “A REGÊNCIA ENSANGUENTADA. CAMPOS”, noticiou os conflitos ocorridos na cidade, por ocasião de uma conferência abolicionista, provocando o ferimento por arma de fogo das forças policiais em “três pessoas, sendo uma gravemente”.¹⁶⁵

O jornal descreveu a “sanha policial”, através da divulgação dos vários telegramas recebidos, além de transcrever matérias de outros órgãos da imprensa; carregando nas tintas e criticando veementemente o governo do Barão de Cotegipe e a “ausência” da Princesa Isabel, que

¹⁶³ 30 de outubro de 1887.

¹⁶⁴ 31 de outubro de 1887.

¹⁶⁵ *Cidade do Rio*. 21 de novembro de 1887.

naquele momento ocupava o trono em virtude da viagem do Imperador. O *Cidade do Rio* alertava que a tragédia foi iniciada “pelo despotismo dos opressores”, mas poderia acabar pela “apoteose dos oprimidos”. Os propagandistas, segundo Patrocínio, na sua coluna *Semana Política*, direcionada à Princesa Isabel, frisou que os abolicionistas não tinham interesse na “anarquia nesta última hora da escravidão [...] que lucro poderiam ter os abolicionistas em apelar para a anarquia, com o risco de perder os próprios adeptos que fizeram?”¹⁶⁶

Com um posicionamento semelhante ao *Cidade do Rio*, *O Paiz* dedicou também espaços de suas páginas aos conflitos ocorridos em Campos. Caracterizou o “assalto à tipografia do 25 de Março” como uma ação de “vandalismo” praticada pelos membros da “própria força policial” que destruíram a “propriedade alheia”, “suprimem a liberdade de imprensa, perseguem e ameaçam com a morte a cidadãos cujo único crime é advogar com ardor e coragem a causa da libertação dos escravos”. O jornal continuou demonstrando a sua indignação contra as arbitrariedades cometidas e os “atos de selvageria”, ocorridos naquela cidade. Porém, alertou que se tornava necessário agir com prudência, não esquecendo os “sentimentos patrióticos” para não “confirmarmos a crença geral de que somos ainda um povo bárbaro e embrutecido pelo regime da escravidão”.¹⁶⁷ As contradições geradas pela preservação do escravismo se refletiam nos escritos desta intelectualidade que militava na imprensa, pois a questão girava em torno da própria manutenção da ordem, ameaçada pelos embates mais frequentes entre os defensores do cativo e seus opositores.

A intensificação dos conflitos em Campos, inclusive com incêndios de canaviais incentivados, segundo os fazendeiros e as autoridades policiais locais, pelos abolicionistas, entre os quais Carlos de Lacerda, provocou perseguições ao jornalista. A *Gazeta da Tarde*, no primeiro semestre de 1887, já vinha fazendo uma campanha sistemática, na Corte, contra as acusações. Patrocínio, juntamente com outros membros da Confederação Abolicionista, liderou uma série de “meetings” que objetivavam denunciar os atos criminosos ocorridos naquela cidade. O jornal anunciou que o primeiro aconteceria no Teatro Recreio Dramático para repudiar as ten-

¹⁶⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁶⁷ 26 de outubro de 1887.

tativas de incriminar Lacerda, assim como apurar os fatos, pois, “a polícia, conivente com os assassinos, esconde-se, até que estes tenham consumado os seus crimes”.¹⁶⁸

No dia 6 de fevereiro de 1887 foi realizado o *meeting*, com um público estimado, segundo a *Gazeta da Tarde*, de duas mil pessoas. Teatro cheio, os discursos inflamados contra o Gabinete Cotegipe eram aplaudidos entusiasticamente. Patrocínio leu uma moção de apoio a Carlos de Lacerda, na qual considerava imoral a atitude do governo que “envergonha a pátria”, na medida em que incentivava perseguições aos abolicionistas que desejavam apenas a extinção do cativeiro por “meios legais”. Além de Patrocínio estavam presentes Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. O jornal assinalou que Joaquim Nabuco não compareceu. A polícia cercou o teatro, porém não ocorreram conflitos.¹⁶⁹

A *Gazeta da Tarde* não deixou os episódios de Campos entrarem no esquecimento. Muitos de seus números realçavam a questão, destacando sempre a intransigência do governo. Um novo *meeting* realizado em julho daquele ano, no mesmo Teatro Recreio palco das manifestações abolicionistas, serviu para reafirmar a posição dos propagandistas contra os que perturbavam “as aspirações democráticas” e têm interesse na “permanência da ominosa instituição”.¹⁷⁰

As atitudes do governo, durante o Gabinete do Barão de Cotegipe, contribuíram para o aumento da tensão entre os abolicionistas e os que desejavam a preservação do cativeiro. A proibição de “ajuntamentos em praças e ruas”, permitindo-se apenas em “locais fechados”, quase provocou um tumulto na cidade do Rio de Janeiro após a realização de um *meeting* da Confederação Abolicionista no Teatro Politeama. Este havia sido convocado para protestar contra a repressão policial, na cidade de Macaé, próxima de Campos, Província do Rio de Janeiro, aos propagandistas locais atacados por “assassinos que armados de garruchas, bacamartes e facões [...] espalham o terror, espancam, ferem e desterram cidadãos”.¹⁷¹

¹⁶⁸ 3 e 5 de fevereiro de 1887.

¹⁶⁹ 7 de fevereiro de 1887.

¹⁷⁰ 11 de julho de 1887.

¹⁷¹ *Gazeta da Tarde*. 3 de agosto de 1887.

A reunião da associação abolicionista foi aberta com uma moção de repúdio ao governo em virtude dos acontecimentos acima descritos. Durante o discurso de Quintino Bocaiúva explodiram várias bombas dentro do recinto. A *Gazeta da Tarde* narrou o pânico que se instalou com a entrada de “capoeiras e policiais, brandindo navalhas e cacetes” que lutaram com os “cidadãos armados com as cadeiras do teatro”. Após a expulsão dos policiais para o jardim, o local foi invadido por “um piquete de cavalaria e outro de infantaria da polícia. Foi uma guerra”. O confronto foi evitado após entendimentos mantidos entre os líderes e as autoridades policiais. Segundo o periódico, a reunião não continuou, pois

[...] a luz de gás foi enfraquecendo gradativamente, percebendo que isso era uma manobra, José do Patrocínio denunciou o fato e acusou a autoridade policial. Sem condições para continuar o ‘meeting’, Patrocínio deu-o por encerrado, mas o numeroso auditório não quis dispersar-se e acompanhou os oradores até a Rua do Ouvidor, aclamando-os, à Confederação Abolicionista [...] à Imprensa livre e todos os grandes trabalhadores da pátria.¹⁷²

A dramaticidade contida na narrativa do jornal tinha o objetivo de demonstrar, para a opinião pública, os artifícios utilizados pelos defensores do cativo para cercear o espaço dos propagandistas. Percebemos, também, a preocupação de Patrocínio em evitar um conflito, com possíveis consequências desastrosas. O seu desempenho no episódio, acima citado, reflete uma faceta da sua personalidade: partiu para a “linha de frente”, porém soube recuar para evitar o confronto direto com a polícia. Esta estratégia pautou o comportamento do abolicionista, pois não desejava assumir posições que fossem caracterizadas como radicais, entendendo-se como tais, conforme sua expressão, aquelas fomentadoras de uma “luta fratricida”, envolvendo os escravos.

A utilização de todos os meios possíveis era a maneira de minar a resistência do escravismo, sem perder a perspectiva de controle sobre o movimento. Esta preocupação com o caráter de legalidade orientava a atuação dos militantes e da imprensa abolicionista. A proibição de reuni-

¹⁷² *Idem, ibidem.*

ões públicas tornava-se um entrave para angariar o apoio da população. Com o intuito de contornar esta questão buscavam a solidariedade de figuras eminentes do cenário político como, por exemplo, o Senador Dantas. A *Gazeta da Tarde* publicou um ofício da Confederação Abolicionista, assinado por Patrocínio, João Clapp e Quintino Bocaiúva, solicitando o aval e comparecimento do senador a um *meeting*. Neste documento eles ratificaram a sua posição de não praticarem “ato algum de sedição, ou do qual resulte alteração da ordem pública, mas unicamente exercer o seu direito dentro da órbita da Constituição e das Leis”. O Senador Dantas declinou do convite, pois sendo a “reunião proibida pela autoridade, não nos é lícito comparecer”, mais adiante, aconselhava obediência às determinações caso haja ordem para a dissolução da reunião.¹⁷³

Os componentes da Confederação Abolicionista, não satisfeitos com o cancelamento do encontro, tentaram obter a aprovação da Regente, a Princesa Isabel. Ao se dirigirem para o Campo da Aclamação, (atual Praça da República) foram impedidos porque o local estava “todo cercado por forças policiais”, as quais começaram, segundo a matéria do jornal, a “provocar o povo que reagiu a pedradas, parece que muitos policiais ficaram feridos”. Os embates entre os dois grupos se arrastaram para a Rua do Ouvidor, onde a polícia “continuou fazendo estripulias, pisoteando senhoras, crianças e homens”. Uma força policial cercou a *Gazeta da Tarde*. Neste episódio os líderes, entre os quais Patrocínio, acabaram desistindo da realização da reunião, pois estavam preocupados com a extensão dos conflitos populares que se estenderam pelas ruas do centro da cidade.¹⁷⁴

Observamos que todos os recursos legais foram esgotados para conseguir os propósitos dos abolicionistas. A *Gazeta da Tarde* enfatizou a importância da legalidade e da preservação da ordem e criticou o Gabinete apelando para a intervenção da Regente. Os acontecimentos descritos atestam as preocupações das lideranças em evitar que as manifestações descambassem para a “desordem”. Para este fim serviam as notícias dos jornais, denunciando as violências dos senhores, buscando demonstrar que os abolicionistas se opunham às injustiças cometidas contra os escravos, verdadeiros atentados, segundo eles, à própria sociedade. Entretanto,

¹⁷³ 9 de agosto de 1887.

¹⁷⁴ *Idem, ibidem.*

se observarmos as entrelinhas da matéria, podemos constatar que, neste período final do escravismo, a propaganda ganhava cada vez mais as ruas e os propagandistas estavam temerosos com as manifestações populares.

A *Gazeta da Tarde*, incansável na sua pregação antiescravista, denunciava as dificuldades que os propagandistas tinham para efetivar os *meetings*. Logo depois dos conflitos ocorridos e das intervenções policiais, os donos dos teatros temiam ceder-lhes aqueles locais. O responsável pelo Teatro Politeama só aceitava alugar o seu estabelecimento se a Confederação Abolicionista garantisse o prédio com uma fiança de “cinquenta contos de réis”, quantia elevada que os militantes não possuíam. A Confederação ainda teve que pagar os estragos feitos pela polícia, tais como a destruição de “cadeiras e das cortinas do palco”.¹⁷⁵

A *Gazeta da Tarde* criticava, asperamente, as atitudes do Gabinete Cotegepe refutando as acusações de que o abolicionismo era “anárquico e incendiário”. Ele relacionava as proibições das reuniões com o analfabetismo predominante. Para o jornal, a imprensa não sofria intervenções em virtude da insignificância de uma forte opinião pública.

Em nossa terra a opinião pública não tem o poder de ser pública. Admite-se a liberdade de Imprensa porque se conta com a grande massa de analfabetos, mas proíbe-se o ‘meeting’ porque nele lê-se pelo ouvido a história dos governos desmoralizados e perdidos [...].¹⁷⁶

Esta liberdade de imprensa tolerava a divulgação pelos jornais das mazelas do cativo. Apesar das dificuldades para se fazer ouvir pela maioria da população, tornava-se importante insistir nas denúncias como forma de pressionar os setores que tinham poder de decisão. Como Patrocínio enfatizava, embora a opinião pública fosse inexpressiva, a imprensa não podia abdicar da luta para eliminar o escravismo; assim como registrar as arbitrariedades cometidas contra aqueles que ousavam denunciar as violências cometidas contra os escravos.

¹⁷⁵ 10/11/16 de agosto de 1887.

¹⁷⁶ 13 de agosto de 1887.

Direito, justiça, honra e brio, tudo está sequestrado, e aos poucos que reclamam responde-se com uma gargalhada cínica do poder, como se fossemos outros tantos mentecaptos, correndo atrás de fantasmas e de palavras vãs.¹⁷⁷

O movimento, por culpa dos setores que teimavam em manter a escravidão, estava alcançando um grau de confronto indesejável para as lideranças abolicionistas. As notícias sobre perseguições aos militantes sucediam-se, especialmente no interior. O *Cidade do Rio* alertava, em fevereiro de 1888, que os senhores não “querem tomar juízo” ao comentar a prisão de seis abolicionistas em Barra Mansa. O jornal concluiu: “De repente, estamos perdendo já a caridosa paciência”.¹⁷⁸ Essas palavras demonstram que o acirramento das contradições do escravismo preocupava as lideranças. Contudo, apesar das restrições a esta “solução indesejável”, o jornal de Patrocínio publicava, neste período que antecedia à abolição, escritos que defendiam abertamente a contestação ao governo, como única forma de acabar com o cativo.

A tensão entre os senhores e defensores da escravidão vinculava-se às denúncias constantes das violências estampadas nos jornais. Na medida em que abordavam os diversos acontecimentos ocorridos com os escravos procuravam demonstrar, para o seu público leitor, da incompatibilidade do cativo com o ideal de liberdade e de justiça. Inicialmente, de uma forma tímida, como constatamos pelas notícias veiculadas na *Gazeta de Notícias*, depois através de um linguagem agressiva, na *Gazeta da Tarde* e no *Cidade do Rio*.

O pioneirismo da *Gazeta de Notícias*, a favor da abolição ainda na década de 1870, ensejou que detectássemos, em suas páginas, mais facilmente, escritos contraditórios com as propostas do jornal em relação ao escravismo. Encontramos anúncios de recompensas para informações sobre escravos fugidos ou aluguel e venda das “peças de ébano”. Algumas matérias não relacionavam pequenas ocorrências, envolvendo cativos, com a existência de uma estrutura coercitiva, responsável pela marginalização do cativo e sua rebeldia. Uma notícia, por exemplo, justificava a

¹⁷⁷ *Gazeta da Tarde*. 18 de agosto de 1887.

¹⁷⁸ 22 de fevereiro de 1888.

prisão de um escravo, em virtude dele provocar “desordens, proferindo palavras obscenas”. Quando ele estava sendo detido, segundo o periódico, “ofereceu 2\$000 ao agente da autoridade para o deixar ir em paz, ao que o rondante não anuiu”. O jornal exaltou a atuação digna do policial e criticou o comportamento do “corrupto” em virtude da tentativa de suborno.¹⁷⁹ Esta atitude do escravo demonstra que ele utilizava um meio, aparentemente escuso, de burlar o cativo. A marginalidade é uma consequência, muitas vezes, da ausência de condições dignas de sobrevivência. O autor da matéria não foi sensível para avaliar a situação com maior profundidade.

Podemos aquilatar também como a cultura africana sofria restrições pela reportagem, da *Gazeta de Notícias*, sobre uma manifestação religiosa de negros. Após comentar que a polícia invadiu uma casa na qual se praticava “ritos do tipo macumba”, o jornal narrou a prisão dos frequentadores, assim como da “dona da casa que se intitulava ministra e mãe dos Santos, chefe da mandinga e Rainha”. Esta ficou detida em virtude das suas “práticas” atentarem “contra a realeza”.¹⁸⁰ A ação inconformista dos negros, preservando parte da sua cultura, era considerada “feitiçaria” pelos detentores do poder.

A *Gazeta de Notícias* não alterou o seu comportamento mesmo após o ingresso de Patrocínio, em 1877. Os anúncios de aluguel ou fugas continuaram a ser veiculados; no entanto, percebemos que o jornal passou a noticiar também a resistência dos escravos, dando-lhe, entretanto, um tratamento ambíguo. Abordando uma revolta de cativos em Irajá, atual bairro da cidade do Rio de Janeiro, o periódico a considerou como motim e lamentou a demora das autoridades policiais em solucionar a questão. Em outro número, demonstrou satisfação pela “pacificação” dos revoltosos, após a prisão dos “cabeças do motim”.¹⁸¹

O periódico assumiu uma posição mais clara em relação ao abolicionismo, na década de 1880, sem, entretanto, perder o receio de criticar, frontalmente, o escravismo. Uma nova coluna, denominada “Cenas da Escravidão”, a partir do segundo semestre de 1880, serviu para publicar

¹⁷⁹ 9 de agosto de 1875.

¹⁸⁰ 25 e 28 de setembro de 1879.

¹⁸¹ 18/19/20 de outubro de 1877.

os abusos cometidos contra os cativos. Em uma delas clamou por justiça para um escravo de mais de sessenta anos que chegou à delegacia de Barra Mansa, “com um ferro no pescoço”, afirmando que, apesar de ter indenizado o seu senhor com trinta mil réis, para a obtenção da alforria, foi “para o tronco onde ficou 58 noites”.¹⁸² Em outro artigo, o periódico denunciou um “bárbaro senhor” que maltratou um escravo, “de modo terrível, açoitando-o durante várias noites e mantendo-o preso no tronco”.¹⁸³ As notícias apenas descreviam os fatos sem grandes comentários sobre as arbitrariedades dos proprietários. Esta situação decorria das contradições do periódico: apesar de posicionar-se, de uma forma simpática, em relação ao abolicionismo, evitava criticar, abertamente, os senhores.

A *Gazeta da Tarde* caracterizou-se por outra linha de atuação. A sua linguagem tinha um caráter mais direto, não poupando os defensores da escravidão, especialmente durante o período em que Patrocínio era o proprietário. As denúncias buscavam mostrar, para os seus leitores, as mazelas do cativo e as atitudes violentas, tomadas pelos senhores, com o beneplácito das autoridades governamentais e policiais.

A *Gazeta da Tarde* noticiou, em junho de 1881, uma “cena revoltante”, ocorrida com um “miserável escravo” de 79 anos. Ele estava em litígio com sua senhora, para libertar seis filhos que se achavam, ainda, no cativo. O “preto velho” utilizou todos os trâmites judiciais. Quando retornou para a sua casa, após um contato com o advogado, que tratava da questão, foi “assassinado com dois tiros. Em seguida cortaram-lhe a cabeça, separando-a do pescoço. Esmigalharam-lhe o crânio”. O jornal cobrou do Ministro da Justiça uma atitude enérgica: “faça com que a lei tenha pudor, tenha recato compatível com a decência”.¹⁸⁴ O autor da matéria utilizou, cuidadosamente, as palavras para mexer com os escrúpulos e os sentimentos do público leitor, pois, afinal, ninguém, desejava, pelo menos de uma maneira acintosa, compactuar com estes crimes efetuados contra os escravos, especialmente a população urbana da Corte que tinha acesso aos periódicos. Não seria de bom alvitre para pessoas civilizadas.

¹⁸² 24 de outubro de 1880.

¹⁸³ *Idem, ibidem*.

¹⁸⁴ 30 de junho de 1881.

Os acontecimentos do cotidiano ocorridos com os escravos eram aproveitados para questionar a inoperância da justiça. A determinação de um Juiz da Corte para que a Casa de Detenção entregasse africanos detidos, introduzidos ilegalmente após 1831, mereceu severa admoestação do jornal: “Parece que a justiça deste país perdeu toda a noção da lei, da moralidade, e do respeito ao público!”.¹⁸⁵ A *Gazeta da Tarde* destacou, na primeira página de um dos seus números, a resolução do Centro Abolicionista Ferreira de Menezes sobre a constituição de uma comissão composta de advogados para estudar

[...] os meios de que deve o mesmo Centro lançar mão para o fim de promover perante os tribunais, não só a punição dos senhores que conservam pessoas livres em injusto cativo, como para tornar efetiva a libertação de todos aqueles indivíduos, que possam ter em seu favor a presunção de haveram sido introduzidos no país depois de promulgada a Lei de novembro de 1831.¹⁸⁶

Procedimento semelhante às ações de liberdade promovidas por Luiz Gama, em São Paulo, para que a Lei de 1831 fosse respeitada pelos senhores.¹⁸⁷ Assim, o jornal de Patrocínio, além de criticar a conivência das autoridades policiais e judiciárias com essa questão, denunciava também o tratamento dispensado aos escravos, relacionando esta situação à omissão das autoridades policiais e judiciárias. Os assassinatos de escravos ocupavam um espaço privilegiado no jornal. As narrações dos episódios eram entrecortadas por observações carregadas de dramaticidade, demonstrando o grau de engajamento do periódico. Por exemplo, a captura e morte de um cativo Glorindo por um feitor serviu para enfatizar a violência e a covardia praticadas: Glorindo após ter sido recapturado levou cacetadas na cabeça, o feitor o encontrando “preso e amarrado, desfechou-lhe uma foçada na cabeça, da qual resultou-lhe a morte instantânea”. Depois de descrever o bárbaro crime, o jornal enfatizou que o assassino encontrava-se na fazenda sendo, inclusive, visitado pelo Delegado. Mais adiante, ele

¹⁸⁵ 31 de agosto de 1881.

¹⁸⁶ 11 de maio de 1882.

¹⁸⁷ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

responsabilizou as autoridades governamentais e o próprio Imperador por estes “atos delituosos”.¹⁸⁸

Em setembro de 1885, o governo do Barão de Cotegipe, como mencionamos, proibiu, sob pena de prisão, o acoitamento de escravos, isto é a guarida de cativos fugidos feita por muitos abolicionistas.¹⁸⁹ Os militantes, da cidade do Rio de Janeiro, entre os quais Patrocínio, os protegiam dos senhores. Entre os locais que serviam de refúgio para os escravos, que se evadiam das casas dos proprietários, estava o local conhecido como “Quilombo da Cancela”, no atual bairro de São Cristóvão, onde morava o sogro do jornalista, e o “Quilombo do Leblon”, como já citamos.¹⁹⁰

Apesar daquele dispositivo autoritário, o governo, não conseguiu coibir esta ação dos propagandistas e, mesmo, de populares. Entretanto, algumas prisões foram efetuadas. A *Gazeta da Tarde*, através de um artigo - “Alerta” - noticiou a detenção, na Corte, de um preto forro, Miguel Sayão, “por acointar escravos fugidos”. Conforme a matéria, as autoridades policiais receberam uma denúncia a respeito da proteção que o liberto dava aos escravos que fugiam dos seus senhores. O jornal fez apreciações desfavoráveis sobre a arbitrariedade da detenção mas, por outro lado, concluiu, de uma forma cautelosa: “Veremos onde isto vai parar. Por ora nos limitaremos aos recursos comuns para saber qual a posição que devemos tomar”.¹⁹¹

A busca da ordem, apelando-se para a justiça com a finalidade de evitar as injustiças contra os escravos, perpassava nos diversos escritos dos jornais abolicionistas. A matéria, denominada “A Parda Luiza” é um exemplo típico desta postura da *Gazeta da Tarde*. Uma escrava, Luiza, apresentou-se ao delegado de polícia da 8ª estação, da Corte, reclamando que o seu senhor, Leite Jr., a alforriou, quando constatou que ela estava doente de um “mal incurável [...], para fugir ao pagamento de curativos, mandando-a como livre para o Hospital da Misericórdia”. Mais tarde, com o seu restabelecimento, ela começou a trabalhar, como uma pessoa livre. Um dia, o seu ex-senhor a encontrou, dela se aproximou, mantendo o seguinte diálogo e atitude:

¹⁸⁸ 4 de novembro de 1885.

¹⁸⁹ CONRAD, *Ob. cit.*, ps. 284/285.

¹⁹⁰ SILVA, Eduardo. *Ob. Cit.*.

¹⁹¹ 1 de abril de 1886.

- Que é isto Luiza, estás boa?

- Sim, meu senhor

- Ah! Onde está a tua carta?

- Está aqui, fez ela indicando o seio

E o senhor Leite Jr., sem mais nem menos, apoderou-se do título de liberdade que passara pelo seu próprio punho reduzindo pessoa livre ao cativo [...]

O periódico cobrou da justiça uma posição a favor da escrava, pois a lei não pode “compactuar com atos mentirosos”, sob pena de cair no descrédito. A campanha do jornal surtiu efeito, pois em outro número, noticiou que o Sr. Leite Jr. compareceu à redação, entregando a carta de liberdade à escrava.¹⁹² Esse procedimento do proprietário demonstra, claramente, a despreocupação com a vida da escrava, visando, acima de tudo, à obtenção dos proveitos do seu trabalho. Por outro lado, constatamos a importância da imprensa abolicionista que, com suas críticas, incomodava os senhores e a própria justiça evitando ou, pelo menos, dificultando atitudes omissas dos representantes da lei.

Os jornais abolicionistas aproveitavam as violências dos senhores para inquirir a justiça, buscando demonstrar a justeza de seus propósitos e a desobediência às normas judiciárias por parte dos proprietários. Este é o caso da transcrição de uma notícia, do jornal campista *Vinte e Cinco de Março*, sobre os castigos infligidos a um velho escravo, Caetano. Ele foi “barbaramente espancado” e colocado no tronco quando tentou fugir da fazenda, após a decretação da lei que aboliu o açoite.¹⁹³ Posteriormente, quando ele conseguiu “fugir daquele lugar de tormentos”, foi apresentado ao abolicionista Carlos de Lacerda. Este o levou ao Juiz para que registrasse o crime. O periódico de Patrocínio cobrou do Ministro da Justiça a punição do fazendeiro:

¹⁹² 4 e 5 de janeiro de 1887.

¹⁹³ A abolição do açoite, em 1886, foi uma vitória dos abolicionistas, aproveitando o momento de consternação após a morte de dois escravos que tinham sido condenados a 300 chicotadas por um tribunal da cidade cafeeira de Paraíba do Sul, na Província do Rio de Janeiro. Os jornais exploraram o assunto, tendo grande repercussão na Corte e no Parlamento, ver MACHADO, Humberto F, *Escravos, Senhores e Café...*, ps. 76/77.

A impunidade desses crimes não acreditamos seja a sua consequência. O Sr. Ministro da Justiça quebrou lanças pela lei de 14 de outubro que aboliu o açoite. Ela, portanto, é a sua fatura e pela fiel execução deve S. Exa. esforçar-se.¹⁹⁴

A divulgação das medidas coercitivas contra os escravos provocou, algumas vezes, a punição dos responsáveis. Entretanto, as penas eram atenuadas ou mesmo eliminadas, graças aos recursos financeiros e às influências políticas dos atingidos. Em matéria publicada na primeira página, o *Cidade do Rio*, por exemplo, destacou os castigos mortais aplicados aos escravos que haviam tentado a fuga de uma fazenda em Santa Maria Madalena, no interior do Rio de Janeiro. Depois de narrar a prisão dos feitores - executantes do crime - o jornal culpou as autoridades pela tentativa de inocentar o fazendeiro: “podia ele ter sido praticado sem a anuência ou a ordem do dono da fazenda? Se há indícios para prender os feitores, não os há também para a prisão do senhor dos escravizados?”¹⁹⁵

O aproveitamento deste episódio, pelo *Cidade do Rio*, em diversas edições, atesta o comportamento do jornal em relação às atitudes dos proprietários, que tentavam burlar quaisquer sanções contra as suas atrocidades. Posteriormente, noticiou a prisão do fazendeiro Davino de Carvalho, “mandante de bárbaros castigos que resultaram na morte de quatro escravizados [...] de Santa Maria Madalena”. Em outro número, o periódico não perdeu a oportunidade para alertar os leitores sobre o comportamento da autoridade local, que “tudo fez e tudo fará para livrá-lo da sentença condenatória”. Para o jornalista, a detenção fora produto da “pressão da opinião pública”.¹⁹⁶ Apesar da descrença de Patrocínio, externada em diversos textos sobre esta opinião pública e as dificuldades de sua manifestação, não há dúvida que a pressão de uma parte da população, que tinha acesso aos jornais, contribuiu para evitar que crimes desta natureza ficassem completamente impunes.

O jornal, logo depois, transcreveu – mas de forma extremamente crítica – o depoimento do senhor, que buscou eximir-se de responsabi-

¹⁹⁴ *Gazeta da Tarde*. 13 de janeiro de 1887.

¹⁹⁵ 11 de outubro de 1887.

¹⁹⁶ 12/19 de outubro/8/9 de novembro de 1887.

lidade, acusando o feitor de ter-se “excedido na surra”. Mais uma vez, as autoridades policiais foram repreendidas pelo órgão abolicionista, por acobertarem esse tipo de prática criminosa. Finalmente, o *Cidade do Rio* publicou que Davino de Carvalho tinha sido “recolhido ao quartel da polícia” apesar de “seus capangas ameaçarem os soldados e a população local, tentando libertá-lo”. Esta prisão não demorou muito, pois o jornal, alguns dias depois noticiou, de uma maneira indignada, que o fazendeiro fora libertado. No entanto, Patrocínio não deixou, segundo a sua expressão, “o caso cair no esquecimento”. Em outro artigo, ele assinalou a revogação do ‘habeas corpus’ concedido a Davino de Carvalho e o seu recolhimento ao xadrez, de “onde jamais deveria ter saído”.¹⁹⁷

As matérias veiculadas, por exemplo, na coluna “Cenas da Escravidão”, da *Gazeta da Tarde*, noticiavam as barbaridades cometidas contra os escravos e as formas utilizadas para livrar os senhores de culpabilidade. Observamos, porém, que, às vésperas da extinção legal do escravismo, elas alertavam, também, sobre as possibilidades de conflitos armados, caso houvesse a preservação do cativo. Por exemplo, a tentativa frustrada de um senhor, em Taubaté, São Paulo, que tentou retirar um escravo da cadeia “a meia-noite, para não ser visto pelo público, mas, no momento de amarrá-lo na rua, o preto gritou e chamou a atenção de alguns transeuntes”. Estes impediram que o ato se consumasse e, “apelando para a justiça”, conseguiram que o escravo fosse recolhido novamente ao xadrez.¹⁹⁸ A cadeia era menos brutal que a fazenda na qual ele trabalhava. Na década de 1880, era comum os escravos se entregarem às autoridades policiais quando se revoltavam, através do assassinato de feitores ou, mesmo, dos senhores, preferindo a prisão do que o trabalho nas propriedades rurais.¹⁹⁹

O apoio que os abolicionistas davam aos escravos fugitivos incomodava os senhores. O acirramento das contradições agravava-se pela divulgação das violências contra os cativos e pelas tentativas de encami-

¹⁹⁷ 10/15/26 de novembro; 13/17 de dezembro de 1887; 15 de março de 1888.

¹⁹⁸ 25 de janeiro de 1887.

¹⁹⁹ Sobre o assunto, em relação ao Vale do Paraíba Fluminense, ver MACHADO, Humberto F. *Escravos, Senhores e Café...* Sobre a região do Oeste Paulista: MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão.* ...

nhá-los para a justiça, para que fossem apuradas as responsabilidades dos proprietários. Em Campos, a *Gazeta da Tarde* noticiou que um escravo buscou proteção junto ao grupo de abolicionistas. Ele estava “coberto de ferros”: uma “gargalheira” e dois “machos, um de peso de 3,8 k, que estava preso ao pé direito e outro de peso de 3,5 k ao outro pé”. O jornal assinalou que foi aberto inquérito policial para incriminar os culpados por tamanha crueldade, alertando sobre os riscos que os senhores assumiam porque os cativos podiam reagir, também, de forma violenta, respondendo à altura os castigos sofridos.²⁰⁰

O agravamento dos conflitos no segundo semestre de 1887, nos principais centros escravistas, reforçava a posição dos abolicionistas. Acentuou-se o abandono das fazendas e a resistência dos cativos, com o apoio da população. Os jornais enfatizavam as fugas em massa, assim como as tentativas dos senhores de evitá-las. As notícias, especialmente sobre os diversos casos ocorridos em Campos e São Paulo, ocupavam as primeiras páginas dos periódicos antiescravistas. A evasão dos escravos era considerada como “exemplo de resistência ao trabalho infamante” que deveria, segundo o *Cidade do Rio*, “causar admiração e respeito”.²⁰¹

As matérias sobre as “desordens” cometidas pelos escravos e as “injustiças”, publicadas de maneira destacada pelos jornais de Patrocínio, demonstram que não havia, na prática, uma censura que impedisse o desempenho da imprensa abolicionista. Podemos vincular esta atitude à preocupação do governo em evitar grandes atritos com os transmissores das notícias, atuantes nos jornais e que faziam parte de uma intelectualidade desejosa de reformas, mas que repudiava quaisquer rupturas traumáticas e radicais. Assim, mantinha-se a fachada liberal do Estado. A imprensa era o estuário para as divergências no seio das elites, sem grandes controvérsias de fundo. A situação do interior era diferente porque afetava diretamente os interesses locais. Por outro lado, não podemos esquecer o prestígio e as vinculações dos propagandistas os quais possuíam um bom relacionamento com as esferas de poder, nas quais estavam, inclusive, inseridos. Patrocínio, apesar de ter sido considerado o polemista antiescravista mais radical da Corte, tinha contatos políticos importantes facilitados, como

²⁰⁰ 10 de fevereiro de 1887.

²⁰¹ 11 de outubro de 1887.

vimos, por ser proprietário dos periódicos mais atuantes da cidade. Não havia necessidade de censura, pois a própria imprensa, com raras exceções, buscava preservar a ordem estabelecida. A desordem poderia causar uma ruptura violenta do sistema, rompendo o dique da escravidão e levando a todos de roldão. Era necessário impedir a violência antes que ela se alastrasse, pois, neste caso, os condutores do movimento poderiam perder o seu controle. Tornava-se imprescindível evitar o acirramento das contradições.

CHAPELARIA DE LONDRES
 De sua casa de modas em
 17 Rua do Lavradio

SEMENTES NOVAS
 de milho, feijão, arroz, etc.

MACHINAS DE COSTURAS
 de Paris da Gossin & Co

PRACÇA DA CONSTITUICAO
 PHARMACIA
 BOM EMPREGO DE CAPITAL

COSTURAS
 de Paris da Gossin & Co

ATTENÇÃO
 de Paris da Gossin & Co

POR 408000
POR 239000

HOTEL PALMEIRAS
 ESTACAO DE FERRO 2, PÉRIO 11

RAPÉ
 de Paris da Gossin & Co

MERCURIO DOCE
 de Paris da Gossin & Co

CALÇADO BARATO
 de Paris da Gossin & Co

FABRICA
 de Paris da Gossin & Co

PRESEPE
 de Paris da Gossin & Co

NOVIDADE
 de Paris da Gossin & Co

COLLEGIO JUVENIL
 de Paris da Gossin & Co

OLARIA
 de Paris da Gossin & Co

DON CARLO
 de Paris da Gossin & Co

TOSSE
 de Paris da Gossin & Co

O IMPOSTO DO VIZEM
 de Paris da Gossin & Co

PIANO E CANTO
 de Paris da Gossin & Co

BOENCAS DO ESTOMAGO
 de Paris da Gossin & Co

VELOUTINE
 de Paris da Gossin & Co

De graça?
 !!!!!

GUARDA-LIVROS
 de Paris da Gossin & Co

PRESEPE
 de Paris da Gossin & Co

NOVIDADE
 de Paris da Gossin & Co

COLLEGIO JUVENIL
 de Paris da Gossin & Co

OLARIA
 de Paris da Gossin & Co

DON CARLO
 de Paris da Gossin & Co

TOSSE
 de Paris da Gossin & Co

O IMPOSTO DO VIZEM
 de Paris da Gossin & Co

PIANO E CANTO
 de Paris da Gossin & Co

BOENCAS DO ESTOMAGO
 de Paris da Gossin & Co

GRANDES LOTERIAS
CORTE
PREMIO MAIOR DE 100.000.000
PAGAMENTO INTEGRAL
 Abacham a venda os bilhetes
 desta loteria ao preço do do
 respectivo thesouroiro &
78 RUA DA QUITANDA 78

OLEO DE HOGG
 OLEO NATURAL DE FICADO DE SACRALMO
 O melhor para a cura da tuberculose, lepra, etc.

ALTA NOVIDADE !!
 RETRATOS EM PORCELANA A SODIO A QUIN
CARLOS ALBERTO
 41 Rua Sete de Setembro 41

MOLDURAS E CIMALHAS
 SERRARIA A VAPOR
 A. F. Durval & Cia
 Rua de Santa Luzia 51

FERRÓ BRAVAIS
 FERRO QUALIZADO BRAVAIS
 Este algodão em lã ou fio de ferro de primeira qualidade de Paris,
 sendo para a fabrica de lã e de ferro de primeira qualidade de Paris,
 sendo para a fabrica de lã e de ferro de primeira qualidade de Paris,
 sendo para a fabrica de lã e de ferro de primeira qualidade de Paris,

NOVA INVENÇÃO PARA CERCAS
ARAME FARPADO
 São todo de aço e galvanizado, resisto a toda a mudança de
 temperatura, cinto e ao fogo

CALLIGRAPHIA
 ESCRITURACAO MERCANTIL
 de Paris da Gossin & Co

CALÇADO
 de Paris da Gossin & Co

ESCRAVOS FUGIDOS
 400.000 de gratificação

RELOGIOS
 de Paris da Gossin & Co

FUGIRAM
 de Paris da Gossin & Co

200.000
 de Paris da Gossin & Co

100.000
 de Paris da Gossin & Co

100.000
 de Paris da Gossin & Co

BICHAS HAMBURGUEZAS
 de Paris da Gossin & Co

RAPÉ
 de Paris da Gossin & Co

ANTONIO JOSE RIBEIRO
 LOJA DE VIDRACERIO

RELOGIOS
 de Paris da Gossin & Co

MODA
 de Paris da Gossin & Co

100.000
 de Paris da Gossin & Co

100.000
 de Paris da Gossin & Co

OH PAPA!
 de Paris da Gossin & Co

HOTEL DA BOGANA
 de Paris da Gossin & Co

COSTURAS
 de Paris da Gossin & Co

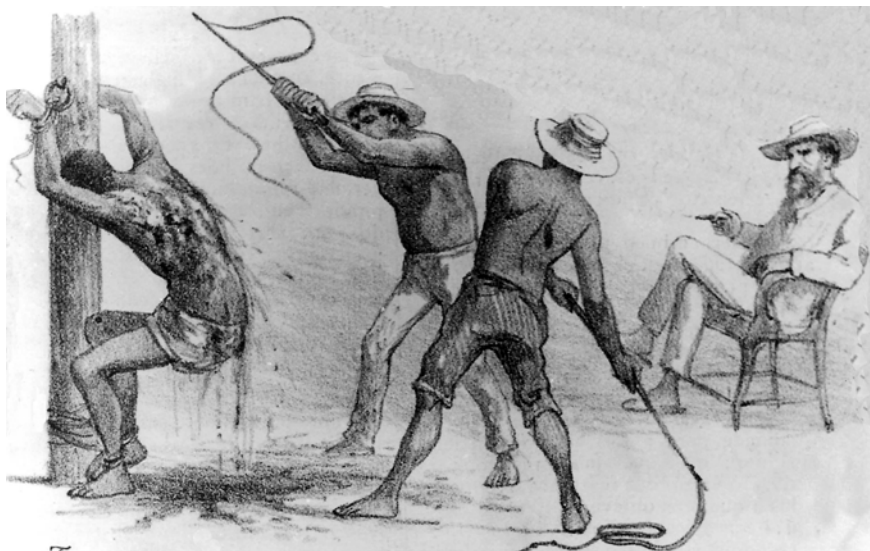
PREDIOS E TERRENOS
 de Paris da Gossin & Co

ENGENHO-NOVO
 COLLEGIO
 TODOS OS SANTOS

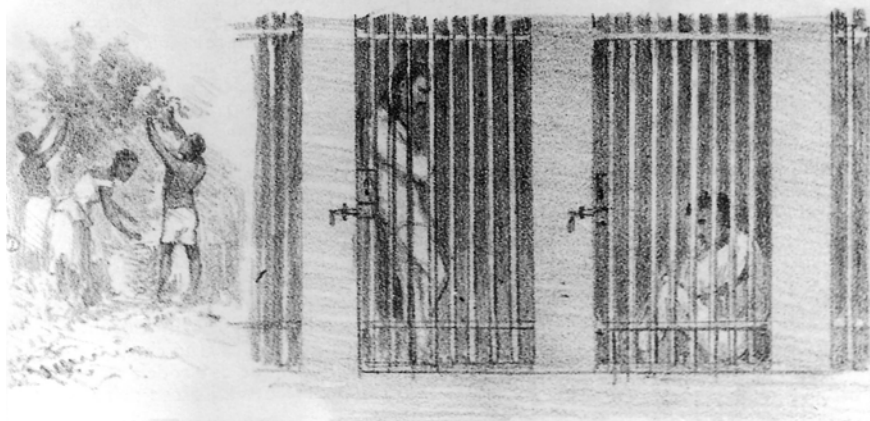
100.000
 de Paris da Gossin & Co

100.000
 de Paris da Gossin & Co

Anúncios diversos, inclusive oferta de recompensa para quem denunciasse o paradeiro de escravos fugidos. Gazeta de Notícias. 11 de janeiro de 1880.



Todos esses desgraçados preferem o mais horrível suicídio à morte lenta e dolorosa por meio do chicote molhado em vinagre e areia, despedaçando-lhes as carnes.



Apesar de todos esses horrores, não se vê um só senhor nas prisões do Estado! Em compensação, ellas estão cheias de infelizes que tiveram a ousadia de se revoltarem contra seus algozes.

“Cenas da Escravidão”. Violência contra os escravos nas propriedades rurais e a impunidade dos senhores. *Revista Ilustrada*. 18 de fevereiro de 1886.

3 – O MITO E O PODER DA PALAVRA

Está extinta a escravidão no Brasil. Legisla-se entre flores, apresentam-se pareceres por aclamação e vota-se com ruidosos aplausos. A lei que vai afirmar o voto nacional sai do Parlamento no meio de festas. É o inverso do que nos ensina a história.

A libertação dos escravos fez-se no Brasil por um acentuado movimento da opinião, pela capitulação franca das últimas forças de resistência, pela desagregação dos elementos conservadores, mas em plena paz, sem perturbação da ordem, pelo congraçamento dos combatentes da véspera.... Impelidos pela agitação, sempre crescente, os poderes públicos entraram na corrente abolicionista [...] aceitam a solidariedade com os revolucionários. [...]

A vitória do abolicionismo exprime, pois a vitória nacional.
(Gazeta da Tarde. 17 de maio de 1888)

3.1 – PIEDADE SEM DESORDEM

Constatamos através dos periódicos de José do Patrocínio a essência do seu pensamento e como ele, assim como o conjunto da intelectualidade brasileira antiescravista, enfatizava, além da visão humanitária, a necessidade de uma modernização para o país com a preservação da ordem. Artigos sobre fugas ou revoltas eram pautados pelo paternalismo, nos quais podemos perceber a preocupação nítida com uma sublevação de escravos.¹ A análise da produção jornalística de José de Patrocínio foi feita mediante a mensuração de duas categorias latentes em seus textos: *paternalismo* e *reformismo*, as quais não podem ser examinadas de maneira estanque, já que elas se constituem nas vertentes predominantes de uma maneira de pensar que não prima pela coerência e nem pela uniformida-

¹ Como já acentuamos, os jornais de São Paulo apresentavam posições semelhantes, conforme SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

de, ficando ao sabor das circunstâncias. A vertente paternalista do projeto abolicionista faz-se presente através de uma linguagem que oscila entre a brandura e a agressividade diagnosticadas por meio de uma leitura formal de seus escritos.

No Brasil, detectamos a defesa de normas paternalistas, já no período da colonização portuguesa, por autores preocupados com a conservação da mão de obra. Manuel Ribeiro da Rocha criticava os senhores pelos castigos exagerados que pudessem despertar reações: “o furor com que o senhor castiga, provoca também a ira do escravo”. Ele defendia um tratamento “justo” ao cativo, pois acarretaria um “clima de harmonia” e de boa convivência.² Antonil lamentava os castigos excessivos que os proprietários dispensavam às “peças de ébano”, com o predomínio do “pau” sobre o “pão” e o “pano”. Ele considerava justos aqueles que davam aos cativos o “necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho”.³ Benci utilizava um discurso semelhante.⁴ Como Ronaldo Vainfas destaca não existia entre estes autores um questionamento sobre a “legitimidade da escravidão africana”. Entretanto, eles demonstravam insatisfação em relação ao tratamento violento dispensado ao cativo, que acarretava no fundo uma diminuição da rentabilidade e da estabilidade do sistema. O fundamental era evitar os excessos dos castigos para atender aos “desígnios cristãos” e evitar revoltas.⁵

Não havia, acreditamos, diferenças substanciais entre aqueles discursos e o de um fazendeiro do século XIX. O Barão de Paty do Alferes, por exemplo, desaconselhava usar com os cativos de “demasiada severida-

² *Ethiophe Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído, e libertado. Discurso Theológico-Jurídico, em que se propoem o modo de comerciar, haver, e possuir validamente, quanto a hum, e outro foro, os Pretos Cativos Africanos, e as principais obrigações que correm a quem delles se servir*, Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758, ps. 178/ 194/ 208/210. Sobre as concepções do autor em relação ao cativo, ver: MACHADO, Humberto F. “Manuel Ribeiro da Rocha: Conservador, Reformista ou Abolicionista?”, in *Cadernos do ICHF*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1989, p. 10.

³ ANDREONI, João Antonio (André João Antonil). *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, (1711), 2ª ed.. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1966, ps. 162/163.

⁴ BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, (1700). São Paulo: Grijalbo, 1977.

⁵ *Ideologias e Escravidão. Os Letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986, ps. 100/117.

de, ou frouxidão excessiva, porque esta torna-os irascíveis ao mais pequeno excesso deste senhor frouxo, e aquela leva-os à desesperação”. Segundo o autor, os senhores deveriam dispensar um tratamento justo aos seus escravos, só utilizando o castigo em casos extremos: como o pai que pune os filhos para que façam as tarefas determinadas de forma eficiente.⁶

Estes textos influenciaram muitos estudiosos que abordaram o escravismo: de um lado, o proprietário que tratava os escravos de uma maneira bondosa pautando as suas ações pelo patriarcalismo e paternalismo, por outro, o cativo como um elemento submisso e fiel ao seu senhor. Neste aspecto, podemos citar Gilberto Freyre, que popularizou a ideia de que, no Brasil, havia uma convivência racial harmônica entre brancos e negros, que poderia ser comprovada em função da existência de um alto grau de miscigenação.⁷ Podemos constatar que os escritos dos clérigos citados acima – Ribeiro da Rocha, Antonil e Benci – assim como o do Barão de Paty, insistiam na necessidade de maiores cuidados com a força de trabalho. Portanto, as medidas defendidas por eles objetivavam atenuar os conflitos existentes. A realidade era marcada por tensões e não pelo predomínio da concórdia.

A postura paternalista articulava-se às tentativas de mediação dos antagonismos entre senhores e escravos, buscando, inclusive, criar vínculos de gratidão entre ambos. A estratégia era um meio de amenizar a exploração existente no escravismo, atuando como freio para evitar as revoltas e fugas.⁸ Apesar de prevalecer o tratamento do cativo como coisa,

⁶ PATY DO ALFERES, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão do. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. (1847) Introdução de Eduardo Silva. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Brasília: Senado Federal, 1985, p. 41. Ver: SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Brasília: Inst. Nacional do Livro, 1984.

⁷ Por exemplo, ver: *Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, 20ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*, 7ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. *Ordem e Progresso*, 3ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. *O mundo que o Português criou. Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. Sobre o pensamento de Gilberto Freyre, consultar: MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. *Elogio da Dominação. Relendo Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

⁸ As práticas paternalistas serviram, também, como mecanismos na preservação do ca-

havia a aceitação da sua natureza humana. Perdigão Malheiro, em 1867, assinalou que, apesar das concepções que imputavam ao escravo a sua condição de “intermediário” entre o homem e os irracionais, não há dúvida que ele se enquadra

assim como o índio e os demais homens de cor, na classe a que pertence o homem branco; todos formam um só gênero, uma só espécie, uma só família; e, portanto são todos iguais no que há nele de substancial, de constitutivo da sua natureza. As diferenças que se notam de cor, de cabelo e outras são inteiramente acidentais; por modo que nem obstam à reprodução de uns e outros entre si.⁹

Independente deste ponto de vista, o escravo negro era estigmatizado como “um órfão do Destino, esse enjeitado da Humanidade que, antes de nascer, estremece sob o chicote vibrado nas costas da mãe”. Esta situação dava um respaldo aos abolicionistas, conforme expressou Joaquim Nabuco ao pleitear um mandato, delegado pelos cativos, para atuar como advogados gratuitos e defender as suas reivindicações e os seus direitos.¹⁰ Nabuco assinalava que esta procuração estabelecia uma “obrigação irrenunciável”, que não estava sujeita aos sentimentos humanitários, porque se relacionava com o empreendimento de uma reforma mais ampla que eliminasse “dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o senhor”. O autor incluía, entre os seus objetivos, a reconstrução do país apoiada no trabalho livre e a “união das raças na liberdade”. Ele desejava, conforme suas palavras, libertar os proprietários que estavam se “deteriorando moralmente”, facilitar o desenvolvimento industrial e o progresso, ou seja, derrubar as barreiras que impediam o país de adquirir valores morais da civilização.¹¹

tiveiro no sul dos Estados Unidos, cf. GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, ps. 22/25.

⁹ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico, Social*. (1866/1867). 3ª ed., 2 vols.. Petrópolis: Vozes, 1976, vol. 2, p. 75.

¹⁰ *Abolicionismo. Conferências e Discursos Abolicionistas*. (1883-1884/5). São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949, p. 37.

¹¹ *Ibidem*, ps. 17/19. Sobre estes aspectos do pensamento de Nabuco, consultar: LEONZO, Nanci & MACHADO, Humberto F. “O Pensamento Abolicionista: Encontros e Desencontros”. *Anais do XIV Congresso da ANPUH*, Brasília, 1987. MACHADO, Humberto F. “Joaquim Nabuco: paternalismo e reformismo na campanha abolicionista”, in

Assim, explica-se o seu ponto de vista quando ressaltava que a propaganda deveria ser dirigida aos senhores, pois os escravos não estavam “preparados” para assimilar a mensagem abolicionista dentro da ordem. Segundo o militante antiescravista, “Seria uma covardia inepta e criminosa e, além disso, um suicídio político, para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa”. Podemos vincular esta posição ao seu empenho em conseguir a extinção do cativo através de uma lei aprovada pelo Parlamento e “não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades”, eliminando-se portanto, o que ele considerava, os “perigos da agitação”.¹²

Os receios de uma agitação relacionavam-se a sua perspectiva, bem como a dos demais propagandistas, sobre a ausência de uma “consciência responsável” do escravo, que, conforme suas palavras, havia sido eliminada em virtude do sistema que desenvolvia, ou procurava desenvolver, todo um processo de alienação do cativo. Nabuco afirmava que a escravidão é a posse de um homem e de seu corpo, situação que só “acaba com a morte”. Assim, de acordo com o abolicionista, “os escravos não podem ter consciência, ou tendo-a, não podem reclamar a morte civil a que estão sujeitos”.¹³

Este tipo de afirmação espelhava as preocupações dos militantes antiescravistas a respeito de uma ruptura violenta. Para evitar esta situação indesejável para os propagandistas não era fundamental destacar a falta de consciência dos escravos? Embora não existisse uma consciência de classe no escravismo, isso não significa que o cativo aceitasse simplesmente a sua condição de coisa, como pode ser comprovado pelas inúmeras revoltas ocorridas durante todo o período de existência do cativo.¹⁴

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). Rio de Janeiro, n.406, jan/mar. 2000, ps. 39/52.

¹² *Ibidem*, ps. 23/25. Ver: MACHADO, H. F. “Joaquim Nabuco...”, p.42. NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo. Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, ps. 125/126. NEDER, Gizlene. *Os Compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979, ps. 39/41.

¹³ *Ibidem*, p. 19/20.

¹⁴ Como mencionamos, a bibliografia sobre o assunto é ampla e já citada, mas poderíamos acrescentar, entre outros, GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

Dificuldades não significam total impedimento. As manifestações dos cativos, cada vez mais acentuadas na década de 1880, refletiram o acirramento das contradições do escravismo. Embora aceitemos a presença de obstáculos para a tomada de consciência nas sociedades pré-capitalistas, achamos possível em um determinado momento histórico, favorecido pelas transformações estruturais, a formação de uma consciência, embora embrionária, para questionar a ordem vigente, mesmo desorganizada e espontânea.¹⁵ Por outro lado, seguindo Hobsbawm, não podemos ignorar a ocorrência de diversos movimentos, sem nenhuma conotação política, que surgiram devido a injustiças sociais ou perseguições efetuadas pelos poderosos.¹⁶

Assim, era natural que o aspecto cruel da escravidão estivesse sempre presente nos escritos dos abolicionistas. Através dele, Nabuco, por exemplo, construiu toda uma argumentação em relação à necessidade de extinguir o escravismo. As medidas coercitivas utilizadas pelos senhores caracterizavam a barbárie em oposição à civilização, mesmo quando o tratamento dispensado não era desumano.

Nas mãos de um bom senhor, o escravo pode ter uma vida feliz, como a do animal bem tratado e predileto; nas mãos de um mau senhor, ou de uma má senhora (a crueldade das mulheres é muitas vezes, mais requintada e persistente que a dos homens) não há como descrever a vida desses infelizes. [...] todos os brasileiros haviam de horrorizar-se ao ver o fundo de barbárie que existe em nosso país debaixo da camada superficial da civilização, onde quer que essa camada esteja sobreposta à propriedade do homem pelo homem.¹⁷

A truculência de atos cometidos pelos senhores, aliada à falta de sensibilidade, era usada como forma de chamar a atenção dos leitores nos jornais de Patrocínio para a violência da escravidão. Muitas dessas matérias são veiculadas a partir de denúncias feitas à redação, por exem-

¹⁵ Cf. LUKACS, Georg. *História e Consciência de Classe. Estudos da dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974, p. 69.

¹⁶ HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos: Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978, ps. 22/36.

¹⁷ O *Abolicionismo*, p.34. MACHADO, Humberto F. “Joaquim Nabuco...”, p.40.

plo, da *Gazeta da Tarde*, que noticiou que a “parda Augusta, que há 10 dias apenas, dera à luz um filhinho [...]” foi “[...] brutalmente espancada na freguesia de S. Cristovão [...]” porque se recusou a acompanhar o seu senhor “[...] recentemente nomeado 2º. Tabelião [...]” para São Paulo. O tabelião recorreu à autoridade policial que colocou “[...] 4 praças na porta da dita casa a fim de garantir a permanência da escravizada no lugar até, ser à força, enviada para S. Paulo [...]”. Após vários comentários desabonadores e críticas à atuação do delegado, “Dr. Pereira da Silva”, que garantiu a violência contra a escrava, o jornal destacou que o senhor vociferava “[...] em plena rua que ia enviar a criança para a roda [...]”. O periódico finalizou de forma indignada a matéria e se comprometeu a apurar o assunto .

Custa a crer que, em uma cidade como a do Rio de Janeiro, se passem cenas tão lamentáveis como essas. Que uma pobre mãe, dez dias depois do parto, se veja perseguida e ameaçada de um modo tão bárbaro e desumano. [...] Vamos proceder a indagações.¹⁸

A violência contra duas meninas escravas, Eduarda e Joana, acontecimento que ficou conhecido como “O CRIME DE BOTAFOGO”, mereceu um destaque em diversas edições dos jornais da cidade, em especial aqueles vinculados a Patrocínio. Eduarda, em estado lastimável coberta de ferimentos, procurou, a partir da “indicação de uma senhora que ela conheceu na Rua do Lavradio”, a redação da *Gazeta da Tarde* para “pedir proteção”.

[...] tinha o rosto aberto em chagas, retalhado em sangrentos vincos, à ponta de vergalho; os olhos fechados, as pálpebras avolumadas como tumores, por medonha inflamação, deixando gotejar lágrimas horripilantes, através das dobras da inchação, as mãos inchadas como o resto; os pulsos, o pescoço, cobertos de horríveis vestígios de cordas; o corpo, todo contundido e lacerado por graves sevícias.

O jornal ressaltou a repercussão do fato na cidade, pois assim que a notícia foi difundida “tivemos a casa invadida pela multidão” que, “como-

¹⁸ 8 de abril de 1884

vida e indignada”, clamava por justiça e que a escrava ficasse livre “das torturas quotidianas com que há muito tempo a martiriza a senhora”. O articulista da *Gazeta da Tarde* conclamou que os representantes de outros órgãos da imprensa que viram o acontecimento “descrevam [...] ao Imperador e ao povo qual a sensação que lhes produziu a figura da pobre vítima da *gloriosa instituição nacional*”. E mais adiante enfatizou a importância da divulgação de fatos similares para combater a “execranda instituição”, exaltando as medidas tomadas pela Confederação Abolicionista. O presidente João Clapp e outros membros da associação organizaram uma verdadeira “procissão cívica, [...] acompanhada por grande número de cidadãos”, pelas ruas do centro da cidade parando “nas portas das redações da *Vanguarda*, *Diário de Notícias*, *Paiz*, *Apóstolo*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*.” Depois levaram “a desventurada Eduarda perante o Sr. Juiz de Direito da 2.^a Vara Civil, [...] Monteiro de Azevedo com o fim de promover a sua libertação e proceder à respectiva ação criminal contra os seus bárbaros perseguidores”. A “mísera escravizada” declarou que tinha uma companheira, Joana, em “estado ainda mais lastimável que o seu”. O Juiz requisitou também a sua apresentação para tomar as providências cabíveis.¹⁹

O jornal continuou a explorar o assunto, nos números posteriores, sempre na primeira página. No dia seguinte, sob o título de “AS DUAS MÁRTIRES”, o periódico narrou que a maior parte da população da Corte foi testemunha dos “horrores praticados em duas infelizes escravizadas [...] duas vítimas, Eduarda e Joana, duas mártires de 15 anos. [...] Ontem, todos puderam ver esses dois cadáveres ambulantes, essas duas criaturas humanas em horrível deformação do rosto e do corpo, como duas chagas que se moviam”. O órgão abolicionista elogiou o papel da imprensa que “testemunhou o estado das duas desditosas seviciadas” por sua senhora, D. Francisca de Castro. Novamente destacou o papel da Confederação Abolicionista, que constituiu um advogado para acompanhamento do caso, ingressando com “ação criminal contra aqueles que acabam de assim desfigurar criaturas humanas”,

¹⁹ 11 de fevereiro de 1886. Grifos nossos. Ver também 23 de outubro de 1886.

O caso dessas duas menores seviciadas é um entre os milhares que se dão constantemente no seio da sociedade brasileira desses antros pavorosos que se chamam fazendas no interior do país até o interior das casas e palácios do mais requintado luxo e refinada delicadeza, em Botafogo.²⁰

Com o título, na primeira página, “MÍSERIA JOANA”, a *Gazeta da Tarde* noticiou a morte da escrava, ocorrida “ontem, as 6 e ½ horas da tarde”, em função dos “bárbaros castigos” sofridos. O jornal relatou o comparecimento ao necrotério de diversos membros da imprensa e da Confederação Abolicionista, além de “um crescido número de espectadores”.²¹ No dia seguinte ocorreu o enterro, “feito a expensas da Confederação Abolicionista. - A BENEMÉRITA DA HUMANIDADE - na frase do Sr. Conselheiro Ruy Barbosa.” O periódico descreveu o cenário do velório e do enterro de Joana, coberta por “uma mortalha negra como a escravidão de que foi vítima e encerrado em um caixão forrado de roxo, a cor do esquite das donzelas”. Ele destacou ainda que sobre o caixão foi colocada a sua “carta de liberdade”, além de uma coroa de flores brancas, que representava

os dezesseis anos de dores dessa virgem, martirizada pela mais infame das instituições que mancham a humanidade e que tem como representante único entre as nações [...] o Império do Brasil.

Levado o caixão à mão pelos representantes da imprensa, foi colocado sobre o coche fúnebre. Este era acompanhado por doze carros que conduziam os representantes da imprensa e membros da Confederação Abolicionista. Grande multidão seguiu o enterro a pé...

O jornal retratou o féretro através das ruas da cidade em direção ao Cemitério de São João Batista, em Botafogo. Quando passou em frente à residência onde vivia Joana, “elegante palacete de Botafogo, no n. 104 da pitoresca praia do mais aristocrático dos arrabaldes [...] sede de um longo martírio da vítima da escravidão”, foi feito um silêncio de “estupefação [...] de todos os participantes e espectadores”. No enterro, José do

²⁰ 12 de fevereiro de 1886.

²¹ 15 de fevereiro de 1886.

Patrocínio fez um “comovente discurso”, terminando com uma “dolorosa exclamação do patriotismo ferido de morte: Não é o cadáver de uma escravizada que lançamos no túmulo; é a honra de uma nação inteira que é hoje aqui sepultada”. Ele responsabilizou o governo pela morte da escrava porque, no fundo, respaldava ações similares, embora, neste caso, por sua repercussão, tenha aberto um inquérito policial.²²

Várias edições do jornal narraram o desenvolvimento do inquérito e as audiências para o “sumário de formação de culpa” perante o juiz e escrivão, com a presença de advogados da indiciada e do “Dr. Size-nando Nabuco, curador de Eduarda e Joana”. Na abertura do inquérito, percebe-se que foram feitas tentativas de inocentar Francisca de Castro, apresentando-a como destituída de sanidade mental. O testemunho do seu marido, José Joaquim de Magalhães, “recentemente casado com D. Francisca, em suas declarações [...] disse que essa senhora há dez anos que se achava louca, tendo raramente intervalos lúcidos, porém fugazes”.²³ Mas, apesar do empenho de seus defensores em evitar a prisão, ela chegou a ser recolhida à Casa de Detenção, embora fosse “tratada como se lhe desse a lei isenções especiais. Não há para ela o cubículo dos detidos: recebe visitas até as 10 horas da noite”. O jornal repudiava essa situação de privilégios, assinalando o descrédito da população em relação à justiça: “Por toda a parte encontramos pouco depois esta exclamação: Ela é muito rica; não será punida.”²⁴

Em outro depoimento, o marido responsabilizou as próprias escravas pelos ferimentos: “as hoje libertas, Joana e Eduarda, estiveram a serviço da ré como escravas, durante três anos, mas afirma nunca terem sido [...] castigadas pela ré ou de ordem sua, sendo porém verdade que, por perversidade de ambas, castigaram-se uma a outra e de uma maneira bárbara.” Ele mencionou que Joana já se encontrava doente na véspera da apreensão por ordem judicial: “achava-se de cama e de há muito tempo sofrendo de disenteria e tosse pulmonar, pelo que foi sempre devidamente medicada”. Acusou a outra escrava, Eduarda, de deixá-la fora da casa ao relento, “exposta ao ar e à chuva por muito tempo” e quando a ré soube

²² 16 de fevereiro de 1886.

²³ 12 de março de 1886.

²⁴ 30 de março de 1886.

do ocorrido ficou “indignada” e “repreendeu duramente Eduarda sem, contudo, castigá-la.” O depoente recebeu reclamações da ré sobre o comportamento das escravas.

Durante o tempo em que estiveram a serviço da ré, praticaram muitos atos de perversidade; assim ele testemunha, por diversas vezes, teve de tirar das almofadas das camas de seus filhos, agulhas e alfinetes propositalmente ali colocados por elas e na própria roupa dos meninos, na altura mais ou menos da barriga.²⁵

Percebe-se claramente a tentativa de imputar às escravas a responsabilidade pelos castigos e marcas de ferimentos de ambas, inclusive pela morte de Joana. Por outro lado, a testemunha buscou inocentar Francisca de Castro, tentando vender a imagem de uma senhora preocupada com seus escravos e incapaz de recorrer a castigos, ao contrário das escravas que agiam perversamente no cotidiano, atingindo crianças inocentes. A outra diretriz apresentada pela defesa relaciona-se à loucura de Francisca de Castro, tese veemente combatida pela *Gazeta da Tarde*, em diversos números.

O fato indestrutível é este: um crime de mulher histórica pode ser ou não perpetrado em momento de responsabilidade. Com Francisca de Castro, porém, trata-se de uma sucessão de sevícias e maus tratos permanentes, por espaço de mais de três anos, e portanto cometidos em todos os estados de espírito, possíveis e imagináveis. Dizer que nestas circunstâncias pode haver irresponsabilidade, é não ter respeito, nem a si e nem ao público.²⁶

O julgamento foi realizado no “salão de honra da Câmara Municipal” e foi assistido por um “grande número de senhoras da nossa mais alta sociedade e por cavalheiros, representantes do comércio, da política, das letras e das artes, industriais e homens da imprensa”. A *Gazeta da Tarde* enfatizou a relevância do acontecimento porque se tratava do julgamento de uma “instituição e não simplesmente de uma mulher”.

²⁵ 15 de abril de 1886.

²⁶ 27 de junho de 1886. Ver também os números de 14 e 25 de junho de 1886.

Destacou como a sua repercussão ocasionou uma aglomeração do povo fora do tribunal, “espraiando-se até junto às grades do jardim da Praça da Aclamação” aguardando “ansioso a espera da decisão da importante causa.” O jornal relatou o depoimento de Francisca de Castro e como ela tentou transferir a responsabilidade dos ferimentos para as próprias escravas. Quando o Juiz a inquiriu sobre as feridas e hematomas das escravas, ela respondeu que elas “arranhavam-se e machucavam-se mutuamente, vivendo em contínua briga”.²⁷ A edição do jornal do dia posterior noticiou que o júri declarou a ré inocente por unanimidade, “negando que ela houvesse praticado ou mandado praticar os fatos criminosos de que foi acusada”. O articulista teceu inúmeras considerações sobre o processo e a atuação da justiça ao “subtrair à prisão a acusada, mas não pode destruir a prova dos autos na consciência da justiça pública”.²⁸

A mobilização em torno do processo facilitou a anulação do primeiro julgamento e a aprovação de um segundo para Francisca de Castro. O *Cidade do Rio* destacou que D. Francisca de Castro “entrou em julgamento”, no mês de outubro de 1887, sendo, inclusive, “recolhida à Casa de Detenção”. E mais adiante, assinalou a importância do “processo que tanto comoveu esta cidade que viu o lastimoso estado de Joana e Eduarda”. Em outro número, o periódico carregou nas tintas exigindo uma severa punição porque o “rigor das leis é para os escravizados”, enquanto para os “algozes, retórica e pão de ló.”²⁹

O jornal narrou o julgamento descrevendo a ré que compareceu ao tribunal acompanhada do marido, vestida de “preto, chapéu de palha enfeitado de veludo e vidrilho e rico vestido de gorgorão lavrado, com enfeite de vidrilho”. Na “tribuna da acusação”, além do promotor, “Sr. Dr. Durão”, encontrava-se também José do Patrocínio. Após a apresentação dos autos, foi “dada a palavra ao advogado de acusação. O Sr. José do Patrocínio, depois de ler o libelo”, fez um histórico do processo, enfatizando o “martírio de que foram vítimas Eduarda e Joana, da parte da ré”. Acentuou que a Francisca de Castro conta com a impunidade porque as leis e a justiça são “feitas à vontade daqueles que têm o brilho da fortuna

²⁷ 23 de outubro de 1886.

²⁸ 25 de outubro de 1886.

²⁹ 13 e 20 de outubro de 1887.

ou das altas posições.” Repudiou as tentativas da defesa em caracterizar a ré como uma pessoa insana, pois, segundo Patrocínio, ela cometeu as sevícias contra as escravizadas gozando plenamente de suas faculdades mentais e concluiu: “a ré não está louca.” E mais adiante, acrescentou, “a ré simboliza a nefanda instituição que só amesquinha e deprime.” O periódico destacou os discursos do outro promotor, Dr. Durão, e dos advogados de defesa, além das várias testemunhas. O julgamento se estende pela noite e terminou novamente com a absolvição de Francisca de Castro, por unanimidade. Patrocínio lamentou o veredicto, mas curvou-se à decisão da justiça, mesmo dela discordando através de protestos veiculados pelo *Cidade do Rio*.³⁰

Casos semelhantes ocorriam na Corte, ou em outras regiões, e eram noticiados pelos jornais, em especial por aqueles que estavam comprometidos com a luta antiescravista, como a *Gazeta da Tarde*, que aproveitava todas as denúncias para cobrar soluções, como foi o da “escravizada Luiza, de cor parda [...] constantemente espancada por D. Carlota Machado de Souza, moradora à Rua do Riachuelo n. 59 C”.³¹ Ou da morte por espancamento de “Zeferina, de 28 anos de idade, robusta, de fisionomia expressiva e bondosa. Escrava de uma mulher de cor mais escura que a sua, fugira de casa por não poder mais suportar as torturas que lhe eram infligidas e a seu filho, uma criança de 12 anos”. Foi descoberta por um filho de sua “pseuda senhora” que, auxiliado por um praça, a conduziu violentamente pelas ruas da cidade sob pancadas, o que provocou sua queda, posterior “comoção cerebral” e morte. O jornal narrou que os espectadores ficaram estáticos com o quadro de sofrimento retratado no cadáver da escrava, e perplexos duvidando que “em uma rua da nossa capital [...] se passasse cena tão trágica como a que tinha diante dos olhos”. O articulista cobrou do governo providências por mais esse crime imputando-o à “conta corrente do escravismo”. Ressaltou o papel da Confederação Abolicionista na condução do processo.

A Confederação Abolicionista [...] deu todas as providências para o enterro dessa desgraçada, vítima do cativo, e encarregou o Dr. Barros Barreto de requerer a responsabilidade não só do inspetor de quartelão

³⁰ 25 de outubro de 1887.

³¹ 16 de abril de 1884.

João Honório de tal, [...] mas, também, a de Manoel José Henrique da Silva, filho de Amância Maria de Bomsucesso, pretensa senhora da vítima. A hora em que escrevemos deve estar-se procedendo ao inquérito e outras diligências [...].³²

Percebe-se nas várias narrativas desses acontecimentos uma alta dose de sentimentalismo visando a sensibilizar os leitores sobre as mazelas decorrentes da escravidão. Uma visão paternalista também aparecia nos diversos artigos dos jornais de Patrocínio. A *Gazeta da Tarde* acentuava a atuação dos militantes no encaminhamento da luta contra os interesses negreiros, retirando os escravos de seus “bárbaros algozes”. Segundo o periódico, os abolicionistas eram responsáveis pela ampliação do sentimento de repúdio ao cativo. Esta crença na propaganda como fator de convencimento caracterizava esses escritos que tinha o mérito, conforme as palavras do jornalista, de eliminar o torpor existente entre os membros da sociedade que rejeitavam o escravismo e defendiam a liberdade.³³

Esta libertação seria feita, de acordo com outro número do periódico, eliminando-se a figura do escravo, porém encaminhando-o para o engrandecimento da pátria, a partir das diretrizes traçadas pelos propagandistas - a “pátria livre” seria construída sem alterar, substancialmente, a ordem vigente. O fundamental era acabar com a “pátria escrava” constituída por aquelas “vítimas, entes abandonados de toda a proteção humana e divina, [...], vergados a um trabalho excessivo, sem pátria, sem família, sem a própria liberdade do suicídio”. O texto mencionava que em todo o “território, os infelizes escravos têm em todas as nossas províncias [...] a multidão que tomou a peito a causa dos infelizes e que se bate por ela”. Mais adiante, assinalava a importância da mobilização que estava ocorrendo contra o cativo e que não se restringia apenas aos abolicionistas.

De todos os partidos destaca-se a grande maioria, que interpretando o sentimento nacional, clama que é tempo de por um ponto final nas tragédias e nas lágrimas que a escravidão gerou durante quatro séculos [...] Vede-os! Não somos nós, não são os abolicionistas que ontem chamavam a atenção

³² 14 de abril de 1884.

³³ 12 de julho de 1887.

do país para a injustiça secular que herdamos com a independência. São todas as classes sociais, desde o homem do povo, até os conselheiros da Coroa que inquirem zelosos pelo desfecho da luta.³⁴

O texto apresenta um tom inusitado, pois, ao defender os escravos, questionava, inclusive, a ausência de liberdade para que eles pudessem fazer a opção pela vida ou morte. Não podemos esquecer que, apesar de sua posição anticlerical, Patrocínio estava inserido em uma sociedade que condenava tradicionalmente, através da Igreja, o suicídio. Por outro lado, frisava a existência de uma mobilização da sociedade nessa luta para libertar os “infelizes escravos”, colocando um ponto final nessa violência repudiada por todos e não somente pelos abolicionistas.

Patrocínio, em uma das crônicas “Semana Política”, utilizou a sua “consanguinidade com os escravos” para justificar o seu empenho na luta emancipacionista, a qual servia de “inspiração santa do seu ardor pela causa da abolição”. O orgulho de ter conseguido ascender socialmente e colocar-se no mesmo patamar que o branco, senhor de escravos, sustentava a sua retórica contra o cativo. “Tem orgulho quando pode encarar de frente um Senhor de escravos. É o orgulho do descendente do roubado diante do ladrão: é o orgulho do homem do trabalho diante do que vive a chupar o sangue de seus irmãos.”³⁵

Desde o início de sua carreira jornalística, o abolicionista questionava aqueles que consideravam as “peças de ébano” como propriedade do senhor. Para Patrocínio, era uma situação inadmissível em virtude de o escravo ser um homem “inteligente e livre”, gozando plenamente de todas as suas “faculdades mentais e físicas”. Além disso, desafiava os setores escravistas sobre a questão de reificação: “provai que o cativo é uma coisa, provai que é como o vosso cerrado, como um lote do vosso terreno, e não tem nem personalidade, nem alma, nem consciência”.³⁶ A objeção ao pensamento predominante a respeito da coisificação do escravo e, também, sobre o direito de propriedade do senhor, se coadunava com as influências liberais desses intelectuais.

³⁴ *Gazeta da Tarde*. 5 de dezembro de 1884.

³⁵ *Gazeta de Notícias*. 19 de julho de 1880.

³⁶ *Ibidem*, 9 de julho de 1877.

Apesar dessa concepção, também é possível observar, em vários escritos abolicionistas, a utilização de expressões paternalistas. No texto do Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, organismo criado em 1880 que visava a dinamizar a propaganda antiescravista, os signatários, entre os quais Joaquim Nabuco, redator do documento,³⁷ enfatizavam as mazelas que o cativo provocava em todos os aspectos da vida social. Os seus membros o responsabilizavam pela “imoralidade” que afetava “as relações de família, impede a educação dos filhos, barbariza a mulher, familiariza o homem com a tirania do senhor”. As religiões africanas eram consideradas como superstições grosseiras e o escravismo responsável pela introdução no caráter de “elementos inferiores, contrário a tudo que faz o homem corajoso, verdadeiro e nobre”.³⁸ Esta visão sobre a ausência de caráter, coragem e nobreza demonstram como os propagandistas concebiam o cativo: elemento portador de “vícios e maus costumes” que corrompiam a sociedade brasileira.

Essas opiniões refletiam, mesmo de uma forma inconsciente, um aspecto preconceituoso nas relações entre brancos ou negros embranquecidos e negros, mantidos na escravidão. Esses intelectuais não estavam imunes às ideias racistas, como vimos em relação a Patrocínio, vindas do exterior no final do século XIX e que eram utilizadas para justificar o cativo. Na medida em que eles absorviam as últimas novidades da Europa, incorporavam também as teorias que buscavam demonstrar a supremacia racial do branco.³⁹

Os apelos à benevolência dos proprietários também apareciam no Manifesto. O documento exaltava aqueles que agiam de um “modo inteligente e humano” com os seus escravos atendendo às “necessidades morais

³⁷ A respeito da associação, consultar: NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1928, ps. 107/108.

³⁸ *Gazeta de Notícias*. 28 de setembro de 1880.

³⁹ Sobre o assunto, ver as opiniões do Conde de Gobineau, chefe da delegação diplomática francesa no Brasil, entre 1869 e 1870, in: RAEDERS, Georges. *O Conde de Gobineau no Brasil: com documentos inéditos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, ps. 118/125. Também: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, ps. 65 e segs. COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 2ª ed., São Paulo: Livr. Ed. Ciências Humanas, 1982, ps. 358/359. HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

da escravatura”. O conceito de moral identificava-se com o sentido de bondade, por sua vinculação ao tratamento dispensado aos cativos. As posturas conciliadoras tornam-se mais nítidas quando, após comentar que as portas da Sociedade estavam abertas para os senhores que desejassem pensar a emancipação como uma solução inevitável, reafirmava que “o futuro dos escravos depende em grande parte dos senhores e a nossa propaganda não pode por consequência tender a criar entre senhores e escravos senão sentimentos de benevolência e de solidariedade.”⁴⁰

A crença na impotência dos escravos para acabar, isoladamente, com o cativeiro pode ser constatada pelas afirmações de que eles eram “resignados à sua triste sorte” e que deveriam ter um tratamento que os considerasse como “pobres necessitados e infelizes”. O Manifesto rejeitava quaisquer meios violentos dos cativos para conseguirem a sua emancipação, visto que eles não “irão recorrer ao crime, quando legal e pacificamente se buscam os meios de extinguir o seu cativeiro”. Mais adiante destacava os seus sentimentos de “dedicação, desinteresse, lealdade, resignação”, pois, apesar das condições adversas, a escravidão “não conseguiu até hoje criar o ódio da raça, e, quando o Senhor é justo, o escravo compensa-lhe”. A visão paternalista unia-se às concepções reformistas de mudança das relações de trabalho porque, utilizando as palavras dos signatários do documento, o seu objetivo não se restringia à “libertação do país”, mas à “evolução do trabalho livre que se há de fazer sob a responsabilidade da geração atual”.⁴¹

A crença no ideário de missão dos abolicionistas apresentava-se de uma forma bastante explícita nos jornais que se opunham ao escravismo. Nas várias matérias sobressaía a concepção de que os propagandistas deveriam assumir a liderança da luta contra o sistema, pois, somente assim, poderiam eliminar o cativeiro sem traumas e precipitações. Isso reflete as preocupações sobre uma eventual revolta de escravos, a qual poderia de uma forma hipotética descambar para uma convulsão social. Assim, estes intérpretes dos cativos endossavam, indiretamente, as preocupações dos setores dominantes na medida em que deixavam transparecer uma apreensão com as possíveis agitações.

⁴⁰ Cf. *Gazeta de Notícias*. 28 de setembro de 1880.

⁴¹ *Idem, Ibidem*.

Essa posição pode ser atestada pelo artigo de fundo do primeiro número do *O Abolicionista*, cujo título “A Nossa Missão” saudava a criação da Sociedade Brasileira contra Escravidão e também assinalava que o seu objetivo era denunciar os abusos do cativo e “formar o arquivo histórico em que no futuro as gerações que nos sucederem, possam ver a degradação do nosso tempo”.⁴² A *Gazeta de Notícias* também fez referência à Sociedade e à criação do novo órgão da imprensa, pois ele veio juntar-se aos demais “que se empenhavam contra a escravatura”.⁴³

Os “abusos” e os “tristes episódios” do período eram retratados, como já mencionamos, sob diversas formas nos jornais abolicionistas: crônicas, notícias de crimes cometidos contra os escravos, poemas, enfim tudo que pudesse contribuir para acelerar o fim do escravismo. A maioria dos escritos possuía um alto grau de sentimentalismo, objetivando comover os leitores a respeito das agruras que envolviam o cativo. Os autores das matérias buscavam pintar com as cores mais sombrias possíveis os diversos acontecimentos, envolvendo escravos ou mesmo contos fictícios que visavam a estabelecer uma relação de solidariedade para com os cativos.

O escravo fugido e recapturado era um tema que proporcionava todos os ingredientes para a criação de um cenário que permitisse imaginar as reais condições dos cativos. Em primeiro lugar, as sombras da noite com suas trevas serviam de esconderijo para o “pobre negro fujão”, que procurava se esgueirar por entre os caminhos evitando os locais conhecidos. O capitão-do-mato espreitava, em cada curva da estrada, como se fosse uma cobra pronta a dar o seu bote fatal. Finalmente, o retorno do prisioneiro à fazenda onde vai ser castigado no pátio, na frente dos demais companheiros, para servir de exemplo. O cativo que teve o “atrevimento” de evadir-se padecia sob o chicote do feitor; das chagas vivas do seu corpo escorria o sangue. O espetáculo dantesco completava-se com a morte do “ousado” ou com a sua prisão no tronco, onde padeceria durante dias, aguardando a “benevolência” do senhor.⁴⁴

⁴² 1 de novembro de 1880. Neste número também foi publicado o Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão.

⁴³ 31 de outubro de 1880.

⁴⁴ “Escravo Fugido”, assinado por Mello Moraes Filho, in: *Gazeta de Notícias*, 1 de novembro de 1880.

Ao contrário do discurso abolicionista em relação à resistência dos escravos, que eles não recorreriam ao crime, houve um aumento das fugas na década de 1880 como já enfatizamos. Obviamente, as fugas isoladas apresentavam um maior risco para o cativo, diferente da evasão com a formação de quilombos, que representava um avanço na luta contra os senhores. As fugas solitárias os marginalizavam, transformando-os em eternos perseguidos, sempre sujeitos a serem presos e enviados de volta a seus donos. Bastava suspeitar-se que eram escravos fugidos para serem imediatamente encarcerados e submetidos a interrogatórios brutais. Por exemplo, em 24 de março de 1870, um negro foi recolhido à Casa de Detenção, ficando preso até 4 de novembro do mesmo ano porque foi “remetido pelo Delegado de Polícia de Vassouras, como suspeito de ser escravo fugido, sustentou, entretanto, nos interrogatórios que se fez ser de condição livre, natural de Macaé, filho de pais livre e casado”. O Chefe de Polícia mandou soltá-lo, “considerando que desde então, a despeito de todas as informações exigidas não se prova que seja o mesmo cativo” e complementando o seu parecer evocou as leis que protegiam as “liberdades individuais”.⁴⁵ O negro passou aproximadamente oito meses sendo interrogado, negando ser escravo. Finalmente, foi solto da prisão porque, apesar dos diversos anúncios nos jornais, não apareceu ninguém para reclamá-lo. As chamadas leis protetoras da liberdade individual serviam apenas para preservar os privilégios dos proprietários.

Assim, se o cativo não fugia para um quilombo, estava sempre sujeito a ser preso. Alguns escravos evadiam-se do município, onde viviam os seus senhores, outros buscavam os centros urbanos, porém as dificuldades assemelhavam-se. As fugas, algumas vezes, representavam reações às medidas de caráter punitivo tomadas por proprietários. Em Barra Mansa, o preto Antônio Benguela, sendo interrogado pela autoridade policial, declarava que:

havia pertencido ao Major Silveira, do município de Valença, e que por morte deste ficava em poder de Manoel Caetano com condição de servi-lo

⁴⁵ *Ofício de Antonio Carneiro, Secretário de Polícia de Niterói, ao Chefe de Polícia da Corte.* Niterói, 4 de novembro de 1870, Caixa P.P. 6/5.5, Col.180, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, adiante AERJ.

por espaço de um ano, e findo este prazo, ficar liberto; mas como terminou o tempo e Caetano não cumpriu com a recomendação de Silveira e ao contrário, sendo questionado por ele declarante, fora ameaçado de ser castigado, fugira de casa e fora para Barra Mansa, onde trabalhava em casa do Major Leite, e vendo este que ele declarante não tinha documento, o mandara para a cadeia.⁴⁶

Os quilombos facilitavam a sobrevivência dos escravos fugidos. Verdadeiras comunidades que abalavam a ordem escravista, até mesmo pelo simples fato de existirem. Como elementos de resistência, eles adquiriram uma forma qualitativamente mais poderosa, pois, além de ataques às propriedades, atuavam como polo de atração para outros cativos. A preocupação dos proprietários em anular o “mal pela raiz” se justificava, pois os quilombos, como centros aglutinadores de escravos, representavam uma verdadeira guerrilha contra as propriedades; um passo para o que eles mais temiam: uma revolta geral de escravos.⁴⁷ Devemos deixar claro, contudo, que os inúmeros quilombos não tiveram o objetivo premeditado de desenvolver uma luta de insurreição contra a estrutura escravista e sim uma forma de manifestar a sua rejeição ao sistema. Sobre o assunto, Kátia Mattoso destaca que os quilombos só se tornavam conhecidos quando as “forças da ordem tomam contato com eles”.⁴⁸ Para os escravos aquilombados tratava-se da manutenção de sua liberdade, ameaçada pelas autoridades policiais protetoras dos interesses dos senhores, que viam neles um perigo em potencial em função dos exemplos anteriores representados pelas revoltas da Bahia, e de Manuel Congo, em 1838, e o eterno pavor que os proprietários tinham de uma situação similar à independência do Haiti.⁴⁹

⁴⁶ *Ofício do Delegado de Polícia de Barra Mansa ao Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro*. Barra Mansa, 16 de fevereiro de 1870. Caixa P.P. 6/2.1, Col.166, AERJ.

⁴⁷ GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas...*

⁴⁸ MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.159.

⁴⁹ Ver MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860/1888*. Niterói: Cromos, 1993. COSTA, Emília Viotti. *Ob. Cit.*. AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão. Lavradores pobres na crise do trabalho*

O pavor das revoltas extrapolava as propriedades, pois os senhores tinham interesse em obter o apoio da população, deles dependente, às medidas repressoras contra a escravaria. Mesmo antes da década de 1880, o temor já se manifestava, como se percebe pela carta enviada pelo Barão de São João do Príncipe ao Presidente da Província do Rio de Janeiro, afirmando que os cativos reuniam-se aos domingos e que falam “às claras, que no dia de Natal serão senhores da terra” e que “tratam de matar todos os brancos”.⁵⁰ Ora, com a grande concentração de escravos, no Vale do Paraíba, esses boatos e notícias visavam a disseminar o pânico e provocar uma repressão intensa contra os negros.

Por outro lado, o espírito de solidariedade entre os escravos aumentava, como podemos constatar pelos acontecimentos descritos abaixo, ocorridos em Paraíba do Sul, no ano de 1882. Após a destruição de um quilombo e a prisão dos seus componentes, as forças dos proprietários, ao retornarem à cidade, foram atacadas pelos cativos de uma fazenda próxima, que em “número maior de cem pessoas entre homens e mulheres, todos armadas de foices e machados libertaram o chefe do quilombo que ia preso”.⁵¹ Constatamos, através desse acontecimento, um apoio da escravaria aos quilombolas e a demonstração de união entre os companheiros de cativeiro. No entanto, não admitiam os *chaleiras* - aduladores que desejavam obter benesses dos senhores – como pode ser verificado pelo fato deles prenderem, como escreveu um cafeicultor:

um escravo de meu cunhado, de nome Daniel, capataz e negro de confiança que ia coadjuvando a escolta, o prenderam e gritaram todos em voz alta que iam matar por ser contra os parceiros; vendo pois a escolta que era insuficiente para resistirem a grande negraria, retiraram em fuga a todo galope e eram acompanhados pelos negros que gritavam: mata, mata, fi-

escravo. 1830-1888. São Paulo, Brasiliense, 1987. GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas...* REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁵⁰ *Carta do Barão de São João do Príncipe ao Presidente de Província*. São João do Príncipe, 10 de dezembro de 1858. Caixa P.P.2/10.6, Col.102. AERJ.

⁵¹ *Documentos relativos ao levante de escravos em Bemposta, Paraíba do Sul*. Caixa P.P.6/2.1, col.166. AERJ.

cando infelizmente em poder dos agressores o preto Daniel que até esta hora não apareceu não se sabendo se está vivo ou morto.⁵²

Neste levante, de Paraíba do Sul, quando alguns cativos estavam sendo açoitados, os demais começaram a insultar o fazendeiro, ameaçando-o de morte e de invasão da casa, se não soltassem os escravos “fugidos que se achavam no tronco”.⁵³ Não há dúvida, portanto, que essas reações espontâneas, cada vez mais frequentes, minavam o poder dos senhores e demonstravam claramente que o escravismo estava nos seus estertores.

Outro assunto, veiculado pela imprensa abolicionista, que servia para aquilatar as desigualdades e injustiças sociais, referia-se à atuação da ama de leite, normalmente retratada como uma “preta retinta”, que deveria possuir qualidades inerentes à atividade que iria exercer, tais como: “agradar a criança, ter afeição e ser carinhosa”. A *Gazeta de Notícias* publicou um conto que descrevia a contratação de uma para atender aos filhos do dono da casa. Após as informações de praxe sobre a sua condição (forra ou cativa) e se gozava de boa saúde, combinou-se o aluguel dos seus serviços, isto é, do leite materno que alimentará o filho da senhora. Esta perguntou à negra pelo filho, que murmurou tristemente: “meu filho foi para a roda”.⁵⁴ Podemos perceber a cena constrangedora que o texto tenta transmitir: o contraste violento e chocante entre a família, locadora dos seios, e a mulher que não tinha condições de criar o seu filho, colocado na roda de expostos para que sobrevivesse em alguma instituição religiosa ou beneficente.

Luiz Felipe de Alencastro menciona o artigo de um jornal da Corte, o *Ostensor Brasileiro*, de 1845, sobre o assunto: “Não se encontrarão em todo o Império cinco mães que, pertencendo à classe elevada, aleitem seus filhinhos [...] não se encontrarão dez na classe média [...] não será coisa fácil apontar vinte na classe baixa”. Alencastro assinala que em função desse costume, “o aluguel de amas de leite representava uma atividade econômica importante nas cidades”, sendo explorada por pequenos

⁵² *Ibidem.*

⁵³ *Ibidem.*

⁵⁴ “Ama de Leite”, assinado por Mello Moraes Filho, in: *Gazeta de Notícias*, 17 de outubro de 1880.

senhores de escravos que alugavam “[...] a terceiros suas cativas em período pós-natal”.⁵⁵

Essa exploração, realizada por determinados senhores que recebiam valores correspondentes a aluguéis de seus escravos, merecia todo o repúdio dos jornais abolicionistas, como a crítica feita pela *Gazeta da Tarde* a um “indivíduo, dono de alguns escravos, [...] modelo de escravocrata malvado e repugnante” que, após o nascimento do filho de uma das suas cativas, “aluga a mãe como ama de leite e deixa em perfeito abandono a infeliz criança, que a maior parte das vezes sem o leite materno, [...] raquítica, acaba por morrer”. Mas, antes da consumação da morte, esse “indivíduo”, “morador na Rua Dois de dezembro” (bairro do Catete, no Rio de Janeiro) enviava a criança “secretamente para a Misericórdia, como enjeitada”, sendo colocada na roda dos expostos. O jornal frisa a falta de sensibilidade desse senhor, reflexo de uma estrutura coercitiva, e condena a atuação das autoridades governamentais, que se omitem em relação a casos semelhantes que ocorrem na cidade.⁵⁶

Apesar desse quadro desumano, as amas de leite ocupavam um lugar de destaque na família, na medida em que estabeleciam, até de uma forma contraditória, relações afetivas com as crianças por elas amamentadas, ensinando-lhes ainda, conforme Gilberto Freyre, as “primeiras palavras de português errado”, além das primeiras orações e os primeiros alimentos. Assim, nada mais natural que muitas dessas escravas tivessem privilégios, na medida em que participavam do cotidiano das famílias. Esse tratamento diferenciado é derivado desse convívio entre as amas de leite e os filhos dos senhores. Claro que a escolha para essas atividades dependia de algumas qualidades “físicas e morais”: as “mais limpas, mais bonitas, mais fortes”. Afinal, como Freyre observa:

A negra ou mulata para dar de mamar a nhonhó, para acalentá-lo, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias,

⁵⁵ “Vida privada e ordem privada no Império”, in ALENCASTRO, Luiz Felipe, (org.) *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.63.

⁵⁶ 16 de novembro de 1880.

às vezes substituir-lhe a própria mãe – é natural que fosse escolhida dentre as melhores escravas da senzala,⁵⁷

Gilberto Freyre acentua ainda que isso decorria do uso de amas de leite na substituição do leite materno, na Europa. No caso do Brasil, esse costume ampliou-se pela “impossibilidade física das mães atenderem a esse primeiro dever de maternidade”, em virtude da precocidade dos casamentos e porque, segundo ele, “casadas, sucediam-se nelas os partos. Um filho atrás do outro. Um doloroso e contínuo esforço de multiplicação. Filhos muitas vezes nascidos mortos – anjos que iam logo enterrar-se em caixõezinhos azuis. Outros que se salvaram da morte por milagre. Mas todos deixando as mães em frangalhos.”⁵⁸

Um aspecto que deve ser realçado, produto também da estrutura escravista, refere-se à repartição do leite entre os filhos dessas amas e da criança branca amamentada pela escrava: em muitos casos, havia uma maior convivência entre a criança branca e sua ama de leite do que entre esta e seu filho legítimo, estabelecendo-se uma relação afetiva entre ambos, que exercia uma enorme influência na formação futura da criança. No final do oitocentos, começou-se um questionamento sobre esse tipo de atividade, salientando-se os “vícios” adquiridos pela criança devido à recepção do “leite mercenário”. O desenvolvimento da puericultura, nova especialidade da medicina, no final do século XIX, com a valorização do aleitamento materno, provocou paulatinamente o declínio da utilização das amas de leite, prática repudiada pelos novos tempos que valorizavam o progresso e a civilização.⁵⁹

Apesar desses novos tempos, predominava a cultura de desvalorização do trabalho, em função do cativo. Os jornais abolicionistas aproveitavam-se desse quadro para denunciar as relações escravistas que impediam o país de alcançar o progresso, ressaltando paralelamente a superioridade da mão de obra livre. Estes argumentos eram utilizados também na propaganda para incentivar os senhores a alforriarem os seus escravos. Os comentários, efetuados sobre as manumissões, servem para

⁵⁷ *Casa Grande & Senzala*. ...ps. 324/338.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, ps. 344/345.

⁵⁹ *Idem, ibidem*. ps. 364/366.

demonstrar a existência de todo um sistema apoiado numa relação de dependência que extrapolava a escravidão. Elas eram, de uma maneira geral, apresentadas como uma concessão efetuada pela qual o escravo deveria ficar sempre agradecido. Salientava-se, além da generosidade do senhor, a fidelidade do alforriado, os seus bons serviços, enfim os atributos necessários, segundo a ótica dos proprietários, para que os cativos alcançassem aquela “dádiva”.

As alforrias ocupavam um lugar relevante no Brasil, havendo, uma “liberalidade muito maior”, na sua concessão, do que nas demais sociedades escravistas americanas.⁶⁰ Apesar de a alforria assumir, aparentemente, um papel de negação do próprio sistema, na medida em que tornava livre o escravo, ela servia, por outro lado, de válvula de escape, pois o senhor conquistava de uma maneira mais fácil a lealdade do cativo em virtude da expectativa de uma eventual libertação. Ela era apresentada como uma atitude bondosa do proprietário pela qual o escravo deveria ser eternamente grato.⁶¹

A ação de manumitir envolvia a ideia de preservação de um vínculo de gratidão entre o liberto e o antigo proprietário. Um “ato voluntário do senhor”, conforme expressão de Perdigão Malheiro, que permitia a restituição da liberdade ao cativo.⁶² Assim, as alforrias estavam de acordo com a estratégia paternalista dos militantes antiescravistas. Portanto, nada mais natural que o lugar relevante que elas ocupavam na imprensa abolicionista, sendo apresentadas muitas vezes como uma solução gradual para a questão servil, inclusive aquelas com cláusulas de prestação de serviços. Na década de 1880, as notícias diárias de alforrias eram mais um sinal demonstrativo de que o escravismo ingressava em um processo de agonia.

A imprensa abolicionista do Rio de Janeiro ressaltava sempre estas “concessões” dos senhores e como elas contribuía para acelerar o fim do cativo. A seção denominada “Crônicas do Bem”, da *Gazeta da Tarde*, noticiava de uma forma sentimental, as diversas manumissões ocorridas.

⁶⁰ MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Op. Cit.* p. 177 e segs.; também, ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente. Estudos sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822.* Petrópolis: Vozes, 1981, p. 106 e segs..

⁶¹ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África.* São Paulo: Brasiliense, 1985, ps. 49/50.

⁶² *Ob, cit.* vol. 1, ps. 85/87; 133 e segs.

As palavras utilizadas para divulgá-las servem para avaliarmos como os autores da matéria consideravam o cativo. Certos termos eram usuais, tais como: “infelizes escravos”, “concessão de liberdade”, “liberdade pelos bons serviços prestados”. As matérias sobre alforrias destas “crônicas do bem” eram apresentadas também com uma conotação beneficente, em virtude de toda uma exaltação à bondade do senhor pelo seu “magnânimo” gesto ou por sua “generosidade”.

Elas eram noticiadas, portanto, como um ato de generosidade dos proprietários, algumas vezes nos seus últimos momentos de vida ou então dos seus herdeiros que cumpriam a vontade do falecido. A *Gazeta da Tarde*, ao noticiar na primeira página do falecimento do Barão de Atibaia, registrou que a viúva, “a respeitável senhora deu carta de liberdade plena [...]” a duas escravas em “[...] homenagem à memória de seu prezado esposo”.⁶³ Em outro número, o jornal, com o título “Uma Benfeitora de Escravos”, assinalou que Maria Olympia Ferreira, “matrona respeitável”, sentindo-se enferma, quis encerrar os “seus dias na terra por um ato digno”, determinando que todos os seus escravos ficassem livres. O periódico terminou a matéria, narrando como os cativos, que foram “restituídos à liberdade”, ficarão eternamente “agradecidos à veneranda memória de sua benfeitora”.⁶⁴ O jornal registrou de forma destacada, em outro número, a “justa homenagem de amor que uns filhos extremosos podiam dar à memória saudosa de sua adorada mãe”, ao concederem a “[...] liberdade, sem ônus algum, às escravas de sua finada mãe, de nomes Fabiana, de 47 anos de idade, Presciliana, de 26 anos Glicéria, de 25, todas de cor parda, e dispensaram os serviços dos ingênuos, filhos das duas últimas escravas, de nomes Zelina, de 5 anos, Orestes, de 4 anos, Jarbas, de 3 anos e Joaquim, de 8 meses [...]”⁶⁵ Nenhuma crítica do jornal à violência da alforria e a “dispensa” dos serviços dos ingênuos.

O sentimentalismo servia de matéria-prima para emoldurar um quadro proveniente de uma situação que se caracterizava pela violência. O direito do escravo transformava-se em um “ato humanitário” de uma “caridosa senhora” que restituiu a liberdade à Paulina, de 48 anos de idade.

⁶³ 5 de julho de 1881.

⁶⁴ 6 de julho de 1881.

⁶⁵ 2 de junho de 1882.

O órgão abolicionista não fez nenhuma referência sobre o tempo em que a cativa permaneceu sob o jugo da proprietária. Ao contrário, a *Gazeta da Tarde* louvava a “veneranda senhora” por sua “ação meritória e digna”.⁶⁶ Essas atitudes eram relatadas pelos jornais como decorrência do amor ao país, pois contribuíam para a eliminação do mal que por muito tempo impediu o crescimento do Brasil. Assim, D. Maria Izabel da Cunha Braga, proprietária de terras e de escravos, em Minas Gerais, transformou-se em uma “verdadeira brasileira” no momento em que restituiu aos seus cativos a “liberdade”.⁶⁷

Em outra *Crônica do Bem*, o jornal noticiou que Manoel Alves Marques, “morador à Uruguaiana no. 23, concedeu liberdade sem ônus algum a três escravos seus. No momento em que nos empenhamos, com todas as forças na libertação do nosso quarteirão o voto do Sr. Manoel Alves Marques tem para nós o valor e a importância de um grande exemplo. [...]” O jornal o felicitou pelo gesto, que foi efetuado, segundo o próprio, em virtude do seu aniversário, dia 5 de abril, e concluiu com “[...] um bravo ao distinto comerciante que assim vai ao encontro da legião libertadora. E que o seu nobre ato tenha mil e um imitadores.”⁶⁸ Percebe-se na matéria a referência à atuação da *Gazeta da Tarde* na libertação do “quarteirão”, ou seja a Rua Uruguaiana, onde encontrava-se a sua redação, que abordaremos adiante.

Objetivo semelhante caracteriza a “Crônica do Bem” sobre a ação do Sr. Domingos José Vieira Guimarães, “negociante estabelecido no Largo de S. Francisco de Paula n. 16, com a importante confeitaria que é já hoje um *rendez-vous* da nossa melhor sociedade”, que restituiu sem ônus “à liberdade os seus escravizados Genésio e Antonio (crioulos), Tereza (preta) e Joaquina (parda).” O jornal louvou a alforria elogiando o comportamento do comerciante pelo seu “desprendimento”. Destacou as saudações dos seus amigos que o foram cumprimentar pelo ato, além de frisar a sua importância para “promover a libertação das vizinhanças da Escola Politécnica”, situada no local.⁶⁹

⁶⁶ 27 de julho de 1881.

⁶⁷ *Gazeta da Tarde*. 29 de abril de 1882.

⁶⁸ 8 de abril de 1884.

⁶⁹ *Gazeta da Tarde*. 23 de abril de 1884. A Escola Politécnica abrigou a Escola de Enge-

Os jornais abolicionistas, mesmo aqueles pertencentes a Patrocínio, assinalavam o aspecto festivo das alforrias, dando-lhes toda uma conotação popular. As festividades e comemorações serviam de palco para transformar os cativos em atores principais de toda uma encenação, mas, no fundo, os seus papéis ficavam restritos a simples coadjuvantes. Elas eram montadas para ressaltar a doação do senhor e não a restituição de um direito que lhes havia sido tirado, à força: a liberdade. Aniversários, casamentos, bodas, nascimentos ou falecimentos, enfim quaisquer eventos eram utilizados como cenários para a entrega das cartas de alforria.

Nas reuniões, de preferência públicas, descritas pelos jornais como produto do esforço dos abolicionistas, ressaltava-se sempre a generosidade dos ex-senhores. Em uma dessas, realizada em Fortaleza, a *Gazeta da Tarde* assinalou que após uma “estrondosa salva de palmas” a banda do “Corpo Policial tocou músicas” para o público presente.⁷⁰ Em outra, o *Cidade do Rio* descreveu a entrega de uma carta de alforria, em Minas Gerais, como uma das maiores festas populares ocorrida na Província. Mais adiante, comentando a comemoração, o jornal encerrou a notícia com um toque de sentimentalismo, como se quisesse demonstrar, de uma forma sutil, a “irmandade” dos brancos e negros após o fim do cativo.

não poderia faltar o maior ornamento, se no meio de tantas alegrias, não tivesse a ponta de um lenço que enxugasse as lágrimas de um escravizado e este lenço foi do Capitão Ramos, que restituiu a um escravizado aquilo que o homem mais presa a liberdade.⁷¹

As notícias sobre as manumissões tinham como um dos seus objetivos demonstrar como a libertação não era, apenas, dos escravos, mas também dos senhores, na medida em que obtinham uma mão de obra barata e, aparentemente dócil, agradecida pelo “gesto bondoso” do seu “benfeitor”. A *Gazeta da Tarde*, em um dos seus números, citou, na coluna “Crônicas do Bem”, várias alforrias ocorridas nas províncias. Des-

nharia da antiga Universidade do Brasil e hoje é a sede do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁷⁰ 13 de abril de 1881.

⁷¹ 2 de outubro de 1887.

creveu os episódios que marcaram a “libertação” dos cativos e louvou os senhores que estavam compreendendo a importância do seu gesto para o país: pessoas possuidoras de uma “consciência” que sabiam “honrosamente cumprir com o seu dever”.⁷² Às vésperas da abolição, em 1887, no *Cidade do Rio*, observamos um discurso semelhante, porém mais direto, em relação aos interesses dos proprietários. As alforrias eram comentadas pelo jornal, que concluía: “já não são somente os escravos que se emancipam dos Srs., são os senhores que tratam de libertar-se da escravidão dos negros. Parabéns”.⁷³ A ausência de uma visão crítica em relação às manumissões, as implicações e as limitações que as envolviam, caracterizava os textos dos jornais de Patrocínio. A *Gazeta da Tarde*, por exemplo, veiculou, em suas páginas, uma “crônica do bem” na qual um proprietário, Dr. Lucas de Oliveira Catta-Preta

restituiu a liberdade aos seguintes escravos: Libório, Bernardo, Delfina, Benedita, Sofia Lourenço e Júlia. Ainda mais: encarregou-se de educar convenientemente três menores que ficam em seu poder até que aprendam a ser mais tarde cidadãos dignos.⁷⁴

O jornal não fez nenhuma restrição à manutenção dos três menores que ficaram subordinados ao senhor. Ele não especificou o tempo de trabalho que os escravos alforriados dedicaram ao proprietário e nem mencionou a idade dos cativos para termos noção exata se eles possuíam condições para a sua subsistência. Mesmo se relevássemos estes quesitos, o periódico não levou em consideração que a “aprendizagem”, para que os menores se tornassem “cidadãos dignos”, seria efetuada, possivelmente, através da labuta diária na casa do senhor ou no eito. Ao contrário, a matéria da *Gazeta da Tarde* enfatizava o seu contentamento porque tinha a oportunidade de registrar “esses atos humanitários”.⁷⁵

A satisfação do jornal continuava a existir mesmo quando se tratava de noticiar alforrias que deveriam merecer apenas comentários desabo-

⁷² 16 de maio de 1882.

⁷³ 10 de novembro de 1887.

⁷⁴ 9 de setembro de 1882.

⁷⁵ *Ibidem*.

nadores. Este foi o caso da “escrava Perpétua, maior de 60 anos”, que só conseguiu a sua “libertação” após o pagamento de “\$150 fornecidos pelo benemérito cidadão Antonio Rosário Rodrigues de Vasconcellos”.⁷⁶ O órgão de divulgação incluiu esta matéria na sua coluna “crônica do bem” sem criticar a posição da proprietária, D. Maria Izabel de Souza Barbosa, que se utilizou, durante anos, do trabalho da cativa. Além disso, a alforriada comprou a sua carta já idosa. Claro que a escrava Perpétua encontrou um destino incerto como liberta e uma série de dificuldades para manter-se em virtude da sua idade avançada. A “libertação” beneficiou a proprietária em dois níveis: primeiro, obteve uma soma de dinheiro a título de indenização, pois afinal teve a responsabilidade de manutenção da escrava; segundo, a senhora não teve necessidade de arcar com despesas de doenças, mais facilmente adquiridas por uma pessoa de sessenta anos, principalmente sendo escrava.

As notícias sobre manumissões na *Gazeta da Tarde* intensificaram-se a partir de 1882. Quase todos os números apresentavam matérias envolvendo a “libertação” dos escravos. O *Cidade do Rio*, desde a sua fundação, também enfatizava as constantes alforrias. A imprensa abolicionista desejava demonstrar que o cativo tinha se tornado inviável e que os próprios senhores reconheciam este fato, exteriorizando as suas apreensões através das “concessões das cartas de liberdade”. Forma mais inteligente de preservar a mão de obra, “agradecida”, nas fazendas.

Os jornais abolicionistas noticiavam se as manumissões eram concedidas “sem ônus”, com “liberdade incondicional” ou com cláusulas de prestação de serviços. Estas últimas eram veiculadas, de uma forma mais sistemática, a partir de 1887. As matérias referiam-se, principalmente, às regiões cafeeiras, seja a do Vale do Paraíba ou do Oeste Paulista. A propósito desta última, Warren Dean assinalou que os cafeicultores concederam alforrias visando a atenuar as revoltas e fugas às vésperas da abolição.⁷⁷ O escravismo estava se desmoronando e os senhores queriam preservar a exploração de uma forma mais sutil, mantendo os escravos nas fazendas apontando para uma futura “libertação”.

⁷⁶ 21 de junho de 1881.

⁷⁷ *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura. 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 139 e segs.

A *Gazeta da Tarde* noticiou como um proprietário, João José de Carvalho, da cidade de Campos, após haver prometido que libertaria os seus escravos depois de dois anos de serviço, organizou uma festa para distribuir “setenta cartas de liberdade”. O jornal terminou o artigo saudando o senhor e desejando-lhe “honra e glória”. A Confederação Abolicionista conferiu ao fazendeiro o título de sócio benemérito. Entre os signatários do documento de homenagem ao proprietário campista, encontramos José do Patrocínio, André Rebouças e João Clapp, membros da diretoria da Confederação.⁷⁸

O *Cidade do Rio* informava, na primeira página de um dos seus números, que o Barão de Cunha Bueno declarara “setenta escravos livres após três colheitas consecutivas de café”.⁷⁹ Estes “atos humanitários” e a prioridade dada pela imprensa abolicionista a estas notícias embutiam toda uma linha de coerência da “intelectualidade” brasileira em relação ao escravo, dentro de uma perspectiva paternalista. O jornal de Patrocínio, dias antes da abolição, teceu considerações sobre a escravidão e a vida “deprimente” do “escravizado”. Este, segundo o editorialista, apesar de todos os obstáculos, sempre demonstrou, quando houve oportunidade, possuir “sentimentos, que sabe ser grato e que compreende os benefícios que lhe fazem”. Alertava os fazendeiros que um “pouco de brandura” será o “[...] imã que trará os trabalhadores a terras que eles regaram com as suas lágrimas”.⁸⁰

Os jornais de Patrocínio transformavam, conseqüentemente, as alforrias em atos meritórios quando exaltavam a atitude dos senhores, omitindo, talvez de uma forma inconsciente ou mais grave, deliberadamente, uma série de nuances que envolviam a “libertação” do cativo. Para que levantar o espesso véu que escondia as “generosidades” efetuadas pelos senhores? Tempo de trabalho do escravo, pagamento pela manumissão, quaisquer ônus, algumas vezes doenças incuráveis do cativo. Estes eram fatores que deveriam ser esquecidos. Para a imprensa, tornava-se mais importante ressaltar a conciliação, explicitada nas diversas matérias sobre o assunto.

⁷⁸ 5 de janeiro de 1887.

⁷⁹ 9 de novembro de 1887.

⁸⁰ 24 de abril 1888.

A imprensa abolicionista dedicava parte de suas páginas às notícias sobre eventos patrocinados por associações filantrópicas que visavam a angariar recursos para a compra de cartas de alforria: espetáculos teatrais, banquetes, quermesses, enfim, tudo que pudesse ser utilizado para a promoção das ideias abolicionistas. Em muitas dessas festividades, os organizadores distribuíaam algumas “cartas de liberdade”, que ocupavam um espaço acessório nestas festas mundanas.

As recepções a ilustres personagens, vindos do exterior, serviam como justificativas para a organização de cerimônias nas quais, além da congregação dos intelectuais que compartilhavam daquele ambiente de confraternização, trocando ideias e absorvendo as últimas novidades europeias, obtinham-se recursos para as alforrias de escravos. Quando Joaquim Nabuco retornou de uma das suas viagens à Europa, foi recepcionado por um “grande banquete no Hotel dos Estrangeiros e um festival no Teatro Pedro II” organizado pelas sociedades abolicionistas do Rio de Janeiro.⁸¹ O jornal noticiou, em outro momento, com o título “Banquete Abolicionista”, que o produto do festival foi “destinado à emancipação de seis escravos”. Esta menção à alforria ocupou um lugar secundário na matéria, pois foi feita após a ampla descrição das comemorações e os comentários dos discursos de saudação ao abolicionista.⁸²

As associações de libertos e de republicanos, entidades que tiveram um impulso no Rio de Janeiro no período, patrocinavam igualmente estas festividades como forma de, entre outras coisas, angariar adeptos. Afinal, o ato da distribuição de cartas de alforria dava prestígio para os organizadores. A *Gazeta da Tarde* publicou que o Clube dos Libertos de Niterói preparou uma festa em “comemoração ao aniversário da grande República Norte-Americana”, na qual foram distribuídas “dez cartas de liberdade” por “três crianças” após discursos de diversos oradores, entre os quais José do Patrocínio.⁸³ Os membros do Clube Republicano de São Cristóvão, uma associação atuante na cidade, também desejavam obter simpatias para a sua causa. Uma boa oportunidade de unir o útil ao agradável era noticiar a manumissão de escravos. Por ocasião da festa de aniversário do clube,

⁸¹ *Gazeta da Tarde*. 30 de abril de 1881.

⁸² 16 de maio de 1881.

⁸³ 6 de julho de 1881.

comemorado com toda a pompa e com um lauto banquete, foi entregue “uma carta de liberdade”.⁸⁴ Esta matéria, da *Gazeta da Tarde*, estava inserida na coluna “Crônicas do Bem” sem nenhum questionamento sobre essa prática lenta e gradual que servia, principalmente, para satisfazer a vaidade dos organizadores e assistentes destas reuniões mundanas.

A *Gazeta da Tarde* agia, no fundo, como os demais órgãos da imprensa do Rio de Janeiro sobre a chamada “questão servil”. Apesar de não abdicar das ideias emancipacionistas, endossava esses eventos que estavam mais preocupados com a imagem dos participantes do que com a situação dos cativos. Dessa forma a notícia, que ocupou a primeira página do jornal, sobre uma “FESTA ABOLICIONISTA” na casa do Conselheiro Jaguaribe, em S. Francisco Xavier (bairro do Rio de Janeiro), apresentava um “aspecto feericamente deslumbrante”, que se refletia na visão do “jardim todo iluminado” até as salas repletas de convidados que se confraternizavam porque afinal “a festa era de liberdade”. O jornal comentou os discursos dos oradores “frenética e entusiasmamente aplaudidos”, a comida, “os vestuários mais esplêndidos e vistosos,” e o luxo dos convidados (deputados e pessoas da sociedade do Rio de Janeiro). No final da matéria, o periódico assinalava, laconicamente, que “foram alforriados três escravizados”.⁸⁵

Os espetáculos teatrais atuavam, do mesmo modo, como espaço para a obtenção de recursos para o movimento abolicionista e para a compra de alforrias. Era comum artistas, músicos, cantores nacionais e estrangeiros destinarem a renda para atender àquele objetivo. A *Gazeta da Tarde* noticiou a apresentação de uma sessão de poesias, no Teatro Politeama, onde se destacou o “Navio Negreiro”, de Castro Alves, cuja renda serviu para “libertar uma escrava”.⁸⁶ Outro meio aproveitado pelos abolicionistas era a quermesse. O *Cidade do Rio* publicou o convite para que seus leitores comparecessem a uma “em prol da libertação dos irmãos escravos, na Igreja N. Sra. do Rosário”.⁸⁷ Esta igreja, situada no centro

⁸⁴ 11 de novembro de 1882.

⁸⁵ 15 de setembro de 1882.

⁸⁶ *Gazeta da Tarde*. 19 de setembro de 1881. A apresentação deste poema de Castro Alves, nessas reuniões, atendia a toda uma estratégia sentimental dos abolicionistas. O jornal narrou que os espectadores choravam de emoção.

⁸⁷ 1º de novembro de 1887.

da cidade do Rio de Janeiro, na antiga Rua da Vala, hoje Uruguaiana, vinculava-se à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos

Estas festas beneficentes eram patrocinadas por associações ligadas à luta antiescravista, como podemos constatar pelo noticiário referente à fundação do Clube Dramático Abolicionista. Os objetivos explicitados pelos “prestáveis cidadãos” que fundaram o Clube eram “dar espetáculos em teatros públicos, conferências, concertos, etc. [...], criar uma escola noturna para libertos e o produto dos espetáculos aplicados à liberdade dos escravos.”⁸⁸ Da mesma forma,

o “Clube Abolicionista do 2º. Distrito da freguesia de Santa Rita vai de vento em popa na realização do seu louvável intento [...] recebe prendas, que solicitam para organização de uma pequena Kermesse em favor da abolição [...] o Clube pretende convocar um *meeting* que deverá realizar em dias próximos”.⁸⁹

Os jornais patrocinavam campanhas de doações de prendas para essas quermesses, mobilizando uma parcela expressiva da população e demonstrando amplo apoio à campanha abolicionista. A *Gazeta da Tarde* destacava o recebimento de inúmeros objetos, alguns bastante inusitados, e seus respectivos doadores, para o “BAZAR DA CONFEDERAÇÃO” e da futura *Kermesse*.

Do Sr. Antonio Joaquim de Almeida, uma bonita cama de penas para bonecas; da Exma. Sra. D. Augusta Camisão, uma riquíssima toalha para encosto de cadeira; da Exma. Sra. D. Joaquina de Magalhães, um anel de ouro com uma esmeralda ornada de pérolas [...] uma cigarreira de celulóide imitando tartaruga [...] um paliteiro de prata [...] do Sr. Constancio Rodrigues Quelhas, um ninho de João de Barro, [...] de um abolicionista, uma garrafa de especial Paraty, uma caixinha contendo 12 charutos e outra com cigarros de palha, especiais.[...] da menina Loloca, um jogo de dados [...] da menina Corina Palhares, um delicado chapeuzinho para bo-

⁸⁸ *Gazeta da Tarde*. 5 de julho de 1881.

⁸⁹ *Gazeta da Tarde*. 6 de abril de 1884.

necas [...] Sra. D. Vicentina Palhares de Almeida, uma pasta de cetim azul [...] oferecendo por ela a ofertante, para o lance, a quantia de 20\$000”.⁹⁰

Os participantes do movimento contra o cativo tinham os seus nomes ligados a “Centros Abolicionistas” ou “Caixas Emancipadoras”. Essas associações visavam a alforriar o maior número possível de escravos com recursos provenientes de doações, festividades, assim como dos pecúlios de escravos. O Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, fundado na redação da *Gazeta da Tarde*, desejava basicamente “libertar e educar o maior número de sócios de condição servil, de ambos os sexos, que a ele se filiem e socorrer esses mesmos sócios em casos de perseguição.”⁹¹

Esse mecanismo apresentava-se como uma forma tímida para a solução da questão servil, podendo ser constatado pelo exemplo da notícia relativa àquele Centro Abolicionista, o qual, segundo a *Gazeta da Tarde*, “restituiu hoje à liberdade a sua sócia Cecília, escrava de Antonio Gonçalves de Freitas. Com esta é a quarta carta de liberdade que o mesmo Clube dá em quatro meses de existência”.⁹² Em primeiro lugar, pelo conteúdo da matéria, percebemos que Cecília, sendo “sócia” daquela associação, provavelmente, pagava uma determinada quantia a título de mensalidade; este “pecúlio” contribuiu para a obtenção de sua “liberdade”. Em segundo, o proprietário da escrava, apesar de não constar, formalmente, na notícia do jornal, recebeu o valor estipulado para a manumissão da cativa. Em terceiro, mesmo sem nenhuma alusão à honestidade dos administradores do Centro Abolicionista, um escravo, analfabeto, espoliado em seus direitos, tornava-se presa fácil para elementos inescrupulosos que poderiam aproveitar-se de sua boa fé. Patrocínio, por exemplo, foi, muitas vezes, acusado de “papa-pecúlios” pelos seus adversários, embora eles não tivessem conseguido provar as acusações. Além dessas questões concretas e materiais, podemos acrescentar que, no fundo, os abolicionistas se contradiziam ao endossarem estas práticas, pois estavam compactuando com ações que eles, teoricamente, condenavam.

⁹⁰ *Gazeta da Tarde*. 4 de abril de 1884.

⁹¹ *Gazeta da Tarde*. 11 de maio de 1882.

⁹² 21 de setembro de 1882.

Patrocínio estava perfeitamente integrado a essas práticas tímidas e cautelosas, na medida em que os seus jornais as divulgavam e as elogiavam. As matérias sobre reuniões filantrópicas da Caixa Emancipadora José do Patrocínio fornecem mais elementos que evidenciam a postura paternalista do jornalista. Esta associação de auxílio mútuo funcionava igualmente com as contribuições dos militantes, com festas, leilões e com recursos obtidos por pecúlios dos escravos. Apoiava, inclusive, campanhas para “esmolar”, visando à obtenção de dinheiro para a compra de cartas de alforria.

50 LIBERDADES

Desde o dia 21 de junho de 1883 até a data de ontem, isto é, em um ano, por intermédio da Caixa Libertadora José do Patrocínio foram restituídos à liberdade 50 pessoas, sendo 25 homens e 25 mulheres.

Onze liberdades foram concedidas a título gratuito tendo, com as outras, a importante associação despendido a quantia de 10:610\$000, sendo a média, por liberdade, de 210\$.⁹³

Parece-nos que existia um controle, por parte de Patrocínio, sobre a associação. O pagamento das mensalidades era efetuado na Escola Noturna da Cencela, situada na residência do Capitão Sena, seu sogro, com a cunhada, Rosa de Senna.⁹⁴ A *Gazeta da Tarde* apresentava, em diversos números, anúncios a respeito da atuação da Caixa e convocações para assembleias. Em uma delas, constata-se que os sócios – escravos – contribuíam para a sua própria “libertação”, conforme o seguinte aviso:

Sessão de Assembleia Geral. Domingo, 23 do corrente, às 8 horas da noite. Os sócios pretendentes à libertação queiram apresentar seus pedidos nessa assembleia com todas as declarações, inclusive a de pecúlios, de que possam dispor. Secretário. João Villa Nova.⁹⁵

Observamos a variedade de recursos usados pelos abolicionistas da cidade do Rio de Janeiro, com papel destacado para Patrocínio. Esta maté-

⁹³ 25 de junho de 1884.

⁹⁴ 13 de abril de 1882.

⁹⁵ 19 de abril de 1882. João Vila Nova era membro da família da mulher de Patrocínio.

ria do jornal leva-nos a pensar nas estratégias dos militantes. Vejamos: em primeiro lugar, por trás da fachada da Escola Noturna da Cancela, havia o local onde se refugiavam, conforme já mencionamos, escravos fugidos, denominado “quilombo da Cancela”; em segundo, além da eventual guarda, por ocasião da fuga, os cativos contribuíam com uma quantia em dinheiro – o pecúlio – que servia para reforçar a tesouraria da “Caixa”; em terceiro, o pagamento da alforria envolvia o pecúlio dos escravos, além de uma provável complementação do valor através de contribuição de outras pessoas, inclusive cativos.

Cabe ressaltar que, neste caso, os meios para alcançar os fins, isto é as alforrias de escravos, trilhavam caminhos tortuosos e perigosos, pois as quantias arrecadadas não eram controladas pelos interessados e, sim, por pessoas das relações familiares de Patrocínio. As acusações de “papa-pecúlios”, como citamos, eram sempre apresentadas pelos inimigos do abolicionista. Esses mecanismos, utilizados por Patrocínio, forneciam fundamentos para os seus detratores. Além disso, essa prática envolvia uma grande contradição: como o escravo comprava a sua “liberdade” se a escravidão era um “roubo e todo dono de escravo era um ladrão”, conforme palavras do abolicionista?

A preocupação de arrecadar dinheiro era uma constante nas notícias a respeito da Caixa Emancipadora José do Patrocínio. Por exemplo, ela organizou um “bazar com leilão de prendas”, no Largo da Cancela, no atual bairro de São Cristóvão da cidade do Rio de Janeiro, para “concorrer com a maior eficácia para a libertação do homem escravo”. O anúncio solicitava para “semelhante fim tão humanitário [...]”, que “[...]todas as pessoas que desejam para ele concorrer, enviarem objetos de qualquer importância ou valor”.⁹⁶ Logo depois os militantes prepararam outro similar visando a angariar “doações”.⁹⁷ Em outro número, o jornal destacou, na coluna “Crônicas do Bem”, a atuação de um grupo de abolicionistas que “esmolou em favor da libertação de escravos [...], por ocasião do leilão de prendas da Caixa Emancipadora José do Patrocínio”.⁹⁸ A *Gazeta da Tarde*, externando o ponto de vista do proprietário,

⁹⁶ *Gazeta da Tarde*. 2 de maio de 1882.

⁹⁷ *Ibidem*, 20 de junho de 1882.

⁹⁸ *Ibidem*, 12 de julho de 1882.

considerava a alforria como se fosse uma esmola ou um benefício que o senhor concedia ao escravo.

Patrocínio, como vereador, estabeleceu como objetivo “libertar a nossa capital do opróbrio da escravidão”, já que a Câmara Municipal da Corte possuía um mecanismo de subscrições monetárias, através de “livros de ouro” para financiar a “liberdade” de escravos.⁹⁹ O primeiro encaminhamento, nesse sentido, foi na sessão de 21 de fevereiro de 1884, pelo vereador José Ferreira Nobre. O requerente desejava eliminar a escravidão do Município Neutro (sede da Corte) e “regenerar” os “escravos infelizes párias” que “são também nossos irmãos”. As quantias arrecadadas visavam à “consecução de maior número possível de libertações”.¹⁰⁰

O assunto entrava constantemente na ordem do dia das diversas sessões do legislativo municipal, seja através de solicitações de doações como, também, de narrações de solenidades nas quais se entregavam cartas de alforria aos escravos, após o pagamento dos seus respectivos senhores. Em uma delas compareceu o Imperador Pedro II, acompanhado da Princesa Isabel, do Conde D’Eu, do ministério, “membros do Parlamento, funcionários públicos e um concurso de cidadãos de diferentes classes [...]” para assistirem à “[...] libertação de escravos pelos donativos do Livro de Ouro”. Foram entregues 52 cartas de alforria. O evento, revestido de toda a pompa, encerrou-se após manifestações de júbilo dos assistentes, que ovacionaram “Suas Majestades e Altezas, a família imperial e a nação brasileira”.¹⁰¹

Nessa perspectiva é que devemos entender toda uma mobilização pública, comandada pelas associações e jornais abolicionistas do Rio de Janeiro, às vésperas da extinção legal do cativo, para a eliminação da escravidão da Corte. A *Gazeta da Tarde* e depois o *Cidade do Rio* tiveram um papel fundamental, pressionando, inclusive, a Câmara Municipal. Como fizemos referência, a Confederação Abolicionista, através de Patrocínio, vereador na época, enviou uma moção à Câmara para que acelerasse o processo de “libertação” dos sete mil escravos do Município Neutro. Os argumentos utilizados eram os mesmos que buscavam demonstrar a responsabilidade da escravidão pelo atraso do país:

⁹⁹ *Gazeta da Tarde*. 25 de setembro de 1886.

¹⁰⁰ *Anais da Câmara Municipal da Corte*. Sessão de 21 de fevereiro de 1884.

¹⁰¹ *Ibidem*. Sessão de 29 de julho de 1885.

“a escravidão não é fator econômico, nem financeiro, e só representa, no organismo nacional, um vício que impede o exercício regular das suas funções”. A proposta previa a criação de “comissões paroquiais” para viabilizar a “libertação desta capital”.¹⁰²

Essa “libertação” vinculava-se ao comportamento dos abolicionistas que atuavam na imprensa do Rio de Janeiro. Não se tratava de restabelecer os direitos e garantias individuais dos escravos, retirados à força. Pensava-se em eliminar a escravidão, “chaga purulenta” que infectava a cidade e o país, que impedia o progresso e os “ventos civilizatórios”. Entretanto, a trilha, para alcançar aquela meta, deveria ser bem pavimentada, evitando-se os tropeços e as pedras que poderiam impedir a “marcha triunfante” da emancipação dos cativos. Estas preocupações estão contidas no texto abaixo escrito por José do Patrocínio, na coluna “Semana Política”.

A abolição da escravidão é uma necessidade da honra e da paz nacional. O escravo é na nossa sociedade uma vergonha e uma ameaça [...]. a corrente negra continuou a atravessar o Atlântico e a trazer pra nossas plagas uma população de galés que, no tinir das suas cadeias, nos deixou o atavismo fatal da humilhação. O escravo assimilou a nação e se tornou o seu símbolo. Concentrando em si a nossa riqueza, a nossa pátria está nos seus músculos [...] No dia em que o escravo se compenetrar de que é homem, no dia em que as claridades do direito forem alvorear na espessa e agoureira sombra de três séculos de ignorância e submissão, o dia da justiça; neste dia se interromperá de súbito para as atuais classes dirigentes a vida de prestígio e de força e o país se verá fatalmente abalado por uma crise tremenda.¹⁰³

As palavras do jornalista deixam transparecer uma apreensão com as possíveis agitações que poderiam ocorrer, caso não houvesse um controle sobre o processo emancipacionista. Este controle compreendia, também, evitar que os proprietários dessem um tratamento desumano aos escravos. A partir desse pressuposto, podemos entender os alertas feitos aos senhores, pois, na medida em que eles atenuavam a sorte dos cativos, criava-se um vínculo de gratidão, trabalhando com maior prazer e contribuindo para

¹⁰² *Gazeta da Tarde*. 25 de abril de 1887. *Anais da Câmara Municipal da Corte*, 14 de abril e 1 de maio de 1887.

¹⁰³ *Gazeta da Tarde*. 7 de agosto de 1882.

o “bem-estar” geral. As denúncias sobre violências, efetuadas por Patrocínio, sempre tinham como meta chamar a atenção dos fazendeiros sobre as consequências de uma revolta, como podemos constatar pelo texto abaixo:

Não lhes dão nem sustento, nem com que cobrirem a vergonhosa nudez em que vivem [...] causam compaixão, quase completamente nus apresentam-se ali envolvidos em trapos e fragmentos de sacos. Ainda acham que é crime quando o escravo no auge do desespero esquece-se de que é homem e transformando-se em fera, destrói o seu algoz.¹⁰⁴

Uma forma paternalista que, ao trazer benefícios para os cativos, enfraquecia a solidariedade entre eles visando a impedir uma resistência violenta. Esta situação era alcançada em virtude da criação de um nível de dependência entre os senhores e os escravos, pois estes se julgavam devedores dos seus “benfeitores”, assim como os primeiros consideravam-se credores. Portanto, a postura paternalista, contida nos jornais abolicionistas, destinava-se à criação de mecanismos que assegurassem uma transição segura, sem desordens, permitindo, inclusive, que essa elite intelectual, na qual Patrocínio estava inserido, assumisse uma posição mais destacada na esfera do poder na medida em que se julgava como responsável pela eliminação do cativo.

3.2 – ORDEM SEM CRUELDADE

A maior divulgação pelos jornais das atitudes de resistência dos cativos reforçava a atuação dos propagandistas. As fugas, revoltas, assassinatos de feitos intensificavam-se. É assim que a retórica de uma elite intelectual acabava interpretando e superando os “brados” dos escravos, naquele momento com maior ressonância. José do Patrocínio percebia a necessidade de destacar a oposição cada vez mais atuante dos escravos à “nefanda instituição”. Um alerta para os senhores e, ao mesmo tempo, uma forma de desgastá-los perante os seus leitores. Na *Gazeta de Notícias* já assinalava que as relações entre os proprietários e os cativos caracterizavam-se pela

¹⁰⁴ *Cidade do Rio*. 31 de janeiro de 1888.

desconfiança, que aumentava rapidamente em virtude dos temores dos primeiros da iminência da abolição. Segundo a matéria, na medida em que se aproximava o prazo para a extinção do escravismo, os senhores tentavam extrair o máximo de trabalho dos escravos, ampliando o grau de exploração e, por conseguinte, exaurindo a mão de obra, sem pensar no prejuízo futuro. Por outro lado, a “ocorrência de um maior número de reações dos explorados” significava a “convicção de que a sua posição não tem base nem na lei, nem na natureza”, e, sendo assim, eles utilizariam todos os meios para “produzir o menor que lhes for possível”.¹⁰⁵

O jornalista buscava demonstrar os malefícios do escravismo, pois acarretava a diminuição da produção não trazendo nenhum benefício para o país. Nas suas conclusões finais, Patrocínio tentava influenciar os proprietários: “O folhetinista não acredita. Está certo de que o fazendeiro, por falta de compreensão do problema, é ao menos competente para falar a respeito” e, mais adiante, enfatizava que estava apreensivo com a “conservação” do “bem dos senhores”. Já nesses primeiros textos, ele já advogava uma “lei [...] para criar a pequena propriedade, para criar o colono no seio dos trabalhadores atuais [...]”, e de maneira incisiva finalizava ressaltando que é possível “[...] tal mudança, olhando-se para a pátria e não somente para o fazendeiro.”¹⁰⁶ Este entendimento vinculava-se à postura reformista dos abolicionistas, não somente de Patrocínio, que acentuavam em seus discursos o objetivo de libertar o cativo e, principalmente, o senhor e toda a sociedade.

Quando mencionamos o termo reformismo, estamos relacionando-o com a ideia de correção, emenda, aprimoramento e suas implicações no corpo da sociedade. Ele se caracteriza pela defesa de melhorias graduais e fragmentadas sem alterar a essência, dificultando, ou impedindo, o estabelecimento de propostas revolucionárias. Assim, as medidas reformistas podem assumir parâmetros conservadores. Mudar conservando é uma forma de evitar uma “Revolução”. Para Patrocínio, esta significava a alteração da ordem, isto é a eclosão de revoltas que redundariam em uma “luta fratricida”, como ele afirmava, no final do ano de 1887, quando aumentava a resistência dos escravos: “a nossa opinião é que todos os meios

¹⁰⁵ 6 de setembro de 1880.

¹⁰⁶ *Idem, Ibidem.*

são bons para extinguir a escravidão; mas *não queremos fazer revolucionariamente a Reforma*".¹⁰⁷

Esta perspectiva pode ser constatada pelos editoriais dos jornais abolicionistas ligados a Patrocínio. A *Gazeta de Notícias*, entre 1877 e 1880, priorizou a crítica sutil às estruturas vigentes, sem tecer grandes considerações sobre a escravidão. A questão central girava em torno do atraso do Brasil perante o "século do progresso" devido aos "desmandos administrativos e à herança do passado".¹⁰⁸ Em outro artigo, o periódico responsabilizava como agentes do "deperecimento nacional", a "religião", a "escravidão corrompendo a família, a ignorância e a má fé invalidando a lei e o amor à ociosidade."¹⁰⁹ O seu discurso estava envolto por um véu de subjetividade, pois, além do trabalho compulsório com suas mazelas, outros motivos igualmente serviram para justificar o atraso do país, como se eles estivessem independentes do escravismo.

A partir do momento em que a contestação à ordem escravista se tornou mais intensa os jornais abolicionistas assumiam posições mais nítidas em relação à questão. O princípio civilizatório norteava as palavras de Patrocínio. A questão, portanto, não se resumia à violência isolada contra o escravo, mas porque esta prática não condizia com os exemplos externos que atestavam o triunfo do "século do progresso": "as revoluções na França, a democracia na Suíça" e a abolição da escravatura nos Estados Unidos". Finalizando, o articulista convocava os "homens sensatos" para que retirassem o Brasil da "inércia" que grassava em todos os poros da vida social, impedindo-o de galgar os mesmos degraus das "nações civilizadas" e integrar-se aos "novos tempos".¹¹⁰

A exaltação ao século XIX pela imprensa abolicionista era uma constante. Um artigo da *Gazeta de Notícias* salientou que neste período as letras e as ciências se difundiram, mas reclamava que no Brasil existia um

¹⁰⁷ *Cidade do Rio*. 16 de dezembro de 1887. Grifos nossos. Marx considerou "Revolução" como produto de uma modificação radical da sociedade, isto é a alteração das relações de produção e das estruturas de poder, respaldada por um arcabouço ideológico que sustenta as novas forças sociais em ascensão, cf. MARX, Karl. *Contribuições à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, ps. 24/25.

¹⁰⁸ 30 de agosto de 1878.

¹⁰⁹ 7 de julho de 1879.

¹¹⁰ *Gazeta de Notícias*. 7 de julho de 1879.

número elevado de refratários que não absorveram a influência da civilização.¹¹¹ Em outro número, o jornal assinalava que os “ventos civilizatórios” espalhavam-se em outras regiões: na Europa, os “elementos conservadores” estavam sendo superados pelo “impulso irresistível do progresso”; as “barricadas” com os “cetros dos reis”, com os “báculos episcopais” e com os “brilhantes das Coroas” não conseguiam conter a “corrente da ciência”. Mais adiante, louvou as oportunidades sem distinções que todos tinham na América. O artigo terminou advertindo o governo sobre a importância de resolver a “questão servil”, para que o país pudesse alcançar uma situação semelhante às nações civilizadas.¹¹²

A *Gazeta da Tarde*, ainda sob a direção de Ferreira de Menezes, utilizava uma linguagem bem mais agressiva quando mencionava os “*landlords*, os latifúndios, os barões feudais”. Enquanto na Europa, segundo um artigo do jornal, eles estavam sendo aniquilados pela “força democratizadora” do século XIX, no Brasil eles subsistiam “pela ignorância do povo brasileiro e pelo apoio da plutocracia traficante de escravos. Hoje o comércio está cansado de suportar barões parasitas, jogadores e caloteiros; faz causa comum com a ‘Democracia Urbana’ e anseia pela Imigração, pela Subdivisão do solo e pela ‘Democracia Rural [...]’”.¹¹³ A crença na inexorável marcha da civilização do século do progresso, ligada a um ideal científico, sustentava os escritos da imprensa abolicionista na luta contra o escravismo.

A expressão ciência frequentava as páginas dos periódicos. Eram textos vinculados a uma visão evolucionista, apoiados em Charles Darwin (1809-1882), Auguste Comte (1798-1857) e Herbert Spencer (1820-1903), como também nas novas descobertas provenientes da Europa. Nos artigos de fundo exaltava-se o espírito científico e as leis da ciência, responsabilizando-se, como mencionamos, a escravidão pelo atraso do país e discorrendo sobre a importância de eliminar a ignorância do povo e integrá-lo na órbita do progresso e da civilização.

Conforme já assinalado, estas concepções têm suas origens no liberalismo. A partir da sua expansão, o progresso tornou-se a meta irreversível

¹¹¹ 14 de maio de 1877.

¹¹² 9 de dezembro de 1878.

¹¹³ 2 de janeiro de 1881.

das sociedades inspirando várias correntes de pensamento, especialmente na segunda metade do século XIX. O conceito, conforme Nisbet, transformou-se na ideia dominante dos círculos acadêmicos do mundo ocidental. A história se desenrolaria através de uma “ascensão lenta e gradual, mas contínua e necessária em direção a um fim determinado”. Logo, havia uma identificação entre o progresso, o desenvolvimento e a evolução.¹¹⁴ Ele seria o objetivo a ser atingido pelos homens, permitindo-lhes desfrutar dos bens materiais e, por conseguinte, do conforto e dos benefícios da civilização.

A penetração dessas ideias entre a intelectualidade brasileira no final do século XIX é inquestionável, sendo Spencer um dos teóricos que mais a influenciaram.¹¹⁵ Os seus escritos vinculavam a liberdade individual ao progresso. Ao formular a “lei e causa do progresso”, estabeleceu como princípio central que, na evolução da sociedade, a eliminação da “homogeneidade” e o desenvolvimento da “heterogeneidade” foram os responsáveis pelas mudanças ocorridas entre os homens. Segundo Spencer: “todo progresso, de qualquer espécie que seja, vai do homogêneo para o heterogêneo; e que a causa é a seguinte lei: toda a mudança é seguida de muitas mudanças”.¹¹⁶

Spencer, em outro artigo, aplicou este conceito à escravidão. Considerou que ela só se justificava em sociedades onde os homens se dedicavam às guerras, sendo que neste caso se tornava necessária a existência de escravos para efetuar os trabalhos produtivos ou, então, domésticos. Para ele, a escravidão, nesta fase, era uma coisa natural porque as condições eram iguais e todos os homens eram guerreiros, servindo-se dos “prisioneiros como produtores”. Mas, na medida em que as guerras diminuía e as sociedades evoluía, tornando-se mais complexas e heterogêneas, o

¹¹⁴ NISBET, Robert. *História da Ideia de Progresso*. Brasília: UNB, 1985, ps. 181/186. Ver, também, BOCK, Kenneth. “Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução”, in: BOTTOMORE, T. B. & NISBET, R. (org.). *História da Análise Sociológica*: Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 65 e seguintes.

¹¹⁵ COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil* 2ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 280. GRAHAM, Richard. “Spencer e o Progresso”, in *Grã-Bretanha e o início da Modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

¹¹⁶ SPENCER, Herbert. *Lei e Causa do Progresso. A Utilidade do Antropomorfismo*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia. Ed., 1889, ps. 86/87.

trabalho livre se desenvolvia naturalmente, sobrepondo-se ao do escravo. O autor enfatizou que o trabalho escravo é menos econômico em virtude da ausência de energia e interesse por parte do cativo, e destituído de inteligência.¹¹⁷

As ideias de Comte, do mesmo modo, encontraram campo fértil entre esta intelectualidade do Rio de Janeiro, sendo bastante divulgadas pela imprensa. A *Gazeta da Tarde* descreveu uma conferência abolicionista, realizada no dia anterior no Teatro São Luiz, centro do Rio, na qual Patrocínio se posicionou favoravelmente às ideias positivistas, afirmando que se sentia honrado de “ser um dos menores discípulos de Augusto Comte. Sou positivista...”. Mais adiante, justificando a sua opção, criticou um fazendeiro, proprietário de escravos que se autoproclamava positivista, mas que, “criou um positivismo *sui generis* para defesa de suas senzalas, para manutenção de seus escravos”. Após considerações desabonadoras a respeito do senhor, concluiu exaltando Comte: “Auguste Comte, meus senhores, estudou a nefanda escravidão, criada pelos bárbaros descobridores da América, estigmatizou-a, dizendo que ela era uma tristíssima exceção na progressiva evolução da humanidade.”¹¹⁸

Esses argumentos se coadunavam com a condenação efetuada por Miguel Lemos, presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro e colaborador eventual da *Gazeta da Tarde*, sobre o escravismo. Em um estudo, intitulado *O Positivismo e a escravidão moderna*¹¹⁹, condenou os positivistas que possuíam escravos, exaltando a “santa memória do primeiro dos pretos Toussaint-Louverture. Ditador do Haiti. Promotor e Mártir de sua raça” e criticou o governo pelas tergiversações em relação ao cativo. Para Lemos, estas não são mais admissíveis, pois caso as autoridades governamentais não tomassem providências imediatas, acabariam sendo levadas “pela onda e submergido. É tempo de ter coragem e assumir a posição que compete aos que pretendem ser pastores dos povos”.¹²⁰ Podemos perceber que a visão elitista e messiânica estava presente, assemelhando-se aos escritos dos abolicionistas.

¹¹⁷ *Principes de Sociologie*. vol. V, Paris: Felix Alcan, 1910, ps. 356; 361/362.

¹¹⁸ 31 de janeiro de 1881.

¹¹⁹ Rio de Janeiro: Tipographia Central da Sociedade Positivista. 1884.

¹²⁰ *Idem, ibidem*, ps. 5/15.

Esses discursos, portanto, adequavam-se às aspirações dessa elite intelectual que desejava a implementação de reformas, garantindo a modernização da sociedade. Os jornais abolicionistas associavam progresso com liberdade, em oposição à escravidão e ao obscurantismo.

O progresso é como a luz. Ainda que nos ponham uma venda sobre os olhos, sempre uma tênue claridade nos indica de que lado está o sol.

[...]

A escravidão tem sido para nossa pátria, um luto de quase quatro séculos.¹²¹

Para o Brasil alcançar este objetivo era imprescindível dignificar o trabalho, o que serviria para o “engrandecimento da pátria”. Este era um dos argumentos mais utilizados pelos jornais abolicionistas para a eliminação do “homem-máquina” – o escravo – pois, conforme um artigo de fundo da *Gazeta de Notícias*, “o trabalho para esse homem é, não um título de merecimento, não uma esperança de glória, mas uma humilhação, um desterro da sociedade, um exílio da civilização”. Portanto, o cativo “não tem direito à pátria, porque lhe negam o direito de si mesmo, o direito de família e o direito de propriedade”.¹²²

Com os olhos voltados para a Europa, esses intelectuais absorviam os novos conhecimentos da ciência que lá se desenvolviam. As exposições da indústria, apresentando as últimas descobertas, resultado do progresso das nações civilizadas, deram um tom de otimismo ao ambiente da segunda metade do século XIX, pois, além da “difusão dos conceitos de progresso e civilização”, estavam articuladas a todo um processo de valorização do trabalho livre.¹²³ Assim, nada mais lógico do que o requinte da civilização europeia e o dinamismo de suas realizações, principalmente da França e da Inglaterra, fossem adotados como modelos pelos abolicionistas, como mencionamos anteriormente. Patrocínio, por exemplo, na sua coluna *Semana Política*, da *Gazeta de Notícias*, priorizava a França para demonstrar

¹²¹ *Gazeta da Tarde*. 21 de novembro de 1884.

¹²² 25 de julho de 1881.

¹²³ NEVES, Margarida de Souza. *As Vitrines do Progresso*. Rio de Janeiro: PUC-RJ. 1986, ps. 85/100.

a legitimidade de seus argumentos: “A França, atravessando justamente um século de revoluções contínuas, prova que a reabilitação dos povos é também uma lei histórica”.¹²⁴

A Revolução Francesa não era um acontecimento circunscrito à história daquele país. Nas páginas dos jornais abolicionistas, diversas manifestações de apreço marcavam o 14 de julho, dia nacional da França. Segundo a *Gazeta da Tarde*, naquela data efetivou-se o “fato social mais grandioso da moderna era e pela universalidade de seus efeitos, ficou sendo uma revolução humana, um fato concreto de que participaram todos os povos que entraram pela senda do progresso, [...] e da civilização do nosso século”. O periódico exaltou as manifestações de júbilo, destacando a importância do evento pela sua influência em outras nações, e como a França servia de exemplo pela sua “estabilidade, riqueza e adiantada civilização”.

Para nós os brasileiros, como para todos os filhos da América, a França é sempre o farol, esplendente da liberdade e democracia. [...] é o cunho francês o que mais fundo se imprime no caráter e nas instituições dos povos desta margem do Atlântico.¹²⁵

Portanto, o pensamento francês estava arraigado nas convicções de Patrocínio, que sempre buscava relacionar a importância do trabalho livre com os anseios da humanidade, “da civilização e diante da natureza”.¹²⁶ Anos depois, no *Cidade do Rio*, Patrocínio exaltava a influência da cultura francesa que se espalhava pelos diversos países, não se restringindo ao seu território.¹²⁷ Ele apenas ratificava o que já havia dito, anteriormente, em uma conferência abolicionista, ao fazer um discurso contundente contra

¹²⁴ *Gazeta de Notícias*. 19 de maio de 1879. Sobre o refinamento da sociedade europeia, de uma maneira geral, embora apresentando uma realidade específica relativa ao Império Austro-Húngaro, consultar: SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siecle: política e cultura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

¹²⁵ 14 de julho de 1881.

¹²⁶ *Gazeta da Tarde*. 28 de julho de 1884.

¹²⁷ 19 de novembro de 1887.

a escravidão inspirado no ideário liberal das revoluções burguesas: “No Brasil todos são livres, todos são iguais, todos são irmãos”.¹²⁸

As palavras liberdade e igualdade apareciam constantemente nos jornais ligados a Patrocínio. Estas duas expressões inseriam-se no ideário abolicionista em virtude da oposição à estrutura coercitiva do cativo e da defesa de paridade de condições para os membros de uma mesma sociedade. A partir destes pressupostos, podemos identificar, nos editoriais e nas diversas notícias, o arcabouço teórico, vinculado à França revolucionária, que inspirou os militantes da luta antiescravista. Era natural, portanto, que aquele país exercesse um fascínio sobre muitos abolicionistas, embora a realidade da sociedade brasileira diferisse bastante da francesa.

Apesar das dificuldades notórias, as ideias europeias tinham uma presença marcante entre a intelectualidade brasileira. Embora as bases socioeconômicas dificultassem a sua penetração, não as impediam de entrarem “no lugar”, porque se adequavam à realidade escravista existente no Império do Brasil. Claro que, pela própria constituição da sociedade apoiada no braço escravo, permeava toda uma visão conservadora em relação às mudanças pretendidas pelos abolicionistas.¹²⁹ Em função desta contradição, que marcava indelevelmente os militantes antiescravistas, apenas as elites absorviam o pensamento europeu, apesar de todo um discurso ambíguo como pode ser comprovado pelas palavras de Joaquim Nabuco:

Nós, brasileiros, o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos, pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não

¹²⁸ *Gazeta da Tarde*. 31 de janeiro de 1882.

¹²⁹ Sobre o assunto e suas controvérsias, ver: COSTA, J. Cruz. *Ob. cit.*, p. 9. NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Ob. cit.*, p. 65. NEDER, Gizlene. *Ob. cit.*, ps. 8/11. MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil. Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 224. SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”, in: SCHWARZ, R. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 2ª ed., São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981, ps. 13/25.

pode deixar de ser europeia, isto é, de ser humana; [...]. O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação europeia.¹³⁰

O reconhecimento da superioridade da civilização europeia, em oposição ao que não é humano, está bem frisado no texto. Nabuco sintetizou o pensamento da intelectualidade brasileira na época: ansiava por mudanças que dependiam da eliminação do trabalho escravo, que viabilizariam o ingresso do Brasil na era do progresso e da civilização. No Brasil, este ideário assumia uma faceta conservadora em virtude de sua convivência com a estrutura escravista.

Esta perspectiva era retratada quando os jornais abolicionistas narravam acontecimentos do cotidiano da sociedade escravista. Utilizando como cenário a realidade europeia, eles buscavam transpor para o palco nacional cenas que demonstrassem a possibilidade de o Brasil alcançar um futuro mais promissor. Os cativos apareciam muitas vezes como elementos que obtinham um verniz civilizatório sem os “costumes bárbaros”. A *Gazeta de Notícias*, ao anunciar a fuga de um escravo, José Crioulo, com 54 anos, oficial de pedreiro, destacava, entre os seus atributos, o fato dele ser “bastante retinto” e um “tanto civilizado”. Mais adiante, em outro anúncio, descreveu as características físicas de Bruno, que se evadiu da casa do senhor, da Rua da Candelária, n. 48, que estava para ser vendido e “tem os sinais seguintes”:

[..] pardo, cabelos anelados, aparentando ter 22 anos de idade, delgado de corpo, altura regular, sem barba, pés e mãos bem feitos, muito inteligente e civilizado, sabe ler e escrever, talvez se intitule livre [...] quem o prender ou der notícia certa será generosamente gratificado.¹³¹

O que era ser civilizado? Em ambos os exemplos, de uma forma especial no segundo, podemos perceber que os escravos não estavam enquadrados em um padrão “normal”, inerente aos que estavam submetidos ao cativeiro. Os dois casos apresentam situações anômalas para o cotidiano da sociedade escravista brasileira. Pelos menos na visão dos proprietários e

¹³⁰ *Minha Formação*. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949, ps. 35/36. Grifos do autor.

¹³¹ 23 de janeiro de 1877.

seus defensores. Estes consideravam que as “peças de ébano” só poderiam fazer atividades brutas, manuais, sendo, portanto, para eles, estranho que um escravo soubesse ler e escrever. A situação era inusitada em virtude de abalar os estereótipos em relação aos cativos, no caso as ideias sobre a sua coisificação, além de, no fundo, identificar o escravo com os brancos. A relação entre inteligência e civilização demonstra a preocupação do articulista com a incorporação de valores diferentes ao ambiente do negro: este absorveu padrões de outra cultura, no caso a europeia. Isto só foi possível, segundo o autor da matéria, por tratar-se de um escravo “inteligente”, pois ele partia do pressuposto que os cativos se caracterizavam pela ignorância.

Esta visão estava muito enraizada na mentalidade da sociedade brasileira, inclusive entre os abolicionistas. Patrocínio, por ocasião de sua viagem ao Ceará, em 1878, narrou através de um folhetim, intitulado “VIAGEM AO NORTE. Da Corte a Maceió”, que a bordo do navio se encontrava, também, o Presidente da Província de Pernambuco com um “criado, bonito crioulo de bigode e cavanhaque, pisar forte amante dos versos de Varella cujos livros sobraçavam com pose e lia com intenção de se fazer notar”. Após o jantar do primeiro dia de viagem, roubaram do camarote de um passageiro um relógio, um *pince-nez* e uma corrente de ouro. O folhetinista informou que ao procurarem pelo ladrão (já que todos estavam jantando) encontraram as únicas pessoas que não estavam no salão, “eu alquebrado pelo enjoo e o criado fazendo vida literária.” Embora este tivesse inúmeras “cartas de recomendação foi preso imediatamente”. Patrocínio, mais adiante, assinalou que, ao chegarem a Salvador, o gatuno deparou-se com o “seu senhor que havia muito tempo o procurava em vão”.¹³²

Cabe estabelecer algumas considerações sobre o assunto. Poderíamos acrescentar alguns dados que comprovam o caráter preconceituoso da sociedade brasileira em relação ao escravo. Inicialmente, José do Patrocínio era considerado o abolicionista mais atuante na Corte. Embora estivesse nos primórdios de sua carreira jornalística, ainda assim não estava livre das influências do seu meio e considerou anormal um escravo

¹³² *Gazeta de Notícias*. 1 de junho de 1878.

assumir ares de literato. A “pose” do personagem deixa transparecer certa dúvida sobre a capacidade intelectual do “crioulo” no entendimento dos “versos de Varella”. Devemos acrescentar que o autor era redator e correspondente do principal jornal antiescravista da Corte naquele momento: a *Gazeta de Notícias*.

A matéria foi publicada na primeira página do jornal com o título “Da Corte a Maceió”, fazendo parte de um texto no qual Patrocínio descrevia os “vestígios de progresso” da cidade de Salvador: a “poderosa máquina” que levava transeuntes da cidade baixa para a cidade alta, os “livros abertos” dos estudantes preparando-se para as “sabatinas” e as discussões políticas próximas à “Charutaria do Laurentino”, local de encontro de personalidades soteropolitanas.¹³³ A preocupação central do autor girava em torno do progresso que poderia ser implementado, conforme o seu desejo, a partir de alguns sustentáculos estabelecidos no texto: a educação, através dos “livros abertos” e a eliminação da “apatia” do povo, em função das “discussões políticas”. Assim, as máquinas seriam introduzidas mais facilmente e a sociedade alcançaria, finalmente, o patamar da civilização, com “bonitos crioulos”, leitores assíduos de Varella!

Este universo, almejado por esta intelectualidade e transmitido através dos jornais abolicionistas, seria viabilizado através de um processo de “regeneração da sociedade”, priorizando-se a educação.¹³⁴ Em outro artigo, Patrocínio reafirmava a sua posição:

A pátria é apenas uma manifestação mais lata do altruísmo, que dá origem à família. Quem não traz do lar noções morais seguras não pode ser bom cidadão. Reciprocamente, quem não é moralizado nas funções públicas, não é também nas particulares. [...] o folhetinista entende que a reforma a ser feita é a dos costumes, pela difusão do ensino verdadeiramente científico.¹³⁵

¹³³ *Gazeta de Notícias*. 1 de junho de 1878.

¹³⁴ *Gazeta de Notícias*. 13 de janeiro de 1879. Sobre a educação no Rio de Janeiro, e seus vínculos com as ideias de progresso, consultar: BASTOS, Lúcia Maria Oliveira. *A Instrução Pública e o Ensino na Província do Rio de Janeiro: visão oficial e prática cotidiana. (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado, mimeo, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1985, p. 140 e segs..

¹³⁵ *Gazeta de Notícias*. 19 de abril de 1880.

Conforme já enfatizamos, para a realização daqueles objetivos tornava-se necessário, segundo Patrocínio, eliminar a indiferença e a apatia do povo em relação à “marcha da política”: “em todos os arraiais da atividade humana, as primeiras coisas com que deparamos é com um sacudir de ombros e um bocejo” Este quadro de “inércia” poderia ser combatido pela “propagação da instrução por todas as classes sociais”, pois ela permitiria a transformação da sociedade. O jornalista lamentava que os homens públicos do país não transformassem as suas palavras em fatos concretos.¹³⁶

Na sua coluna *Semana Parlamentar*, da *Gazeta de Notícias*, o jornalista reforçava as suas observações a respeito da “instrução pública, esta sólida argamassa com que os povos livres fundamentam as suas instituições”, completamente abandonada pelos órgãos oficiais porque não querem, segundo suas palavras, a eliminação da “apatia e atraso”. Patrocínio, neste texto, além de defender a educação como forma de alcançar o progresso, também a vinculava com a manutenção da ordem, preocupado, talvez, pela eclosão de conflitos entre senhores e escravos. Reforçava que a sua inexistência ou abandono por parte dos homens públicos impediam o “desenvolvimento natural do povo”.¹³⁷

A existência de escolas noturnas e clubes de libertos seriam mecanismos para alcançar essa meta como, por exemplo, a Escola Noturna da Cancela, já mencionada, assim como o curso do Clube de Libertos de Niterói, sob a direção de João Clapp, e que tem “a sua maior divisa na sua bandeira que desfralda – Liberdade e Instrução”.¹³⁸ Patrocínio destacou o papel da educação, e, em especial, o trabalho desenvolvido nesse curso, que propiciou um “brilhante espetáculo”, dando um “grande exemplo” para todos aqueles que desejavam transformar o país, elevando-o ao patamar das nações civilizadas.

A liberdade e a escola! [...], os humildes que crescem pela instrução, os fracos que se fortalecem por terem conseguido aquilo que o homem mais deseja: a aquisição dos seus direitos. E a prova é que aqueles que foram os escravos de ontem e são os redimidos de hoje, aí estão agrupados em torno

¹³⁶ *Gazeta de Notícias*. 22 de maio de 1877.

¹³⁷ *Gazeta de Notícias*. 2 de julho de 1877.

¹³⁸ *Gazeta da Tarde*. 8 de julho de 1884.

às mesas de uma escola dando o grande exemplo do trabalho, da força de vontade e do civismo, tudo que lhes tem sido regateado.¹³⁹

Progresso, civilização, instrução, eram questões colocadas sempre na ordem do dia pelos jornais abolicionistas. Para alcançar estes objetivos, a intelectualidade, que defendia estes pontos de vista através da imprensa, tinha uma postura consensual que passava pela extinção do cativo. Os seus argumentos não eram novos, assemelhavam-se aos de alguns críticos da escravidão que escreveram na primeira metade do século. Maciel da Costa assinalava, em 1820, que o trabalho escravo

ofende os direitos da humanidade, faz infeliz uma parte do gênero humano, põe em guerra uns com os outros homens e paralisa a indústria, que nunca pode prosperar solidamente senão em mãos de gente livre. Ao que acresce o risco iminente e inevitável que corre a segurança do Estado com a multiplicação indefinida de uma população heterogênea, desligada de todo o vínculo social, por sua mesma natureza e condição, inimiga da classe livre.¹⁴⁰

Burlamaque, em 1837, apresentou uma visão semelhante a respeito dos “males da escravidão”. Para o autor, ela era a “maior das calamidades”, pois “deprava o senhor mais que o escravo”. A questão da moral foi utilizada para demonstrar como o cativo degradava os costumes e impedia a civilização, condenando o país à estagnação.

[...] só permite a indústria a mais grosseira, os processos os mais absurdos; condena a população escrava a uma profunda miséria e a terríveis castigos, ao mesmo passo que, reagindo sobre a classe proprietária, é para ela um princípio de pobreza e de apreensões contínuas [...] pondo uma nação assim composta na impossibilidade de obter um governo justo e impar-

¹³⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁰ COSTA, João Severiano Maciel da, “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar”, in *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Brasília: Fundação Petrônio Portela, 1988, p. 13.

cial; extingue ou está em contradição com os princípios de uma liberdade legal; põe esta nação na absoluta dependência das outras nações.¹⁴¹

José Bonifácio, no ano de 1825, produziu um texto com críticas análogas à escravidão. Ele a considerava uma “instituição nefasta” responsável pelo atraso existente no país, corruptora da moral e dos costumes e inibidora do progresso e da indústria.

O luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria. E qual será a causa principal de um fenômeno tão espantoso? A escravidão, senhores, a escravidão, porque o homem que conta com os jornais de seus escravos vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios após si.¹⁴²

No entanto, inexistia na primeira metade do século XIX uma posição comum sobre a emancipação imediata, pois aquelas críticas preliminares alegavam que era necessário criar circunstâncias favoráveis à transição para o trabalho livre. Além disto, esses escritos não tiveram grande repercussão, em virtude da ausência de condições sociais, econômicas e ideológicas que se desenvolveram no final do século, como já mencionamos, além da resistência escrava com ampla divulgação pelos jornais.

Aqueles autores eram exaltados pela imprensa abolicionista por sua “visão esclarecida”. A *Gazeta da Tarde*, em um artigo denominado “O Abolicionista José Bonifácio”, abordou o seu “Projeto de Emancipação” escrito em Paris, em 1825, “que a posteridade guardará como um dos principais títulos de benemerência do imortal varão”. Esse projeto estabelecia:

¹⁴¹ BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. “Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica”, in *Memórias sobre a escravidão...*, p. 125. A primeira edição foi publicada no Rio de Janeiro, Tipografia Comercial Fluminense, 1837.

¹⁴² SILVA, José Bonifácio de Andrada. “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura”, in: *Memórias sobre a escravidão...*, ps. 66/67. Citado, também, em MALHEIRO, A. M. Perdígão. *Ob. cit.*, vol. II, ps. 228/231. Uma análise sobre este texto de José Bonifácio foi efetuado por CARVALHO, José Murilo de. “Escravidão e Razão Nacional”, in: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, nº 3, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, ps. 296/299. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*: Belo Horizonte: Edit. UFMG, 1998, ps. 48/51.

“[...] preceitos liberais para a alforria dos escravos; premiando os senhores que os libertassem; estabelecia medidas que facilitavam a alforria dos escravos, [...] fixando em 1829 o prazo para a importação de africanos” e criava a “[...] Democracia Rural pela distribuição de lotes de terras pelos homens de cor”, incentivando a formação da “família para os infelizes africanos” e dinamizava a instrução para a aquisição dos “ensinamentos da moral e religião”.¹⁴³

Para alcançar essas metas já defendidas por José Bonifácio, era prioritário o término do trabalho escravo. Existia uma convicção de que “a escravidão é um mal a ser extinto” e que todos deveriam envidar esforços para acabar com a “funesta instituição”, seja “por interesses próprios, por amor da pátria, ou por puro sentimento humanitário”. Assim se manifestava a *Gazeta de Notícias*, no final de 1880, convocando todos para contribuírem com sugestões para abolir o cativeiro.¹⁴⁴ Não havia mais clima favorável para a sustentação do escravismo. Como Emília Viotti da Costa observa: a desmoralização e o descrédito da instituição escravista dificultavam quaisquer reações por parte dos senhores.¹⁴⁵

A questão crucial girava em torno do prazo, ou seja, a data ideal para a emancipação. Embora conciliasse em relação a este item, a imprensa abolicionista considerava que era necessário tomar providências imediatas a respeito do assunto, pois aumentavam as notícias sobre a resistência dos escravos. A *Gazeta de Notícias* publicou uma carta, datada de 20 de abril de 1880, de Martinho Prado Jr., deputado de São Paulo e um dos grandes proprietários de café daquela província, a Joaquim Nabuco que estava apresentando um projeto na Câmara para extinguir a escravidão em 1º de janeiro de 1890,¹⁴⁶ sugerindo algumas medidas para a abolição gradual, tais como:

proibição imediata do tráfico de escravos de umas províncias para outras[...]

¹⁴³ *Gazeta da Tarde*. 8 de janeiro de 1881. SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Ob. cit.*, ps. 71/73.

¹⁴⁴ 29 de novembro de 1880.

¹⁴⁵ *Ob. cit.*, p.224.

¹⁴⁶ Nabuco solicitou, em 30 de agosto, regime de urgência para que a Câmara apreciasse o seu projeto sendo, no entanto, rejeitado por ampla maioria. NABUCO, Joaquim. *Discursos Parlamentares*. (1879-1889). São Paulo: Progresso Editorial, 1948, ps. 119/129.

[...] uma lei que declarasse livres todos os escravos africanos, desde o dia 1º de janeiro de 1884.

do dia 1º de janeiro de 1886, em diante, fosse proibida absolutamente a alienação da propriedade escrava, por qualquer título ou condição, transmitindo-se só por herança [...]

que do dia 1º de janeiro de 1888, fossem declarados livres todos os escravos que houvessem atingido a idade de 50 anos [...] prosseguindo-se assim até 1892, e daí em diante seriam alforriados anualmente vinte por cento dos escravos existentes.

Assim teríamos a escravidão extinta, entre nós, sem abalo e prejuízos no ano de 1897.

Martinho Prado Jr. fez algumas considerações sobre o seu projeto, alertando que o gradualismo impediria de, segundo ele, “excitar por tal forma a aspiração do escravo para este supremo desejo”, fazendo com que o mesmo abandonasse o trabalho da lavoura, ocasionando prejuízos para os proprietários. Acrescenta outra vantagem, que seria evitar que seja atirada “no seio da sociedade uma tão grande massa de elementos capazes de avultada soma de males”.¹⁴⁷

Em 1880, a *Gazeta de Notícias* publicava um projeto de fazendeiros fluminenses que visava à manutenção do cativo na propriedade a título de indenização, durante um determinado período.¹⁴⁸ Em outro número, no artigo de fundo, estipulava o prazo de dez anos para terminar o cativeiro.¹⁴⁹ Alguns anos depois, em 1885, a *Gazeta da Tarde* rejubilava-se em virtude de um projeto da lavoura campista, estipulando o prazo de sete anos para a abolição. A sua atitude, segundo o periódico, “a torna mais digna dos nossos aplausos” em virtude dela desejar “ver-se livre da escravidão, principal causa do estrago do país”. Continuando nas suas considerações sobre o assunto, o jornal assinalava que os principais fazendeiros do município de Campos dos Goytacazes assinaram uma representação “pedindo 7 anos (o que achamos muito) para a libertação total dos escravos [...], sendo que um dos signatários se comprometeu a libertar os seus escravos

¹⁴⁷ 2 de maio de 1880.

¹⁴⁸ 1 de setembro de 1880.

¹⁴⁹ 12 de março de 1881.

“no dia 25 de dezembro de 1889 [e] entrem no gozo pleno da liberdade e sejam considerados como pessoas livres”¹⁵⁰

O apoio aos diversos projetos, inclusive de fazendeiros, pela imprensa abolicionista já demonstrava que existia um clima favorável a acordos. A abolição gradual, para evitar que ocorressem “prejuízos para o Senhor de Escravos”, já havia sido aventada pela *Gazeta da Tarde*, em um artigo, de 1881, denominado “QUERER É PODER”. O articulista estabeleceu comparações de valores entre o trabalho livre e o do cativo, demonstrando as vantagens para o fazendeiro na medida em que teria a sua “disposição homens livres e que devem manejar instrumentos aratórios mais úteis e produtores dos que são a enxada e o machado, dando-se por isso uma produção muito superior a dos escravos”. Uma libertação gradual com “um prazo de seis anos [...] desta forma os fazendeiros não teriam razão de queixa”, pois a produção aumentaria com o surgimento da “pequena propriedade com a divisão das fazendas dos que não souberam reger-se pelo sistema progressista”, evitando-se a “perturbação” do trabalho.¹⁵¹

A *Gazeta da Tarde*, dentro deste espírito conciliador, elogiava, inclusive, os fazendeiros que criavam expectativas em relação à abolição. O *Correio Paulistano*, “jornal intérprete de interesses que se plantam no solo”, sob a direção de Antonio Prado (1840-1929), grande cafeicultor de São Paulo, mereceu louvores do periódico porque difundiu que era conveniente os proprietários se colocarem à frente dos abolicionistas em virtude da extinção inevitável do cativo. A *Gazeta da Tarde*, demonstrando toda a sua satisfação, concluiu que “no campo contrário, o fogo produz os seus efeitos”.¹⁵²

O receio da “anarquia” e da “quebra da ordem” permeavam os escritos antiescravistas, complementados com expressões de alerta sobre a ameaça que representava manter a escravidão. Vários artigos da *Gazeta da Tarde* destacavam a necessidade da realização de uma reforma do regime servil para preservar a própria segurança dos fazendeiros. Em um dos seus números, o jornal publicou na primeira página que “A abolição da senzala não é somente uma reforma higiênica e humanitária; é uma questão de

¹⁵⁰ 5 de março de 1885.

¹⁵¹ 3 de janeiro de 1881.

¹⁵² 9 de maio de 1881.

segurança para os fazendeiros na [...] iminente crise abolicionista. A senzala é um quartel; como todo o quartel, a senzala traz consigo o gérmen da revolução pelo desespero”.¹⁵³

Posteriormente, em 1886, advertia, mais uma vez, sobre os perigos de uma sublevação. Inicialmente, alertava os senhores que o “dinheiro [...] não pode continuar [...] a gozar do amor e das posições; como dispor da vida dos seus semelhantes, como quem dispõe de um objeto sem valor”, mais adiante prevenia sobre a reação dos cativos à violência e ao tratamento desumano, pois “o desespero pode alucinar mais facilmente do que a histeria encomendada”.¹⁵⁴ José Murilo de Carvalho observou que o cativo introduziu um “inimigo interno”, pondo em risco a própria segurança da “nação, que incluía sem dúvida interesses variados, inclusive os dos proprietários”; assim, os apelos “ao Estado para solucionar” a “questão servil” tinham como objetivo evitar, também, perturbações radicais na “fábrica da sociedade”.¹⁵⁵

Quando Patrocínio pressentia a possibilidade do Imperador incluir a “questão servil” na ordem do dia, o propagandista estabelecia uma trégua para que houvesse “espaço de fazer cumprir as leis e os desejos da população”. Conclamava também o monarca para “colocar-se francamente à frente do movimento [...] para levar à alma do povo o convencimento de que é preciso condenar já e de uma vez a escravidão”. Alertava para os perigos de manutenção do cativo, e mais adiante, exigia do governo um projeto para evitar “uma revolta maior e popular”.

A abolição se fará no parlamento, ou na praça pública; terá como laurel ou as claridades da paz, ou as labaredas vermelhas do combate. É por isso que ainda uma vez, em nome da pátria, convidamos o governo a trabalhar conosco unido por um pensamento de justiça e de paz.¹⁵⁶

Esta linha de atuação fica clara nos artigos da *Gazeta da Tarde* por ocasião dos debates a respeito do Projeto Souza Dantas, que previa

¹⁵³ 15 de janeiro de 1881.

¹⁵⁴ 30 de março de 1886.

¹⁵⁵ “Escravidão e Razão Nacional”, in *Dados*, p. 307. *Pontos e Bordados...*, p. 63.

¹⁵⁶ *Gazeta da Tarde*. 17 de julho de 1882.

medidas que redundariam numa gradual extinção da escravidão.¹⁵⁷ As dificuldades para sua aprovação na Câmara provocaram reações por parte do jornal, que ressaltou que, independente da sua rejeição, o abolicionismo continuaria na sua ação de combate nas diversas frentes para extinguir definitivamente o cativo.

poderão recusar o projeto Dantas; mas impossível lhes será impedir que amanhã outro projeto mais radical venha terminar com a vergonhosa exceção de ser o Brasil a única nacionalidade americana a conservar a atroz instituição da escravidão.¹⁵⁸

Em outro número, o jornal, sob o título “MARCHEMOS”, convocava os militantes para “converter em realidade as aspirações do país”, combatendo os obstáculos que impedem uma solução para a “questão servil”.

Assim, querer teimar em restringir o movimento abolicionista, é a imprudência do tolo diante do perigo [...] Pode o projeto Dantas sofrer quanta oposição aprouver inventar os escravocratas, ele há de vencer, porque se não vencer, aí, então, dos vencedores. Sobre eles tão somente, recairão as iras de um povo [...]

Não há adversidade maior do que querer conservar a mancha negra da escravidão sobre uma nação inteira. [...]

É chegada a hora. Queiram ou não queiram os coveiros da escravocracia. [...]¹⁵⁹

Percebe-se, portanto, que o escravismo estava em seus estertores, sendo que as elites do Império tinham bastante clareza em relação a esse novo momento. Tornava-se fundamental a apresentação de uma proposição viável, que buscasse o consenso e apresentasse definitivamente uma solução para a “questão servil”. Sob o título *O novo projeto Dantas, a Ga-*

¹⁵⁷ Sobre o projeto e seus desdobramentos, ver: CONRAD, Robert. *Os Últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, ps. 255/278

¹⁵⁸ 28 de julho de 1884.

¹⁵⁹ 11 de setembro de 1884.

zeta da Tarde teceu considerações à proposta encaminhada pelo Senador Dantas e outros Conselheiros ao Senado.

Um projeto extinguindo a escravidão em 5 anos [...]

Pobres escravos! Em sua noite de sofrimento, quando todos os faróis pareciam, bruxulear entre as brumas de uma promessa longínqua e ilusória [...] espargue de novo os clarões da esperança em suas almas raladas pelo sofrimento. [...]

A ideia da liberdade dos escravos, como todas as que se despenham da consciência humana, pode ter vicissitudes na sua marcha, mas se a represam aqui, é para que ela se avolume e transborde, acolá. [...]

O projeto do Sr. Conselheiro Dantas, dá o largo prazo de cinco anos, para que se ultime a transformação do trabalho e está de acordo com as representações da lavoura, que, há cerca de dois anos, pediam ao parlamento prazos de 7 e 8 anos, para a extinção total da escravidão.¹⁶⁰

Em meados de 1887, o Senador Dantas apresentou outro projeto que estipulava o fim da escravidão para o dia 31 de dezembro de 1889. Ele continha outras cláusulas, como a fundação de “colônias agrícolas para educação de ingênuos e trabalho dos libertos à margem dos rios navegados, das estradas e do litoral”. Nessas colônias haveria a “conversão gradual do foreiro ou rendeiro do Estado em proprietários dos lotes de terra que utilizar a título de arrendamento”. Além disso, o projeto previa a fundação de instituições educacionais que forneceriam instrução profissional aos antigos escravos.¹⁶¹

O deputado Afonso Celso, antigo desafeto de Patrocínio, apresentou também, nessa mesma época, um projeto na Câmara estabelecendo um prazo de dois anos para a extinção total da escravidão. Para a *Gazeta da Tarde*, “se decreta a redenção do futuro pela dissolução lenta, mas completa de uma grande iniquidade do presente”. O seu teor continha aspectos que previam uma série de medidas paralelas, tais como: o estabelecimento de escolas, desenvolvendo a “educação e instrução profissional” e incentivos à “democracia rural” através de assentamentos dos libertos. O

¹⁶⁰ 2 de junho de 1886.

¹⁶¹ *Gazeta da Tarde*. 3 de junho de 1887.

jornal, nos seus comentários, elogiou a iniciativa do deputado, porém enfatizou que isto foi possível devido às conquistas abolicionistas anteriores, que demonstraram como o escravismo era sinônimo de atraso. Também assinalou que o espírito da sociedade brasileira, ao contrário dos Estados Unidos, caracterizava-se pela conciliação e confraternização, evitando-se, assim, “a invasão assoladora do preconceito das raças”.¹⁶²

No entanto, o jornal manifestava o seu descrédito em relação à aprovação da proposta em virtude da composição da Câmara, com membros vinculados a grandes interesses escravistas. Alertava, inclusive, sobre as consequências da derrota do projeto, uma espécie de “aviso amigo da parte da maioria do povo brasileiro”, porque a sua derrota provocaria uma frustração na medida em que impediria que

[...] em 89 a nação brasileira possa festejar com orgulho o centenário dos Direitos do Homem, pelo advento legal da igualdade de todos os brasileiros. Talvez a obstinação nos force a nós abolicionistas a escrever com letras vermelhas o decreto que nos é ditado pela voz unânime da civilização.¹⁶³

Os números subsequentes da *Gazeta da Tarde* destacaram as dificuldades enfrentadas pelo projeto no Parlamento, sempre enfatizando a necessidade de “solução pacífica do grande problema da regeneração nacional”.¹⁶⁴ Patrocínio criticava o governo por sua posição: “O que é mais grave: persistir numa política de resistência insensata, ou iniciar uma política de conciliações? O que deve ser mais agradável a um enfermo: assistir a uma batalha, ou uma festa de trabalho?”¹⁶⁵ O jornal lamentou a derrota do projeto que, “[...] tão moderado, tão próprio para a época de transformação que atravessamos, foi sufocado ao nascer. Mas os 33 votos que teve a favor [...] bastam para provar quanto a ideia abolicionista tem caminhado”.¹⁶⁶

A aceitação destes projetos combinava com a estratégia de uma visão reformista. A escravidão estava em seus momentos finais, logo se

¹⁶² 5 de maio de 1887.

¹⁶³ *Ibidem.*

¹⁶⁴ 6 de maio de 1887.

¹⁶⁵ 14 de maio de 1887.

¹⁶⁶ 25 de maio de 1887.

tornava necessário conseguir um acordo para evitar o que os senhores temiam – a “desorganização da atividade agrícola”. Patrocínio afirmava categoricamente que a propaganda abolicionista tinha deixado de ser “um choque revolucionário, para ser o acordo consciencioso dos próprios senhores de escravizados na reorganização do trabalho agrícola”. O autor acreditava que o cativo estava em franca decomposição, pois os proprietários abriam “mão espontaneamente” da “maldita instituição”. Mais adiante, o jornalista demonstrava a sua satisfação pela busca de uma “solução harmônica”, com a “adesão coletiva à causa dos escravizados”.¹⁶⁷

Como já citado, o fascínio exercido pela França entre os abolicionistas, em especial sobre Patrocínio, fez com que ele buscasse vincular os diversos projetos à data ideal para o término do cativo: o “centenário da queda da Bastilha encontrar-nos-á em estado de festejar, também, a promulgação dos Direitos do Homem”.¹⁶⁸ O ano do centenário da Revolução Francesa era o período perfeito para o propagandista. Em outro artigo, Patrocínio ironizou os senhores em virtude de suas posições.

Sinceramente essa gente nos faz pena. Que destino lhes havemos de dar quando tivermos de festejar com a libertação total dos escravos do Brasil o centenário da Revolução Francesa, no dia 14 de julho de 1889?

É um pensamento que nos preocupa muito.

Enfim, o futuro há de lhes dar destino.¹⁶⁹

A preocupação em relacionar o centenário da Revolução Francesa ao prazo para terminar a escravidão estava presente nos diversos escritos abolicionistas. A *Gazeta da Tarde*, por exemplo, retratou, em 1881, uma sessão imaginária do Parlamento, em 1889, onde se debateria a emancipação. Segundo o observador fictício, o Ministério “sentia-se vacilar”, pois diminuía o apoio parlamentar “graças às contemporizações que ia tendo com os grandes potentados dos eitos e senzalas”. Porém, “naquele dia de 1889”, a tribuna estava repleta, contando, inclusive, segundo suas pala-

¹⁶⁷ *Gazeta da Tarde*. 16 de julho de 1887.

¹⁶⁸ 13 de outubro de 1884.

¹⁶⁹ *Gazeta da Tarde*. 16 de julho de 1884. Um texto semelhante foi publicado pelo jornal em 20 de agosto de 1885.

vas, com o “testemunho de um ex-escravo”. Assim, o autor narrou o que seria, para ele, a “gloriosa sessão”.

[...] para celebrar o centenário do enorme advento da liberdade: - para comemorar – 1789 –, que é um gênese social, aquela mesma Câmara, nessa sessão de 1889, decretou a lei reparadora que diz:

DE HOJE EM DIANTE FICA EXTINTA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL.¹⁷⁰

O gradualismo marcava a linha de atuação desta intelectualidade que visava a extirpar o “cancro” que corroía as entranhas da sociedade brasileira. A operação não poderia ser feita de maneira abrupta. Toda uma preparação adequada deveria ser desenvolvida através de normas que atenuassem as lamentações dos senhores e dificultassem a radicalização dos escravos. Tudo na mais perfeita ordem. Assim, explica-se a aceitação pelos jornais abolicionistas de medidas paliativas que dariam esperança de solucionar a questão servil.

A abolição por etapas servia aos propósitos dos militantes antiescravistas, sendo amplamente apoiada pela imprensa abolicionista da Corte. Com letras garrafais, a *Gazeta da Tarde*, sob o título “HOMENAGEM AO CEARÁ”, saudou a extinção legal do cativo naquela província, em 1884. O jornal destacou um texto de Patrocínio, escrito no ano anterior, em 1883, noticiando a “libertação de mais alguns municípios no Ceará”. Mais adiante, publicou uma carta de Joaquim Nabuco, enviada de Londres para André Rebouças, em fevereiro de 1884, relatando que tinha tomado conhecimento que no “dia 25 de março, a província do Ceará ficará para sempre livre da desonra e do opróbrio da escravidão”.

[...] o que o Ceará acaba de fazer não significa por certo ainda – o Brasil da liberdade, mas modifica tão profundamente o Brasil da Escravidão que se pode dizer que essa província nos deu uma nova pátria. A imensa luz acesa no Norte há de destruir as espessas trevas do Sul. Não há quem possa impedir a marcha dessa claridade. As outras províncias hão de querer imitar o exemplo e sentir não terem podido tomar a iniciativa.

¹⁷⁰ 14 de janeiro de 1881.

Nabuco terminou a sua carta convocando os cearenses para emprenderem uma verdadeira cruzada contra a escravidão, para que não deixassem esse “movimento em favor da liberdade humana cessar porque a província ficou livre. [...] Façam do Ceará a praça forte do Abolicionismo no Brasil”.¹⁷¹ Telegramas e cartas de júbilo foram transcritos pelo jornal, assim como artigos elogiando a atuação da *Gazeta da Tarde*, de Patrocínio, e o papel fundamental dos jangadeiros no processo de eliminação da escravidão por sua postura contrária ao transporte de escravos nas embarcações para a capital, Fortaleza.¹⁷²

Várias matérias assinalavam a importância do acontecimento e como podiam aproveitá-lo na Corte, incentivando a abolição por quarteirões e ruas. Grupos de militantes agiam nas vias públicas escolhidas, pressionando os donos de escravos. Cada propagandista ficava responsável por uma rua, devendo exercer toda uma tática de convencimento dos senhores através de palavras persuasivas, demonstrando os “males” do cativo. O objetivo era eliminar a “mancha” que as sujava. O periódico enfatizava a sua libertação e não dos cativos que nela moravam.

Da mesma forma que o Ceará foi destacado pelo seu pioneirismo na luta contra a escravidão, devendo atuar, segundo os abolicionistas, como um núcleo irradiador da liberdade; o centro do Rio de Janeiro assumiria esse papel proeminente no processo abolicionista da Corte, em especial a área próxima à redação da *Gazeta da Tarde*. Com o título “NOSSO QUARTEIRÃO”, o jornal enfatizou o papel daquele “pequeno oásis de liberdade” existente entre a rua Uruguaiana, Ouvidor e Sete de Setembro, que se transformou no “primeiro ponto do Rio de Janeiro a proclamar a sua libertação [...] como homenagem aos homens de valor que a tudo sacrificaram à causa da libertação de um povo escravizado!” O periódico fez referência à atuação de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio e narrou que essa será a estratégia da “Confederação Abolicionista, do pessoal da

¹⁷¹ 24 de março de 1884.

¹⁷² 24 de março de 1884. As matérias a respeito da abolição no Ceará ocuparam especialmente os números de 26 e 28 de março, 2/3/ 5 e 17 de abril de 1884. Ver também: GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1984.

Gazeta da Tarde e dos moradores do quarteirão”. E assim, conforme o jornal, “em menos de oito dias operou-se o milagre.”

De casa em casa, pedindo, suplicando a liberdade dos escravizados, em poucos dias conseguiram ver os seus desejos coroados de êxito [...] Havia nesse quarteirão cinco escravos: deles quatro gratuitamente foram libertados pelos respectivos senhores e o quinto mediante a quantia de 300\$ entregue pela comissão.¹⁷³

A “limpeza” das proximidades do local onde ficava a *Gazeta da Tarde* tornou-se emblemática para os abolicionistas. Foram criadas comissões, coordenadas pela Confederação Abolicionista, que se encarregariam de persuadir os senhores a libertarem os seus escravos, “extirpando daí, o mais breve possível, o cancro da escravidão”. O objetivo era constranger os proprietários, caso fossem reticentes, com a publicação da “lista dos escravizados e dos seus possuidores” no jornal.¹⁷⁴ Assim, anos antes da extinção legal do cativo, em diversas ruas centrais da cidade do Rio de Janeiro, tais como: Ouvidor, Sete de Setembro, Uruguaiana, já não existiam residências com escravos. A “limpeza” do Largo de São Francisco de Paula, próximo ao quarteirão do jornal, onde se situava a Escola Politécnica, foi efetuada pelos próprios professores, entre os quais se encontrava André Rebouças.¹⁷⁵

O corpo docente da escola apresentar-se-á em congregação, com as suas insígnias e será lavrada então a ata do faustoso acontecimento encetado e realizado por professores e alunos. Os festejos são promovidos pelo Centro Abolicionista da Escola. O largo apresentará brilhantes decorações, indo a Confederação Abolicionista, incorporada, ao meio-dia, da sua sede para a Secretaria da Escola, à noite haverá deslumbrantes iluminações e focos de luz elétrica.¹⁷⁶

¹⁷³ 16 de abril de 1884.

¹⁷⁴ 6 de abril de 1884.

¹⁷⁵ 23 de abril de 1884. Ver MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*. 2ª ed., Brasília: Edit. da UNB, 1986, p. 51. CONRAD, Robert. *Os Últimos anos da escravatura...* ps. 237/238.

¹⁷⁶ *Gazeta da Tarde*. 24 de abril de 1884.

A *Gazeta da Tarde* deu imenso destaque ao acontecimento ao descrever o aspecto “deslumbrante” das festividades de “libertação” do Largo de São Francisco. Assim se expressou o articulista: “Não encontramos, na opulência da nossa língua um adjetivo novo, um qualificativo bastante expressivo, para que possamos dar a nota límpida da nossa admiração”. Descreveu o Largo, “onde se acha a estátua do patriarca”, José Bonifácio, e a Escola Politécnica, “garrida e feliz”, realçando também o “enorme foco de luz elétrica” que iluminava a multidão. Encerrou a matéria assinalando que o fim das festas culminou com a entrega de seis cartas de alforria e “uma *marche aux flambeaux*” que “percorreu as ruas da cidade levantando vivas à imprensa, à abolição e ao corpo acadêmico”.¹⁷⁷

A *Gazeta da Tarde*, paralelamente ao apoio à “libertação” por etapas assumia nos seus artigos um discurso prudente. As vitórias do abolicionismo eram exaltadas pelo jornal, que criticava a posição de alguns proprietários que retiravam as pequenas regalias dos cativos, como a proibição de saídas e restrições às folgas dos domingos. O periódico estava preocupado com uma sublevação, advertindo os senhores para que não tomassem medidas duras, pois poderiam encontrar uma reação violenta por parte dos escravos, porque “tanto senhores, como escravizados andam atônitos e sobressaltados”. E mais adiante, recomendava cautela e advertia para as consequências.

Todos compreenderão a que tristes calamidades podem levar tais imprudências. Mas, sobre os que a põem em ação devem a todo o tempo, pesar as responsabilidades pelo que acontecer. [...] Quanto a nós, estamos há muito a aconselhar-lhes prudência. Não forcem terríveis explosões. Ou se as forcarem, assumam toda a responsabilidade dos seus atos.¹⁷⁸

No entanto, mais tarde, os artigos de fundo da *Gazeta da Tarde* começaram a enfatizar a necessidade de extinguir o cativeiro, mesmo que para isto fossem utilizados recursos violentos, pois a “conciliação” havia sido recusada pelos setores escravistas. Estes, defendidos em especial pelo

¹⁷⁷ 26 de abril de 1884. *Marche aux flambeaux* é uma marcha, de origem medieval, comemorando uma vitória, sendo que os participantes normalmente carregam tochas acesas.

¹⁷⁸ 29 de abril de 1884. Sobre o assunto ver também o número de 6 de maio de 1884.

Gabinete Cotegipe, desenvolviam mecanismos maiores de controle sobre os escravos, provocando, conseqüentemente, o aumento da sua resistência.

Desde que subiu ao poder este ministério, entendemos que o problema servil não pode ser resolvido como o abolicionismo havia projetado. A resignação é impossível diante de atentados que tiram os últimos direitos de uma raça.

Cada vez nos convencemos mais de que é preciso tomar uma resolução suprema, ainda que ela deva custar a vida dos homens [...] que fizeram do abolicionismo a causa de sua honra e do seu patriotismo.¹⁷⁹

Todavia, a retórica da imprensa abolicionista da Corte oscilava entre os ataques ferinos e a manha dos felinos. A intelectualidade atuante, inclusive Patrocínio, aproveitava todas as oportunidades, mesmo que estas partissem de antigos beneficiários do escravismo, como observamos em relação aos projetos apresentados no Parlamento e que acabaram derrotados. A postura reformista e conciliadora permeia diversos textos, colocando-se ao “lado da ordem e dos interesses gerais do país”, embora pudessem “incitar a rebeldia”.¹⁸⁰ Este ponto de vista já havia sido externado em escritos anteriores do jornalista. A oposição ao ódio e a defesa da prudência sempre eram apresentadas como metas prioritárias para os abolicionistas.

A mais rudimentar prudência devia aconselhar os pequenos grupos que dirigem os trabalhos de centenas de escravizados a não concitarem os ódios das vítimas sombrias do cativeiro. Sigam nesse caminho, e verão os resultados que colhem! Quanto a nós, estamos, há muito, a aconselhar-lhes prudência.¹⁸¹

Preocupações naturais em função da resistência escrava cada vez mais acentuada, a ponto de ocasionar inclusive conflitos envolvendo cativos e população, especialmente no interior. A sublevação contra os proprietários já era uma constante nos noticiários dos jornais, que pre-

¹⁷⁹ 21 de março de 1887.

¹⁸⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁸¹ *Gazeta da Tarde.* 29 de abril de 1884.

veniam sobre as nefastas consequências desses acontecimentos. Por exemplo, três escravos foram “recolhidos à cadeia”, em Resende, por terem assassinado o seu senhor. No entanto, “cerca de quinhentas pessoas se reuniram” e após resgatarem os presos dos seus guardas, “os mataram e depois os dilaceraram.” Em primeiro lugar, o autor da matéria lamentou o ocorrido e imputou responsabilidade à violência decorrente da escravidão, em segundo, repudiou qualquer vínculo entre a ação dos escravos com a propaganda abolicionista porque

eles devem saber que o fim do seu estado servil está por pouco tempo, hoje que eles vêm por toda a parte os livres a pugnarem em favor dos seus interesses, hoje seria uma loucura de sua parte querer a violência, trocar a emancipação mais ou menos próxima pela pena última ou pela prisão perpétua com trabalho. À propaganda abolicionista também não convém que os escravos se convertam em assassinos, porque além de afastar deles simpatia, isso a compromete horripelmente.¹⁸²

Havia o receio de um rompimento traumático, buscava-se consequentemente uma transição pacífica como Patrocínio escrevia em 1887.

No ponto em que está a questão servil, o dilema é este: salvar tudo, ou perder tudo. Salvar tudo, colonizando o liberto, ou melhor, extraindo lentamente do escravizado o trabalhador livre, pela disciplina e pelo salário; ou perder tudo, deixando que pelo efeito irresistível da propaganda o escravo aprenda pela fuga o caminho da liberdade.¹⁸³

Um artigo escrito por Carlos de Lacerda sobre o movimento antiescravista de Campos dos Goytacazes, que mereceu ampla cobertura do *Cidade do Rio*, serve para demonstrar a oposição dos abolicionistas a medidas prematuras que podiam acirrar os ânimos. Neste texto, o autor priorizou a propaganda como forma de convencimento das justezas de seus propósitos e o repúdio a quaisquer meios que implicassem em violência. O ônus de conflitos caberia aos senhores.

¹⁸² *Gazeta da Tarde*. 6 de maio de 1884.

¹⁸³ *Cidade do Rio*. 25 de novembro de 1887.

Nada de imprudências! Nada de precipitações, porque tais vitórias são sempre de curta duração. Somos apóstolos de uma ideia e não assassinos. Combatemos o crime e não devemos cometer o que condenamos. Somos mártires e não algozes [...]. Nós somos os escravizados, nossos adversários os senhores, sujeitemo-nos à nossa condição com paciência. Não vamos imitá-los.¹⁸⁴

Os editoriais dos jornais de Patrocínio, às vésperas da extinção legal do cativo, no final de 1887 e início de 1888, apresentaram como traço marcante a cautela, refletindo a atuação da trajetória do militante antiescravista. Afinal, a retórica para mobilizar a população já havia surtido efeito. As discussões não ficaram restritas ao Parlamento, ganharam as ruas, os “meetings”, as quermesses, as casas grandes e as próprias senzalas. A “propaganda”, segundo Patrocínio, serviu para libertar províncias, municípios e ruas, sendo importante, naquele momento, aguardar uma olução” dentro da lei.

O jornalista enfatizava que esta posição dos abolicionistas significava um voto de confiança nos compromissos assumidos pelo Parlamento perante a opinião pública. Esse ponto de vista já havia sido afirmado anteriormente, ainda na *Gazeta da Tarde*, que não admitia mais medidas postergadoras para a escravidão, pois, caso os acordos não fossem cumpridos, os abolicionistas acabariam aconselhando aos “infelizes escravizados” a “[...] procurarem reconquistar a sua liberdade por todos os meios. Onde cessa a justiça começa a força”. Mais adiante responsabilizava a “oligarquia negra” que “avassalou o Império” e, portanto, os escravos, segundo o jornalista, possuíam o direito de “defender a sua vida e a liberdade é mais que a vida”.¹⁸⁵

A rebeldia negra, como assinalamos, ocorria de uma forma intensa neste período que antecedeu a abolição, sendo a mola propulsora para pôr fim a quaisquer medidas protelatórias em relação ao término do escravismo. Assim, diversas notícias eram veiculadas pelos jornais narrando o abandono em massa das fazendas de café e açúcar por parte dos cativos. Por exemplo, em outubro de 1887, o *Cidade do Rio* descreveu a fuga de

¹⁸⁴ 2 de novembro de 1887.

¹⁸⁵ *Gazeta da Tarde*. 30 de julho de 1887.

150 escravos das fazendas de Capivary, em São Paulo, que derrotaram as forças policiais enviadas da cidade de Itu para reprimi-los, sendo que “os escravos aprisionaram os soldados, os despiram e os surraram sem mercê”, após “sangrento combate”. O jornal assinalava que estas “cenas eram previstas” em virtude da atuação do governo “que obstruiu todas as válvulas por onde a raça oprimida respirava” e que os escravos não se deixariam mais abater nos “matadouros rurais”. Responsabilizava o governo do Barão de Cotegipe pela “criminosa insensatez”, que amparava o “servilismo parlamentar e o interesse dos especuladores”, ignorando as “reivindicações pacíficas dos escravizados” e afirmava que o ocorrido “é a resposta do direito ao presunçoso desafio do Sr. Barão de Cotegipe – *na guerra, como na guerra*”.¹⁸⁶

Em outro número, o jornal alertava sobre o perigo de uma convulsão social, mas, ao mesmo tempo, criticava o governo por suas atitudes repressivas em relação às fugas, como foi feito em São Paulo. Assim se manifestava o *Cidade do Rio*:

Os heróis de Itu, esse punhado de Lacedemônios negros, demonstraram que, desde que se levantam, os escravizados são mais altos que os governos da escravidão. Decerto, porque eles ficam da estatura do Direito [...]

Os escravizados não são instrumentos da anarquia, são vítimas do direito. Não pedem sangue, suplicam justiça. Quando passaram por Itu, responderam ao pânico pela magnanimidade. Ouvindo o rebete para a resistência, em vez de se prepararem para a luta, continuaram a caminhar silenciosos e cabisbaixos, como estivessem ouvindo o dobre funerário pelos companheiros mortos.¹⁸⁷

Essas fugas coletivas, em São Paulo e o enfrentamento das forças policiais, a serviço dos senhores, assumiram um aspecto emblemático, destacado em outro artigo do jornal assinado por Patrocínio, na medida em que fica bastante acentuada a determinação dos escravos fugidos em alcançarem os seus objetivos, ou seja, a conquista da liberdade.

¹⁸⁶ 19 de outubro de 1887.

¹⁸⁷ 22 de outubro de 1887.

Deu-se em São Paulo um acontecimento gravíssimo: pela primeira vez depois da Gloriosa República dos Palmares, os escravizados deram prova cabal de que tinham consciência do seu direito, e deram batalha na defesa dele.¹⁸⁸

O *Cidade do Rio* transcreveu uma matéria do *Correio Paulistano* sobre uma reunião de fazendeiros paulistas preocupados com a “desorganização do trabalho agrícola”. Eles reconheciam a inviabilidade de preservar a escravidão em virtude das fugas e “insubordinação” dos cativos que se “repetem diariamente e ameaçam despovoar e anarquizar as fazendas”. Os senhores descartavam o uso da força e da violência, pois “longe de melhorar, agravaria a situação”. Eles aceitavam o término da escravidão no máximo em três anos, estabelecendo o prazo final para 31 de dezembro de 1890. Durante este período intermediário, tratariam de introduzir o pagamento de salários “razoáveis” para prender o liberto às fazendas.¹⁸⁹

Assim se manifestava o *Cidade do Rio*, no final de 1887, alertando que os senhores tinham que ceder para conseguir o trabalho dos cativos, os reconhecendo como “homens e os elevando à categoria de operários da riqueza nacional”. A única forma de evitar as fugas, segundo a sua opinião, era os proprietários seguirem aquelas diretrizes, pois os escravos já se sentiam “homens, tão capazes como outros quaisquer de manter os seus direitos”. Havia, portanto, uma preocupação, por parte dos militantes, com uma transição pacífica, com o “restabelecimento da “calma” e das condições para a resolução “tranquila” do problema.¹⁹⁰

O abolicionista mais “radical” do Rio de Janeiro repudiava as formas violentas e “anárquicas” para conseguir os seus intentos. Patrocínio desejava realizar mudanças sem no entanto causar embates sangrentos que marcassem a sociedade brasileira, impedindo a “confraternização geral” derivada da

[...] grande reforma social, numa festa de irmãos, [...] O abolicionismo quer falando no Parlamento, quer agindo nos Clubes Populares, nunca se

¹⁸⁸ *Cidade do Rio*. 7 de novembro de 1887.

¹⁸⁹ 16 de novembro de 1887.

¹⁹⁰ 13 de dezembro de 1887.

recusou a entrar em acordo governamental [...] Os deputados e senadores abolicionistas declararam sempre que não faziam questão de partido mas de ideias; de homens, porém de Reforma.¹⁹¹

Portanto, a oposição às formas violentas para acabar com a escravidão mantinha coerência com as ideias defendidas por essas camadas ilustradas que agiam na imprensa, especialmente Patrocínio. Logo, eram naturais as tentativas de cooptação dos senhores, por parte dos propagandistas, para obterem apoio aos projetos graduais que preservavam o controle sobre o processo. O jornalista externou a sua opinião sobre a permanência dos libertos nas fazendas quando as alforrias, com cláusulas de prestação de serviços, se intensificaram.

Os libertos correspondendo aos sentimentos dos seus ex-senhores, honraram as esperanças nacionais e os compromissos dos propagandistas da abolição. Os novos cidadãos desistiram de salários que lhes eram oferecidos desde já, declarando que trabalhariam sem remuneração alguma até o fim da colheita, desmentindo desse modo os prognósticos dos terroristas e mostrando que estão perfeitamente aptos para a liberdade.¹⁹²

A imprensa abolicionista da Corte liderada pelos jornais de Patrocínio, ao mesmo tempo em que alertava, exigia uma solução imediata em virtude das fugas cada vez mais acentuadas. No início de 1888, o *Cidade do Rio* narra uma evasão de cativos de diversos municípios mineiros, que abandonavam “as fazendas, onde honradamente labutavam de sol a sol, sujeitos a péssimo passadio, para o sustento de uns tantos vagabundos, patrocinados pela lei sob o título de senhores”.¹⁹³ A linguagem do periódico apresentou um tom bem mais agressivo, forma de chamar a atenção das autoridades governamentais sobre os perigos da intransigência dos

¹⁹¹ *Cidade do Rio*. 23 de novembro de 1887.

¹⁹² *Cidade do Rio*. 24 de abril de 1888.

¹⁹³ 13 de janeiro de 1888. Sobre o processo abolicionista em Minas Gerais, ver COTA, Luiz Gustavo Santos, *Ave, Libertas: o abolicionismo e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão*. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

senhores, que ocasionava, em contrapartida, o aumento da ação dos escravos e os perigos de uma convulsão social.

Os “distúrbios” e as “desordens” tinham que ser controlados pelo movimento abolicionista. Assim, por exemplo, foram tratadas pelo *Cidade do Rio* as reações dos cativos de Piracicaba, Província de São Paulo, que contaram com o apoio da população local. Por outro lado, o jornal manifestava apreensão pelos conflitos ocorridos entre o “povo”, “solidário com os escravizados”, e os fazendeiros em virtude dos distúrbios que ocasionaram ferimentos em “diversas pessoas”.¹⁹⁴ O jornal destacava, nesses momentos finais da existência do escravismo, a rebeldia negra e o arbítrio das autoridades contra os abolicionistas e escravos: “é impossível por meios violentos impedir a fuga de escravizados e amortecer o sentimento abolicionista da maioria da população”. Paralelamente, buscava uma conciliação, solicitando ao governo que tomasse providências para preservar a ordem e progresso, evitando-se a luta “fratricida”.¹⁹⁵

O prazo, mais uma vez, era utilizado para demonstrar a posição contemporizadora dos abolicionistas e do próprio Patrocínio. Este, escrevendo um artigo, em fevereiro de 1888, destacando que “Os libertos fogem”, reafirmou “O prazo da escravidão é este – 1889. Nem mais um dia, ainda que seja necessário fazer mais do que pensamos”.¹⁹⁶ Justamente, em 1889, era o ano de comemoração do centenário da Revolução Francesa, acontecimento sempre exaltado pelo abolicionista, como já destacamos. Logo, o controle sobre a condução do processo abolicionista evitaria, por outro lado, “precipitações” desencadeadas pelos escravos.

Às vésperas da abolição, o tom paternalista, aliado às propostas reformistas, marcava essas matérias. Apesar das fugas intensas dos “miseráveis” cativos que desejavam reconquistar a sua “libertação”, os jornais insistiam na questão do prazo, como se fosse ainda possível mantê-los presos aos grilhões do cativo. Os propagandistas reivindicavam para o movimento abolicionista e para a imprensa o mérito pela extinção do escravismo. A reação dos principais interessados, embora não fosse omitida pelos periódicos, deveria ocupar um papel secundário. Não interessava ressaltar,

¹⁹⁴ 13 e 14 de abril de 1888.

¹⁹⁵ 24 de janeiro e 13 de fevereiro de 1888.

¹⁹⁶ *Cidade do Rio*. 16 de fevereiro de 1888.

naquele momento de euforia para aquela intelectualidade, que os escravos lutavam, elevando os seus “brados”, apesar dos chicotes sobre as suas costas, nuas, “sem proteção” efetiva.

A maior Revolução Social de nossa terra está sendo feita entre bençãos e flores. Nada mais extraordinário: bastaram o atrito da imprensa e o calor da palavra para limar os grillhões de três séculos de cativo. O que há de mais admirável na nova fase de nossa vida civilizada é a uniformidade de pensamento, desde o governo até o último liberto.¹⁹⁷

A *Gazeta da Tarde*, no domingo, 13 de maio, antes da aprovação da lei de extinção legal da escravidão pelo Parlamento, narrava, através de um artigo destacado na primeira página, que havia um quadro apoteótico, com o povo entusiasmado pelo acontecimento que ainda não havia sido consumado, mas que já “cobre de flores os chefes abolicionistas”, aclamando-os da mesma forma que “na antiga Roma eram conduzidos os capitães vitoriosos”. Assinalou que não era só a “libertação dos escravos que o Parlamento vai decretar, é a liberdade do trabalho até agora aviltado em vez de ser considerado no seu verdadeiro valor”.¹⁹⁸

Em outro número, o jornal relacionava o júbilo popular com as aspirações do conjunto da sociedade que aguardava ansiosa uma solução para a “questão servil”.

Desaparece assim sem violência de espécie alguma e sem derramar-se uma só gota de sangue, essa nódoa que nos fazia aparecer com a cabeça baixa perante a civilização.

A escravidão caiu porque estava em oposição direta com todos os grandes movimentos, com todos os princípios, com todas as reformas de nosso século; [...]

Os abolicionistas cresceram entre os ultrajes, todos o sabem, e há nisso motivo de gozijo [...] Ignoramos por quanto tempo se falará ainda dos abolicionistas e dos escravos, mas enquanto eles viverem na história trarão como uma auréola o sofrimento porque passaram com tanta firmeza.

¹⁹⁷ *Cidade do Rio*. 30 de abril de 1888.

¹⁹⁸ 13 de maio de 1888.

Felizmente a sabedoria de um governo, do parlamento e do Chefe do Estado, que se fizeram todos executores do sentimento nacional, acabou com todas estas denominações e hoje todos os brasileiros, dando as costas ao passado e com os olhos fitos no futuro, darão um viva a pátria livre e à nobilitação do trabalho e terão todos em vistas o mesmo objetivo: a grandeza desta pátria em que só há homens livres.¹⁹⁹

Uma comissão de representantes dos jornais da Corte assumiu a direção das festividades comemorativas pelo acontecimento. A *Gazeta da Tarde* divulgou a programação dos eventos que “começarão quinta-feira, 17 de maio, e terminarão, domingo, 20. Além disso, segunda-feira será distribuído um jornal especial intitulado ‘Imprensa Fluminense’, único publicado nesse dia nesta capital”, com vários depoimentos sobre o processo abolicionista. O programa iniciava com uma missa no Campo de São Cristovão, com a participação dos “diversos corpos do exército e armada desta Corte, o Ministério, a Ilma. Câmara Municipal, a imprensa, associações e povo [...] em ação de graças pela passagem da lei de 13 de maio [...]”. A presença da Princesa Isabel coroaria a solenidade, na medida em que estabeleceria uma maior proximidade com a população, juntamente com “seu augusto esposo e filhos”, assistindo, à tarde, a “Grande parada de toda a guarnição desta Corte e das forças de mar” que desfilarão pelas ruas do centro da cidade, próximas ao Paço Imperial, onde “saudarão S.A. Regente”. A cidade será toda iluminada e embandeirada e nos coretos as bandas de música tocarão para maior alegria dos festejos, além da abertura dos teatros “Santana, Lucinda e Recreio Dramático, com entrada grátis para todo o povo”, com as “melhores peças dos seus repertórios, para estes espetáculos gratuitos”. Corridas de cavalo no Derby Clube, na sexta-feira, dia 18, regata no sábado, dia 19, na enseada de Botafogo e, finalmente,

O grande baile popular no Largo do Paço, no espaço compreendido entre o chafariz e o edifício do Ministério da Agricultura. O baile começará às 10 horas da noite e terminará à 1 hora. Em coreto expressamente levantado para esse fim serão colocadas duas bandas de música que, alternadamente, com pequenos intervalos, executarão quadrilhas, valsas e polcas.

¹⁹⁹ 16 de maio de 1888.

As homenagens à imprensa não podiam ficar num plano secundário em função do seu papel no encaminhamento do processo abolicionista. Assim, foi destacado que os festejos terminariam no domingo com o “Grande passeio da Imprensa”, com a participação de várias autoridades governamentais e “distintas famílias desta capital a fim de comporem o préstito em carros descobertos e a cavalo”, percorrendo as ruas do centro da cidade. À noite haverá também queimas de fogos de artifício em vários pontos, “a saber: Boulevard Vila Isabel; no interior do Prado Derby Clube; no Campo de S. Cristóvão, ao longo das margens do canal do Mangue, e na baía de Botafogo.” E assim foram as “Festas da Liberdade”, como ressaltou a *Gazeta da Tarde*.²⁰⁰

O *Cidade do Rio* atuou na mesma direção, exaltando as festividades na primeira página: “As festas da igualdade” provocaram uma aglomeração “às portas das redações vitoriando os abolicionistas” e dando “vivas entusiásticos à S. A. Imperial e aos heróis da abolição no Brasil”. O jornal de Patrocínio descrevia os desfiles e as manifestações próximas às redações: do *Cidade do Rio* foram “levantados vivos ao nosso redator chefe que agradeceu comovido”, na *Gazeta de Notícias*, os elogios foram para “Ferreira de Araujo e demais redatores”. “Bandos de estudantes” demonstravam a sua admiração pela atuação da imprensa através de homenagens aos diversos órgãos do centro da cidade: além do *Cidade do Rio*, “cumprimentaram as redações da *Gazeta de Notícias* e do *Paiz* [...] Todas as redações foram saudadas e de algumas delas falaram distintos oradores.”²⁰¹

Apesar dessas manifestações, o processo abolicionista satisfaz também os interesses dos proprietários que se aproveitaram da inexistência de reformas mais amplas que garantissem melhores condições de vida para os ex-escravos. Em uma carta, o Conde de Nova Friburgo, de Cantagalo, Província do Rio de Janeiro, escrita em julho de 1888, enviou “notícias do modo porque se fazia o trabalho depois da lei”. Narrou que estabeleceu salários para os libertos para a “empreitada de colheita do café” e a

²⁰⁰ 15 de maio de 1888. Sobre as comemorações ver: MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição: o 13 de Maio e seus significados no Rio de Janeiro. (1888-1908)*. Tese de Doutorado, PUC, Rio de Janeiro, 2012.

²⁰¹ 16 de maio de 1888.

sua satisfação pelas perspectivas de boas colheitas, empreendidas pelos ex-escravos “contentes” em virtude de terem, agora, “proventos”. Os seus comentários enfatizavam que não houve mudanças substanciais em suas fazendas pois o serviço continuava “sem alteração”.

Durante a colheita eles ganham na proporção do que colhem [...] e talvez que o malandro ou o mais fraco entenda dever ganhar tanto como o melhor – Note que o que eles recebem é líquido; porque todas as despesas são feitas por mim como no tempo em que eram escravos.²⁰²

Estes procedimentos, pelas próprias palavras do fazendeiro, atingiam os libertos “fortes”, pois os “fracos” e “malandros” eram marginalizados. Esta marginalização atingia de forma indiscriminada doentes e velhos, segundo o *Cidade do Rio*, abandonados pelos antigos senhores. Em um artigo intitulado “A Vingança”, Patrocínio criticou estas atitudes classificando-as de “indignas”, pois substituíram o chicote por “suplícios novos” que atingiam “negros velhos” que “erram miseravelmente pelas estradas quentes, abandonados, quase nus, alimentando-se, como os primitivos bárbaros, de frutos agrestes”.²⁰³ O jornalista, mais adiante, cobrou do governo a “divisão da terra”, pois esta se tornou em função da “vingança” dos fazendeiros uma necessidade imperiosa.

Os que salvaram o homem do cativo, não o devem esquecer agora na miséria. Já que a vingança dos senhores é essa, ao governo cumpre dividir a terra, estabelecer colônias, para os que não têm cabanas, recolher os que caminham sem destino, pelos desvios das matas, promiscuamente como os animais, dormindo em grutas, morando nas tocas [...] é mister empregar os libertos para que não apodreçam nos campos, como bestas. A divisão de terras é uma necessidade palpitante²⁰⁴

As propostas dos abolicionistas defendiam, portanto, questões fundamentais para minorar as más condições dos libertos, sendo que a

²⁰² Carta do Conde Nova Friburgo ao Dr. José M. da Costa Leitão. Cantagalo, 21 de julho de 1888. Col. Tobias Monteiro, pacote 108, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos.

²⁰³ 26 de maio de 1888.

²⁰⁴ *Idem, ibidem.*

alteração da estrutura fundiária era o cerne da questão porque envolvia interesses dos grandes proprietários. Mas, mesmo assim, foram apresentados projetos, como a *Democracia Rural*, de André Rebouças, que visavam à distribuição de terras para os libertos com o objetivo de formação de pequenas e médias propriedades.²⁰⁵ O *Cidade do Rio*, através de um artigo de crítica aos senhores, manifestou-se enfaticamente em relação à questão: o progresso era irreversível, em oposição às velhas práticas porque “a aristocracia territorial já é impossível no Velho Mundo, quanto mais na jovem e ardente América, o futuro pertence à democracia rural”.²⁰⁶

Assim, tratava-se de inserir o ex-escravo num projeto mais amplo de transformação do próprio país, ou seja, reduzir as desigualdades sociais provenientes de séculos de escravismo eliminando-se o latifúndio, seu principal sustentáculo, através de reformas que envolviam a distribuição de terras e o ensino básico para os libertos, como já acentuamos. Nabuco, já em 1884, ao considerar ilegal a escravidão, defendia a aprovação de uma lei agrária que permitisse o retorno ao Estado de áreas não cultivadas, “que estabeleça a pequena propriedade, e que vos abra um futuro a vós e a vossos filhos, pela posse e pelo cultivo da terra”. De acordo com o abolicionista, a propriedade tinha, além de direitos, deveres; e que as “reformas sociais deveriam prevalecer sobre as políticas”. Mais adiante, ele enfatizava que a emancipação tinha que ocorrer paralelamente à “democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão, não basta; é preciso destruir a obra da escravidão.”²⁰⁷

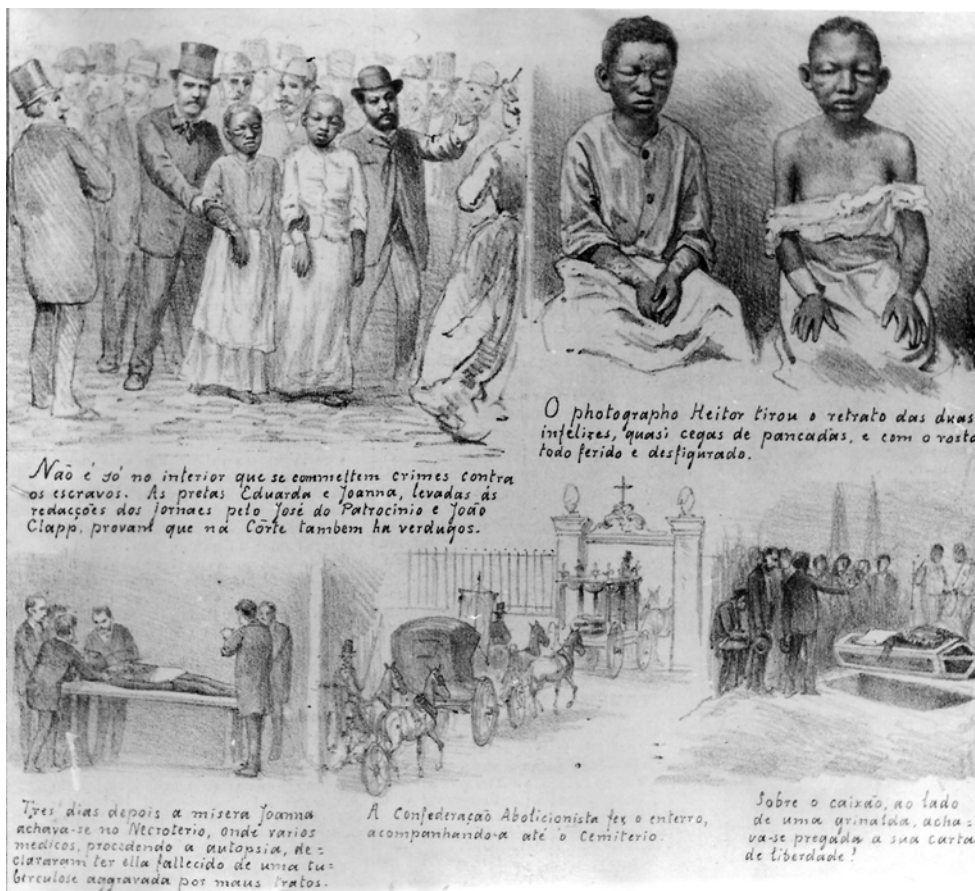
Apesar destas lamentações e das dificuldades de ampliar o campo das reformas, o objetivo principal desta intelectualidade foi alcançado. A brisa do progresso e da civilização sopraram sobre o país, eliminando o trabalho escravo de acordo com as diretrizes traçadas. A reforma foi efetuada; o Brasil, finalmente, ingressou no “rol das nações civilizadas”. No entanto, nem o mais tênue sopro atingiu os libertos após a extinção legal

²⁰⁵ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet/Belfort Roxo (RJ): UNIABEU, 2005, ps. 107/118.

²⁰⁶ *Cidade do Rio*. 22 de junho de 1888.

²⁰⁷ 4ª. Conferência no Teatro Santa Isabel. 30 de novembro de 1884, in *O Abolicionismo. Conferências e Discursos Abolicionistas*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, ps. 337/378

da escravidão. Às vésperas da extinção legal do cativo, a imprensa abolicionista exaltava as ideias de progresso e de civilização. Elas mesclavam-se com a liberdade do negro, obtida, segundo Patrocínio, para preservar o engrandecimento do Brasil. O reformismo e o paternalismo foram os esteios utilizados para que a pátria livre eliminasse a pátria escrava.



“Cenas da Escravidão”. As denúncias dos abolicionistas, entre os quais José do Patrocínio, nas ruas, contra a violência infligida a duas meninas escravas. *Revista Illustrada*. 18 de fevereiro de 1886.



Concessão de alforria patrocinada pela Câmara Municipal da Corte, com a presença da Princesa Isabel. *Revista Illustrada*. 8 de dezembro de 1886.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha abolicionista, da cidade do Rio de Janeiro, sede da Corte, obedeceu a toda uma estratégia gradualista. Os militantes ocuparam todos os espaços possíveis, veiculando matérias que abalaram as hostes escravistas: da violência cometida pelo senhor contra o escravo até as fugas, em massa, da opressão das fazendas. Os relatos dos jornais, em especial aqueles vinculados a José do Patrocínio, tiveram uma atuação ímpar, permitindo-nos avaliar o desempenho não só de uma intelectualidade, engajada na luta contra o trabalho compulsório, mas também da própria imprensa. As denúncias, como vimos, não ficaram restritas aos periódicos. Ganharam as ruas. As reuniões, conferências e *meetings* foram conduzidos por discursos incisivos e inflamados que influenciaram a população, cada vez mais engajada contra o cativo. Campanhas beneficentes, como a obtenção de esmolas em quermesses e livros de ouro, serviram de mecanismos para desacreditar o escravismo.

Enfim, medidas cautelosas, mas seguras, que permitiram a uma facção da intelectualidade, com destaque para José do Patrocínio, ampliar o seu prestígio. As suas “palavras”, junto com os “brados” dos escravos, ganharam cada vez mais ressonância e os jornais foram os espaços privilegiados para tornar público as ideias que combatiam a escravidão. Um discurso que se apresentava de uma forma ambígua, priorizando a eliminação do cativo porque este impedia o país de atingir, o que Patrocínio denominava, a “pátria livre”. Para alcançar o objetivo almejado era fundamental a condução do movimento dentro da “ordem”, pois as reformas não se coadunavam com quaisquer rupturas traumáticas, em virtude da inexistência de grandes controvérsias entre os propagandistas e as esferas de poder. Como acentuamos, o próprio jornalista, apesar de ter sido considerado o polemista antiescravista mais “radical” da Corte, tinha contatos políticos importantes facilitados por ser proprietário dos periódicos mais atuantes da cidade.

Por outro lado, constatamos, nos escritos dos jornais de Patrocínio, a ausência de condições políticas para a efetivação de medidas que pudessem mudar, substancialmente, a vida dos libertos. A marginalização dos ex-escravos refletiu o próprio processo de condução da luta contra a escravidão. Após a extinção legal do cativo, o descompromisso com a efetivação de reformas caracterizou os noticiários dos jornais, enquanto enfatizava-se o “congraçamento” entre irmãos; afinal a abolição foi realizada com pétalas de flores. Os espinhos foram retirados durante a campanha abolicionista. Esse encaminhamento decorreu da atuação destes intelectuais, no caso Patrocínio, orientada por uma perspectiva paternalista e reformista.

O objetivo principal dos abolicionistas foi alcançado, isto é, o ingresso, artificial, do Brasil no “rol das nações civilizadas”. No entanto, nem o mais tênue sopro atingiu os libertos, embora os propagandistas sempre tivessem defendido medidas que lhes minorassem a sorte, tais como: o fim do “monopólio da terra” com a distribuição de lotes para incentivar o estabelecimento de uma “verdadeira democracia rural” e a universalização do ensino, onde todos teriam “instrução” para eliminar a “apatia” do “Zé Povinho”. De tal sorte que se pudesse disseminar o progresso e a civilização, valores defendidos com veemência por aquela intelectualidade educada nos moldes europeus. As palavras, discursos e comemorações não alicerçaram a efetivação de mudanças, mantendo-se apenas a retórica. Os ideais de igualdade e liberdade não foram aplicados à grande massa de libertos. As ambiguidades e contradições do movimento abolicionista, assim como a atuação desses intelectuais, inclusive Patrocínio, dificultaram o encaminhamento de projetos que mudassem efetivamente os rumos dessa sociedade, hierarquizada e excludente.

Com a República ampliaram-se as dificuldades, pois muitos intelectuais, defensores de reformas mais profundas, entre os quais Patrocínio, não conseguiram uma participação efetiva no poder, pois, de acordo com as suas palavras, os “republicanos de 14 de maio” embargaram-lhes os passos. As suas frustrações acompanharam o jornalista no novo regime, pois presenciou o abandono das propostas proclamadas pelos abolicionistas. A modernização de caráter conservador, com a manutenção da ordem vigente e com outras formas de sujeição da mão de obra, impediu que elas fossem levadas adiante. As “palavras” dos abolicionistas, inclusive Patrocínio, contribuíram, em parte, para este desfecho, na medida em que buscaram controlar os “brados” dos escravos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1 FONTES MANUSCRITAS

A – INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO – IHGB

Coleção Araujo Pinho – Lata 548 – Pasta 3 – Cartas de A. Novais a João F. de Araujo Pinho sobre os festejos abolicionistas, Rio de Janeiro, 1888.

Coleção C. A. Marques – Lata 741 – Pasta 67 – Escrito sobre as Cartas de Liberdade pelas quantias adquiridas pelo Livro de Ouro da Câmara Municipal da Corte.

Coleção IHGB – Lata 867.PB – escritos diversos sobre a atuação de Patrocínio.

Coleção IHGB – Lata 331/Doc. 17 – Ofício de José do Patrocínio ao Barão Homem de Mello, devolvendo a medalha oferecida pelo IHGB, datado de Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1889.

Diário de André Rebouças – Lata 464/Docs. 2, 3, 4, 5, 6, 7.

José Carlos Patrocínio – Lata 736/Pasta 22 – comentários de vários autores sobre a vida de Patrocínio.

B – BIBLIOTECA NACIONAL – SEÇÃO DE MANUSCRITOS – BNSM

Coleção Tobias Monteiro – Pacote 108 – Carta de Elias Antonio Pacheco Chaves a João Alfredo, encaminhando o Projeto de Abolição de Antonio Prado e dos fazendeiros paulistas. São Paulo, 20 de abril de 1888.

Carta do Visconde de Silva Figueira, elogiando as alforrias com cláusulas de prestação de serviços. Santo Antonio de Pádua, 28 de fevereiro de 1887.

Carta do Conde Nova Friburgo ao Dr. José Maria Leitão, falando sobre o comportamento dos libertos, em sua fazenda, após a abolição. Cantagallo, 21 de julho de 1888.

C – ARQUIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AERJ

Caixa P. P. 2/2.2 - Coleção 5. Correspondência do Ministério da Justiça ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. 1888/1889.

Caixa P. P. 2/10.6 – Coleção 102. Carta do Barão de São João do Príncipe ao Presidente de Província. São João do Príncipe, 10 de dezembro de 1858.

Caixa P. P. 6/2.1- Coleção 166. Correspondência do Delegado de Polícia de Barra Mansa ao Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro. Barra Mansa, 16 de fevereiro de 1870.

Caixa P. P.6/2.1- Coleção 166. Documentos relativos ao levante de escravos em Bemposta, Paraíba do Sul.

Caixa P. P. 6/5.5- Coleção 180. Ofício de Antonio Carneiro, Secretário de Polícia de Niterói, ao Chefe de Polícia da Corte. Niterói, 4 de novembro de 1870.

1.2 JORNAIS E REVISTAS

A Notícia – Janeiro/1905

A República – 1870/1874

Carbonário – 1881/1888

Cidade do Rio – 1887/1889-1901

Corsário. 1881.

Gazeta da Tarde – 1881/1888

Gazeta de Notícias – 1875/1881-1887/1888
Imprensa Fluminense – 21.5.1888
Lábaro Acadêmico – 1874
O Abolicionista – 1880/1881
O Combate – 1880/1881.
O Jornal do Comércio – Janeiro/Junho 1888
O Paiz – 1887/1888
Os Ferrões – 1875.
Revista Ilustrada – 1881/1888
Revista Kosmos – 1905

1.3 FONTES IMPRESSAS

ANAIS da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Constitucional J. Villeneuve & Cia., 1880/1888.

ANAIS da Câmara Municipal da Corte. Rio de Janeiro, 1880/1889.

ANDREONI, João Antonio (André João Antonil). *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas.* (1711) Introdução e vocabulário por Alice P. Canabrava. 2ª ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1966.

ARMITAGE, João. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1931, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil, de Southey.* (1831) Trad. port., 2ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo, EDUSP, 1981.

ASSOCIAÇÃO CENTRAL EMANCIPADORA, Boletins. Rio de Janeiro, 1880/1881.

AZEVEDO, Manoel Mendes da Cunha. *O Código Penal do Império do Brasil, com observações sobre alguns de seus artigos.* Recife: Typ. Comercial de Meira Henriques, 1851.

BARBOSA, Rui. *Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Obras Completas, vol. XII, T. I, 1885.

_____. *Emancipação dos escravos. O Projeto Dantas (dos sexagenários) e o parecer que o justifica*. (1884) Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

BARROSO, Dr. J. Liberato. *Questões Práticas de Direito Criminal*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Ed., 1866.

BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. (1700) São Paulo: Grijalbo, 1977.

BILAC, Olavo. “Chrônica”. In: *Revista Kosmos*. Rio de Janeiro, nº 2, fev/1905.

BOCAIUVA, Quintino. *Ideias políticas de Quintino Bocaiúva*. Cronologia, introdução e notas bibliográficas e textos selecionados por Eduardo Silva. Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Emancipação dos escravos, projeto nº 48*. Sessão de 4 de agosto de 1884, formulado pelo Sr. Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1884.

_____. *Extinção da escravidão no Brasil. (Lei nº 3353 de 13 de maio de 1888)*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1889.

BRASIL, Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da população do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, (1873-1876), Município Neutro.

BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo Cesar de. *Memória Analítica acerca do Comércio de Escravos e acerca dos males da Escravidão Doméstica*. (1837), in *Memórias sobre a Escravidão*. Introdução de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Brasília: Fundação Petrônio Portella/Ministério da Justiça, 1988.

CAMPOS, Olímpio de Souza. *Política de Sergipe; resposta ao deputado A. Varella e o jornalista José do Patrocínio*. Aracajú: Typ. d’O Estado de Sergipe, 1904.

COELHO NETO, Henrique Maximiliano. *A Conquista*. (1899) Introd. Franklin Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1876.

CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta da Tarde, 1883.

CONGRESSO AGRÍCOLA, *Coleção de Documentos*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1878. Nova edição com introd. e notas de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CORDEIRO, Dr. Carlos Antonio. *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de Quirino & Irmão, 1861.

COSTA, João Severiano Maciel da. “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar”. (1821). In: *Memórias sobre a Escravidão*. Introdução de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Brasília: Fundação Petrónio Portella/Ministério da Justiça, 1988.

COUTY, Louis. *O Brasil em 1884. Esboços Sociológicos*. (1884) Trad. de Lígia Vassalo. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Brasília: Senado Federal, 1984.

_____. *A Escravidão no Brasil*. (1881) Trad. de Maria Helena Rouanet, introd. e notas de Kátia M. de Queiroz Mattoso. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

EWBANK, Thomas A *Vida no Brasil*. (1846), Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo/EDUSP, 1976.

JARDIM, Antonio da Silva. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos, coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Conselho Federal de Cultura, 1978.

KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. (1883) Trad. e notas de Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo: EDUSP e Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

LEITHOLD, T. Von. “Minha Excursão ao Brasil, ou viagem de Berlim ao Rio de Janeiro e volta”. In: *O Rio de Janeiro visto por dois Prussianos em 1819*. São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1966.

LEMOS, Miguel. *O Positivismo e a Escravidão Moderna*. Rio de Janeiro: Typ. Central da Sociedade Positivista, 1884.

MALLET, João Carlos de Medeiros Pardal. *Hóspede*. (1887) São Paulo: Ed. Três, 1974.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico, Social*. (1866/67) 3ª ed., 2 vols., introd. de Edson Carneiro. Petrópolis: Vozes, 1976.

MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e Depoimentos para a História*. (1913) Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1982.

MURAT, Luiz Barreto. “José do Patrocínio”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, nº 23-24, 1905.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império. Nabuco de Araujo*. (1896/97) 4 vols., São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1848/49.

_____. *O Abolicionismo. Conferências e Discursos Abolicionistas, (1883-1884/1885)*. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949.

_____. *Minha Formação*. (1900) São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949.

_____. *Campanhas da Imprensa (1884-1887)*. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949.

_____. *Cartas a Amigos*. 2 vols., coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949.

_____. *Discursos Parlamentares. (1879-1889)*. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949.

PACHECO, Félix. *Robles e Cogumelos. José do Patrocínio e os pigmeus da Imprensa*. Rio de Janeiro, [s.ed.], 1932.

PATY DO ALFERES, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. (1847) Introdução de Eduardo Silva. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Brasília: Senado Federal, 1985.

PATROCÍNIO, José Carlos do. *Conferência pública... feita no theatro Polytheama em sessão da Confederação Abolicionista*. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1882.

_____. *Pedro Hespanhol*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta da Tarde, 1884.

_____. *Os Retirantes*. (1883) 2 vols., São Paulo: Ed. Três, 1973.

_____. *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. (1877) Introd. de Silvano Santiago. Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves/Inst. Estadual do Livro, 1977.

PATROCÍNIO, José do e REBOUÇAS, André. *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipographia da Gazeta da Tarde, 1883.

PROUDHON, Pierre Joseph. *O que é a Propriedade?* (1840) Trad. de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

QUEIROZ, Eça de. *Obras*. Vol. II, Porto: Lello & Irmão, [s.d.]

REBOUÇAS, André Pinto. *Confederação Abolicionista. Abolição imediata e sem indenização*. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1888.

_____. *Agricultura Nacional: estudos econômicos. Propaganda Abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883*. (1883) 2ª ed., estudo introdutório de Joselice Jucá. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1988.

RELATÓRIOS dos Chefes de Polícia. In: *Relatórios dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro*. Niterói, 1880/1888.

RIBEYROLLES, Charles de. *O Brasil Pitoresco*. (1860) 2 vols., trad. e notas de Gastão Penalva, prefácio de Afonso d'E. Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1980.

ROCHA, Manuel Ribeiro da. *Ethiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, instruído, e libertado. Discurso Theológico-Jurídico, em que se propoem o modo de comerciar, haver, e possuir validamente, quanto a hum, e outro foro, os Pretos Cativos Africanos, e as principaes obrigações que correm a quem delles se servir*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758.

SENA, Ernesto. *Rascunho e Perfis*. (1905) Brasília: UNB, 1983.

_____. *José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Alm. Popular Brasileiro, 1906.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura”. (1825). In: *Memórias sobre a Escravidão*. Introdução de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Brasília: Fundação Petrônio Portella/Ministério da Justiça, 1988.

SPENCER, Herbert. *Lei e Causa do Progresso. A Utilidade do Anthropomorphismo*. (1857) Trad. de M. C. da Rocha. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1889.

_____. *Principes de Sociologie*. (1876/1885) 3 vols., trad. Francesa. Paris: Félix Alcan, 1910.

_____. *El Hombre contra el Estado*. (1884) Trad. espanhola de Luiz Rodriguez Aranda. Buenos Aires, M. Aguilar, 1953.

WERNECK, Luis P. de Lacerda. *Ideias sobre Colonização, Precedidas de uma succinta Exposição nos Princípios Geraes que regem a População*. Rio de Janeiro: E. & Laemmert, 1855.

2 – BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe, (org.) *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezon. *O Feitor Ausente. Estudos sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. “Criminalidade Escrava e Controle Social no Rio de Janeiro (1810-1821)”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE, v. 18, 1988.

ALMADA, Vilma Paraiso F. de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites – séc. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica. História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: Escravidão e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BALABAN, Marcelo. *O poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Edit. UNESP, 2005.

BASTOS, Lúcia Maria Oliveira. *A Instrução Pública e o Ensino na Província do Rio de Janeiro: Visão Oficial e Prática Cotidiana. (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado, mimeo. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1985.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação Política do Brasil*. São Paulo, Livr. Pioneira, 1976.

_____. *Joaquim Nabuco*. São Paulo, Ática, 1982.

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BENJAMIN, Walter. “A Paris no segundo Império em Baudelaire”; “Paris, capital do século XIX”, in KOTHE, Flávio. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.

BERGSTRESSER, Rebecca B. *The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, 1880-1889*. Tese de Doutorado, mimeo. Stanford, 1973.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 5^a. ed., 2 vols., Brasília: Editora da UNB, 1993.

BOCK, Kenneth. “Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução”. In: BOTTOMORE, T. B. & NISBET, R. (orgs.). *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BOTTOMORE, T. B. *As Elites e a Sociedade*. Trad. de Otávio Guilherme Velho. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

BRUZZI, Nilo de Freitas. *José do Patrocínio, romancista*. Rio de Janeiro: Aurora, 1959.

CAMPOS, Eduardo. *Imprensa Abolicionista, Igreja, Escravos e Senhores (Estudos)*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto/Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

CANDIDO, Antônio. *Silvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos e São Paulo: EDUSP, 1978.

CAPELATO, Maria Helena R. & PRADO, Maria Lúgia. *O Bravo Matutino, Imprensa e Ideologia: O Jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena R. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. "Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales". In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1977, T. III, vol. 1.

CARR, E. H. *Que é História?* Trad. de Lúcia Maurício de Alverga e revisão técnica de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. São Paulo: Vértice e Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.

_____. "Escravidão e Razão Nacional". In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 31, nº 3, 1988.

_____. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. "Com o coração nos lábios". In: *José do Patrocínio. Campanha Abolicionista: coletânea de artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Depto Nacional do Livro, 1996.

_____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Edit da UFMG, 1998.

_____. *D. Pedro II*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

CAVALCANTI, Emiliano Di. *Reminiscências Líricas de um Perfeito Carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CHALOUB, Sidney. “Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, nº 16, 1988.

_____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda e NEVES, Margarida de Souza. *História em Cousas Miúdas – capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

COHN, Gabriel. *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1973.

CONRAD, Robert E. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842), matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes e Campinas: Unicamp, 1979.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Livr. Ed. Ciências Humanas, 1979.

_____. *A Abolição*. São Paulo: Global, 1982.

_____. *Da Senzala à Colônia*. 2ª ed. São Paulo: Livr. Ed. Ciências Humanas, 1982.

COTA, Luiz Gustavo Santos, *Ave, Libertas: o abolicionismo e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão*. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

CUNHA, Ciro Vieira da. *No tempo do Patrocínio*. São Paulo: Saraiva, 1960, 2 vols.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da, GOMES _____, FLÁVIO dos Santos (orgs.) *Quase cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DAIBERT, Robert Júnior. *Isabel, a “Redentora” dos escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução. O submundo das Letras no Antigo Regime*. Trad. de Luis Carlos Borges. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DAUMARD, Adeline, et al. *História Social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984.

DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1970.

DEAN, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*. Trad. de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

DIAS, Luiz Sérgio. *Quem tem medo da Capoeira? Rio de Janeiro, 1890-1904*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

DISCURSOS ACADÊMICOS, vol. I – (1897-1919). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1965.

DORNAS FILHO, João. *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

DUQUE-ESTRADA, Osório. *A Abolição*. Brasília: Senado Federal, 2005.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, 5 vols.

EISENBERG, Peter L. *A Modernização sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Trad. de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. “A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878”. In: LAPA, José Roberto Amaral (org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. “Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE, 1988, v. 18.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo e São Paulo: EDUSP, 1975.

_____. “A ponte suspensa”. *Documentação e Atualidade Política*. Brasília, Universidade de Brasília, nº 1, out-dez/1976.

_____. *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978, 2 vols.

FONTES, Alice Aguiar de Barros. *A prática Abolicionista em São Paulo: os Caifazes (1882/1888)*. Dissertação de Mestrado, mimeo. São Paulo: USP, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. e trad. por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *Escravos e Senhores de Escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o Português criou. Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. *Ordem e Progresso*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

_____. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Col. Brasiliana. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

_____. *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. 20ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

_____. *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

FURET, François. *A Oficina da História*. Trad. revista por Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, [s.d.]

GALIZZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba. 1850-1888*. João Pessoa, Univ. da Paraíba, 1979.

GAY, Peter. *Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. A Educação dos Sentidos*. Trad. de Per Salter. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

_____. *Freud para historiadores*. Trad. de Osmyr Faria Gabbi Jr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil. (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. “Escravidão: fugas e controle social”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE, v. 18, 1988.

GENOVESE, Eugene D. “The treatment of slaves in different countries: problems in the applications of the comparative method”. In: FONER, Laura & GENOVESE, E. D. *Slavery in the New World (A Reader in Comparative history)*. New York, [s.ed.], 1968.

_____. *Da Rebelião à Revolução*. Trad. de Carlos Eugênio M. Moura. São Paulo: Global, 1983.

_____. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Trad. de Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GERSON, Brasil. *O Sistema Político do Império*. Bahia: Progresso, 1970.

GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1984.

GOFF, Jacques Le. *Os Intelectuais na Idade Média*. Trad. portuguesa. Lisboa: Gradiva, 1984.

GOMES, Flávio dos Santos. “No meio de águas turvas (Racismo e Cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte). (1888-1889)”. In *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro (21): 75/96, dezembro de 1991.

_____. *Negros e política. (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GOULART, José Alípio. *Da Palmatória ao Patíbulo. Castigos de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

_____. *Da Fuga ao Suicídio*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

GOULART, Paulo Cezar Alves. "A venda de jornais no século XIX". *Leitura*, 5(57). São Paulo, [s.ed.], fev/1987.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Imprensa Periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização do Brasil*. Trad. de Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. Trad. Luiz João Caio. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. "The conservatism of Joaquim Nabuco, historian of the Empire". *Ciência e Cultura*. Vol 31 (11), [s.l.], Separata, nov/1979.

_____. "Slavery and economic development: Brazil and the United States South in nineteenth century". *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 23, nº 4, out/1981.

_____. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1997.

GRAHAM, Sandra L. "O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro em 1880". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 10 (20): ps.211/232, mar/agosto 1991.

_____. *Proteção e Obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRINBERG, Keila. *O fador dos brasileiros. Escravidão, cidadania e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUILHON, Orlando. *José do Patrocínio*. São Paulo: Ed. Três, 1974.

GUIMARÃES, João. *Patrocínio, o abolicionista*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Trad. por Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. Trad. de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Rebeldes Primitivos. Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. Trad. de Waltensir Dutra. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Trad. de Sieni Maria Campos e Yolanda S. de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Pref. de Antonio Cândido. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

_____. "O Brasil Monárquico". "Do Império à República". *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1977, T. II, vol. 5.

IANNI, Otávio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da Escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papyrus, 1988.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Campinas: UNICAMP, 1988.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEFEBVRE, Henri. *Introdução à Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEONZO, Nanci e MACHADO, Humberto F. “O pensamento abolicionista: encontros e desencontros”. Anais do XIV Congresso da ANPUH, Brasília, 1987.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Movimento da Independência. O Império Brasileiro. (1821-1889)*. 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2 vols.

LUKACS, Georg. *História e Consciência de Classe. Estudos da dialética marxista*. Trad. Telma Costa. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II: 1825-1891*. Col. Brasiliana. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940.

MACHADO, Humberto F.. “Manuel Ribeiro da Rocha: Conservador, Reformista ou Abolicionista?”, in *Cadernos do ICHF*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1989.

_____. “A Guarda Negra no Contexto Urbano do Rio de Janeiro”. In *Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Porto Alegre: SBPH, 1992.

_____. *Escravos, Senhores e Café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba. (1860-1888)*. Niterói: Cromos, 1993.

_____. “O Abolicionismo ‘ganha as ruas’ no Rio de Janeiro”. In *Revista da SBPH*, Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1998.

_____. “Joaquim Nabuco: paternalismo e reformismo na campanha abolicionista”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro. n.º. 406, jan/mar, 2000.

_____. “A Imprensa Abolicionista e a censura no Império do Brasil”, in LESSA, Mônica L. e FONSECA, Silvia Carla P. B. (orgs.). *Entre a Monar-*

quia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

_____. “Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos ‘Republicanos de 14 de Maio’”. In RIBEIRO, Gladys Sabina & FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz (orgs.). *Linguagens e Práticas da Cidadania no Século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. “Abolição e Cidadania: a Guarda Negra da Redentora no Rio de Janeiro”. In *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: vol. 5, no. 3, setembro-dezembro, 2013

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Lavradores pobre na crise do trabalho escravo. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. “Trabalho, compensação e crime. Estratégias e contra estratégias”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE, v. 18, 1988.

_____. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: EDUFRJ/São Paulo: EDUSP, 1994.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações Raciais. Negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas: Unicamp, 1987.

MAGALHÃES JR., Raimundo. *O fabuloso Patrocínio filho*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

_____. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*. 2 ed. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2003.

MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro. Imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Moderna, 1980.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad. de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MATTOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redemptora no ocaso do Império (Rio de Janeiro 1888-1889)*. Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec e Brasília: INL, 1987.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. *Elogio da Dominação. Relendo Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (org.) *Colônia Brazilianista: história oral da vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MENNUCI, Sud. *O precursor do Abolicionismo no Brasil: Luís Gama*. Col. Brasileira. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.

MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil. Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MERRICK, Thomas W. & GRAHAM, Douglas H. *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil de 1800 até a atualidade*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MICELLI, Sérgio. *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.

MIRANDA, Clícia Maria Augusto. *Guarda Negra da Redentora: verso e reverso de uma combativa associação de libertos*, Dissertação de Mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

MONTI, Verônica A. Martini. *O Abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livr. Ed., 1985.

MORAES, Evaristo de. *A Escravidão Africana no Brasil: das origens à extinção*. Col. Brasileira. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933.

_____. “A imprensa e a escravidão”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1935.

_____. *Da Monarquia para a República. (1870-1889)*. 2ª ed. Brasília: UNB, 1985.

_____. *A Campanha Abolicionista (1879/1888)*. 2ª ed. Brasília: UNB, 1986.

MORAES, Renata Figueiredo. *Os Maios de 1888: História e Memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 2007.

_____. *As festas da Abolição: o 13 de Maio e seus significados no Rio de Janeiro. (1888-1908)*. Tese de Doutorado, PUC, Rio de Janeiro, 2012.

MOREL, Edmar. *Vendaval da Liberdade: a luta do povo pela abolição*. São Paulo: Global, 1988.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTTA, Felipe Ronner Imlau. *Literatura, Fatalidade e História: o jornalismo engajado de José do Patrocínio (1877-1905)*. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica. PUC: São Paulo, 2008.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala. Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

_____. *Brasil: Raízes do Protesto Negro*. São Paulo, Global, 1983.

_____. “Da insurgência negra ao escravismo tardio”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE, v. 17, 1987.

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1928.

NEDER, Gizlene. *Os Compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

NEVES, Frederico Castro. “A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará”. In *Tempo*, vol. 11, no. 22, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Corcundas constitucionais: cultura política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revam/Faperj, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Margarida de Souza. *As Vitrines do Progresso*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1986.

NISBET, Robert. *História da Ideia de Progresso*. Trad. de Leopoldo José Collor Jobim. Brasília: UNB, 1985.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo. Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: GOFF, Jacques Le & NORA, Pierre (org.). *História: Novos Problemas*. Trad. de Théo Santiago. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. “O Mulato, um obstáculo epistemológico”. *Argumento*. [s.l.], [s.ed.], ano 1, nº 3, jul/1974.

ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. (1931) Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1953.

ORIEUX, Jean. “A arte do biógrafo”. In: DUBY, Ladurie & GOFF, Jacques Le, *et alii*. *História e Nova História*. Trad. portuguesa. Lisboa: Teorema, 1986.

PAULA, Sérgio G. (org.). *Um Monarca da Fuzarca: três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Literatura em Movimento. Coelho Netto e o Público das Ruas”, in CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda e NEVES, Margarida de Souza. *História em Cousas Miúdas – capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet/Belfort Roxo (RJ): UNIABEU, 2005.

_____. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PRADO, J. F. de Almeida. *O século da República e seus Antecedentes*. São Paulo: IBREX, 1982.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo. Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Brasília: José Olympio/INL, 1977.

_____. *A Abolição da Escravidão*. Col. Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. “Aspectos ideológicos da escravidão”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE, v. 13, nº 1, 1983.

_____. “Rebeldia escrava e historiografia”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE, v. 17, 1987.

RAEDERS, Georges. *O Conde de Gobineau no Brasil: com documentos inéditos*. Trad. de Rosa Freire de Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. (org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

RENAULT, Delso. *Indústria, Escravidão e Sociedade. Uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1976.

_____. *Rio de Janeiro: A vida da cidade refletida nos jornais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1978.

_____. *O Dia-a-dia no Rio de Janeiro, segundo os jornais, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1982.

RESENDE, Paulo-Edgar A. & PASSETTI, Edson (orgs.). *Pierre-Joseph Proudhon*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1986.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002.

_____. “Causa Nacional e Cidadania: a participação popular e a autonomia na Imprensa Carioca do início dos anos 1830”. In NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de Poder*. Rio de Janeiro: DPA/FAPERJ, 2006

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. *Revista Ilustrada (1876-1898). Síntese de uma época*. Dissertação de Mestrado, mimeo. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Guarda Negra: Perfil de uma Sociedade em Crise*. Campinas: M. L. S. R. Ricci, 1990.

RILEY JR., John W. & RILEY, Matilde W. “A comunicação de massa e o sistema social”. In: CONH, Gabriel (org.). *Comunicação e Indústria Cultural: leituras de análise dos meios de comunicação da sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978.

RIZZINI, Carlos A. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1822. Com um breve estudo sobre a informação*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

_____. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. Col. Brasileira. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957.

RODRIGUES, José Honório. “Rebeldia negra e abolição”. In: RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.

ROBIN, Régine. “Ideologie et bourgeoisie avant 1789”. *Aujourd’Hui L’Histoire*. Paris: Editions Sociales, 1974.

_____. *História e Linguística*. Trad. de Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977.

SAES, Décio. *A formação do Estado Burguês no Brasil. (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada. O Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-Obra. (1870-1889)*. São Paulo: Hucitec e Brasília, INL, 1986.

SALLES, Ricardo. “O Abolicionismo e a nação que não foi”, in *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n. 406. jan/mar. 2000.

_____. *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império*. Topbooks: Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Imprensa*. In: MOTTA, Márcia & GUIMARÃES, Elione. *Propriedades e Disputas: fontes para a história do oitocentos*. Niterói: EDUFF, 2011.

SANTOS, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1942.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo: IPE/USP, 1980.

SANTOS, Sidney M. G. dos. *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro, [s.ed.], 1985.

SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siecle: política e cultura*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial do Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. “Patterns of slaveholding in the Americas: new evidence from Brazil”. *The American Historical Review*. Vol. 87, nº 1, fev/1982.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SERRA, Joaquim de Almeida. *O Abolicionista Joaquim Serra*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de Doutorado em História, Campinas: Unicamp, 2006.

SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Brasília: INL, 1984.

_____. *Dom Obá d’África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997

_____. “Integração, Globalização e Festa. A Abolição da escravatura como História Cultural”. In PAMPLONA, Marco Antonio (org.) *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Acess, 2001.

_____. *As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SILVA, Jaime; BIRMAN, Patrícia & WANDERLEY, Regina (orgs.). *Cativeiro e Liberdade*. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A Abolição em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”, in RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. *Campanha Jurídica pela libertação dos escravos. 1867 a 1888*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

SOARES, Luís Carlos. *O povo de Cam na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 Letras, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STAROBINSKI, Jean. *Montesquieu*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. Trad. de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros (Uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TINOCO, Godofredo Nascentes. *Motta Coqueiro. A grande incógnita*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1966.

TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Athaeneum, 1972.

TURAZZI, Maria Inez. *A Euforia do Progresso e imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. Rio de Janeiro, COPPE e São Paulo: Marco Zero, 1989.

URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. *Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889): uma análise de seu sentido político e social*. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão. Os Letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira. *República sim, escravidão não: O Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República (1888-1905)*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 2012.

VELOSO, Mônica Pimenta. Os Cafés Como Espaço da Moderna Sociabilidade. In: LOPES, Antônio Herculano (org). *Entre Europa e África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: FCRB/Topbooks, 2000.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VERISSIMO, José. *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos e São Paulo: EDUSP, 1977.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1952.

VIANNA, Hélio. “A pequena Imprensa da Regência Trina Permanente (1831-1835)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 179, abr-jun/1943.

_____. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira. (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

O volume que o leitor tem em mãos consiste, originalmente, na tese de doutoramento do autor, defendida e muito bem acolhida na USP, em 1991, pela banca. Apesar disso, ao remanejar o texto, o autor evitou duas armadilhas características. De um lado, o jargão acadêmico usual. A escrita mostra-se fluida e clara, mas sem perder nada da consistência acadêmica. De outro, se o esforço garantiu a incorporação da bibliografia relevante surgida no intervalo, a experiência, adquirida no ensino e na pesquisa ao longo desse tempo, possibilitou um domínio mais amplo e seguro sobre a documentação disponível. Assim, pelas novidades que traz, como pela visão de conjunto que possibilita, a obra revela-se bem mais significativa do que o conjunto de textos esparsos que Humberto F. Machado já publicou sobre a temática. E passa, então, a constituir uma contribuição original e relevante para os estudos referentes à

LIVRO FINALISTA
CATEGORIA COMUNICAÇÃO

57 JABUTI



ISBN 978-85-228-1058-1



9 788522 810581



proppi_{uff}
Pro-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação


Editora da UFF